



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4375

Segunda-feira - 06 de Novembro de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	2
Águas de Chapecó.....	4
Águas Mornas.....	6
Anchieta.....	8
Antônio Carlos.....	9
Apiuna.....	14
Balneário Camboriú.....	15
Barra Bonita.....	16
Barra Velha.....	32
Benedito Novo.....	33
Biguaçu.....	35
Blumenau.....	49
Bom Retiro.....	64
Braço do Trombudo.....	69
Brusque.....	71
Caibi.....	88
Campos Novos.....	89
Canelinha.....	91
Canoinhas.....	95
Capão Alto.....	96
Capivari de Baixo.....	97
Catanduvas.....	99
Chapadão do Lageado.....	100
Cocal do Sul.....	101
Concórdia.....	103
Cordilheira Alta.....	108
Coronel Freitas.....	110
Curitibanos.....	111
Dionísio Cerqueira.....	119
Forquilha.....	120
Galvão.....	121
Gaspar.....	122
Grão Pará.....	129
Guaramirim.....	181
Guarujá do Sul.....	182

Ibiam.....	183
Içara.....	185
Imbituba.....	212
Imbuia.....	213
Indaial.....	214
Iomerê.....	215
Ipuaçu.....	221
Itaceminha.....	223
Irani.....	224
Irineópolis.....	227
Itá.....	243
Itaiópolis.....	249
Itapema.....	253
Itapiranga.....	256
Ituporanga.....	301
Jaborá.....	303
Jaraguá do Sul.....	313
Lontras.....	351
Mafrá.....	352
Matos Costa.....	353
Meleiro.....	354
Modelo.....	356
Mondaí.....	357
Morro da Fumaça.....	360
Orleans.....	368
Palmitos.....	369
Papanduva.....	380
Passo de Torres.....	381
Passos Maia.....	384
Peritiba.....	385
Pescaria Brava.....	396
Petrolândia.....	398
Pinheiro Preto.....	403
Pomerode.....	411
Porto Belo.....	415

Porto União.....	416
Quilombo.....	424
Rio das Antas.....	434
Rio dos Cedros.....	440
Rio do Sul.....	439
Riqueza.....	459
Romelândia.....	485
Santa Rosa de Lima.....	486
Santa Rosa do Sul.....	487
Santiago do Sul.....	488
São Bento do Sul.....	493
São Bernardino.....	505
São Francisco do Sul.....	506
São João do Oeste.....	507
São Joaquim.....	508
São Lourenço do Oeste.....	513
São Miguel da Boa Vista.....	514
São Miguel do Oeste.....	516
Schroeder.....	535
Seara.....	549
Siderópolis.....	558
Sul Brasil.....	560
Taió.....	561
Tijucas.....	599
Timbó.....	601
Três Barras.....	604
Treze de Maio.....	605
Treze Tílias.....	606
Tubarão.....	607
Tunápolis.....	622
Videira.....	634
Xanxerê.....	642
Xavantina.....	647
Xaxim.....	648

Associações

AMVE.....	651
-----------	-----

Consórcios

CIGAMERIOS.....	652
-----------------	-----

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina



Abelardo Luz

PREFEITURA

CONTRATO 05

Publicação Nº 5319190

CONTRATO Nº 005/2023

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O RESIDENCIAL ACONCHEGO DAS FLORES LTDA PELO PERÍODO QUE A PACIENTE NECESSITE DE TRATAMENTO

Pelo presente contrato, RESIDENCIAL ACONCHEGO DAS FLORES LTDA, pessoa jurídica, com endereço na Rua João Manoel, nº 1629, Bairro Centro, Flores da Cunha/RS, inscrita no CNPJ nº 23.623.043/0002-00, neste ato representado por sua administradora Daniela Flores dos Santos, pessoa física, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 407.750.970-04 e Registro Geral sob nº 8053772251, doravante denominada CONTRATADA e O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.532.003/0001-20, com sede administrativa na Rodovia ABL 40, nº 303, saída para o Araçá, em Abelardo Luz/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Marivane Teresa Verzignassi, doravante denominado CONTRATANTE decidem, na melhor forma de direito, celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que reger-se-á mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas, referente ao atendimento da Ana Paula Dos Santos, para atender Ordem Judicial, Processo nº 5001763-46.2020.8.24.0085.

DOS SERVIÇOS

Cláusula 1º - O serviço de abrigamento corresponde a:

- I. Oferecer atendimento de moradia digna;
- II. Preservação dos vínculos familiares;
- III. Atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV. Observação dos direitos e garantia do paciente;
- V. Preservação da identidade do paciente e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;
- VI. Oferecer acomodações apropriadas para o recebimento de visitas;
- VII. Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
- VIII. Promover estudo social e pessoal do paciente
- IX. Manter quadro pessoal de profissionais com formação específica;
- X. Seguir protocolo de manejo e contenção se necessário.

Cláusula 2º- O CONTRATANTE compromete-se a realizar o pagamento da mensalidade que ocorrerá no mês subsequente, até o 15º (décimo quinto) dia útil.

DAS VISITAS

Cláusula 3º - O CONTRATANTE compromete-se a fazer visitas semanais ou mensais ao paciente.

DO VALOR MENSAL

Cláusula 4º- O valor mensal combinado entre as partes é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por vaga.

4.1- O valor cobrado pela mensalidade varia por grau de complexidade da patologia apresentada pelo paciente.

4.2- O pagamento deverá ser efetuado em 30 (trinta) dias, mês corrente, com apresentação da nota fiscal, emitido pela Secretaria competente, contra nota de empenho, através da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante apresentação da fatura.

Parágrafo único: O atraso injustificado no pagamento incorrerá juros de mora de 10% ao mês, sobre o montante não adimplido da fatura mais atualização monetária pelo IGP-M, reservando-se a Administração o prazo de 10 (dias) para a tramitação da mesma.

DO REAJUSTE

Cláusula 5º - O valor mensal descrito na CLÁUSULA QUARTA será corrigido anualmente pela variação do IGP-M, tomando como base o mês de início do contrato.

DO ÓBITO

Cláusula 6º - No caso de óbito nas dependências do residencial, será comunicado aos familiares responsáveis ou CONTRATANTE, cabendo a estes, as providências que se fizerem necessárias a remoção do residente falecido, cabendo a devolução do valor pago pelo CONTRATANTE.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula 7º - A contratada se compromete com a prestação do serviço pela qual foi contratada, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente à administração, ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.1 - A contratação de funcionários ou de pessoas necessárias ao cumprimento do avençado mediante este contrato, será por única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, assim como, todas as obrigações cíveis, criminais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho decorrente de relação empregatícia entre ela, CONTRATADA, e seus prepostos ou empregados que eventualmente forem designados para a execução dos serviços contratados.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Cláusula 8º - A CONTRATADA não manterá qualquer tipo de vínculo hierárquico ou empregatício com o CONTRATANTE e tampouco com seus representantes legais.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Cláusula 9º - O contrato terá vigência até que opaciente necessite de tratamento. Por este contrato a contratante e o contratado deverão cumprir com todas as cláusulas.

DA AUSÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE

Cláusula 10º - O presente contrato não é gravado com cláusula de exclusividade ficando livre a CONTRATADA para continuar a atender em seu domicílio profissional, pacientes particulares, bem como beneficiários de outras operadoras de planos de saúde e outros convênios públicos ou privados, na forma que melhor lhe convier.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula 11º - Fica estabelecido, no entanto, de comum acordo entre as partes Contratantes que cabe ao Contratante o direito de rescindir de pleno direito o presente contrato, a qualquer tempo, independentemente do procedimento judicial, sem que lhe seja exigível, por este motivo, indenização ou ressarcimento de qualquer espécie.

DO TÍTULO EXECUTIVO

Cláusula 12º - As partes reconhecem o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil.

DO FORO

Cláusula 13º - As partes elegem o Foro da comarca de Abelardo Luz-SC, para dirimir qualquer dúvida ou demanda judicial a respeito do presente contrato.

Assim acordados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais, sendo que o presente documento, altera e substitui todo e ou assemelhado que tenha sido formalizado qualquer contrato, termo anteriormente pelas partes.

Abelardo Luz/SC, 16 de outubro de 2023.

Daniela Flores dos Santos
Residencial Aconchego das Flores ME
CNPJ: 23.623.043/0002-00

Marivane Teresa Verzignassi
Fundo Municipal de Saúde de Abelardo Luz
CNPJ: 10.532.003/0001-20

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EXTRATO CONVÊNIO POLICIA CIVIL

Publicação Nº 5319194

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA – PCSC – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 2023TN001100. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC e o Município de Abelardo Luz. **OBJETO:** Repassar à PCSC recursos financeiros para o custeio e a aquisição de equipamentos e contratação de serviços para facilitar as atividades da polícia judiciária a fim de aprimorar as atividades de investigação e atendimento ao público. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, contados da data da sua publicação no DOE. **DATA:** 17 de Outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Ulisses Gabriel, pela PCSC, e Nerci Santin, pelo município de Abelardo Luz.

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 162 - 2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319216

DECRETO Nº 162/2023 De 06 de novembro de 2023	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023 E DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS Nº 004/2023, 005/2023 E 006/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007, e demais disposições legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Para compor a Comissão de Acompanhamento dos Processos Seletivos Simplificados nº 004/2023, 005/2023, 006/2023 e do Concurso Público 001/2023 do Município de Águas de Chapecó, ficam designados os seguintes membros:

- a) Janice Fattio Seidel - Presidente;
- b) Andrei Rodrigues Alves - Secretário;
- c) Giovana Salete Gugel;
- d) Mauro Laercio Carvalho de Medeiros;
- e) Doalcei Dias Meurer;
- f) Tatiane Raquel Bressan;
- g) Neli Aparecida Gai Pereira.

Art. 2º Compete aos membros da comissão fiscalizar, acompanhar e auxiliar os atos dos processos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral dos Editais.

Art. 3º Os membros designados não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Concurso Público e dos Processos Seletivos Simplificados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de novembro de 2023.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

PORTARIA Nº 352/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319158

PORTARIA Nº 352/2023 De 06 de novembro de 2023	DISPÕE SOBRE DISPENSA DE CONTROLE DE JORNADA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC (REC – 15/00637928); o acórdão em Recurso Extraordinário nº 1.400.161-SC do STF;

CONSIDERANDO a sumula 9 da Advocacia Pública expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – onde cita “O controle de ponto é incompatível com as atividades do Advogado Público”;

CONSIDERANDO o Enunciado 83 da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM que considera que devido as peculiaridades inerentes à função é incompatível o controle de ponto, jornada ou frequência.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar o Servidor Mauro Laércio Carvalho de Medeiros, Matrícula 11.262, ocupante do cargo de Advogado, do controle de jornada diário, em função da incompatibilidade com o exercício da função exercida.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de novembro de 2023.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

PORTARIA Nº 353/2023 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319159

PORTARIA Nº 353/2023 De 06 de novembro de 2023	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido, em 06 de novembro de 2023, o contrato de trabalho firmado com a Servidora DAIANE RIVA matrícula 11.231, ocupante do cargo de Professor MAG II, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 06 de novembro de 2023.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2023 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 5319193

DECRETO Nº 108/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei nº 1.024/2022 de 24/11/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 161.100,13 (cento e sessenta e um mil, cem reais e treze centavos), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.570.7000.275 a seguinte dotação:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0401.12.361.0002.2010	Manutenção do Ensino Fundamental	161.100,13
4.4.90.00/0.1.570.7000.275	Investimentos	161.100,13

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2023.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos seis dias no mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LICITAÇÃO, NA MODALIDADE CONCURSO, PARA SELEÇÃO DO MELHOR PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA PARA REFORMA E RESTAURAÇÃO DO CASARÃO PHILIPPI – CENTRO CULTURAL ÁGUAS MORNAS

Publicação Nº 5319167

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: LICITAÇÃO, NA MODALIDADE CONCURSO, PARA SELEÇÃO DO MELHOR PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA PARA REFORMA E RESTAURAÇÃO DO CASARÃO PHILIPPI – CENTRO CULTURAL ÁGUAS MORNAS.

ENTIDADE PROMOTORA DO CONCURSO: FULÔ PROJETOS DE CULTURA LTDA., CNPJ: 06.037.757/0001-36.

PRAZO PARA INSCRIÇÃO: ATÉ 21 DE DEZEMBRO DE 2023

O EDITAL COMPLETO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITE: www.fulocultural.com

PORTARIA Nº. 235 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319225

PORTARIA Nº. 235/2023

CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Senhora Maria dos Passos Fernandes Rodrigues, matrícula nº 1204, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 13 (treze) dias, a partir de 13.10.2023, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº. 17/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13.10.2023.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2023.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Luana Caroline da Silva Rosa
RESPONSÁVEL

PORTARIA N°. 236 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5319231

PORTARIA N°. 236/2023

CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Senhora Maria de Lourdes Ávila do Carmo, matrícula n° 738, ocupante do cargo de Professora Pós-Graduada, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 23.10.2023, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar n°. 17/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23.10.2023.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2023.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Luana Caroline da Silva Rosa
RESPONSÁVEL

PORTARIA N°. 237 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5319247

PORTARIA N°. 237/2023

CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Senhora Laurete Jochem Salm, matrícula n° 688, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 90 (noventa) dias a partir de 24.10.2023, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar n°.017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24.10.2023.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2023.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Luana Caroline da Silva Rosa
RESPONSÁVEL

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 231/2023

Publicação Nº 5301671

DECRETO Nº. 231/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o falecimento do servidor HUMBERTO GABRIEL CZAJKOWSKI, ocupante do cargo de Professor ACT Não Habilitado, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ocorrido na data de hoje, 03 de novembro de 2023,

CONSIDERANDO os trabalhos dedicados à comunidade no decorrer de sua vida como cidadão e servidor público municipal;

CONSIDERANDO finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território Municipal de 3 (três) dias, a contar da edição deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento do Servidor Público Municipal, HUMBERTO GABRIEL CZAJKOWSKI, ocupante do cargo de Professor ACT Não Habilitado, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º Todos os órgãos da administração pública direta e indireta do Município manterão Luto Oficial durante o período mencionado no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta (SC), 03 de novembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 089/2023 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 159/2023)**

Publicação Nº 5301301

AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B768219E438E4830D1BC55C1C2F227B5D5E454C

8B768219E438E4830D1BC55C1C2F227B5D5E454C

Processo Administrativo n. 159/2023; Pregão Eletrônico n. 89/2023; Tipo: Registro de preços; menor preço por LOTE. Objeto: Abertura de processo legal para A AQUISIÇÃO DE LIVROS DE INGLÊS PARA USO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Data da sessão: Dia 20 de novembro de 2023. Horário: 09h00min. Local: comprasbr.com.br Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov

Antônio Carlos/SC, 03 de novembro de 2023

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal**PORTARIA_580/2023**

Publicação Nº 5301680

PORTARIA Nº 580/2023
Concede Licença Prêmio aos servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANO HAMES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	01/02/2017 a 31/01/2022	07/11/2023 a 19/11/2023
ALEXANDRA GUESSER KOCH	PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	02/10/2017 a 19/04/2022	07/11/2023 a 14/11/2023
CARMEM GUESSER KOCH	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	01/08/2016 a 31/07/2021	20/11/2023 a 04/12/2023
JANAINA PAULI CLASEN	PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	27/04/2015 a 26/04/2020	20/11/2023 a 28/11/2023
JANAINA PAULI CLASEN	PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	27/04/2020 a 19/04/2022	29/11/2023 a 04/12/2023
JOÃO ERNESTO LEITE	PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	23/02/2020 a 19/04/2022	07/11/2023 a 01/12/2023
JOSÉ RUBENS MACHADO	OPERADOR DE MÁQUINA	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	01/09/2013 a 31/08/2018	01/11/2023 a 15/11/2023
LUCIO DA ROSA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	08/05/2015 a 07/05/2020	07/11/2023 a 16/11/2023

LUCIO DA ROSA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	08/05/2020 a 19/04/2022	16/11/2023 a 17/11/2023
MARGARETE VIEIRA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	01/10/2019 a 19/04/2022	07/11/2023 a 24/11/2023
MARILENE DA SILVA FREIBERGER	PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	09/03/2015 a 08/03/2020	06/11/2023 a 15/12/2023
RAFAEL GUESSER	INSEMINADOR	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	15/04/2019 a 19/04/2022	07/11/2023 a 16/11/2023

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 03 de novembro de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito

Publicada a presente portaria em 06 de novembro de 2023.

PORTARIA_581/2023

Publicação N° 5301683

PORTARIA N° 581/2023
Dispensa o servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar a servidora KENIA CRISTINA TAVARES do cargo de ACT PSICOLOGO 40 HORAS, a partir de 03 de outubro de 2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 03 de novembro de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 06 de novembro de 2023.

P.A.F.K.

PORTARIA_582/2023

Publicação N° 5301686

PORTARIA N° 582/2023

Designa Diretora Municipal de Saúde para as funções de Secretário de Saúde.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município e Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar interinamente a Diretora de saúde FRANCINI SCHMITT DE GARAES para exercer as funções do cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL a partir de 02/11/2023 a 16/11/2023.

Artigo 2º - Pela designação concretizada na forma do artigo anterior, o designado receberá o subsídio equivalente ao Secretário Municipal.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2023.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 03 de novembro de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de novembro de 2023.

P.A.F.K.

ERRATA PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 154/2023 PREGÃO PRESENCIAL N. 85/2023 (REGISTRO DE PREÇO)

Publicação Nº 5301514

**MUNICÍPIO DE
ANTÔNIO
CARLOS****CAPITAL
CATARINENSE
DAS HORTALIÇAS****CIDADE DE
Antônio
Carlos****ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta, 10, Centro - Fone/Fax: (48) 3272 8600 – 3272 8617

e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br**ERRATA****PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 154/2023****PREGÃO PRESENCIAL N. 85/2023 (REGISTRO DE PREÇO)****Objeto do pregão:**

A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios, higiene, limpeza e gás para as secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Vale salientar que a aquisição de material de consumo se revela uma necessidade contínua e a falta dos objetos pretendidos poderá comprometer a continuidade das atividades do município de Antônio Carlos/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ONDE LÊ-SE**Item 10**

Café torrado e moído.

Composição: De primeira qualidade, grãos torrados em suspensão, Extra forte, tipo exportação, moídos e embalados a vácuo, acondicionado em embalagem tipo caixinha de papelão de 500 gramas, apresentar na embalagem "torra escura", com prazo de validade expresso na embalagem, remanescente de no mínimo 8 (oito) meses. Apresentando o selo de pureza ABIC (Associação Brasileira de Indústria de Café) e selo de Sistema Gestão de Qualidade ISO 9001. Embalagem com 500 gramas. Apresentar junto a Proposta laudo Bromatológico, validade não superior a 180 dias da abertura das propostas.

LEIA -SE**Item 10**

Café torrado e moído.

Composição: De primeira qualidade, grãos torrados em suspensão, Extra forte, tipo exportação, moídos e embalados a vácuo, acondicionado em embalagem tipo caixinha de papelão de 500 gramas, apresentar na embalagem "torra escura", com prazo de validade expresso na embalagem, remanescente de no mínimo 8 (oito) meses. Apresentando o selo de Sistema Gestão de Qualidade ISO 9001. Embalagem com 500 gramas. Apresentar junto a Proposta laudo Bromatológico, validade não superior a 180 dias da abertura das propostas.



MUNICÍPIO DE
**ANTÔNIO
CARLOS**



ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta, 10, Centro - Fone/Fax: (48) 3272 8600 – 3272 8617

e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br

Tendo em vista a errata alterar na formulação das propostas, a data da sessão sofrerá alteração, conforme segue.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: comprasbr.com.br

Antônio Carlos/SC, 03 de novembro de 2023.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

CRENCIAMENTO/CHAMAMENTO 08/2023 FMS

Publicação N° 5285747

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Credenciamento/Chamamento Público nº 08/2023 FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROCEDIMENTOS E EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA.

Local de entrega dos envelopes: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna/SC, 89135-000 a partir das 09 horas do dia 10 de novembro de 2023.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000. Edital disponível em www.apiuna.sc.gov.br.

Marcelo Doutel da Silva/Prefeito de Apiúna

Balneário Camboriú

PREFEITURA

PE 142/2023 - PMBC - COMPRASNET 187/2023

Publicação Nº 5285530

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2023 – PMBC

COMPRASNET Nº 187/2023

OBJETO: o Registro de Preços para fornecimento de Soluções Nutritivas Parenterais.

TIPO: Menor Preço

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: Dia 17/11/2023

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h30min.

VALOR ESTIMADO: R\$ 761.810,00

O edital e seus anexos estão disponíveis no site <https://www.bc.sc.gov.br>, na aba LICITAÇÕES e no Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 988039.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, no endereço fixado no rodapé, ou pelo telefone (47) 3267-7191, ramal: 3657, e/ ou preferencialmente por meio do Protocolo Eletrônico, disponível no site do Município.

Balneário Camboriú, 31 de outubro de 2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

PORTARIA 30.382/2023

Publicação Nº 5301761

PORTARIA Nº 30.382/2023

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 66º inciso I da Lei Municipal 1.069/91.

RESOLVE:

1º – EXONERAR A PEDIDO o Sr. CRISTIANO JOSE DOS SANTOS do cargo de provimento em comissão de Secretário, lotado na Secretaria de Articulação tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 06 de novembro de 2023.

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 693, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301173

PORTARIA Nº 693, de 03 de novembro de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 3,0 (cinco) diárias ao servidor Fabricio Friederichs, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), para participar do evento estadual do programa "penso logo destino", na cidade de Nova Veneza- SC, conforme Memorando Nº 27/2023 e Roteiro de Viagem Nº 10/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 694, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301174

PORTARIA Nº 694, de 03 de novembro de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 3,0 (cinco) diárias ao servidor Eduardo Frederichs, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), para acompanhar Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na participação do evento estadual do programa "penso logo destino", na cidade de Nova Veneza- SC, conforme Memorando Nº 28/2023 e Roteiro de Viagem Nº 11/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 695, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301176

PORTARIA Nº 695, de 03 de novembro de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 3,0 (cinco) diárias a servidora Isabela Carolina Gagliotto Galvan, ocupante do cargo de Engenheira Civil e Agente Municipal Ambiental, no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), para acompanhar Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na participação do evento estadual do programa "penso logo destino", na cidade de Nova Veneza- SC, conforme Memorando Nº 29/2023 e Roteiro de Viagem Nº 12/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 696, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301179

PORTARIA Nº 696, de 03 de novembro de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 3,0 (cinco) diárias a servidora Josiane Lucia Dresch, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), para acompanhar Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na participação do evento estadual do programa "penso logo destino", na cidade de Nova Veneza- SC, conforme Memorando Nº 30/2023 e Roteiro de Viagem Nº 13/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO a servidora acima citada na importância de R\$ 50,00 (cento e cinquenta reais), para despesa com estacionamento e outros do veículo SPIN Placas QJZ 7139, e ADIANTAMENTO no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para despesa com combustível e outros do veículo SPIN Placas QJZ 7139, quando em viagem à cidade de Nova Veneza/SC para acompanhar Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na participação do evento estadual do programa "penso logo destino", conforme Memorando Nº 31/2023 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 697, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301185

PORTARIA Nº 697, de 03 de novembro de 2023

"Concede diária complementar e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária complementar ao servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 108,00 (cento e oito reais), para complementar o Memorando Nº 345/2023 para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde na cidade de Florianópolis/SC e Joinville/SC, conforme Memorando Nº 351/2023 e Roteiro de Viagem Nº 351/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 698, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301429

PORTARIA Nº 698, de 03 de novembro de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias a servidora Vali Rost Zangalli, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, no valor de R\$ 1.134,00 (um mil, cento e trinta e quatro reais), para participar na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, na cidade de Ingleses – Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 03/2023 e Roteiro de Viagem Nº 03/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 699, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301430

PORTARIA Nº 699, de 03 de novembro de 2023

“Concede adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder ADIANTAMENTO a servidora Juliana Bassani, ocupante do cargo de Orientadora Social, na importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para despesas de alimentação quando em viagem para participar da Conferência Estadual da Assistência Social na cidade de Ingleses – Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 02/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 700, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301547

PORTARIA Nº 700, de 03 de novembro de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve

Art.1º- Conceder 5,0 (cinco) diárias ao servidor Roberto Francisco Giongo, ocupante do cargo de Vice Prefeito Municipal, no valor de R\$ 3.795,00 (três mil, setecentos e noventa e cinco reais), para viagem a cidade de Brasília/DF, para participar do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos que acontecerá de 07 a 10 de novembro de 2023, marca os 59 anos de fundação da União dos Vereadores do Brasil – UVB, conforme Memorando Nº 39/2023 e Roteiro de Viagem Nº 39/2023 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 0022/2023

Publicação Nº 5311243

PORTARIA Nº. 0022/2023

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:
Resolve.

Art.1º- Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº DEJAIR ANGELO ROMAN**, matrícula nº. 3946-01, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 016/2023 e Roteiro de Viagem nº 016/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0023/2023

Publicação Nº 5311244

PORTARIA Nº. 0023/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Sr. LUIZ GIBRAIL DRESCH**, matrícula nº. 12604-7, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 017/2023 e Roteiro de Viagem nº 017/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0024/2023

Publicação Nº 5311245

PORTARIA Nº. 0024/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Sr. VANDERLEI PELOZATO**, matrícula nº. 3949-1, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 018/2023 e Roteiro de Viagem nº 018/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0025/2023

Publicação Nº 5311246

PORTARIA Nº. 0025/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº IVO ARALDI**, matrícula nº. 393701-1, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 019/2023 e Roteiro de Viagem nº 019/2023, da Câmara Municipal de Vereadores. Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0026/2023

Publicação Nº 5311247

PORTARIA Nº. 0026/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº JEAN CHRISTOFOLI**, matrícula nº. 3947-1, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 020/2023 e Roteiro de Viagem nº 020/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0027/2023

Publicação Nº 5311255

PORTARIA Nº. 0027/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº VALDELIRIO BARCELLOS DA CRUZ**, matrícula nº. 3923-3, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 021/2023 e Roteiro de Viagem nº 021/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.
Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0028/2023

Publicação Nº 5311248

PORTARIA Nº. 0028/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº NEIR IZIDORO MITTMANN**, matrícula nº. 1812-03, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 022/2023 e Roteiro de Viagem nº 022/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA N°. 0029/2023

Publicação N° 5311249

PORTARIA N°. 0029/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº JOACIR RALDI**, matrícula nº. 1507-03, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 023/2023 e Roteiro de Viagem nº 023/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0030/2023

Publicação Nº 5311250

PORTARIA Nº. 0030/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº OLIVIO JUNIOR BERTAN**, matrícula nº. 3948-01, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 024/2023 e Roteiro de Viagem nº 024/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0031/2023

Publicação Nº 5311251

PORTARIA Nº. 0031/2023**Concede diária e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal: Resolve.

Art.1º- Conceder 5 (cinco diárias) ao Vereador, **Srº ROGERIO TESSER**, matrícula nº. 2569-0-3, no valor de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 025/2023 e Roteiro de Viagem nº 025/2023, da **Câmara Municipal de Vereadores**.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA N°. 0032/2023

Publicação N° 5311252

PORTARIA N°. 0032/2023**Concede Adiantamento e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao servidor, ao Vereador, Srº JEAN CHRISTOFOLI, matrícula nº. 3947-1, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 026/2023 e Roteiro de Viagem nº 026/2023, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA N°. 0033/2023

Publicação N° 5311253

PORTARIA N°. 0033/2023**Concede Adiantamento e da outras providências**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao servidor, ao Vereador, Sr. VANDERLEI PELOZATO, matrícula nº. 3949-1, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014. Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 027/2023 e Roteiro de Viagem nº 027/2023, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

PORTARIA Nº. 0034/2023

Publicação Nº 5311254

PORTARIA Nº. 0034/2023

Concede Adiantamento e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao servidor, ao Vereador, Srº JEAN CHRISTOFOLI, matrícula nº. 2569-0-3, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamentos em locomoção em viagem para Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais – UVB 59 anos em Brasília/DF, Conforme Memorando nº 028/2023 e Roteiro de Viagem nº 028/2023, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 03 de novembro de 2023.

OLIVIO
Presidente

JUNIOR
do

BERTAN
Legislativo

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 34, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5286330

PORTARIA Nº 34, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Municio de Barra Velha - IPREVE"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º e 10, da Lei Complementar 177/2014, de 10 de setembro de 2014 e Lei Complementar nº 120/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1.834, de 09 de fevereiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata MARILENE GONZAGA, matrícula funcional nº 005, para o cargo efetivo de CONTADOR, nível 2, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 177/2014, lotada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 06 de novembro de 2023.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO PE 121/2023**

Publicação Nº 5301306

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2023

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

IMPUGNANTE: BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA (45.329.312/0001-81)

Prezados Senhores,

Pelos motivos, fundamentos e recomendações expostas no Parecer Jurídico em anexo, não conhecemos a impugnação por ser intempestiva, e no julgar do mérito, mesmo que desnecessário, inacolher a argumentação por entender justificado o prazo de entrega dos produtos, determinando à Comissão do Pregão pelo prosseguimento do procedimento licitatório.

Retorne os autos do processo ao Setor de Licitações para as providências de estilo.

Benedito Novo - SC, 03 de novembro de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
PREFEITA DE BENEDITO NOVO

PORTARIA Nº 519/2023 - RETOMA LICENÇA-PRÊMIO

Publicação Nº 5319207

PORTARIA Nº 519/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETOMA LICENÇA-PRÊMIO

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95; Considerando Lei Complementar Federal nº 173/2020, de 27 de maio de 2020, artigo Art. 8º, inciso IX; Considerando Portaria nº 267/2023, de 19 de junho de 2023, na qual concedeu Licença Prêmio; Considerando Portaria nº 297/2023, de 02 de julho de 2023, que interrompeu o prazo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º - Retomar licença-prêmio a servidora MARLISE VOLTOLINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, subanexo I, do Quadro de Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, quinquênio de 01/03/2016 a 28/02/2021 e prorrogado até 05/10/2022, com recebimento em Gozo pelo Período de 01 de novembro de 2023 a 19 de janeiro de 2024, em razão de retornar da Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de novembro de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 520/2023 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 434/2023

Publicação Nº 5319211

PORTARIA Nº 520/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 434/2023

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

Considerando Portaria nº 302/2023, de 04/07/2023, na qual retificou o motivo de afastamento para Licença para Tratamento de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 19 de janeiro de 2024, o prazo da Portaria nº 434/2023, de 19 de setembro de 2023, que contratou a Servidora YOLANDA BARBOSA ALVARES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, subanexo I, do Quadro de Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, através do Processo Seletivo 007/2022, em substituição a servidora Marlise Voltolini, que se encontra em gozo da Licença Prêmio.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de novembro de 2023.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 221/2023

Publicação Nº 5302278

DECRETO Nº 221/2023 DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre os procedimentos para escolha de turmas e turno de trabalho para os servidores detentores do cargo de provimento efetivo de professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

DECRETA:

Art. 1º Os servidores efetivos detentores do cargo de Professor e de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala deverão escolher suas turmas e seus turnos de trabalho para o ano letivo de 2024 baseados nos critérios definidos no Projeto Político Pedagógico de cada Unidade Escolar.

Art. 2º Na impossibilidade de adoção dos critérios mencionados no art. 1º deste Decreto, ficam estabelecidos os seguintes critérios para escolha de turma e turno para os professores e técnicos em magistério auxiliar de sala efetivos:

- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala com maior tempo de serviço na instituição, em caráter efetivo.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala em atividade em sala de aula, durante o ano letivo de 2023.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala que não obteve faltas injustificadas no ano letivo de 2023.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala que ocupou cargo de direção nas Unidades Escolares.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala readaptado ou à disposição em outra Unidade Escolar.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala à disposição de outros órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria Municipal de Educação.
- Professor e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala que esteja em licença sem vencimento.

Art. 3º Caso ocorra empate, escolherá primeiro mediante os seguintes critérios:

- Maior tempo de carreira no Magistério Público Municipal da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu, como efetivo e Contratado em Caráter Temporário (ACT). O cargo tempo de serviço a ser computado deve ser do cargo atual. O tempo de serviço deverá ser comprovado através de documento expedido pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Biguaçu;
- Maior idade;
- Maior grau de habilitação profissional;

Art. 4º O Professor e o Técnico em Magistério Auxiliar de Sala são lotados na Unidade Escolar e não nas turmas e turnos.

Art. 5º O Professor da Educação Infantil contratado sob o regime de trabalho de 40 horas semanais em pleno exercício da função, deverá escolher uma única turma, no período matutino ou vespertino, cumprindo assim, 2/3 (dois terços) de efetivo trabalho de interação os educandos.

Art. 6º O Técnico em Magistério Auxiliar de Sala poderá escolher somente entre os Grupos Berçário, Grupo I, Grupo II e Grupo III.

Art. 7º A escolha de turmas e turno será realizada impreterivelmente até o dia 17 de novembro do corrente ano e o horário será agendado pela Direção da Unidade Escolar. O Professor e o Técnico em Magistério Auxiliar de Sala impossibilitado de comparecer poderá apresentar procuração, registrada em cartório, para que seu representante esteja na hora, local e data agendado.

Art. 8º O Professor e o Técnico em Magistério Auxiliar de Sala em licença maternidade e ou licença prêmio, escolherá vaga seguindo os critérios estabelecidos nos artigos 1º e 2º deste Decreto.

Art. 9º Compete ao(a) Diretor(a) registrar em livro ata, a escolha de turmas e turno, onde a mesma deverá ser assinada pelos presentes e deverá ser encaminhada sua cópia para a Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, impreterivelmente até o dia 20 de novembro de 2023.

Art. 10 Compete à Direção da Unidade Escolar comunicar aos Professores e aos Técnicos em Magistério Auxiliar de Sala que se encontram em licença para tratamento de saúde e/ou licença sem vencimento para participar da Escolha de Turmas, conforme dia e horário agendado pela Direção.

Art. 11 Os servidores que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2023 não deverão realizar a escolha de turmas e turnos neste momento. Após a escolha dos servidores que já se encontravam lotados nas instituições e da efetivação das remoções referentes ao Edital nº

021/2023/SEMED, estes servidores serão convocados pela SEMED para escolherem sua lotação definitiva e seus turno e turmas para o ano letivo de 2024.

Art. 12 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI COMPLEMENTAR Nº 266/2023

Publicação Nº 5302277

LEI COMPLEMENTAR Nº 266/2023 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA O ART. 1º, § 4º, V, DA LEI COMPLEMENTAR N. 219, DE 28 DE JUNHO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES, CLANDESTINAS E NÃO ADEQUADAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º, §4º, V, da Lei Complementar 219/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

V – Certidão de aforamento expedida pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU ou Protocolo de requerimento de ocupação/aforamento perante a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, quando for o caso.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 266/2023, de 03/11/2023
Sancionada em 03/11/2023
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação e Expediente

LEI Nº 4227/2023

Publicação Nº 5302275

LEI Nº 4227/2023 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2024 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2022/2025;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;

VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
IX – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Receita;
- II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2024 e Metas Financeiras para 2024, 2025 e 2026;
- III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa por Programa de Governo;
- IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;
- V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo da Meta Fiscal de Resultado Primário;
- VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal do Montante da Dívida;
- VIII – Anexo I.3 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2022;
- IX – Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;
- X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
- XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2022;
- XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das obras que passarão para 2024 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;
- XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;
- XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino; e
- XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2024

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;
- VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;
- VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;
- IX – execução orçamentária – arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira – efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.
- XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de

Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 110/2016 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999 e alterações posteriores, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 117/2021 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2024. (Art. 5º, III da LRF)
- XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)
- XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2024. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)
- XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2024. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido o remanejamento de dotação por decreto do chefe do Poder Executivo: de um grupo de natureza de despesa para outro dentro da mesma ação de governo, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação na ação de governo por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º Para fins desta lei e da Lei Orçamentária Anual para 2024 entende-se por categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, as despesas classificadas por programas de governo nas suas diversas ações de governo que a compõem.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;
II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2022, identificando o estoque da Dívida Ativa;
III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2021 e 2022 e despesa fixada para 2023 e 2024;
IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2021 a 2023;
VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico em 2024;
VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em 2024;
VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2023;
IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2020 a 31/08/2023.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2024.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Biguaçu será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2024 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2024 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2024, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir a fonte 1.500.7000.000 – Recursos Ordinários, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas pelas fontes, 1.500.7000.000 – Recursos Ordinários, 1.500.1001.000– Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação e 1.500.1002.000 – Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde e relacionadas a:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e
IV – Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2024, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2023.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário nos casos de intempéries ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2024 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2023 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor em ações de governo.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2024 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2024 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 serão realizados em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 840/2016, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de estrutura de contas correntes fontes/destinações de recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2024, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços projetados para 2024.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2024, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2024 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com alimentação escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento em ações e serviços públicos de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias e demais unidades gestoras.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2024, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2024, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;
- II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e
- III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2024 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% (vinte por cento) de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º. Para o atendimento de situações específicas, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em vincular receitas consideradas extraordinárias a determinadas despesas através da criação de Fonte de Recursos.

Art. 34 No exercício de 2024 os gastos mínimos de: 25% das receitas resultantes de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 70% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos produtos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 90% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 1.500.1001.000 - Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 1.540.1070.000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de impostos

- Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício Básica, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 1.500.1002.000- Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 1.540.1070.000 e 1.540.7000.000 comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§5º As despesas não liquidadas só serão consideradas para efeito de apuração dos gastos mínimos se houver cobertura financeira na respectiva fonte de recurso.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária para 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado de nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2024 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I– eliminação das despesas com horas extras
- II– exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão
- III – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2024 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2023.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2024 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Lei nº 4227/2023, de 03/11/2023
Sancionada em 03/11/2023
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação e Expediente

PORTARIA Nº 4040/2023

Publicação Nº 5301499

PORTARIA nº 4040 de 03 de novembro de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade a servidora, ANA CAROLINA FERNANDES FURTADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA PATRIMONIAL na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 25/10/2023 a 22/04/2024.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4041/2023

Publicação Nº 5301500

PORTARIA nº 4041 de 03 de novembro de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ANDREA JUNKES RODRIGUES PRAZERES, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 31/10/2023.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4042/2023

Publicação Nº 5301641

PORTARIA nº 4042 de 03 de novembro de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) CLEIDE CRISTINA DA SILVA BATISTA FALCONI, ocupante do cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS 40, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 15/05/2023.

Biguaçu, 03 de novembro de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PUBLICAÇÃO - 5ª SEMANA - 10.2023 - PMB, FMS E FAMABI

Publicação Nº 5301628

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 238/2023

Contratado: IPM INFORMÁTICA PUBLICA MUNICIPAL LTDA

CNPJ/CPF: 01.258.027/0001-41

Nº processo: Nº 52/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Data de assinatura: 19/10/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 1.009.988,47

Vigência: 19/10/2023 a 19/10/2024

Despesa(s):

85 - 09.002.12.365.0003.2026.3.3.90.00.00

66 - 09.002.12.361.0003.2020.3.3.90.00.00

80 - 09.002.12.365.0003.2025.3.3.90.00.00

51 - 08.001.04.129.0002.2011.3.3.90.00.00

245 - 26.001.04.122.0001.2109.3.3.90.00.00

135 - 11.002.08.244.0006.2058.3.3.90.00.00

28 - 05.001.04.122.0002.2087.3.3.90.00.00

37 - 05.005.06.181.0011.2095.3.3.90.00.00

254 - 27.001.04.121.0002.2110.3.3.90.00.00

3 - 02.001.04.124.0001.2085.3.3.90.00.00

182 - 13.001.15.452.0009.2091.3.3.90.00.00

224 - 16.001.20.608.0007.2068.3.3.90.00.00

41 - 06.001.02.062.0001.2005.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 239/2023

Contratado: IPM INFORMÁTICA PUBLICA MUNICIPAL LTDA

CNPJ/CPF: 01.258.027/0001-41

Nº processo: Nº 52/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Data de assinatura: 19/10/2023

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 328.033,98

Vigência: 19/10/2023 a 19/10/2024

Despesa(s):

12 - 10.001.10.301.0004.2035.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 240/2023

Contratado: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

CNPJ/CPF: 01.258.027/0001-41

Nº processo: Nº 52/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Data de assinatura: 19/10/2023

Entidade: FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE BIGUAÇU - FAMABI

Valor: R\$ 64.861,16

Vigência: 19/10/2023 a 19/10/2024

Despesa(s):

3 - 18.001.18.541.0008.2073.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 245/2023

Contratado: OXIGÊNIO PALHOÇA COMERCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE

CNPJ/CPF: 22.337.051/0001-46

Nº processo: Nº 223/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR FINALIDADE ESTABELECE O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA QUE REALIZARÁ O ABASTECIMENTO PARCELADO DE CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E À 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU, BEM COMO O FORNECIMENTO DE GASES DE USO INDUSTRIAL, COMO OXIGÊNIO, ACETILENO E MISTURA PARA SOLDA MIG, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS. O FORNECIMENTO INCLUI A DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO.

Data de assinatura: 30/10/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 30.640,00

Vigência: 30/10/2023 a 30/10/2024

Despesa(s):

Tipo de Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 246/2023

Contratado: OXIGÊNIO PALHOÇA COMERCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE

CNPJ/CPF: 22.337.051/0001-46

Nº processo: Nº 223/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR FINALIDADE ESTABELECE O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA QUE REALIZARÁ O ABASTECIMENTO PARCELADO DE CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E À 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU, BEM COMO O FORNECIMENTO DE GASES DE USO INDUSTRIAL, COMO OXIGÊNIO, ACETILENO E MISTURA PARA SOLDA MIG, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS. O FORNECIMENTO INCLUI A DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO.

Data de assinatura: 30/10/2023

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE BIGUAÇU

Valor: R\$ 245.000,00

Vigência: 30/10/2023 a 30/10/2024

Despesa(s):

Tipo de Prazo - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 157/2022 Aditivo: 4

Contratado: VM CONSTRUÇOES LTDA

CNPJ/CPF: 33.931.154/0001-56

Nº processo: Nº 137/2022

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DO CEIM PROFª JANDIRA FARIA DE AMORIM POR MEIO DA EXECUÇÃO DE MURO DE ALVENARIA NOS LIMITES DO TERRENO, LOCALIZADO NA RUA TREZE DE MAIO S/N, BAIRRO SAUDADE, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 25/10/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 09/11/2023 a 07/02/2024

Despesa(s):

58 - 09.002.12.365.0003.1051.4.4.90.00.00

58 - 09.002.12.365.0003.1051.4.4.90.00.00

Tipo de Prazo - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 116/2022 Aditivo: 7

Contratado: CONSTRUÇÕES SCHOROEDER LTDA

CNPJ/CPF: 10.249.046/0001-00

Nº processo: Nº 98/2022

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JOÃO JOAQUIM FRANCISCO, LOCALIZADA NO BAIRRO TRÊS RIACHOS, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 25/10/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 01/11/2023 a 29/02/2024

Despesa(s):

167 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

167 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

167 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Tipo de Prazo Valor - Termo de Contrato

Nº contrato: Nº 74/2023 Aditivo: 5

Contratado: REGÊNCIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA

CNPJ/CPF: 33.647.542/0001-00

Nº processo: Nº 98/2023

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA PARA OS CEIM'S DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 11/10/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 314.474,85

Vigência: 11/10/2023 a 15/12/2023

Despesa(s):

80 - 09.002.12.365.0003.2025.3.3.90.00.00

85 - 09.002.12.365.0003.2026.3.3.90.00.00

66 - 09.002.12.361.0003.2020.3.3.90.00.00

Biguaçu, 06 de novembro de 2023.

Salmir da Silva

Prefeito Municipal de Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N165 - FERIAS GUILHERME CARLOS ULLRICH**

Publicação Nº 5287121

**PORTARIA Nº 165/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor **Guilherme Carlos Ullrich**, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar – Nível II, por 30 (trinta) dias. Início em 06/11/2023 e término em 05/12/2023. Referente ao período aquisitivo de 11/05/2022 a 10/05/2023.


Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 06 de novembro de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres
Presidente

 cmb.sc.gov.br

 R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152

 Telefone: (48) 3243-4233

PORTARIA Nº 166/2023 - FERIAS CARLOS ROBERTO FERREIRA

Publicação Nº 5287153

**PORTARIA Nº 166/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor **Carlos Roberto Ferreira**, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar – Nível II, por 10 (dez) dias. Início em 06/11/2023 e término em 15/11/2023. Referente ao período aquisitivo de 11/01/2022 a 10/01/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 06 de novembro de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres
Presidente

cmb.sc.gov.br

R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152



Telefone: (48) 3243-4233

Blumenau**PREFEITURA****LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO EM FAVOR DE LOTEAMENTO COLINA ALTA LTDA Nº 16/2023**

Publicação Nº 5301225

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO – LAP/LAI nº 16/2023

VALIDADE: 48 MESES

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, pelo art. 10 da Lei Federal nº 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA nº 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar nº 747 de 2010, bem como Decreto Municipal nº 14.537 de 2023 e em conformidade com a Resolução CONSEMA nº 006 de 2007, concede a presente Licença Ambiental Prévia e de Instalação à: Identificação:

Empreendimento/Proprietário: LOTEAMENTO COLINA ALTA LTDA

Endereço: RUA ARNOLDO PRIM 325, AGUA VERDE, BLUMENAU/SC

Número: 325 SALA: 01;

CEP: 89037-040

Fone: (47) 30366265

CNPJ/CPF: 22.271.672/0001-74 Localização do empreendimento:

Endereço: RUA FREDERICO BOHRINGER, ITROUPAVAZINHA, BLUMENAU/SC

Número: 00 ARREMATACÃO

CEP: 89066-380 Ramo e caracterização da atividade empresarial:

Código enquadramento (Resolução CONSEMA nº 99/2017): 71.11.00 - Parcelamento do solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:

a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei Federal nº 10.275, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento. Informações:

Condicionantes de Validade desta Licença Ambiental Prévia e de Instalação – LAP/LAI 16/2023:

Condicionantes

1. Esta licença possui o prazo de validade de 48,0 (quarenta e oito) meses;
2. Declara a viabilidade do imóvel de matrícula nº 4.111 do 3º ofício de registro de imóveis de Blumenau para a implantação de um loteamento residencial denominado "Colina Alta Loteamento Residencial", com as seguintes áreas:

O projeto do loteamento foi elaborado pela engenheira civil Ivete M. M. Andreazza CREA/SC 049344-1 – ART 6889536-8

1. e aprovado no dia 01 de março de 2019 pela Diretoria de Análise de Projetos da SEPLAN junto ao processo nº 1652/2016;
2. Disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelas atividades da construção, obedecendo à Resolução 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, conforme PGRCC elaborado pelo engenheiro civil Luiz Eduardo Paolin CREA/SC155880-0– ART 8195950-7;
3. Os níveis de ruídos deverão atender às diretrizes das NBR's 10.151/00 e 10.152/87 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Caso seja constatada a necessidade futura de obras para isolamento acústico, estas deverão ser implantadas pela empresa;
4. A supressão da vegetação deverá ser acompanhada por profissional habilitado responsável para fazer o monitoramento e acompanhamento do resgate ou afugentamento da fauna. No caso de haver ninhos de aves, o serviço deverá ser suspenso até os filhotes abandonarem o ninho;
5. Implantar, quando necessário, medidas de controle para tratamento das emissões atmosféricas, dos efluentes líquidos e resíduos sólidos gerados pela atividade da construção a ser instalada;
6. Esta licença não autoriza o corte e/ou supressão de vegetação (apenas a autorização emitida no SINAFLOR) ou terraplanagem, a comercialização do material removido, o aterro com resíduos da construção civil e sobre hipótese alguma poderá ser aterrada a vegetação arbórea nativa;
7. Fazer o devido "isolamento" das áreas públicas e verde pública;
8. Fazer o enriquecimento da área verde pública com espécies vegetais nativas desta região fitogeográfica;
9. Implantar projeto de arborização urbana, de acordo com as diretrizes da Lei Municipal nº 550/2005 (exceto o artigo 15), especialmente neste caso, com a projeção de utilização exclusiva de espécies arbóreas nativas desta região fitogeográfica e de ocorrência local;
10. Antes de iniciar as obras de movimentação de solo para a implantação do loteamento, deverá anexar ao processo o alvará de terraplanagem. A emissão desta LAP/LAI serve como etapa da certificação de regularidade ambiental prevista no Decreto Municipal nº 12587/2020. Conforme documentos técnicos apresentados, área total de movimento de solo = 9625,00m² ;
11. Implantar sistema de coleta para os esgotos sanitários, conforme projeto elaborado pela Eng. Civil Ivete M. M. Andreazza CREA 049344-1-SC e aprovado pelo engenheiro de projetos da BRK Ambiental Marcos Charles Spiess no parecer nº 34/2019;
12. O tratamento e o monitoramento dos esgotos sanitários deverão cumprir as determinações das NBRs 8.160/99, 7.229/93 e 13.969/97 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e são de responsabilidade do empreendedor;
13. Aspectos urbanísticos inerentes à implantação deste empreendimento são de responsabilidade da SEPLAN – Secretaria de Planejamento Urbano de Blumenau;
14. Não é autorizada a intervenção em propriedades de terceiros;
15. Manter esta licença no local da obra durante toda a sua execução;
16. Esta licença NÃO autoriza qualquer construção, limitando-se exclusivamente a atividade de implantação de loteamento;
17. Esta Licença fica sujeita ao cancelamento pelo descumprimento de qualquer uma de suas condicionantes.

Condições Gerais

A presente licença autoriza a implantação de um loteamento residencial denominado "Colina Alta LoteamentoResidencia", quanto aos seus aspectos de impacto ambiental, diretrizes de uso do solo, e não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, estabelecidas na legislação federal, estadual ou municipal, exigidas pelo Poder Público, os quais deverão ser requeridos junto aos órgãos competentes;

II. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO 120 (cento e vinte dias) antes do vencimento da LAI;

III. Esta Licença se baseia no estudo ambiental e projetos apresentados pelo requerente, devendo o projeto executivo ser exibido quando for solicitada a Licença Ambiental de Operação- LAO.

IV. Mediante decisão motivada poderão ser modificadas as condicionantes, as medidas de controle e adequações e suspensão ou cancelada a presente licença ambiental, caso ocorra:

Fica declarada a viabilidade da atividade quanto aos aspectos de impacto ambiental mediante a instalação dos controles ambientais já propostos e os demais a serem apresentados, caso necessário, quando da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LAO. Mediante decisão motivada poderão ser modificadas as condicionantes, as medidas de controle, as adequações, podendo, ser suspensão ou cancelada a presente licença ambiental, caso ocorra:

- Violação ou inadequação de qualquer condicionante ambiental, exigência ou norma legal;
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiarem a expedição da presente licença;
 - Superveniência de graves riscos ambientais e/ou à saúde pública;
- Operação inadequada dos sistemas de controles ambientais.

Documento digital gerado por:
MARIA EDUARDA WAGNER

Blumenau, 03/11/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida no link: <https://processodigital.blumenau.sc.gov.br/i4iFlowPMB/Ver.aspx> informando o nº do processo 0075242-20.2023.1.24.0415-0000 e o código verificador ab4905

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO EM FAVOR DE MOHR INCORPORADORA LTDA Nº 11/2023

Publicação Nº 5301250

**Secretaria do Meio Ambiente
e Sustentabilidade**Rua XV de Novembro, 1505 - Centro
89010-003 | Blumenau | SC**LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO – LAI nº 11/2023****VALIDADE: 48 MESES**

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, pelo art. 10 da Lei Federal nº 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA nº 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar nº 747 de 2010, bem como Decreto Municipal nº 14.537 de 2023 e em conformidade com a Resolução CONSEMA nº 006 de 2007, concede a presente Licença Ambiental de Instalação à:

Identificação:

Empreendimento/Proprietário: **MOHR INCORPORADORA LTDA**
Endereço: **R PRESIDENTE GETULIO VARGAS 260, CENTRO, BLUMENAU/SC**
Número: **260 SALA 34 EDIF PRESIDENTE**
CEP: **89010-140**
Fone: **(47) 33222661**
CNPJ/CPF: **14.905.831/0001-17**

Localização do empreendimento:

Endereço: **VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIK, ITROUPAVA NORTE, BLUMENAU/SC**
Número: **3070 REMANESCENTE**
CEP: **89052-381**

Ramo e caracterização da atividade empresarial:

Código enquadramento (Resolução CONSEMA nº 99/2017): 71.11.00 - Parcelamento do solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei Federal nº 10.275, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento.

Informações:**Condicionantes de Validade desta Licença Ambiental de Instalação – LAI 11/2023:****Condicionante**

1-Implantação de Loteamento residencial denominado "Loteamento Residencial Bremen" em imóvel de matrícula nº 40.312 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau com área de 48.459,03m² conforme quadro de área abaixo.

Quadro Resumo

Item	Descrição	Área (m²)	Fração(%)
	Gleba Original	48.459,0340	


**Secretaria do Meio Ambiente
e Sustentabilidade**

 Rua XV de Novembro, 1505 - Centro
89010-003 | Blumenau | SC

1			
2	Desmembramento (parcela 01 a 04)	3.885,30	
3	Loteamento	28.202,44	100
3.1	Lotes Residenciais (1 a 43)	16.250,82	57,62
3.2	Área Pública	11.951,62	42,38
3.2.1	Institucional (1 a 3)	33.918,33	13,89
3.2.2	Verde	3.404,91	12,07
3.2.3	Sistema Viário	4.628,38	16,41
4	Remanescente	16.371,2940	

2. O projeto urbanístico do loteamento foi elaborado pelo engenheiro civil Guilherme Mohr CREA/SC 119062-9– ART 8850748-0 e aprovado no dia 27 de junho de 2023 junto ao processo nº5637/2021 pela Diretoria de Análise de Projetos da SEPLAN/PMB.

3. Deverá a Requerente realizar a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelas atividades de implantação do loteamento, obedecendo a Resolução 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e conforme Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil sob responsabilidade do engenheiro civil Guilherme Mohr CREA/SC 119062-9– ART 8850748-0.

4. Os níveis de ruídos deverão atender as diretrizes das NBRs 10.151/19 e 10.152/17 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Caso seja constatada a necessidade futura de obras para isolamento acústico, estas deverão ser implantadas pelo empreendimento.

5. Implantar, quando necessário, medidas de controle para tratamento das emissões atmosféricas, dos efluentes líquidos e resíduos sólidos gerados pela atividade do loteamento a ser implantado.

6. Esta Licença certifica ambientalmente a obra para obtenção de alvará de terraplenagem para a movimentação de solo, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 12.587/2020 – área de certificação: 25.952,26m²;

7. Implantar projeto de arborização urbana, de acordo com as diretrizes da Lei Municipal nº550/2005 (exceto o artigo 15), especialmente neste caso, com a projeção de utilização exclusiva de espécies arbóreas nativas desta região fitogeográfica e de ocorrência local.

8. Implantar rede coletora de esgoto sanitário conforme projeto aprovado pela concessionária pública BRK Ambiental conforme parecer nº68/23 pelo engenheiro Marcos Charles Spiess.

9. O empreendedor deverá isolar as áreas públicas, verdes públicas e APPs além de promover o

**Secretaria do Meio Ambiente
e Sustentabilidade**

Rua XV de Novembro, 1505 - Centro
89010-003 | Blumenau | SC

restabelecimento/enriquecimento da vegetação arbórea nativa sobre a área verde pública projetada e APPs com base no PRAD apresentado e sob responsabilidade técnica do engenheiro florestal – Ricardo Henrique Cestari CREA/SC122523-0– ART 8847975-6.

10. Implantar o passa fauna conforme projeto apresentado sob responsabilidade técnica do engenheiro civil Guilherme Mohr CREA/SC 119062-9.

10. Deverão ser apresentados relatórios semestrais com caracterização específica das ações de implantação do loteamento e considerando os programas ambientais relacionados, inclusive sobre o monitoramento do PRAD.

11. Esta licença está vinculada ao processo nº 24221786 (SINAFLO) sendo vedada intervenção na vegetação arbórea nativa sem o amparo da devida autorização junto daquele processo.

12. O tratamento e o monitoramento dos esgotos sanitários deverão cumprir as determinações das NBRs 8.160/99, 7.229/93 e 13.969/97 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e são de responsabilidade do empreendedor.

13. Aspectos urbanísticos inerentes à implantação deste empreendimento são de responsabilidade da SEPLAN – Secretaria de Planejamento Urbano de Blumenau.

Condições Gerais

I. A presente licença autoriza a implantação do Loteamento Residencial proposto, quanto aos seus aspectos de impacto ambiental, diretrizes de uso do solo, e não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, estabelecidas na legislação federal, estadual ou municipal, exigidas pelo Poder Público, os quais deverão ser requeridos junto aos órgãos competentes;

II. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO 120 (cento e vinte dias) antes do vencimento da LAI;

III. Esta Licença se baseia no estudo ambiental e projetos apresentados pelo requerente, devendo o projeto executivo ser exibido quando for solicitada a Licença Ambiental de Operação- LAO.

IV. Mediante decisão motivada poderão ser modificadas as condicionantes, as medidas de controle e adequações e suspensão ou cancelada a presente licença ambiental, caso ocorra:

- Violação ou inadequação de qualquer condicionante, exigências ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiarem a expedição da presente licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e/ou saúde pública.
- Operação inadequada dos sistemas de controles ambientais.

Documento digital gerado por:
MARIA EDUARDA WAGNER

Blumenau, 03/11/2023



A autenticidade deste documento pode ser conferida no link:
<https://processodigital.blumenau.sc.gov.br/i4iFlowPMB/Ver.aspx>
informando o nº do processo 0073512-71.2023.1.24.0415-0000 e o
código verificador 4be28b

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO EM FAVOR DE HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Nº 38/2023

Publicação Nº 5301358

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO nº 38/2023

VALIDADE: 48 MESES

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 23, VI, art. 30 e art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988, pelo art. 10 da Lei Federal nº 6.938 de 1981, pelo art. 6º da Resolução CONAMA nº 237 de 1997, pelo art. 19 da Lei Complementar nº 747 de 2010, bem como Decreto Municipal no 14.537 de 2023 e em conformidade com a Resolução CONSEMA no 006 de 2007, concede a presente Licença Ambiental de Operação à: Identificação:

Empreendimento/Proprietário: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA.

Endereço: RUA DR. PEDRO ZIMERMANN 5470, ITUPAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC

Número: 5470

CEP: 89068-000

Fone: (11) 24648086

CNPJ/CPF: 61.074.829/0006-38 Localização do empreendimento:

Endereço: RUA DOUTOR PEDRO ZIMMERMANN, ITUPAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC

Número: 5470 ABB

CEP: 89068-000 Ramo e caracterização da atividade empresarial:

Código enquadramento (Resolução CONSEMA nº 99/2017): 13.20.00 - Fabricação de material, equipamentos e aparelhos elétricos. Informações:

As contidas no processo de renovação de licenciamento ambiental protocolado na Prefeitura Municipal de Blumenau sob número nº. 0125581-80.2023.1.24.0415-0000 (Renovação da LAO nº. 3999/2015/FATMA), no parecer técnico GLA nº. 080/2023, no Termo de Compromisso nº. 024/2023, na legislação ambiental em vigor e nas condições de validade desta licença, bem como seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante da mesma. Condicionantes de Validade desta Licença Ambiental de Operação – LAO 38/2023:

Condicionante

1. Funcionamento de uma indústria de fabricação de transformadores de dois tipos: a seco, chamados de Dry-type Transformers (DRY) e os transformadores a óleo, chamados de Oil Distribution Transformers (DTR), caracterizada urbanisticamente de acordo com o Plano Diretor do Município como Porte "G" e ambientalmente como sendo indústria de Porte "G" e Potencial Poluidor Geral "M", com área construída (utilizada para desenvolver as atividades fabris) de 16.702,59 m² e área ao ar livre de 1.042,87 m² (utilizada para atividades como carga e descarga, área de tancagem, depósito de resíduos e de matéria prima, de insumos e de produtos acabados). Horário de funcionamento conforme registros no processo de licenciamento.
2. Separar, acondicionar e destinar adequadamente os resíduos sólidos gerados pela atividade. Resíduos industriais e contaminados devem ser destinados para aterro industrial devidamente licenciado.
3. Apresentar semestralmente, à SEMMAS, relatório dos resíduos gerados pela atividade, relatando a evolução da geração de cada tipo de resíduo através de planilha contendo a quantidade mensal gerada, nome e número da licença ambiental (deverá estar dentro do prazo de validade) do transportador e do destinatário final, forma de tratamento, número do MTR e do CDF, acompanhado dos comprovantes (Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR) e Certificado de Destinação Final (CDF)).
4. Continuidade na captação e uso das águas pluviais, que são armazenadas em cisterna com capacidade para 195,30 m³ e destinadas ao uso em atividades de combate a incêndio.
5. As matérias primas e insumos químicos utilizados/manipulados/estocados deverão ter seu armazenamento e empilhamento de acordo com recomendações do fabricante/fornecedor, serem separados por classe de risco e incompatibilidade, quando pertinente, abrigados de intempéries, dispostos sobre piso pavimentado, sobre paletes quando necessário, em locais dotados de dispositivos para recuperação, para o caso de vazamento acidental.
6. Os odores característicos, resultantes dos processos envolvendo insumos químicos, deverão ser controlados de modo a não serem perceptíveis nas áreas externas aos limites da empresa.
7. Os efluentes sanitários são tratados pela empresa em sua Estação de Tratamento de Efluentes, conforme documentos anexados ao processo. Quaisquer alterações que venham a ocorrer deverão ser comunicadas previamente à SEMMAS.
8. Realizar manutenção/monitoramento regularmente nos sistemas de controle das emissões atmosféricas, mantendo-os em boas condições de funcionamento. O controle das emissões da cabine de pintura é composto por sistema de exaustão, filtro físico de particulado e sistema de sprinklers. Também possui sistema de monitoramento, por uso da Escala de Ringelmann, das emissões atmosféricas emitidas pelos dois geradores de energia e dos veículos que transitam pela empresa. Deverá apresentar, anualmente, à SEMMAS, o relatório técnico, os laudos e as planilhas de controle de manutenção da cabine, troca dos filtros e sistema de monitoramento das emissões atmosféricas dos geradores e dos veículos.
9. Os efluentes das caixas separadoras de areia, água e óleo e os efluentes sanitários seguem para a Estação de Tratamento de Efluentes – E.T.E., projetada para uma vazão de 1,3 m³/h de efluente, composta por tanque de equalização, biofiltro, reator biológico de lodo ativado com sistema de aeração submerso, tanque de sedimentação com tratamento físico-químico, tanque de desinfecção UV, medidor de vazão e leito de secagem de lodo. O efluente tratado é lançado no Ribeirão Itoupava (cadastro no SIOUT SC, comprovante 2022/001.760-1). Deverá dar continuidade na coleta e análise mensal de amostras dos efluentes na entrada e na saída da E.T.E. para avaliar os seguintes parâmetros na entrada: temperatura, DBO, DQO, pH e na saída: temperatura, pH, DQO, DBO5, sólidos sedimentáveis, surfactantes, fenóis, nitrogênio amoniacal, óleos e graxas, turbidez, coliformes termotolerantes, toxicidade aguda com *Vibrio fischeri* e *Daphnia magna*. Os laudos analíticos devem apresentar a assinatura e o número de registro do CRQ do responsável técnico, estarem acompanhados de ART, certificado de acreditação junto ao INMETRO do laboratório responsável pelas análises e estarem acompanhados da cadeia de custódia, bem como apresentarem o selo de acreditação do INMETRO. Os laudos e demais documentos relacionados neste item devem ser apresentados semestralmente à SEMMAS.

10. A cada três meses deverão ser coletadas amostras da saída da E.T.E. e de pontos a jusante e a montante do Ribeirão Itoupava para avaliar os parâmetros: temperatura, pH, DQO, DBO5, sólidos sedimentáveis, surfactantes, fenóis, nitrogênio amoniacal, óleos e graxas, turbidez, coliformes termotolerantes, toxicidade aguda com *Vibrio fischeri* e *Daphnia magna*. Os laudos analíticos devem apresentar a assinatura e o número de registro do CRQ do responsável técnico, acompanhados de ART, certificados de acreditação junto ao INMETRO do laboratório responsável pelas análises e estarem acompanhados da cadeia de custódia, bem como apresentarem o selo de acreditação do INMETRO. Os laudos e demais documentos relacionados neste item devem ser apresentados semestralmente à SEMMAS.
11. Os níveis de ruídos gerados pela atividade deverão atender às diretrizes das NBRs 10.151/19 e 10.152/17 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Caso seja constatada a necessidade futura de obras para isolamento acústico, estas deverão ser implantadas pelo empreendedor. Deverá manter o programa de controle e monitoramento de ruídos. Os laudos deverão ser apresentados à SEMMAS quando da renovação desta Licença Ambiental de Operação.
12. Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser armazenado em local adequado e, se apresentar características compatíveis para encaminhamento à reciclagem, deverá ser por coletor devidamente autorizado pelo órgão regulador da Indústria Nacional do Petróleo – ANP e licenciado por órgão ambiental competente, conforme disposto na Resolução nº. 362/2005 do CONAMA.
13. Verificar diariamente e realizar manutenção, se necessário, nas canaletas coletoras de efluentes da pista de abastecimento, área de tancagem, área de armazenamento de produtos e resíduos, mantendo-as limpas, íntegras e com escoamento eficaz.
14. Realizar a manutenção e limpeza periódica dos SSAOs (Sistemas Separadores de Água e Óleo) instalados, mantendo-os limpos e em boas condições de funcionamento.
15. As planilhas de controle do monitoramento/manutenção das canaletas, das bacias de contenção, do piso na área de tancagem, dos SSAOs e/ou outras formas de controle que forem adotadas, deverão ser encaminhadas, semestralmente, à SEMMAS, relatando o monitoramento e as manutenções que porventura tenham sido realizadas.
16. Os responsáveis pela empresa e pelos equipamentos e sistemas, após a constatação de acidentes, vazamentos e/ou risco iminente devem comunicar imediatamente o órgão ambiental e adotar as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
17. Apresentar anualmente, à SEMMAS, o Atestado de Vistoria para Funcionamento, válido, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com informações compatíveis com os documentos apresentados no processo de licenciamento ambiental (áreas, atividades, etc.).
18. Manter o Plano de Ação Emergencial (PAE) atualizado e apresentá-lo à SEMMAS quando da renovação desta Licença Ambiental de Operação.
19. Manter o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) atualizado.
20. Apresentar anualmente, à SEMMAS, o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA, válido.
21. Cumprir o Termo de Compromisso nº. 024/2023 firmado entre a SEMMAS e a Hitachi Energy Brasil Ltda. – CNPJ: 61.074.829/0006-38, sob pena de cancelamento desta licença.

Condições Gerais

A presente licença não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, estabelecidas na legislação federal, estadual ou municipal, exigidas pelo Poder Público, os quais deverão ser requeridos junto aos órgãos competentes;

A análise dos aspectos urbanísticos inerentes à implantação deste empreendimento é de responsabilidade da SEPLAN - Secretaria de Planejamento Urbano de Blumenau;

A ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deve ser comunicada imediatamente ao órgão ambiental municipal, pelos responsáveis pelo estabelecimento e pelos equipamentos e sistemas, devendo ser adotadas as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente;

A ampliação do empreendimento/atividade licenciada que implique em alteração de suas atividades necessita do competente licenciamento ambiental (Resolução CONSEMA nº. 98/2017, art. 11, parágrafos 1º ao 4º);

Qualquer alteração nas instalações e equipamentos das atividades licenciadas, que não impliquem na alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental, deve ser informada ao órgão ambiental municipal para conhecimento e inserção no processo de licenciamento ambiental original (Resolução CONSEMA nº. 98/2017, artigo 11, parágrafo 5º);

Caso ocorra violação ou inadequação de qualquer condicionante ambiental, exigência ou norma legal, omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença, superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública, operação inadequada dos sistemas de controles ambientais, poderão ser solicitadas adequações, modificadas as condicionantes ambientais, as medidas de controle ou ainda suspensa ou cancelada a presente licença ambiental;

A renovação desta Licença Ambiental de Operação (LAO) deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, porém antes de protocolar o pedido de renovação a legislação vigente deverá ser consultada para verificação da modalidade ou necessidade de licenciamento.

Documento digital gerado por:
RICARDO SIEVES

Blumenau, 03/11/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida no link: <https://processodigital.blumenau.sc.gov.br/i4iFlowPMB/Ver.aspx> informando o nº do processo 0125581-80.2023.1.24.0415-0000 e o código verificador e2c1c1

DECRETO Nº 14.900/2023

Publicação Nº 5301670

DECRETO Nº 14.900, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 200.000,00(duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – DIRETORIA DE RECEITA
Atividade 06.02.04.129.0021.2023 – Manutenção das Atividades de Receita
Modalidade 3.3.90 (92) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – DIRETORIA DE RECEITA
Atividade 06.02.04.129.0021.2023– Manutenção das Atividades de Receita
Modalidade 3.1.91 (91) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 1500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.702/2023

Publicação Nº 5301672

PORTARIA Nº 28.702, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA DE CASSIA REZENDE, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, OPTANTE PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA CARGA HORÁRIA SEMANAL NA UNIDADE ESCOLAR, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.270, de 28 de novembro de 2019 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02167/23.04, de 31/10/2023 - Processo Eletrônico nº 0128274-38.2023.1.18.0501-0000, resolve:

CONCEDER, a contar de 11 de setembro de 2023,

à servidora pública municipal KATIA DE CASSIA REZENDE, matrícula nº 233699, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, optante pelo cumprimento integral da carga horária semanal na unidade escolar, para desempenhar exclusivamente as atividades de suporte pedagógico, previstas no art. 60, II, "a", Lei Complementar nº 662/2007 e alterações posteriores, na forma das especificações contidas na referida lei, a gratificação mensal equivalente a quarenta por cento – 40%, sobre o valor do padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.703/2023

Publicação Nº 5301675

PORTARIA Nº 28.703, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGIANE CRISTINA CLAUDINO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EBM "PASTOR FAULHABER".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849/2012 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02168/23.04, de 31/10/2023 - Processo Eletrônico nº 0128308-13.2023.1.18.0501-0001, resolve:

DISPENSAR, a contar de 13 de novembro de 2023, a servidora pública municipal REGIANE CRISTINA CLAUDINO, matrícula nº 229060, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar da EBM "Pastor Faulhaber", e da gratificação de 30% (trinta por cento), designada pela Portaria nº 18.168/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.704/2023

Publicação Nº 5301676

PORTARIA Nº 28.704, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e, em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 369/2023, de 31/10/2023 - Processo Digital nº 0128283-97.2023.0.00.0496-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de outubro de 2023, os servidores públicos municipais abaixo, do exercício da função gratificada de confiança, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES:

RÔMULO RENE STUPP, matrícula nº 228413, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Abrigo Municipal de Blumenau - AMBLU - FGC 90%, designado pela Portaria nº 26.044/2021;

EMERSON FELIPPI, matrícula nº 228770, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe Técnico Social Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FGC 90%, designado pela Portaria nº 25.307/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.705/2023

Publicação Nº 5301677

PORTARIA Nº 28.705, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR, no dia 01 de novembro de 2023, os servidores públicos municipais abaixo, para o exercício de função gratificada de confiança, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES:

MÔNICA REITER, matrícula nº 228407, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe do Abrigo Municipal de Blumenau - AMBLU - FGC 90%;

RÔMULO RENE STUPP, matrícula nº 228413, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe Técnico Social Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FGC 90%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.706/2023

Publicação Nº 5301679

PORTARIA Nº 28.706, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA LUIZA PAIXAO MOREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EBM "PASTOR FAULHABER".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849/2012 e, em atenção ao Memorando SEDEAD nº 02169/23.04, de 31/10/2023 - Processo Eletrônico nº 0128315-05.2023.1.18.0501-0000, resolve:

DISPENSAR, a contar de 13 de novembro de 2023, a servidora pública municipal ANA LUIZA PAIXAO MOREIRA, matrícula nº 232955, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar da EBM "Pastor Faulhaber", e da gratificação de 30% (trinta por cento), designada pela Portaria nº 28.055/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.707/2023

Publicação Nº 5301681

PORTARIA Nº 28.707, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA MÔNICA REITER DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e, em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 370/2023, de 31.10.2023 - Processo Digital nº 0128492-66.2023.0.00.0496-0000, resolve:

EXONERAR, no dia 31 de outubro de 2023,

MÔNICA REITER, matrícula nº 228407, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Reintegração Social, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 28.277/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.708/2023

Publicação Nº 5301682

PORTARIA Nº 28.708, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA EMERSON FELIPPI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeita Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e, em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 370/2023, de 31/10/2023 - Processo Eletrônico nº 0128492-66.2023.0.00.0496-0000, resolve:

NOMEAR, no dia 01 de novembro de 2023, EMERSON FELIPPI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Reintegração Social, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeita Municipal

INTIMAÇÃO - COMEX PEEP N° 001/2020

Publicação N° 5301684

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
COMISSÃO DE EXONERAÇÃO – COMEX

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - COMEX
PEEP N° 001/2020

SERVIDORA: M. G. F.

ADVOGADO: DR. MARCELO SCHUSTER BUENO - OAB/SC n° 14.948

DESPACHO: Intime-se o advogado da servidora avaliada para tomar ciência do despacho de fls. 63-66 dos autos. O processo está disponível na sede da COMEX, na Praça Victor Konder, n. 02, 3º andar, sala 32 (PMB), Blumenau (SC).

PORTARIA SEDEAD N° 37.482/2023

Publicação N° 5301693

PORTARIA SEDEAD N° 37.482/2023
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA

Nos termos do artigos 146, e 151, da Lei Complementar n° 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme Leis Complementares Federais n.os 173, de 27 de maio de 2020, e 191, de 8 de março de 2022, aos servidores(as) públicos(as) municipais:

MATRICULA	NOME	DECÊNIO	TIPO
228801	ALAN DIEGO ALMEIDA CURY	27/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
228799	ANDRESA CORDEIRO	27/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
228487	DAYSE VINOTTI BARNI	24/08/2013/2023	1/3 em Pecúnia
209104	DENILSON ZANON	27/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
2500352	EDENIR ROGERIO TELES	01/09/2007/2017	1/3 em Pecúnia
228777	ELESSANDRA BIODDES DE SOUZA	20/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
201367	GILMARA KRUG	12/09/2013/2023	1/3 em Pecúnia
196592	MARCIA APARECIDA DA SILVA	27/12/2005/2015	180 dias
203610	MARIA DIOMAR REITER	04/08/2012/2022	1/3 em Pecúnia
228808	MARIA GORETTI MARTINS DA GAMA	27/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
213519	MARIA SOLANGE FELIPE	16/06/2013/2023	180 dias
229991	SARA FRANCINE CIOATO	22/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
211435	SERGIO LUIZ CHIODINI	06/05/2012/2022	180 dias
208094	SILVIO CESAR WOLLERT	09/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
229983	RITA DE CASSIA ANTUNES VIEIRA RIBEIRO	19/09/2013/2023	1/3 em Pecúnia
228785	ROSANA APARECIDA FERRARI BONOMINI	22/10/2013/2023	1/3 em Pecúnia
228531	ROZIDETE DOMINGUES DOS ANJOS	24/08/2013/2023	1/3 em Pecúnia
203211	VITALINA OLIVEIRA DUTRA	26/09/2013/2023	180 dias

BLUMENAU, 26 de outubro de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2023

Publicação N° 5301696

MUNICIPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2023

Objeto: Registro de preços para confecção e impressão de materias gráficos, para tender as necessidades de diversas Secretarias da Administração Direta e PROEB.

Registrado no TCE/SC sob o código 91B5871CAC14125FDAD2C2F0DE0DC82095E97289.

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 21 de novembro de 2023, às 08h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 21 de novembro de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 06/11/2023 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

Publicação Nº 5301698

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para Revisão e Atualização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS do município de Blumenau, conforme aprovado pela Resolução CMHIS nº 16/2021, pelo período de 12 (doze) meses. – SEMUDES. Registrado no TCE/SC sob o código nº 76EB4AA394F386A3597CB64934BFA3737AA9F2B3.

Entrega e protocolo dos envelopes: dia 20 de novembro de 2023, até às 14h00min. Início da sessão: dia 20 de novembro de 2023, às 14h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://grp.blumenau.sc.gov.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>

Base Legal: Decreto Municipal nº7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 06/11/2023 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2023

Publicação Nº 5301699

MUNICIPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2023

Objeto: Registro de preço para materiais para Práticas Integrativas e Complementares (pics) - Acupuntura, Auriculoterapia e Reiki bem como outras práticas inclusas na política de pics para as unidades da Secretaria de Promoção da Saúde - SEMUS.

Registrado no TCE/SC sob o código AE4EE90B827AAA0E6575C8FFAC3A40D61CA65028

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 20 de novembro de 2023, às 08h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 20 de novembro de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 06/11/2023 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2023

Publicação Nº 5301704

MUNICIPIO DE BLUMENAU – ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2023

Utilizo deste para retificar a chamada do edital de pregão supra citado onde tem como Objeto: Registro de preços para confecção de medalhas personalizadas, conforme especificações no edital e anexos, pelo período de 01 (um) ano. Diversas Secretarias. Registrado no TCE/SC sob o código C41EF70AF84348951204280A40D0F8F2B3809705.

Onde se lê:

Data Data início da sessão eletrônica: dia 10 de novembro de 2023, às 08:00hs.

Leia-se:

Data início da sessão eletrônica: dia 10 de novembro de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 06/11/2023 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023

Publicação Nº 5301706

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada para os eventos Natal em Blumenau 2023, Reveillon 2024, 16ª Sommerfest e Páscoa em Blumenau 2024, conforme especificações constantes no Edital e afins. PROEB. Registro no TCE sob o código nº 2CE5B55141BB2EB163D2C402443D8797E8BDDACD.

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 17 de novembro de 2023, às 08h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 17 de novembro de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 06/11/2023 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL – LPN Nº. 1003/2023

Publicação Nº 5301709

MUNICÍPIO DE BLUMENAU**Aviso de Licitação****EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL – LPN Nº. 1003/2023**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de melhoria de circulação viária e reurbanização da Rua 2 de Setembro com reforma e ampliação da ponte Santa Catarina, com início no entroncamento com a Rua Doutor Pedro Zimmermann x Rua Eng. Udo Deeke e término no entroncamento com a Rua 1º de Janeiro, bairros Salto do Norte e Itoupava Norte, Blumenau/SC - Trecho 1A. Prazo de execução: 18 meses. Fonte de Recursos: Operação de Crédito com o Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata/FONPLATA - Contrato de Financiamento nº BRA-32/2021 e Contrapartida com Recursos Próprios - Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR- SEMOB.

TIPO: LPN Licitação Pública Nacional – Critério de Julgamento: Menor preço

DATA DE ENTREGA: até 06 de dezembro de 2023 às 09h00min

DATA DE ABERTURA: dia 06 de dezembro de 2023 às 09h00min

LOCAL: Sala de licitações – 2º andar – Sala 23 – Prefeitura Municipal de Blumenau, Praça Victor Konder, 2 - Centro - CEP 89010-904 - Blumenau - SC – Brasil, Telefone: (47) 3381-6931

EDITAL: completo, sem custas, no site oficial do Município [HTTP://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia](http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia). Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Central de Compras e Licitações do Município de Blumenau, , pelo fone (0**47) 3381-6931 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@blumenau.sc.gov.br. 60662407853ED4A9EB30E578D-174CF7198B5B269

BLUMENAU, 03 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BLUMENAU**Aviso de Licitação****EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL – LPN Nº. 1005/2023**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de reurbanização da Rua 1º de Janeiro com início no entroncamento com a rua 2 de Setembro e término no entroncamento com a Rua São Valentim, bairro Salto do Norte, Blumenau/Sc – Trecho 1B – III. Fonte de Recursos: Operação de Crédito com o Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata/FONPLATA - Contrato de Financiamento nº BRA-32/2021 e Contrapartida com Recursos Próprios - Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR- SEMOB.

TIPO: LPN Licitação Pública Nacional – Critério de Julgamento: Menor preço

DATA DE ENTREGA: até 06 de dezembro de 2023 às 10h30min

DATA DE ABERTURA: dia 06 de dezembro de 2023 às 10h30min

LOCAL: Sala de licitações – 2º andar – Sala 23 – Prefeitura Municipal de Blumenau, Praça Victor Konder, 2 - Centro - CEP 89010-904 - Blumenau - SC – Brasil, Telefone: (47) 3381-6931

EDITAL: completo, sem custas, no site oficial do Município [HTTP://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia](http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia). Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Central de Compras e Licitações do Município de Blumenau, , pelo fone (0**47) 3381-6931 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@blumenau.sc.gov.br

BLUMENAU, 03 de novembro de 2023.

ANDERSON ROSA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO 07-2244/2022 - SAMAE

Publicação Nº 5301719

DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO 07-2244/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a prestação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva, reparos e assistência mecânica, elétrica, latoaria e pintura em geral, com fornecimento de peças, e outros serviços essenciais a conservação das motocicletas pertencentes ao SAMAE, pelo período de 01 (um) ano: dia 21 de novembro de 2023, às 08:50h. Data inicial da sessão eletrônica: dia 21 de novembro de 2023, às 09:00h. Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, e/ou via e-mail joaobremer@samae.com.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>. Base Legal: Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

e-Sfinge: C412BDA50F2F1E54DAA1AB2CCD3C50BD5F9FE3C5

Blumenau (SC), 03/11/2023.

Henrique Horácio Carlini
Diretor Administrativo Financeiro
Decreto nº 14.754/23

DECRETO Nº 14.890/2023

Publicação Nº 5301767

DECRETO Nº 14.890, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

2603 – DIRETORIA TÉCNICA

Atividade 26.03.17.512.0081.2211 – Manutenção das Atividades da Diretoria Técnica

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

2604 – DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Atividade 26.04.17.512.0082.2208 – Manut. das Atividades Coleta/Tratamento e Destinação Final

Modalidade 3.1.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

Modalidade 3.1.91 (39) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

2603 – DIRETORIA TÉCNICA

Atividade 26.03.17.512.0081.2211 – Manut. das Ativ. da Diretoria Técnica

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

2604 – DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Atividade 26.04.17.512.0082.2208 – Manut. das Atividades Coleta/Tratamento e Destinação Final

Modalidade 4.4.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

Fonte de Recursos 1753.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.891/2023

Publicação Nº 5301773

DECRETO Nº 14.891, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 9.276, de 24 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

22 – SECRET. MUNIC. DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

2201 – DIRETORIA DE CULTURA

Atividade 22.01.13.392.0084.2492 – Manut. Ativ. da Diretoria de Cultura

Modalidade 4.4.90 (1251) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 2500.7000000

2202 – DIRETORIA HISTÓRICO MUSEOLÓGICA

Atividade 22.02.13.392.0084.2495 – Manut. Ativ. Diretoria de Histórico Museológica

Modalidade 4.4.90 (1252) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 2500.7000000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

22 – SECRET. MUNIC. DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

2201 – DIRETORIA DE CULTURA

Atividade 22.01.13.392.0084.2492 – Manut. Ativ. da Diretoria de Cultura Modalidade 3.3.90 (1208) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 2500.7000000

2202 – DIRETORIA HISTÓRICO MUSEOLÓGICA

Atividade 22.02.13.392.0084.2495 – Manut. Ativ. Diretoria de Histórico Museológica

Modalidade 3.3.90 (1209) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 2500.7000000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14.892/2023

Publicação Nº 5301779

DECRETO Nº 14.892, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

REVOGA O DECRETO Nº 14.765, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023, QUE "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 9.374, de 04 de agosto de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica Revogado o Decreto nº 14.765, de 11 de setembro de 2023, que "Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2023.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

115.23- DECRETO SUPL.EXCESSO.PMBR

Publicação Nº 5301136

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA



Decreto N.º 115/2023 de 31 de outubro de 2023.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, PELO EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, I da Lei n.º 2537 de 14 de dezembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º - O quadro abaixo demonstra as dotações orçamentárias a serem suplementadas e aponta as respectivas fontes de recursos para fazer face a referida suplementação.

Crédito Adicional				Origem de Recursos			
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Dotação/Receita	Vínculo
1	Suplementar	370	02.001.0004.0122.0006.2005.344900000000000000	17017000016	1.454,45		1701700001
				Total do Lote	1.454,45		Total
					1.454,45	Excesso:	1.454,45
						Op. de Crédito:	1.454,45
						Anulação:	
						Supervit:	
						Convênio:	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 31 de outubro de 2023.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

2558.23 - L. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Publicação Nº 5301381

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 2558/23 de 24.10.23

DEFINE E REGULAMENTA OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE QUE TRATA O ART. 22, DA LEI FEDERAL Nº. 8.742, DE 07/12/1993" PARA O BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACORDO COM A LEI 1.349/96 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Bom Retiro, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Art. 3º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços e programas socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas dos indivíduos e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

Parágrafo Único - Risco e vulnerabilidade social compreendem situações que podem levar à exclusão social dos sujeitos, principalmente por fatores socioeconômicos, as quais tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. Esses fatores compõem risco social quando o indivíduo deixa de ter condições para usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido ao desequilíbrio socioeconômico instaurado. Destaca-se que o risco e a vulnerabilidade não são oriundos somente da situação financeira, ela envolve também a relação entre direitos e a rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

Art. 5º O Município deve garantir igualdade de condições na prestação das informações e no acesso ao benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, o adolescente, o jovem, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de risco e vulnerabilidade social.

Art. 7º A família ou pessoa beneficiada deverá ser encaminhada para cadastrar-se no

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO ou se necessário, para realizar atualização cadastral.

Art. 8º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Profissionais de nível superior, preferencialmente assistente social, observando-se o cumprimento da Resolução CNAS nº 17 de 2011, por servidor vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em serviços socioassistenciais e obrigatório registro em conselho de classe, quando houver.

Art. 9º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 10. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a ½ (meio) salário-mínimo.

§1º - No caso em que a família não se enquadre no critério de renda mensal per capita familiar, a equipe de referência ou o responsável pelo atendimento pelos benefícios eventuais terá autonomia para a concessão de benefício por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao parecer.

§ 2º - Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 11. São formas de benefícios eventuais:

I – Auxílio por natalidade;

II - Auxílio por morte;

III - Situações de vulnerabilidade temporária;

IV - Calamidade pública.

Art. 12. O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I – Necessidades do recém-nascido;

II – Apoio à família no caso de morte da mãe; e,

III – apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido.

§ 1º - São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I – Comprovante de residência;

II – Carteira de identidade e/ou CPF de todos os membros da família;

§ 2º - O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado entre a 32ª semana de gestação e até sessenta dias após o nascimento, nos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 3º O auxílio por natalidade ocorrerá preferencialmente na forma de bens de consumo, que consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de higiene e vestuário, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 4º - Em caso de parto múltiplo, o benefício será concedido a cada uma das crianças.

§ 5º - É vedada a concessão de auxílio por natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 6º - O auxílio será concedido apenas para as gestantes que estiverem realizando acompanhamento pré-natal, com apresentação de cartão de gestante.

Art. 13. O auxílio por morte atenderá:

I – O custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Certidão de óbito;

II – Comprovante de residência;

III – Carteira de identidade e CPF do beneficiado e da pessoa que vem requerer o auxílio;

IV – Documento comprobatório de atendimento pelo SUS ou IML;

V - Nota fiscal ou comprovante semelhante em nome do requerente do auxílio.

§ 2º - Conceder-se-á o auxílio por morte, em pecúnia, no valor de 75% salário mínimo federal vigente, devendo ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento, diretamente à família e devendo a mesma apresentar o comprovante de pagamento das despesas à Secretaria Municipal de Assistência Social;

§ 3º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer, poderá o município arcar com 100% dos custos.

Art. 14. Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante declaração.

Art. 15. Os auxílios por natalidade e morte serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 16. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos (ameaça de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e de segurança material) e danos à integridade pessoal e familiar (agravos sociais e ofensa).

a) Auxílio alimentação constitui-se numa prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, que visa atendimento das necessidades básicas dos munícipes e suas famílias, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. O auxílio alimentação poderá ser concedido quando tiver a necessidade comprovada, com o parecer prévio preferencialmente do Assistente Social, e na ausência deste, de outro técnico de nível superior que componha a equipe de referência. Poderá ser concedido até 04 (quatro) vezes por família no período de 01 (um) ano. Os produtos do Auxílio Alimentação, contidos na Cesta Básica Municipal, poderão ser elencados por ato do Poder Executivo.

b) Os produtos do Auxílio Alimentação, contidos na Cesta Básica Municipal, poderão ser elencados por ato do Poder Executivo.

c) Auxílio na documentação civil, dar-se-á através de fotos para documentação. Será concedida uma única vez por pessoa, dentro de um período de 02 (dois) anos.

d) Auxílio em passagens intermunicipais e estaduais que atenderá pessoas em situação de rua, não podendo se configurar como concessão contínua, que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares. Nesse caso, será concedida uma única vez por pessoa, até o município mais próximo e em casos de extrema necessidade será concedido até o município de origem ou de familiares.

e) Auxílio moradia será realizado mediante pagamento de aluguel, no valor de 30% do salário-mínimo federal vigente, não podendo ultrapassar 06 (seis) meses e sendo necessário a apresentação do respectivo contrato de aluguel, assim como comprovante de pagamento de aluguel para fins de acompanhamento e liberação das parcelas subsequentes.

I – Tenham na sua composição gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes, idosos e/ou pessoas com deficiência;

II – Estejam residindo em áreas de risco e tenham a sua moradia interditada por ordem da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; ou,

III – Desabrigo dos serviços de acolhimento Institucional.

IV - Estejam residindo no Município por um período mínimo de 12 meses.

§ 2º - Na hipótese de o aluguel mensal contratado ser inferior ao valor estabelecido em regulamento, o pagamento limitar-se-á ao valor estabelecido no contrato.

§ 3º - Somente poderão ser objeto de locação, para fins de Benefício Eventual de Aluguel Social, os imóveis que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de áreas de risco.

§ 4º - A localização, negociação dos valores com o proprietário e o pagamento do imóvel ficará sob a responsabilidade do beneficiário.

§ 5º - A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro, legal ou contratual em relação ao locador, em caso de inadimplência, danos ao imóvel ou descumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário.

§ 6º - O pagamento do benefício somente será efetivado mediante a apresentação do contrato de locação, devidamente assinado pelas partes contratantes.

§ 7º - Será suspenso o pagamento do auxílio moradia a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

I – Quando o imóvel interditado vier a ser liberado pela defesa civil;

II – Quando o beneficiário for contemplado em qualquer programa de habitação;

III – Quando verificado qualquer descumprimento aos requisitos estabelecidos na presente lei;

IV – Quando o beneficiário sublocar o imóvel objeto do benefício.

Art. 17. São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – Comprovante de residência;

II – Carteira de identidade e/ou CPF de todos os membros da família;

III – Certidão de nascimento para os membros menores de 16 (dezesseis) anos;

IV – Boletim de ocorrência de perda, roubo ou extravio de documentação civil, nos casos previstos pela alínea b, do artigo 16 desta Lei;

V – Termo de interdição da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nos casos previstos nas alíneas e e f, inciso II, do artigo 16 desta Lei;

VI – Declaração dos Serviços de Acolhimento Institucional, assinados pela Coordenação, nos casos previstos na alínea f, inciso III, do artigo 16 desta Lei;

Art. 18. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º - O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais e serviços, de acordo com as demandas da família, conforme levantamento da Defesa Civil.

§ 2º - São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – Comprovante de residência;

II – Carteira de identidade e CPF de todos os membros da família;

III – Certidão de nascimento para membros menores de 16 (dezesseis) anos;

IV – Boletim de ocorrência, nos casos de perda, roubo ou extravio de documentação civil;

V – Avaliação de Danos – AVADAN.

Art. 19. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I – A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – A realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação e revisão da concessão dos benefícios eventuais;

III – A expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV – Garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V – Divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI – Encaminhar, ao CMAS relatório anual de gestão dos benefícios eventuais.

VII – Viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 20. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos ou negados e as respectivas justificativas;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência Social.

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do Estado a título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Assistência Social, através dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, contabilizará a quantidade de beneficiários e valores com as dotações orçamentárias vigentes.

Parágrafo Único - Os benefícios previstos nesta lei poderão ser suspensos quando o orçamento previsto não puder ser realizado em razão da arrecadação do município.

Art. 22. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, conforme deliberado pelo CNAS, no artigo 1º da Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010.

Art. 23. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social, conforme Decreto nº 6.307/2007, em seu artigo 9º.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei N º 2190/2013 de 02 de outubro de 2013 e a Lei 2366/17 de 12.12.2017.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 24 de outubro de 2023.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

EXTRATO TA ATA REGISTRO DE PREÇOS 01/2022

Publicação Nº 5301380

Extrato 10º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 01/2022

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Auto Posto VT Ltda.

O presente termo aditivo estabelece a supressão de -1,91% no valor do litro da gasolina Comum passando de R\$ 6,88 para R\$ 6,75 e o reajuste de 7,08% no valor do litro do óleo diesel comum passando de R\$ 6,08 para R\$ 6,51 e 5,22% no litro do óleo diesel S10, passando de R\$ 6,42 para R\$ 6,75, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 01/2022, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 03 de novembro de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº49/2023

Publicação Nº 5284500

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3ECBA555D81594D985BD6168E2A0D834A6656E58
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONCRETA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ sob o nº 51.213.464/0001-17

Rua Imperatriz Leopoldina

Canoas

Rio do Sul/SC

Objeto: Reforma/Recuperação de Cobertura da Quadra Coberta do Serril, localizada na Rua Leôncio Rodrigues Machado nº179 – Localidade do Serril – Braço do Trombudo/SC, Programa 09032022, Emenda Parlamentar 202228560001, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do Edital.

Valor: R\$1.575,00 (mil quinhentos e setenta e cinco reais)

Data da assinatura: 01/11/2023

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ALTERAÇÃO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2023

Publicação Nº 5284790

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE VALOR DA ATA 60/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

CNPJ 01.602.498/0001-25

Rua Alberto Muller, 5000

Brusque - Santa Catarina

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Diesel S500 (Comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC.

Óleo Diesel S500 (comum): R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) por litro

Óleo Diesel S10: R\$ 6,06 (seis reais e seis centavos) por litro.

Data da assinatura: 01/11/2023.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº72/2023

Publicação Nº 5285067

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: STOP FIRE PROJETOS E SOLUCOES CONTRA INCENDIO LTDA

CNPJ nº 24.504.598/0001-14

Valor: R\$18.800,02

Licitação: 199/2023

Itens: 1,2,3,4,5,6,7,8

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições de extintores, testes e recargas de extintores e testes hidrostáticos para as secretarias do município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 01.11.2023 até 01.11.2024.

Braço do Trombudo, 01.11.2023.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº73/2023

Publicação Nº 5285355

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: FRANCISCO PEREIRA ESQUADRIAS DE METAL

CNPJ nº 36.511.383/0001-00

Valor: R\$34.590,00

Licitação: 198/2023

Itens: 1,2,3,4,5,6,7

Objeto: Registro de Preços para aquisição de equipamentos para Academia ao ar livre para o Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 01.11.2023 até 01.11.2024.

Braço do Trombudo, 01.11.2023.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº74/2023

Publicação Nº 5285791

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 74/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA

CNPJ nº 07.829.250/0001-88

Valor: R\$205.000,00

Licitação: 200/2023

Itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições de pedra ardósia e brita ardósia para manutenção de pontes e galerias das estradas vicinais do Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 01.11.2023 até 01.11.2024.

Braço do Trombudo, 01.11.2023.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO 007--2023 PS 005 2023

Publicação Nº 5319182



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2023 **PROCESSO SELETIVO 005/2023**

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 005/2023 para preenchimentos de vagas temporárias do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **06 de novembro de 2023 ao dia 10 de novembro de 2023 das 08 h as 11h30 min e 13h30 min as 17 h**, para a entrega dos documentos relacionados no Edital e para agendamento do Exame Médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia **10/11/2023 as 17 h**, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documento para a referida avaliação;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão apresentar-se para início das atividades, conforme determinação da Diretoria de Recursos Humanos.

Brusque – SC, 01 de novembro de 2023.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque – SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

**ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2023
PROCESSO SELETIVO 005/2023**

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente de serviços gerais

Nº	NOME	PONTOS
106	Lucinelia Oliveira Souza	16.00
107	Paula Aparecida Machado Patrocinio	16.00
108	Thiago Luis Santana dos Santos	15.00
109	Clicia Maria Vilhena da Silva	14.00
110	Miriam Hoffmann Gilli	13.00



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



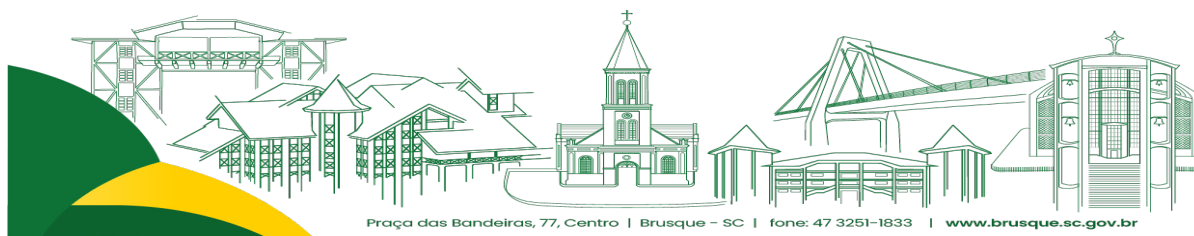
PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

**ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2023
PROCESSO SELETIVO 005/2023**

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. O candidato deverá apresentar, para agendar exame médico admissional, **CÓPIA E ORIGINAL** dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório);
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- n) Certificado Escolar exigido para o cargo;
- o) Foto 3X4;
- p) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social;
(<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>).
- q) CPF de cônjuge e filhos (até 21 anos);
- r) Certidão de antecedentes criminais;
(<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais>)



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

DECLARAÇÃO I

Eu, _____, inscrito(a)
no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins de
provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em
quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma,
minha contratação para o cargo de _____ deste
Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

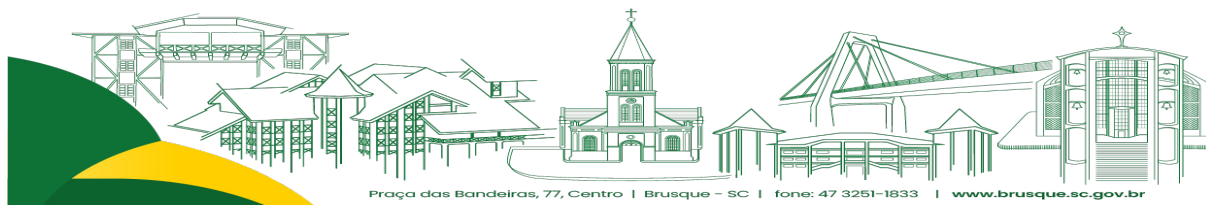
DECLARAÇÃO II

Eu, _____, inscrito(a)
no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins que, no
exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme
legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo Bens a Declarar

() Possuo Bens a Declarar, conforme segue abaixo:

Residência, Terreno:

Endereço:				
Data de Aquisição:		Valor de Aquisição:		Valor de Venda Atual:
Endereço:				
Data de Aquisição:		Valor de Aquisição:		Valor de Venda Atual:

Veículo:

Tipo/Ano:		Tipo/Ano:	
Data de Aquisição:		Data de Aquisição:	
Valor de Aquisição:		Valor de Aquisição:	
Valor de Venda Atual:		Valor de Venda Atual:	

Fontes de Renda:

Tipo:		Tipo:	
Valor Mensal:		Valor Mensal:	

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes, implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Nome Completo: _____ CPF: _____

Local e Data: _____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br

EDITAL CONVOCAÇÃO 031-2023 PS 004 2023

Publicação Nº 5319184

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031/2023**
PROCESSO SELETIVO 004/2023

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 004/2023 para preenchimentos de vagas temporárias do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **06 de novembro de 2023 ao dia 10 de novembro de 2023 das 08 h as 11h30 min e 13h30 min as 17 h**, para a entrega dos documentos relacionados no Edital e para agendamento do Exame Médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia **10/11/2023 as 17 h**, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documento para a referida avaliação;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão apresentar-se para início das atividades, conforme determinação da Diretoria de Recursos Humanos.

Brusque – SC, 01 de novembro de 2023.

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque – SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 031/2023
Processo Seletivo 004/2023

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente de serviços especiais – Vigia

Nº	NOME	PONTOS
053	Wagner Costa de Aquino	102
054	Lucas Nascimento Conceição	99
055	Davi Moreira Navegantes	98
056	Francisco Argolo da Silva	95
057	Aluisio Roberto Dos Santos	94

Agente de serviços especiais – Limpeza e Jardinagem

Nº	NOME	PONTOS
206	Charles de Souza	23
207	Jean Santos Ramos	23
208	Michele Sena Santos	23
209	Paula Aparecida Machado Patrocinio	23
210	Jose Carlos Kahl	22
211	Ana Virginia da Silva	22
212	Silvio Pereira	22
213	Maria de Fátima de Jesus Santos	22
214	Marines Alves dos Nascimento	21
215	Sideclei Soares	21
216	Andreza Botelho Figueredo Silva	21
217	Laion Dias Teixeira	21
218	Filipe Pires da Silva	21
219	Ariberto Batista	20



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



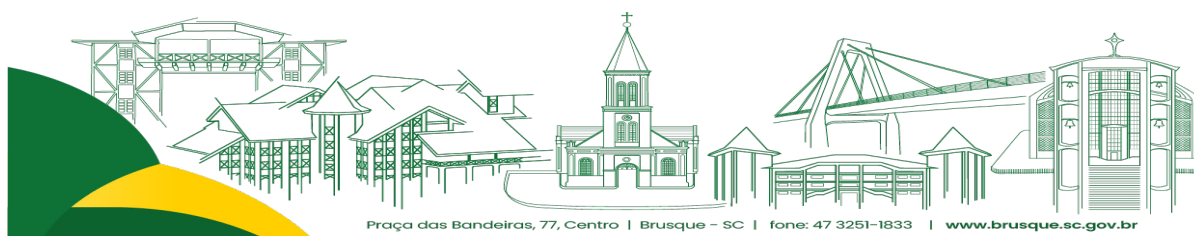
PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

**ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 031/2023
PROCESSO SELETIVO NÚMERO 004/2023**

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. O candidato deverá apresentar, para agendar exame médico admissional, **CÓPIA E ORIGINAL** dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório);
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- n) Certificado Escolar exigido para o cargo;
- o) Foto 3X4;
- p) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social;
(<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>).
- q) CPF de cônjuge e filhos (até 21 anos);
- r) Certidão de antecedentes criminais;
(<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais>)



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

DECLARAÇÃO I

Eu, _____, inscrito(a)
no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins de
provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em
quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma,
minha contratação para o cargo de _____ deste
Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BRUSQUE/SC

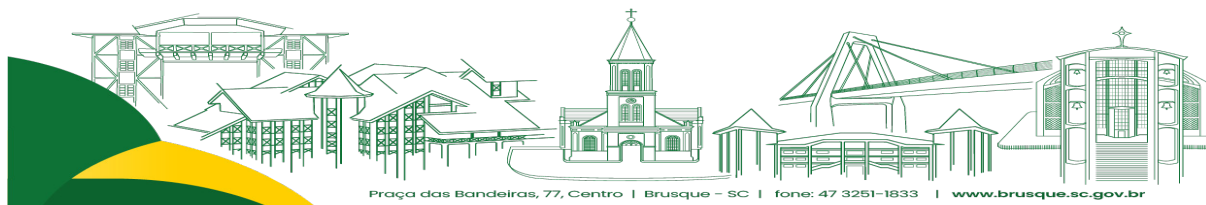
DECLARAÇÃO II

Eu, _____, inscrito(a)
no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins que, no
exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme
legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br



DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo Bens a Declarar

() Possuo Bens a Declarar, conforme segue abaixo:

Residência, Terreno:

Endereço:				
Data de Aquisição:		Valor de Aquisição:		Valor de Venda Atual:
Endereço:				
Data de Aquisição:		Valor de Aquisição:		Valor de Venda Atual:

Veículo:

Tipo/Ano:		Tipo/Ano:	
Data de Aquisição:		Data de Aquisição:	
Valor de Aquisição:		Valor de Aquisição:	
Valor de Venda Atual:		Valor de Venda Atual:	

Fontes de Renda:

Tipo:		Tipo:	
Valor Mensal:		Valor Mensal:	

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes, implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Nome Completo: _____ CPF: _____

Local e Data: _____

Assinatura do Declarante



Praça das Bandeiras, 77, Centro | Brusque - SC | fone: 47 3251-1833 | www.brusque.sc.gov.br

EXTRATO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 061/2023-SAMAE

Publicação N° 5286148

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1FA29B5A316F04BE559A0CF3987F08111FD712BC

EXTRATO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 061/2023

Despacho do Diretor:

Face ao constante dos autos, referente ao Processo Licitatório 061/2023, referente à modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inciso IV do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Registrado no TCE com a chave: 1FA29B5A316F04BE559A0CF3987F08111FD712BC

Adjudicando as empresas: PDN Comercio e Serviços Eletronicos Ltda, para os lotes 01, 03 e 06 e MT Comercio e Locações Ltda, para os lotes 02 e 05; pelo critério de menor preço por lote, respectivamente.

Brusque, 06 de novembro de 2023.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA N° 2022-2023

Publicação N° 5319172

Portaria nº 2022/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARILENA MATTIOLI DOS SANTOS PAIVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 120 dias, no período compreendido entre 06/11/2023 a 04/03/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2013 (30 dias) e 01/04/2018 (90 dias).

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Novembro de 2023.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 2023-2023

Publicação N° 5319173

Portaria nº 2023/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) JOAO BATISTA FRANCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 06/11/2023 a 05/12/23, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/04/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Novembro de 2023.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2024-2023

Publicação Nº 5319174

Portaria nº 2024/2023
O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) VIVIANE MICHELE LEMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/11/2023 a 07/12/23, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Novembro de 2023.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2025-2023

Publicação Nº 5319175

Portaria nº 2025/2023
O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
725056	0	JULIO LOPES DE SANTA ANNA	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	07/11/2023	06/12/2023	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Novembro de 2023.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2026-2023

Publicação Nº 5319176

Portaria nº 2026/2023
O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
889067	2	JAISON JEOVA ECCHER	Secretaria de Saúde	06/11/2023	15/11/2023	10
508802	7	ROBERTO HODECKER	Secretaria de Saúde	06/11/2023	15/11/2023	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Novembro de 2023.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N. 15.578 -2023

Publicação Nº 5319165

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****PORTARIA N. 15.578, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Revoga a Portaria n. 15.141, de 14 de julho de 2023, que concedeu repasse financeiro a título de “Bolsa Preceptoria” a servidor mencionado.

O **PREFEITO DE BRUSQUE** no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea *a* do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Ofício n. 377/2023, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n. 15.141, de 14 de julho de 2023, que concedeu repasse financeiro a título de “Bolsa Preceptoria” ao servidor Ricardo Alexandre Freitas, ocupante do cargo de Médico, matrícula 501085-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como preceptor do Programa de Residência Médica, a partir de 01 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2023.

ANDRÉ VECHI
Prefeito de Brusque

DR. RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA N. 15.579 -2023

Publicação Nº 5319168

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****PORTARIA N. 15.579, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Exonera servidor, a pedido.

O **PREFEITO DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea *a* do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, **JEAN PABLO LIRA MAESTRI** do cargo de provimento em comissão de Chefe de Frota da Saúde, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31 de outubro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2023.

ANDRÉ VECHI
Prefeito de Brusque

DR. RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA N. 15.580 -2023

Publicação Nº 5319169

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****PORTARIA N. 15.580, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Altera cargo em comissão do servidor Jonas Martins.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea *a* da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo V – E,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o cargo de provimento em comissão do servidor **JONAS MARTINS**, de Diretor Operacional, Padrão CC – III, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, para Chefe de Assuntos Administrativos e Institucionais, Padrão CC – IV, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, a partir de 02 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2023.

ANDRÉ VECHI
Prefeito de Brusque

DR. RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

Caibi

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE MATRICULAS-SEMED N° 001/2023

Publicação N° 5301793



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE MATRICULAS-SEMED N° 001/2023

Ducelia Terezinha Cé Naibo, Secretária de Educação de Caibi-SC, no uso das atribuições legais, torna público a retificação do edital de matrículas n° 001/2023.

ONDE SE LÊ

Capítulo IV

Da caracterização de cada etapa de ensino

Seção I

Da Educação Infantil

Art. 4º Será de responsabilidade de cada escola municipal, como parte das atribuições dos Diretores das instituições de Educação, efetuar a matrícula automática de todos os alunos já matriculados na Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental (anos Iniciais) complementando, se necessário, os dados nas fichas de matrículas já existentes nas unidades escolares.

LEIA-SE:

Capítulo IV

Da caracterização de cada etapa de ensino

Seção I

Da Educação Infantil

Art. 4º Será de responsabilidade de cada escola municipal, como parte das atribuições dos Diretores das instituições de Educação, efetuar a matrícula dos alunos na Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental (anos Iniciais) até o preenchimento das vagas existentes, complementando, se necessário, os dados nas fichas de matrículas já existentes nas unidades escolares.

Caibi SC, 03 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br DUCELIA TEREZINHA CE NAIBO
Data: 03/11/2023 17:01:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ducelia Terezinha Cé Naibo
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte

Rua dos Imigrantes, n° 499 - Fone (49) 3648 0211 - CEP 89888-000
<http://caibi.sc.gov.br>
educacao@caibi.sc.gov.br

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 10/2023

Publicação N° 5287561

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A13339BC34233724D15437CA4F094E5713EC3581

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 141/2023

TOMADA DE PREÇO N° 10/2023

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21 de novembro de 2023 às 14h30min, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA LIGAÇÃO DOS TRECHOS I E II, DA RODOVIA MUNICIPAL N° 70 - CAXAMBU, LOCALIZADA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 06 de novembro de 2023.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO - CAMPOS NOVOS**PORTARIA Nº 237/2023 - FHJA**

Publicação Nº 5301307

PORTARIA Nº 237/2023 - FHJA DE 02/11/2023**DEMITE A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) DOUGLAS GONCALVES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no estatuto Da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, conforme Art.17,

RESOLVE:

Art. 1º - Demite a pedido o (a) servidor (a) DOUGLAS GONCALVES do cargo de ENFERMEIRO H.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 02 de Novembro de 2023.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Canelinha

PREFEITURA

3497/2023

Publicação Nº 5301253

DECRETO Nº. 3497, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 9º da Lei nº. 4055, de 30 de novembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 15.716,41 (quinze mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), para suplementar a Ação: (2.014) Apoio ao Esporte Amador e Lazer, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Juventude e Turismo

07 – Esporte e Juventude

Funcional programática: 27.812.0021

Modalidade de Aplicação: (025) 3.3.90 (Custeio)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados de impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá pela anulação parcial da Ação: (2.014) Apoio ao Esporte Amador e Lazer, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Juventude e Turismo

07 – Esporte e Juventude

Funcional programática: 27.812.0021

Modalidade de Aplicação: (026) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados de impostos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 24 de outubro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3498/2023

Publicação Nº 5301254

DECRETO Nº. 3498, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4166, de 26 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para suplementar a Ação: (2.069) Coleta, Tratamento e Destinação do Lixo, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

13 – SEMAIS

01 – SEMAIS

Funcional programática: 17.512.0036

Modalidade de Aplicação: (006) 3.3.90 (Custeio)

Fonte de Recurso: 01.0753 (Rec. de taxas, contrib. e preços púb.)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta da anulação parcial da Ação: (2.035) Manutenção da Rede de Água, pertencente ao Órgão Governamental abaixo especificado:

13 – SEMAIS

01 – SEMAIS

Funcional programática: 17.512.0036

Modalidade de Aplicação: (004) 3.3.90 (Custeio)

Fonte de Recurso: 01.0753 (Rec. de taxas, contrib. e preços púb.)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 27 de outubro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha

3499/2023

Publicação Nº 5301255

DECRETO Nº. 3499, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4168, de 26 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), para suplementar a Ação: (1.137) Ampliação e reforma da Rede Física Escolar, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Juventude e Turismo

09 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Funcional programática: 12.365.0018

Modalidade de Aplicação: (111) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá pela anulação parcial das ações pertencentes aos Órgãos Governamentais, abaixo especificados:

02 – Gabinete do Prefeito

01 – Gabinete

Ação: 2.002 – Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessores

Funcional programática: 04.122.0006

Modalidade de Aplicação: (002) 3.3.90 (Custeio) R\$ 21.502,87

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

04 – Secretaria da Educação, Cultura, Esporte, Juv., e Turismo

06 – Cultura

Ação: 2.013 – Eventos Comemorativos e Culturais

Funcional programática: 13.392.0018

Modalidade de Aplicação: (022) 3.3.90 (Custeio) R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: (023) 4.4.90 (Investimento) R\$ 9.137,18

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

07 – Esporte e Juventude

Ação: 2.063 – Apoio ao Esporte Amador e Lazer

Funcional programática: 27.813.0021

Modalidade de Aplicação: (027) 3.3.90 (Custeio) R\$ 18.720,00

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

08 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Ação: 1.137 – Ampliação e Reforma da Rede Física

Funcional programática: 12.361.0018

Modalidade de Aplicação: (147) 3.3.90 (Custeio) R\$ 8.639,95

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

10 – Turismo

Ação: 2.059 – Apoio ao Turismo

Funcional programática: 23.695.0060

Modalidade de Aplicação: (054) 3.3.90 (Custeio) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

05 – Secretaria de Assistência Social e da Cidadania

05 – Habitação

Ação: 2.064 – Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

Funcional programática: 16.482.0047

Modalidade de Aplicação: (073) 3.3.90 (Custeio) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 27 de outubro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha

3501/2023

Publicação Nº 5301257

DECRETO Nº. 3501, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4170, de 30 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar a Ação: (1.071) Pavimentação de vias, praças e passeios, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

06 – Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos

03 – Infraestrutura

Funcional programática: 15.451.0046

Modalidade de Aplicação: (155) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados de impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta da anulação parcial da Ação: (0.006) Amortização e Encargos da Dívida, pertencente ao Órgão Governamental, abaixo especificado:

08 – Encargos Gerais do Município

01 – Encargos Gerais

Funcional programática: 28.843.0000

Modalidade de Aplicação: (096) 3.2.90 (encargos da dívida)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados de impostos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 30 de outubro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha

3503/2023

Publicação Nº 5301258

DECRETO Nº. 3503, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4172, de 30 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para suplementar a Ação: (1.071) Pavimentação de vias, praças e passeios, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

06 – Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos

03 – Infraestrutura

Funcional programática: 15.451.0046

Modalidade de Aplicação: (157) 4.4.90 (Investimento) R\$ 550.000,00

Fonte de Recurso: 01.0700 (Outras Transf. Conv. União)

Modalidade de Aplicação: (153) 4.4.90 (Investimento) R\$ 200.000,00

Fonte de Recurso: 01.0701 (Outras Transf. Conv. Estado)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta de outras transferências de Convênio ou instrumentos congêneres do Estado no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e da União no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 30 de outubro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito de Canelinha

PORTARIA N° 271/2023 PMC

Publicação N° 5301378

PORTARIA N° 271 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Diogo Francisco Alves Maciel, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

Considerando a vacância do cargo de Assessor Jurídico na Fundação Hospitalar do Município de Canelinha;

Considerando a necessidade de manter a continuidade dos serviços públicos prestados na área jurídica para consecução dos objetivos da Fundação Hospitalar do Município de Canelinha;

RESOLVE:

Art. 1º Designa, interinamente, o Assessor Jurídico, Carlos Simas Rocha, matrícula 3272, para examinar as minutas de editais de licitação da Fundação Hospitalar do Município de Canelinha.

Art. 2º Deve ser anexada cópia desta Portaria em cada processo licitatório examinado pelo Assessor Jurídico como condição prévia da análise jurídica.

Art. 3º A designação determinada no art.1º é pelo prazo de 30 dias e não implica no pagamento de gratificação ou qualquer espécie de acréscimo de natureza remuneratória, considerada desempenho de função pública de natureza relevante para Município de Canelinha.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2532/2023

Publicação Nº 5319249



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 2532/2023

LUIS MARIO DRANKA, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

FÉRIAS

Art. 1º - Fica concedido 10 (dez) dias de férias ao servidor **JACKSON LUCIO WENDT**, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a partir de 25/10/2023 a 03/11/2023, conforme o Protocolo nº 6.045/SMDEICT/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2023.

LUIS MARIO DRANKA

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e
Turismo do Município de Canoinhas

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa Catarina
(DOM/SC)

Capão Alto

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMCA057/23 - REGISTRO DE PREÇOS - LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, INCLUINDO MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM PARA A CIDADE DE CAPÃO ALTO, DE 25/11/2023 A 06/01/2024

Publicação Nº 5285651

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO, através da Secretaria de Industria Comércio e Turismo, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preços - do tipo Menor preço, julgamento por lote, cujo processamento se dará nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 518/2014 de 14 de maio de 2014, Decreto Municipal nº 26 de 14 de maio de 2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no edital n.º PMCA057/23

Objeto:

Locação de Decoração Natalina, incluindo montagem, manutenção e desmontagem para a Cidade de Capão Alto, de 25/11/2023 a 06/01/2024.

Data Entrega e abertura:

Através do site <http://www.bll.org.br> conforme segue a descrição abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 07/11/2023 às 09:30 horas do dia 17/11/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 17/11/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 17/11/2023.

Horário de Brasília – DF

Modo de disputa: Aberto

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo estão disponíveis no site www.capaoalto.sc.gov.br e www.bll.org.br ou no Departamento Central de Licitações, de segunda a sexta pelo fone (49) 3237-2005 em horário normal de expediente.

Município de CAPÃO ALTO – SC 06/11/2023

ALDO AMORIM SILVEIRA JR.
SECRETÁRIO MUNICIPAL INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO


Capivari de Baixo

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DL15/2023

Publicação Nº 5301147

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO CNPJ: 95.780.441/0001-60 Telefone: (48) 3621-4400 Endereço: R. Ernani Cotrin, 187 - Centro CEP: 88745-000 - Capivari de Baixo	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2023
	Processo Adm.: 93/2023 Data do Processo: 20/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 93/2023
b) **Nr. Licitação:** 15/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 23/10/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada para recuperação estrutural com execução de cortinas de contenção das cabeceiras da Ponte situada na Avenida Nilton Augusto Sachetti, no bairro Santo André, município de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o Termo de Referência.*

Participante: REAL SANEAMENTO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada para recuperação estrutural com execução de cortinas de contenção das cabeceiras da Ponte situada na Avenida Nilton Augusto Sachetti, no bairro Santo André, município de Capivari de Baixo. - Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada para recuperação estrutural com execução de cortinas de contenção das cabeceiras da Ponte situada na Avenida Nilton Augusto Sachetti, no bairro Santo André, município de Capivari de Baixo.	1,000	SV	204.856,33	204.856,33

Total do Participante: 204.856,33**Total Geral: 204.856,33**

Capivari de Baixo, 23/10/2023

MÁRCIA ROBERG CARGNIN

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL16/2023

Publicação Nº 5301145

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO CNPJ: 95.780.441/0001-60 Telefone: (48) 3621-4400 Endereço: R. Ernani Cotrin, 187 - Centro CEP: 88745-000 - Capivari de Baixo	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 16/2023
	Processo Adm.: 94/2023 Data do Processo: 25/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 94/2023
b) **Nr. Licitação:** 16/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 25/10/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de Instituição de acolhimento em Residência Inclusiva para serviço de atendimento terapêutico em caráter de urgência, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do procedimento administrativo nº 09.2023.00005895-7.*

Participante: RESIDENCIA INCLUSIVA MARIA & MARIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de Instituição de acolhimento em Residência Inclusiva para serviço de atendimento terapêutico em caráter de urgência, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do procedimento administrativo nº 09.2023.00005895-7. - Contratação de Instituição de acolhimento em Residência Inclusiva para serviço de atendimento terapêutico em caráter de urgência, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do procedimento administrativo nº 09.2023.00005895-7.	2,000	MES	5.000,00	10.000,00
Total do Participante:					10.000,00
Total Geral:					10.000,00

Capivari de Baixo, 25/10/2023

MÁRCIA ROBERG CARGNIN

Assinatura do Responsável

Catanduvas

PREFEITURA

PR Nº 0033/2023

Publicação Nº 5319188

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0148/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2023

O Município de Catanduvas – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2.651/2020, de 02/09/2020, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto até as 08h30min do dia 21 de novembro de 2023, Pregão Presencial para futura e eventual aquisição itens para compor Kit's Natalinos, visando a confraternização com os colaboradores do Município de Catanduvas – SC, Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC e seus familiares. As propostas e demais documentos solicitados deverão ser protocolados no Setor de Licitação do Município de Catanduvas - SC, a partir desta data, encerrando no prazo acima citado. O início da abertura dos envelopes de proposta e habilitação respectivamente, se dará a partir das 08h40min do dia 21 de novembro de 2023. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do município de Catanduvas – SC, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, ou pelo e-mail licitacao2@catanduvas.sc.gov.br. Cópias do presente edital poderão ser obtidas no site www.catanduvas.sc.gov.br, ou pelo fone: 49 – 3525-6530.

Código Registro no TCE/SC: AE7A374BF44070B612850BCE4D156D927964794C

Catanduvas – SC, 06 de novembro de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 92/2023

Publicação N° 5285531

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 162DFC734C4CAB4FA880BDBF1D367A0B3B4BCC21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 92/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2023

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 27 de novembro de 2023, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de produtos e contratação de serviços para a concretização das comemorações alusivas ao Natal, a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2023, na Praça da Fé, localizado na Avenida 29 de novembro, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo III - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de novembro de 2023.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DA PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) – EDITAL Nº 02/FMS/2023

Publicação Nº 5319244

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

2ª etapa do Processo Seletivo para cadastro reserva do cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) – Edital Nº 02/FMS/2023, de 05/10/2023.

Prova Prática de Informática

Data: 14/11/2023

Local: Secretaria de Saúde – Rodovia Maximiliano Gaidzinski, 158 – sala 01 – Centro – Cocal do Sul (em frente ao Pronto Atendimento 24 Horas).

Os candidatos deverão se apresentar pontualmente no horário estipulado, munidos de documento de identificação com foto, conforme as listas abaixo:

Às 13:30 horas:	Candidatos
	Amanda Clemes da Rocha
	Ana Paula Ortiz de Camargo
	Andréia Clemes da Rocha
	Andréia da Silva Borsato
	Beatriz Costa Figueredo
	Camila Casagrande Magagnin
	Camila Silveira
	Cassilda Cristiane Cardoso
	Daiana Marcolino Lunardi
	Denise Szymanski
Às 14:30 horas:	Nome
	Edinéia Filastro
	Edna Blasius
	Ednéa Borges G. Quaglioto Pires
	Elaine Cristina Alves Candiottto
	Elaine Cristina Fontana
	Fernanda Mariani dos Santos
	Flávia Souza Severino
	Flaviane Marques Dias
	Guilherme Samuel Teixeira
	Janaine Kanareki
Às 15:30 horas:	Nome
	Luana Cristina Vieira
	Luciane Fernandes
	Maria Helena Menegás
	Raiane Rodrigues Fernandes
	Ruy José de Almeida Bezerra
	Sandra Mara Aparecida Lima Moreira
	Vandressa Alves

O resultado com a classificação geral do Processo Seletivo será divulgado em 16/11/2023.

EXTRATO TERMO ADITIVO 65/PMCS/2022

Publicação Nº 5319239

ADITIVO Nº: 65/2022

CONTRATO Nº: 80/2019.

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ROSALINO POSSAMAI DELLA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 140/PMCS/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 33/PMCS/2019

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, UM PAVILHÃO LOCALIZADO NA ROD. SC 108 – KM 358, S/N, BAIRRO RIO GALO, NESTE MUNICÍPIO, PARA NELE SEREM INSTALADOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO (DEPÓSITO SETOR PATRIMÔNIO).

OBJETO DO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 25/10/2019

ASSINATURA: 25/10/2022.

VIGÊNCIA: INÍCIO: 26/10/2022 TÉRMINO: 25/10/2023

VALOR: R\$: 22.440,00 (VINTE E DOIS MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

EXTRATO TERMO ADITIVO 91/PMCS/2023

Publicação Nº 5319196

ADITIVO Nº: 91/PMCS/2023

CONTRATO Nº: 79/PMCS/2022

TIPO DE ADITIVO: QUARTO – PRAZO DE EXECUÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: SIMPLEX PRE-MOLDADOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/PMCS/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/PMCS/2022

OBJETO DO CONTRATO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DA COBERTURA DA RUA RAUL POMPÉIA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM ITÁLIA, CONFORME PORTARIA SEF Nº 159/2022 - 22/04/2022, PELO PROCESSO: SCC 00023992/2021, REPASSE ATRAVÉS DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL-SC.

OBJETO DO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 17/08/2022.

PRAZO: 26/10/2023 ATÉ 26/12/2023

ASSINATURA: 25/10/2023.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2023 – PMC

Publicação Nº 5319170

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2023 - PMC
Contratação de Serviços

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA1BF40C7A134447A4E8D294FA89F00A5D525BB0

Objeto: Contratação de produtor técnico, visando a prestação de serviços profissionais para compor a mesa de jurados, para avaliar os finalistas do "Festival Canto Livre 2023", que será realizado nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2023, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h00min do dia 21/11/2023.

Abertura: dia 21/11/2023 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Registrado no TCE: EA1BF40C7A134447A4E8D294FA89F00A5D525BB0

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2023.

ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

DECRETO Nº 7.746, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319200

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.746, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Designa a servidora IVETE DAHMER ALBIERO para responder pelo cargo de Assessor de Gestão Urbana.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando o Memorando 8.694/2023, emitido pela Secretaria Municipal de Gestão Urbana.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, para exercer o cargo de Assessora de Gestão Urbana (V) – Secretaria Municipal de Gestão Urbana, no período de 25 de outubro a 9 de novembro de 2023, em face do afastamento da titular.

Parágrafo único. A percepção de remuneração/subsídio fica condicionada ao atendimento do disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 1994 e alterações, vedada a acumulação de gratificação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 7.748, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319202

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.748, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

Dá nova redação do art. 2º do Decreto nº 578/2021, de 10 de agosto de 2021, que designa Comissão Coordenadora e Junta Médica dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 578/2021, de 10 de agosto de 2021, que designa Comissão Coordenadora e Junta Médica dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica designada equipe multidisciplinar, com a finalidade de promover a avaliação dos requerimentos das pessoas com deficiência, candidatas às vagas disponíveis nos Editais de Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Saúde, bem como verificar a compatibilidade ou não da deficiência de que são portadoras com o exercício do cargo que pretendem ocupar, a ser composta pelos servidores abaixo relacionados:

I – ANA LORENA PRADO GASTMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho;

II – BIANCA MENNA BARRETO LAGES, ocupante do cargo de Fisioterapeuta;

III – CLEITON FRANCISCO PICCINI, ocupante do cargo de Médico;

IV – GISELE APARECIDA DALLAGNOL, ocupante do cargo de Fisioterapeuta;

V – MARIANA DALLAGNOL, ocupante do cargo de Enfermeiro;

VI – VANDERLEI JOSE DE LIMA, ocupante do cargo de Médico.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 7.749, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319203

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.749, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, tais como construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, cuja investidura será de um ano, a partir de 1º de novembro de 2023, os seguintes servidores:

I – ALAN CARLOS BORSUK;

II – ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA;

III – BRUNO RAMOS BETTINELLI;

IV – CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

V – CRISTINA VALCARENGHI;

VI – DANIELA STRINGHINI;

VII – DENILSON KROETZ;

VIII – GABRIELE SIEGA;

IX – GLAUBER DIEHL XAVIER;

X – JOEL CARLOS TREVISOL;

XI – JONAS TOIGO BITTENCOURT;

XII – LUISE RÖRIG SAVISCKI;

XIII – LUIZA BEDIN;

XIV – MARCELO GUSTAVO FRANZOI;

XV – PATRICIA PAZA LANÇA;

XVI – REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO;

XVII – SAMARA WOLFF SAVOLDI;

XVIII – TAMYRA HACK;

XIX – VINICIUS DOS SANTOS.

Parágrafo único. As servidoras relacionadas nos incisos XII, XIII e XVIII, desempenharão suas atividades exclusivamente em obras e serviços relativos à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 7.751, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319204

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.751, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Acresce dispositivos ao art 1º do Decreto nº 7.421, de 26 de abril de 2023 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e alterações e considerando os Memorandos nºs. 8.671/2023, emitido pela Procuradoria Geral do Município e 8.853/2023, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 7.421, de 26 de abril de 2023 e alterações, que designam servidores para atuar como responsáveis pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos disponibilizados sob o regime de adiantamento, instituído pela Lei nº 5.808, de 18 de julho de 2023, terá dispositivos acrescidos na forma abaixo:

I – ficam acrescidas as alíneas “v”, “w” e “x” ao inciso XVII, com a seguinte redação:

“v) CIRLENE SOARES BATISTA;

w) SELOI MARIA NOGUEIRA FELISBERTO;

x) SOLANGE INES GERHARDT." (NR)

II – fica acrescido inciso XVIII, com a seguinte redação:

"XVIII – MICHELE GALEAZZI, Procuradoria Geral do Município." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2023 – FMS

Publicação Nº 5319192

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8356DDB0F3431AAE70E2704C8E75A1E2508EC49

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2023 – FMS

A Gestora do FMS, torna público que ratificou o ato do Senhor Leandro Boeira Zorzan, Diretor Administrativo e Financeiro, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 06/11/2023, para a Contratação de prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas, procedimentos e exames, nos termos do edital de Credenciamento 01/2023 - FMS; a favor de COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO, no valor total de R\$ 1.589.039,04 (um milhão, quinhentos e oitenta e nove mil, trinta e nove reais e quatro centavos).

Código de Registro no TCE: 8356DDB0F3431AAE70E2704C8E75A1E2508EC49

LEIDE MARA BENDER

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 348/2023, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319205

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 348/2023, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder, no mês de novembro de 2023, à servidora GRACIELE SCHUASTZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de novembro de 2010 a 9 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 349/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5319206

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 349/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a documentação constante no Protocolo nº 4.365/2023.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora JOICE ALICE DIAS SCHNEEBERGER DE MARCO, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 103470-00 e 103470-01, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de dois anos, a partir de 6 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 567/2023

Publicação Nº 5301349

DECRETO Nº 567, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, por término de contrato, a partir de 16 de novembro de 2023, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 141/2022, com MARILENE MESSIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, 03 de novembro de 2023.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 568/2023

Publicação Nº 5301352

DECRETO Nº 568, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, por término de contrato, a partir de 16 de novembro de 2023, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 140/2022, com JOSIMAR CRISTIANO RAMA, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, 03 de novembro de 2023.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 310/2023

Publicação Nº 5301445

PORTARIA Nº 310/2023

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR MARAFON, Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas competências atribuídas pelo Decreto nº 297/2021 de 11 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de motorista, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 27/06/2022 a 26/06/2023 que serão gozadas a partir do dia 27/12/2023.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 03 de novembro de 2023.

RUDIMAR MARAFON

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2023

Publicação Nº 5301186

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 044383EEEEA0E4683038298245F76424C84DE7DA3

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

AVISO LICITAÇÃO

Código registro TCE: 044383EEEEA0E4683038298245F76424C84DE7DA3

Edital Pregão Eletrônico Nº 44/2023.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ORNAMENTOS PARA A COMPOSIÇÃO DA ILUMINAÇÃO NATALINA 2023, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DA DECORAÇÃO. Conforme relação e especificações constantes no Anexo "A", deste edital.

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Recebimento das propostas será das 08h30min horas do dia 10/11/2023 até às 08h00min do dia 20/11/2023. Abertura das propostas: 20/11/2023 às 08h30min. Início da sessão de disputa de lances: dia 20/11/2023 às 08h30min

O Edital poderá ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347 3400.

Coronel Freitas (SC) 03 de novembro de 2023.

Delir Cassaro
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 29/2023

Publicação Nº 5301435

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 29/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 29/2023 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2022

Contratado: SAMI CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO do Contrato nº 61/2022 prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 13/05/2024, com fundamento no Art. 57, da Lei de Licitações.

PARÁGRAFO ÚNICO O presente aditivo passa a vigor a partir do dia 14 de novembro de 2023.

Vigência: 13/05/2024.

Curitibanos

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 140/2023

Publicação Nº 5286990

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC7DFB6514264E9AA59138B69F0330779B1B1D61

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 140/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 140/2023 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E ALBRAS MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA, REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2023

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 140/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) CONTAINERS PARA GUARDA DE OBJETOS RETIRADOS DO MUSEU HISTÓRICO ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA, PELO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original até 18/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

O Município pagará a mais o valor de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) devido a prorrogação do prazo do contrato, conforme Autorização de Fornecimento nº 3182/2023 e documentação anexa.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato Nº 140/2023, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal Nº. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos (SC), 01 de novembro de 2023.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

ALBRAS MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
Representante Legal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações, pelo que, de acordo com o Art. 38, parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.

Curitibanos (SC), 01 de novembro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO Nº 44/2023

Publicação Nº 5287006

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 564D545D350B66C0EBA06F03B574EAE86223055A

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 44/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 44/2023 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS E LUZ & FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 12/2023.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 44/2023, alterando a cláusula do contrato original, que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA PARA O ANO DE 2023, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONserto E REPAROS DE PEÇAS DO ACERVO DO MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica o prazo de execução prorrogado até 24/11/2023, por se tratar de projeto elétrico é indispensável que a instalação da decoração ocorra em um tempo não chuvoso, devido às fortes chuvas permanecerem na maioria dos municípios, mostra-se cabível a prorrogação do prazo, conforme justificativa da secretaria de planejamento em anexo.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 01 de novembro de 2023

ANDRESSA BOSCARI DE FARIAS
Presidente do Fundo

LUZ & FORMA COM. E DECORAÇÕES LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 01 de novembro de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 149/2023 (SEQ. 10518)

Publicação Nº 5287001

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A02CB86D849823C6602B6CDCA23749D2AEED7121

TERMO DE CONTRATO Nº 149/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E TITA UNIFORMES LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TITA UNIFORMES LTDA com sede em Francisco Beltrão/PR inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.642.402/0001-60 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AOS ALUNOS E PROFESSORES DURANTE A FEIRA MUNICIPAL DO CONHECIMENTO E DEMAIS PROJETOS EDUCACIONAIS NO DECORRER DE 2023 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CAMISETAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CAMPANHAS DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DE UNIFORMES PARA USO DOS GRUPOS TRABALHADOS NO CRAS, CONFORME ANEXO I E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 30 (trinta) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

5 06.001.10.305.8.2026.3.3.90.32.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **71/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 9.534,00 (Nove Mil, quinhentos e trinta e quatro Reais) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **71/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este

CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº 71/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 01 de novembro de 2023

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

TITA UNIFORMES LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 01 de novembro de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 425/2023 (SEQ. 16864)

Publicação Nº 5286989

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 041B833E9B5A425035E03B279C244C59CFF902B7

TERMO DE CONTRATO Nº 425/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AUTO MECANICA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, AUTO MECANICA LTDA com sede na cidade de Curitiba - SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 83.750.703/0001-64 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHAO IVECO 260E, PLACA QHI 6A72 DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS E DO CAMINHAO IVECO EURO CARGO 170E22, PLACA MJS 3608 DE USO DAS ESTRADAS VICINAIS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXO 1 DESTE EDITAL

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias úteis após a solicitação do departamento competente. A vigência de 60 dias a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

77 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.39.19.00.00.00 - 3.3.90.30.39.00.00.00 - 3.3.90.30.01.00.00.00

81 02.005.26.782.28.2072.3.3.90.30.39.00.00.00 - 3.3.90.39.19.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **200/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 37.582,00 (trinta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois reais), após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **200/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei,

particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da

CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2 - Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **200/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 01 de novembro de 2023

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

AUTO MECANICA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 01 de novembro de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****2º T.A. CONTRATO 87-2022 - TOMADA DE PREÇOS 134-2022 - PMDC**

Publicação Nº 5301279

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 76DFC6E3ADF1D7BABD97736DB9C25D9C868561E4

Contrato Nº: 87/2022 Seq.: 2 Tipo: Aditivo de Valor (Acréscimo)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: KOFER OBRAS E SERVICOS LTDA

Valor: R\$ 28.995,96

Vigência: Início: 03/11/2023

Licitação: 134/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA E REFORMA INTERNA NA ESCOLA DO BAIRRO SÃO SILVESTRE, MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO, PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, EM ANEXO.

THYAGO W G GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 94/2023 - PMDC

Publicação Nº 5301248

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CB4A31C42416B4A6877AF8386B0ECED3CE7F58C2

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

MULTIENTIDADE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 94/2023, Edital de Pregão Nº 94/2023, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 20/11/2023, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

Dionísio Cerqueira/SC.

THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 06/2023

Publicação Nº 5319177

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 06/2023

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA – VM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

DO OBJETO – Execução de calçadas na Rua Oliveira Manuel Silveira, com 1.170,82m, no Bairro Santa Libera, Rua Maximiliano Gaidizinski, com 431,30m, no Bairro Vila Lourdes e Rua Francisco Ronchi, com 600,00m, no Bairro Ouro, no Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 33.424,29 (trinta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos) ao Contrato nº 06/PMF/2023, a fim de efetivar os pagamentos dos serviços aditados, conforme solicitação do Setor de Engenharia.

DO ORÇAMENTO – As despesas decorrentes deste aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Proj/Ativ: ABERTURA DE AVENIDAS, PAVIMENTAÇÕES, MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS E CONSTRUÇÃO E CICLOVIAS | Dotação: 86 – 1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários | 1.704.0000.0725 – Transferências da União – Exploração Recursos | Elemento de Despesa: 4.4.90.51.91.00.00 – Obras em Andamento.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01 de novembro de 2023.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

CONCURSO 001/2023 E PROCESSO 001/2023

Publicação Nº 5301289

CONCURSO PÚBLICO 001/2023 - EXTRATO DO EDITAL 001/2023**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 - EXTRATO DO EDITAL 001/2023**

O Município de Galvão/SC, por meio de seu representante legal, torna pública a realização de **Concurso Público (regime estatutário)** e **Processo Seletivo Simplificado (regime administrativo - contratação temporária)**. Inscrições: das 12h (meio-dia) de 06/11 até às 12h (meio-dia) de 06/12/2023, no site www.objetivas.com.br. Consulte os editais completos no **Painel de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal** e nos sites www.galvao.sc.gov.br e www.objetivas.com.br. Admir Edi Dalla Cort, Prefeito Municipal. Execução: Objetiva Concursos.

Gaspar

PREFEITURA

ERRATA AO DECRETO Nº 11.323, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301507

ERRATA AO DECRETO Nº 11.323, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 11.323, de 20 de outubro de 2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 4367, de 26 de outubro de 2023, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 1º:

“IV - ENRIQUE EDUARDO ORTIZ - Médico do Trabalho;”

Leia-se:

“IV - ENRIQUE EDUARDO ORTIZ - Médico;”

Gaspar, 27 de outubro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301504

LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 2 DE AGOSTO DE 2017, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura da unidade administrativa Diretoria-Geral de Ouvidoria e Atendimento, diretamente subordinada à Secretaria de Fazenda e Gestão Administrativa, elencada no artigo 8º, inciso VIII da Lei Complementar nº 80, de 2 de agosto de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º [...]

[...]

VIII – Diretoria-Geral de Atendimento:”

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Diretor-Geral de Ouvidoria e Atendimento, elencado no Anexo I da Lei Complementar nº 80/2017, passando o anexo a vigorar com a seguinte redação com relação a esse cargo especificamente:

ANEXO I

Quadro de cargos em comissão da Administração Direta

[...]

III - SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Cargo	Nível	REF	C/H	Vagas	Valor
Diretor-Geral de Atendimento	CC	64	40h	1	R\$ 6.902,58

Art. 3º Ficam acrescidas as atribuições do cargo de Diretor-Geral de Atendimento no Anexo III - Atribuições dos Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta, da Lei Complementar nº 80/2017, com a seguinte redação:

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CARGO: DIRETOR-GERAL DE ATENDIMENTO

São atribuições do Diretor-Geral de Atendimento:

I - planejar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar o sistema de atendimento de suas respectivas áreas e unidades que contemplam a Praça do Cidadão, Sala do Empreendedor e demais órgãos de atendimento;

II - dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Emissão de Documentos, Junta de Serviço Militar, Atendimento-Geral de Serviços Públicos à Pessoa Física e Jurídica, Ouvidoria e outros setores e áreas com atividades de atendimento a serem implantadas no município;

III - supervisionar os trabalhos do SINE, JUCESC e demais órgãos de atendimento ao cidadão a serem vinculados ao município;

IV - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, com o foco em resultados e excelência em atendimento, estando de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa;

V - promover e articular com as Secretarias, Diretorias, setores e áreas pertinentes, o planejamento de ações e operações realizadas no atendimento, com objetivo de melhorar, desburocratizar e acelerar o fluxo de atendimento dos processos de interesse de cada setor;

VI - organizar, dirigir, coordenar e orientar as atividades de atendimento e prestação dos serviços alocados na Praça do Cidadão e Sala do Empreendedor;

VII - acompanhar e monitorar o fluxo dos processos dos atendimentos solicitados, bem como o cumprimento dos prazos e a qualidade da prestação do serviço e das respostas encaminhadas;

VIII - coordenar e executar os serviços de atendimento ao público, de forma articulada com os demais órgãos e entidades do Município;

IX - gerenciar as atividades relativas à gestão de pessoas de sua competência;

X - observar as necessidades e promover a capacitação e o desenvolvimento de competências da equipe de atendimento e servidores das unidades e áreas vinculadas à diretoria;

XI - articular e coordenar a integração do trabalho dos servidores públicos municipais de sua área com as demais áreas e setores da Prefeitura Municipal;

XII - encaminhar à Secretaria os assuntos pertinentes de sua área de responsabilidade para análise e decisões juntamente a chefia imediata;

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas, em sua respectiva competência, pela Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa."

Art. 4º Ficam criadas 01 (uma) vaga de função gratificada de Controlador-Geral do Município, 01 (uma) vaga de função gratificada de Supervisor-Geral de Contratos e 01 (uma) vaga de função gratificada de Supervisor Administrativo, no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no Anexo VI da Lei Complementar nº 80/2017, sendo acrescentada a seguinte redação:

ANEXO VI

Quadro de Funções Gratificadas da Administração Direta do Município de Gaspar

[...]

I –GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função Gratificada	Nível	Nº Vagas	Valor
Controlador-Geral do Município	7	1	R\$ 3.500,00
Supervisor-Geral de Contratos	6	1	R\$ 2.120,00
Supervisor Administrativo	1	1	R\$ 1.492,10

Art. 5º Fica criada 01 (uma) vaga de função gratificada de Ouvidor Municipal, na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no Anexo VI da Lei Complementar nº 80/ 2017, sendo acrescentada a seguinte redação:

ANEXO VI

Quadro de Funções Gratificadas da Administração Direta do Município de Gaspar

[...]

III - SECRETARIA DA FAZENDA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Função Gratificada	Nível	Nº Vagas	Valor
Ouvidor Municipal	1	1	R\$ 1.492,10"

Art. 6º Fica criada 01 (uma) vaga de função gratificada de Ouvidor de Conduta em Saúde e alterado o nível da vaga de função gratificada de Supervisor de Atenção Básica, na Secretaria Municipal de Saúde, no Anexo VI da Lei Complementar nº 80/2017, sendo acrescentada a seguinte redação:

ANEXO VI

Quadro de Funções Gratificadas da Administração Direta do Município de Gaspar

[...]

VIII - SECRETARIA DE SAÚDE

Função Gratificada	Nível	Nº Vagas	Valor
Ouvidor de Conduta em Saúde	1	1	R\$ 1.492,10
Supervisor de Atenção Básica	6	1	R\$ 2.120,00

Art. 7º Ficam criadas as atribuições das funções gratificadas de Controlador-Geral do Município e Supervisor-Geral de Contratos, no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, de Ouvidor Municipal, na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, e de Ouvidor de Conduta em Saúde, na Secretaria de Saúde, no Anexo VIII da Lei Complementar nº 80/2017, sendo acrescentada a seguinte redação:

ANEXO VIII

ATRIBUIÇÕES GERAIS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR

[...]

FUNÇÃO: CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

São atribuições do Controlador-Geral do Município:

I - instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem;

II - elaborar e revisar, junto com os respectivos responsáveis pelos setores e órgãos de Controle Interno, o manual de controle interno do Município;

III - estabelecer os itens de fiscalização que cada setor deve exigir no fluxo da realização das tarefas;

IV - fiscalizar o cumprimento do manual de controles internos;

V - cientificar o Prefeito sobre as irregularidades encontradas periodicamente;

VI - determinar, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados que guardem, gerenciem ou administrem recursos ou bens municipais;

VII - regulamentar as atividades de controle através de Instruções Normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organização, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na administração municipal;

VIII - concentrar as consultas a serem formuladas pelos diversos subsistemas de controle do município;

IX - verificar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal do Chefe do Poder;

X - acompanhar o cumprimento de prazos de elaboração, entrega de relatórios e prestações de contas;

XI - emitir parecer sobre as contas prestadas ou tomadas por órgãos e entidades relativos a recursos públicos repassados pelo município;

XII - opinar em prestações ou tomada de contas exigidas por força da legislação;

XIII - verificar os atos administrativos quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XIV - emitir comunicados;

XV - fiscalizar o limite de despesa total e com pessoal dos poderes;

XVI - acompanhar a realização do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual;

XVII - acompanhar e fiscalizar a execução da programação financeira e do cronograma de desembolso, inclusive quanto à realização das metas fiscais;

XVIII - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas financeiras e físicas dos programas de governo;

XIX - realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar;

XX - fiscalizar a aplicação e cômputo das despesas relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde;

XXI - fiscalizar a realização de operações de créditos e os limites de endividamento e tarefas afins atinentes à manutenção do sistema de controle interno.

FUNÇÃO: SUPERVISOR-GERAL DE CONTRATOS

São atribuições do Supervisor-Geral de Contratos:

I - planejar, dar orientação técnico-administrativa e supervisionar e dar transparência aos contratos e aditivos;

II - responder pelo controle dos vencimentos dos contratos e convênios;

III - elaborar e analisar convênios, termos de cessão de uso, justificativas, solicitar supressão, suplementação ou reajustes dos mesmos;

IV - controlar os demais procedimentos inerentes aos contratos e aditivos;

V - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de licitações e contratos;

VI - responder pela elaboração e análise dos contratos administrativos, termos aditivos, convênios, termos de cooperação, de dispensas e outros encaminhamentos dos processos licitatórios;

VII - supervisionar a publicização dos contratos administrativos, termos aditivos, convênios, termos de cooperação, de dispensas e outros encaminhamentos dos processos licitatórios;

VIII - supervisionar, dirigir e orientar seus subordinados;

IX - orientar e corrigir falhas, assegurando, assim a eficiência e a produtividade de seus subordinados;

X - ter pleno conhecimento das instruções, conceitos e procedimentos necessários ao desenvolvimento das funções inerentes ao seu órgão administrativo;

XI - definir, de acordo com orientação do Secretário, as prioridades de atuação, estabelecer diretrizes e metas de atuação da unidade administrativa a que está afeto, promovendo o planejamento e acompanhamento das ações da mesma com a aprovação do Secretário;

XII - indicar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados, de bens ou serviços de seu setor, com experiência necessária ao acompanhamento e controle;

XIII - exercer outras atribuições correlatas, delegadas ou determinadas pelo superior, ou definidas em normas específicas.

FUNÇÃO: OUVIDOR MUNICIPAL

São atribuições do Ouvidor Municipal:

I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do município ou agentes públicos;

II - diligenciar junto às unidades da administração competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informações, na forma do inciso I;

III - cobrar respostas coerentes das unidades a respeito das manifestações a eles encaminhados e levar ao conhecimento da direção do órgão ou entidade os eventuais descumprimentos;

IV - manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciante;

V - informar ao usuário as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

VI - elaborar e publicar, mensalmente, relatório de suas atividades e avaliação da qualidade dos serviços públicos municipais;

VII - encaminhar relatório mensalmente de suas atividades ao Prefeito;

VIII - realizar ou apoiar iniciativas de cursos, seminários, encontros, debates, pesquisas e treinamento que tratam sobre temas da Ouvidoria;

IX - comunicar ao órgão da administração direta e indireta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;

X - resguardar o sigilo das informações, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;

XI - atender o usuário de forma adequada, observando os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;

XII - garantir respostas conclusivas aos usuários;

XIII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

FUNÇÃO: OUVIDOR DE CONDUTA EM SAÚDE
São atribuições do Ouvidor de Conduta em Saúde:

I - recepcionar, analisar e promover o encaminhamento das demandas, tais como: queixas, denúncias, reclamações, solicitações e elogios;

II - acompanhar o trâmite e a resposta das demandas dentro do prazo estabelecido;

III - elaborar relatórios gerenciais para a Secretaria Municipal de Saúde;

IV - verificar quais órgãos o cidadão já procurou, pois a Ouvidoria nunca pode ser a primeira porta;

V - orientar qual o caminho de entrada para o Sistema Único de Saúde, ou o caminho de encaminhamento;

VI - fazer o registro da manifestação de forma coerente, completo, objetivo e fidedigno ao desejo do cidadão;

VII - conhecer toda estrutura e funcionamento da instituição a qual pertence, a fim de encaminhar e acompanhar os diversos questionamentos e problemas para soluções;

VIII - exercer outras atividades pertinentes que lhe forem delegadas."

Art. 8º Fica extinta a unidade administrativa denominada de Controladoria-Geral do Município, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, elencada no artigo 4º, inciso I, bem como a unidade administrativa denominada de Ouvidoria de Conduta em Saúde, diretamente subordinada a Secretaria de Saúde, prevista no artigo 18, inciso VIII, alínea "b", todos da Lei Complementar nº 80/2017.

Art. 9º Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão e revogadas as respectivas atribuições, previstos na Lei Complementar nº 80/2017:

I - Controlador-Geral do Município, disposto no Anexo I, Quadro I – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, bem como as atribuições do referido cargo no Anexo III;

II – Ouvidor de Conduta em Saúde, disposto no Anexo I, Quadro VII – Secretaria de Saúde, bem como as atribuições do referido cargo no Anexo III.

Art. 10. Ficam revogadas as atribuições do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral de Ouvidoria e Atendimento, previstas no Anexo III da Lei Complementar nº 80/2017.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 3 de novembro de 2023.

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

PORTARIA Nº 8.030, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301303

PORTARIA Nº 8.030, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA LUCIA KISTNER PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 97/2023.

EMERSON ANTUNES, Secretário de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 19 de outubro de 2023, a servidora LUCIA KISTNER, inscrita no CPF sob o nº 482.***.159-**, ocupante do cargo de Diretora-Adjunta, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 97/2023, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa JULIO SCHRAMM -ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2023.

Gaspar, 1º de novembro de 2023.

EMERSON ANTUNES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8.034, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301197

PORTARIA Nº 8.034, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA M. S. DOS S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 04/2023 – PAD nº 04/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 6 de novembro de 2023, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2023, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora M. S. dos S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 3 de novembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 8.035, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301232

PORTARIA Nº 8.035, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR C. M.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 05/2023 – PAD nº 03/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 6 de novembro de 2023, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2023, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor C. M.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 3 de novembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASP/SC CREDENCIAMENTO FMS Nº 006/2021 EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20160/2022

Publicação Nº 5301366

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASP/SC
CREDENCIAMENTO FMS Nº 006/2021
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO
CONTRATO Nº 20160/2022

Início da vigência: 25/10/2023. Vencimento: 24/10/2024. Credenciamento nº 006/2021. Objeto: Promove a renovação, por 12 (doze) meses, do presente credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização

de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica ou cirúrgica, hospitalar, ambulatorial, de média e alta complexidade, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº 06/2021 e no Projeto Básico. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). Contratado: GSS – GESTÃO SERVIÇOS A SAÚDE (CNPJ nº 18.670.594/0001-03).

Gaspar/SC, 24 de outubro de 2023.

SANTIAGO MARTIN NAVIA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2022 CREDENCIAMENTO FMS Nº 007/2022 EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20158/2022

Publicação Nº 5301368

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2022
CREDENCIAMENTO FMS Nº 007/2022
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO
CONTRATO Nº 20158/2022

Início da vigência: 25/10/2023. Vencimento: 24/10/2024. Credenciamento nº 007/2022. Objeto: Promove a renovação, por 12 (doze) meses, do presente credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica ou cirúrgica, hospitalar, ambulatorial, de média e alta complexidade, conforme especificações contidas no Edital de Credenciamento nº 07/2022 e no Projeto Básico. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). Contratado: GSS – GESTÃO SERVIÇOS A SAÚDE (CNPJ nº 18.670.594/0001-03).

Gaspar/SC, 24 de outubro de 2023.

SANTIAGO MARTIN NAVIA
Secretário Municipal de Saúde

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 03-2023 - CENTRO DE TRIAGEM

Publicação Nº 5301578

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 821C1AC67CE5E4CC758319D515CF24057332EB2E



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO Nº 03/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2023

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, por meio do **SETOR DE LICITAÇÕES**, sediado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, realizará licitação para o registro de preços na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 h do dia 09/11/2023 às 18:00 h do dia 14/12/2023.

LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: Até as 18:00 horas do dia 12/12/2023.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: às 14:00 horas do dia 15/12/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO COLETADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ (COMPREENDENDO O MATERIAL SECO, ORGÂNICO E REJEITO), PRENSA DO LIXO RECICLÁVEL, COMPOSTAGEM DO MATERIAL ORGÂNICO COLETADO, CARREGAMENTO DO REJEITO E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, BENFEITORIAS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

Não poderão disputar esta licitação:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Agente público do órgão ou entidade licitante;
- Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam





configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC Nº 123, de 2006.

Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES (BLL):

As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Valor unitário (*com no máximo 2 casas decimais*);
- Marca;
- Modelo;
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;





O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência no ANEXO I.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$0,05 (CINCO CENTAVOS)**.

O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60º, da Lei Nº 14.133 de 2021.

Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Fica estabelecida prioridade de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, em todos os procedimentos licitatórios em que houver empate entre os licitantes na forma descrito nos artigos 5º e 6º do Decreto Municipal N° 20/2022, de 15 de julho de 2022.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no § 9º do Art. 26 do Decreto N.º 10.024/2019.

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão N° 1412/2021 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) N° 7.816, de 28/09/2012.

O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.





A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da LC Nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

No caso de inhabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inhabilitação.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO II**, para fins de habilitação:

- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inhabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.





- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas.) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- A intenção de recorrer deverá ser manifestada na data e horário informado pela Comissão;
- O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- Deixar de apresentar amostra; ou
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- Fraudar a licitação
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida.
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: telefone (48) 3652-1177, e mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (https://transparencia.betha.cloud/#/AwGIYCdl_mtiKHs69nXAwg==).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – HABILITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – CONTROLE DE BENS

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONCORDA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE PARENTES

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO XI – MINUTA CONTRATUAL

Grão-Pará, 03 de novembro de 2023.

MURILO KULKAMP NILZEN
Prefeito Municipal em Exercício





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO Nº 03/2023

OBJETO: A presente licitação tem por objeto: **CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO COLETADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ (COMPREENDENDO O MATERIAL SECO, ORGÂNICO E REJEITO), PRENSA DO LIXO RECICLÁVEL, COMPOSTAGEM DO MATERIAL ORGÂNICO COLETADO, CARREGAMENTO DO REJEITO E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, BENFEITORIAS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SEPARAÇÃO DO LIXO COLETADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ (COMPREENDENDO O MATERIAL SECO, ORGÂNICO E REJEITO), PRENSA DO LIXO RECICLÁVEL, COMPOSTAGEM DO MATERIAL ORGÂNICO COLETADO, CARREGAMENTO DO REJEITO E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, BENFEITORIAS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM.	MESES	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
VALOR MÁXIMO GLOBAL					R\$ 72.000,00

- O serviço prestado deverá obedecer às normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente;
- Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.
- A concessão ficará vigente por 12 meses, sendo estimada uma movimentação de 70 toneladas por mês de volume de material reciclável e uma estimativa de 20 toneladas por mês de volume de compostagem produzida.

PRAZO DE ENTREGA

Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, para iniciar os trabalhos em 2024, a partir do dia 01 de janeiro de 2024.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo Município mensalmente até o dia 10 do mês subsequente após apresentação de Nota Fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.001.04.122.002.2.002.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 (15)



**DEVER DO CESSIONÁRIO:**

- Realizar a triagem do material entregue pelo Município;
- Encaminhar o material reciclável para reciclagem;
- Realizar a compostagem do material orgânico;
- Encaminhar o rejeito para transporte para o Aterro Sanitário;
- Encaminhar mensalmente relatório à municipalidade contendo dados referentes à quantidade de material encaminhado para reciclagem e compostagem.
- Realizar as manutenções necessárias no Centro de Triagem de Lixo durante a vigência do contrato.

DIREITO DO CESSIONÁRIO:

- Comercializar o material seco, destinado à reciclagem, bem como o material obtido da compostagem;
- Utilizar o Centro de Triagem de Lixo Municipal e os equipamentos ali dispostos para exercer os trabalhos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos mensais referentes aos serviços prestados em conformidade com as especificações estipuladas contratualmente.
- b) Fiscalizar a execução do contrato.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Município de Grão-Pará produz cerca de 1.8 toneladas de resíduos sólidos diariamente, sendo coletados por pessoal próprio do Município diariamente. Este material contempla o material seco, orgânico e rejeito. É utilizado um caminhão com carroceria para coleta seletiva, já realizando a pré-triagem no momento da coleta. Este material, então, é encaminhado ao Centro de Triagem de Lixo, separando o lixo seco para reciclagem, o material orgânico para compostagem e o rejeito para destinação final em aterro sanitário. O Centro de Triagem de Lixo é de propriedade do Município de Grão-Pará, contudo, sem disponibilidade de mão de obra para realizar esta operação. Por este motivo, se faz necessário terceirizar o serviço de triagem de lixo através de prestação de serviços ou concessão.

Grão-Pará/SC, 03 de novembro de 2023.

MURILO KULKAMP NILZEN
Prefeito Municipal em Exercício





ANEXO II

HABILITAÇÃO

RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;
- b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;
- c) ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País.
- e) AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 deverão comprovar esse enquadramento tributário, através de Declaração expressa assinada de se enquadra como ME/EPP, e apresentação da Certidão Simplificada na Junta Comercial emitida há menos de 90 (noventa) dias.

RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista).
- g) Comprovante de vínculo existente entre a empresa licitante e profissional com formação de nível superior devidamente habilitado (engenheiro ambiental, florestal, agrônomo, sanitarista ou biólogo) para o monitoramento das atividades referente à triagem do lixo, realização da compostagem e controle ambiental do local, em conformidade com o disposto no artigo 43, § 2º, da Lei Municipal nº 2.085/2017. A comprovação do vínculo se dará através do Contrato Social, quando o profissional habilitado fizer parte do quadro social, ou registro em carteira de trabalho, ou ainda contrato entre a empresa e o profissional devidamente registrado em cartório.

Observações: 1) Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. 2) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

OBS.: 1) As empresas licitantes com sede no Estado de Santa Catarina, deverão apresentar a certidão tanto via e-Proc quanto via SAJ, conforme orientação nas próprias certidões.

OBS.: 2) Já as empresas de outros estados, deverão apresentar na forma da Lei vigente, específica e distinta para cada ente da federação, expedida pelo distribuidor sede da licitante, ou de seu domicílio.



**RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Solicitação formal de Credenciamento, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Grão-Pará, com o preenchimento da tabela conforme item pretendido;

DECLARAÇÕES

- a) Declaração de que não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal – Modelo Anexo III;
- b) Declaração de que não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos da Lei 14.133/21.
- c) Declaração de que a empresa atende ao **disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99).
- d) Declaração de que **não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – conforme a Lei 14.133/21 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615.
- e) Declaração de que se **sujeita** às condições do Edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Serão feitas consultas ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las.
- b) A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação da proponente prestadora.
- c) Uma vez homologada a inscrição, a prestadora de serviços selecionada será convocada para firmar o Termo de Credenciamento (Contrato).
- d) A negativa ou não comparecimento quanto ao item anterior, acarreta a anulação da inscrição.
- e) Todos os documentos solicitados na habilitação deverão ser apresentados preferencialmente conforme sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original ou deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente no Anexo V, ficando esclarecido que deverão regularizar a situação como condição para a subscrição da Autorização para a Prestação de Serviços – APS.
- g) Em até **03 (três) dias úteis** após serem protocolados os pedidos de credenciamento, a Comissão Permanente de Licitações se reunirá e fará a análise da documentação exigida.
- h) A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento será comunicada mediante ata de sessão à empresa interessada via e-mail informado no Pedido de Credenciamento;
- i) Em caso de deferimento o extrato do credenciamento será publicado no DOM-Diário Oficial dos Municípios, e poderá ser homologado decorridos 5 (cinco) dias úteis desde que não haja recurso.
- j) As decisões da Comissão Permanente de Licitações que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas, e delas caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis a partir da comunicação da decisão.
- k) Em hipótese nenhuma os envelopes de Documentação serão devolvidos à interessada.





ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA (Apresentar em Papel Timbrado da Empresa)

PROPOSTA RELATIVA AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO Nº 03/2023
DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

Ilma Sra.

LAILA HONORATO MARTINS

Presidente da Comissão de Licitação

Grão-Pará - SC

A nossa empresa, situada na Rua,
Nº, Bairro, Município de/ SC, inscrita no CNPJ sob o
Nº, pelo **RECEBIMENTO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE
SEPARAÇÃO DO LIXO COLETADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
(COMPREENDENDO O MATERIAL SECO, ORGÂNICO E REJEITO), PRENSA DO LIXO
RECICLÁVEL, COMPOSTAGEM DO MATERIAL ORGÂNICO COLETADO, CARREGAMENTO
DO REJEITO E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, BENFEITORIAS E
EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE TRIAGEM**, de que trata o Edital de
Concorrência/Concessão Nº 03/2023, apresenta sua proposta no valor de **R\$**
(.....) mensais, totalizando **R\$** **(.....) o valor
para doze meses de Concessão.**

Declaramos que nos comprometemos em receber, através de **CONCESSÃO**, a **ÁREA DE TERRA E
BENFEITORIAS DO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, bem como nos
comprometemos em aproveitar **O LIXO RECICLÁVEL E O ADUBO ORGÂNICO PRODUZIDO NO
REFERIDO CENTRO DE TRIAGEM**, para realizarmos os serviços de que trata o Edital de
Concorrência/Concessão Nº 03/2023, pelos valores acima declarados.

Declaramos, também, que seremos responsáveis pela manutenção e conservação do imóvel, dos
equipamentos e das benfeitorias.

Prazo para Execução dos Serviços: conforme Edital.**Forma de Pagamento:** mensal, até o dia 10 do mês subsequente.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa

Número do CNPJ

Nome do Responsável Legal

Número do CPF



**ANEXO IV****CONTROLE DE BENS****EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023**

Relação de Controle de bens:

ESTEIRA DE LONA 650X60 - MOTOR WEG 20CV
PRENSA HIDRÁULICA FOLCHINI PHF - NS: 003 - 80X70X200
LAVADORA DE ALTA PRESSÃO ELETROPLAS MOD: EL 1800I

Grão-Pará/SC, 03 de novembro de 2023.

MURILO KULKAMP NILZEN
Prefeito Municipal em Exercício





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO Nº 03/2023

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao Art. 62 da Lei Federal Nº 14.133/21.

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____
CNPJ/MF N° _____
Sediada _____
(Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência N° 03/2023, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** inexistem fatos impeditivos à nossa habilitação no presente processo licitatório.
Por ser verdade, firmamos o presente.

...../....., de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF



**ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONCORDA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO****EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023****DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do Edital de Concorrência N° 03/2023 da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a seguir todas as normas vigentes em relação ao objeto licitado assim como cumpre também todos os requisitos de habilitação para o mesmo, sob as penas da Lei.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF



**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE****EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência N° 03/2023 instaurada pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

...../....., de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF



**ANEXO IX****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE PARENTES****EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023****DECLARAÇÃO**

(Razão Social) _____
CNPJ/MF N° _____
Sediada _____
(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência N° 03/2023, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, inclusive autarquias.

Por ser verdade, firmamos o presente.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF



**ANEXO X****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE****EDITAL DE CONCORRÊNCIA/CONCESSÃO N° 03/2023****DECLARAÇÃO**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade Concorrência, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF





ANEXO XI

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° __/2023

Contrato, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Barão do Rio Branco, N° 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 82.558.149/0001-55, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, doravante denominada simplesmente de **CONCEDENTE**, e a Empresa, com sede em, inscrita no CNPJ/MF sob o N°, neste ato, representada por seu representante legal, Senhor (a), portador do CPF sob o N°, doravante denominada simplesmente de **CONCESSIONÁRIA**, em decorrência do Processo de Licitação N° 118/2023, Concorrência/Concessão N° 03/2023, homologado em, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N° 14.133, de 01 de abril de 2021 e em conformidade com o Edital Licitatório e demais legislação pertinente:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a:

Concessão dos serviços de separação do lixo coletado pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará (compreendendo o material seco, orgânico e rejeito), prensa do lixo reciclável, compostagem do material orgânico coletado, carregamento do rejeito e manutenção e conservação do imóvel, benfeitorias e equipamentos existentes no Centro de Triagem.

Parágrafo Primeiro. O Município de Grão-Pará cede, através deste Contrato, todos os bens móveis e imóveis elencados no **Anexo** deste Contrato, bem como permite o aproveitamento do lixo reciclável e do adubo orgânico produzido no Centro de Triagem à **CONCESSIONÁRIA**, sendo esta a responsável pela manutenção e conservação dos bens relacionados no **Anexo** deste Contrato

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos integrantes do Processo de Licitação que originou este Contrato, cujo teor é de conhecimento de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A **CONCEDENTE** pagará à **CONCESSIONÁRIA** o preço proposto que é de R\$ (.....) mensais.

3.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONCESSIONÁRIA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 - Os documentos hábeis contendo os valores mensais serão emitidos pela **CONCESSIONÁRIA** até o dia 30 de cada mês, ficando a **CONCEDENTE** desde já obrigada a efetuar o pagamento até o dia 10 do mês subsequente.

3.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria Municipal da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, no horário compreendido das 12h30min às 18h30min, ou será realizado por depósito bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4 - Os preços serão fixos e irreajustáveis. Porém, se houver prorrogação da vigência contratual, poderão os preços ser reajustados, após cada ano de prestação de serviços, tendo por base o índice IGPM-FGV acumulado dos últimos (12) doze meses, respeitadas as disposições da Lei nº 10.195/2001.



**CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

5.1 - O prazo de execução é de (.....) meses ou até 31/12/2024, contado da homologação, adjudicação e assinatura deste contrato, podendo a vigência contratual ser prorrogada na forma da Lei Nº 14.133/21, até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

03.001.04.122.002.2.002.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 (15)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da **CONCEDENTE**, especialmente designado.

7.3 - A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter preposto, aceito pela **CONCEDENTE**, no local do serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

7.4 - A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5 - A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CONCEDENTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pela **CONCEDENTE**:

a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativos de seu objeto, nos limites permitidos no Artigo 124, da Lei Nº 14.133/21.

8.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento.

8.2 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos da Lei Nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Com fulcro na Lei Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida.
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3 A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado.





9.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A Rescisão deste Contrato poderá ser por ato unilateral da **CONCEDENTE**:

10.1.1 - A **CONCEDENTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a **CONCESSIONÁRIA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis:

- a) o não cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o desatendimento pela **CONCESSIONÁRIA** das determinações regulares da pessoa designada pela **CONCEDENTE** para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- c) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 - A **CONCEDENTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONCESSIONÁRIA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONCEDENTE**;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONCEDENTE**, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONCESSIONÁRIA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) a **CONCESSIONÁRIA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo à **CONCEDENTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a **CONCESSIONÁRIA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONCEDENTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à **CONCESSIONÁRIA**;
- c) em qualquer caso, a **CONCEDENTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a **CONCEDENTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONCEDENTE** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.2 - A Rescisão deste Contrato, também, poderá ser por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação, conforme Lei Nº 14.133/21;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONCEDENTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONCEDENTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da **CONCEDENTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.2.2 - Nesses casos, a **CONCEDENTE** deverá pagar à **CONCESSIONÁRIA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3 - A Rescisão do Contrato poderá, também, ser em Virtude de Força Maior:





10.3.1 - Tanto a **CONCEDENTE** como a **CONCESSIONÁRIA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058, do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Nesse caso, a **CONCEDENTE** pagará à **CONCESSIONÁRIA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediatamente comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 - O recebimento dos serviços será mensal, sempre que houver a apresentação dos documentos hábeis que comprovem a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

12.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

12.1.1 - Obriga-se a **CONCESSIONÁRIA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONCESSIONÁRIA**, fica a **CONCEDENTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à **CONCESSIONÁRIA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

12.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONCESSIONÁRIA** e a **CONCEDENTE**.

12.3 - A **CONCESSIONÁRIA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONCEDENTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONCESSIONÁRIA** empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.3.1 - Caso haja condenação da **CONCEDENTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONCESSIONÁRIA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NOVAÇÃO

13 - A não utilização por parte da **CONCEDENTE** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da **CONCEDENTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SEGURO

14 - A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Grão-Pará/SC, de de 2023.





MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
MURILO KULKAMP NILZEN
CONCEDENTE
Prefeito Municipal em Exercício
CONTRATANTE

CONCESSIONÁRIA
Função Junto à Concessionária
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

HENRIQUE LAPA LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N. 25-2023 - TRANSPORTE RESÍDUOS

Publicação Nº 5301530

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42DEBC3FCAF9A545FAC62035AD27112451930E0D

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sediada na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço**, nos termos da **Lei Nº 14.133/2021**, do Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto Nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto Nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP Nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto Nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e do Decreto Municipal Nº 20/2022 de 15 de julho de 2022, as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 h do dia 09/11/2023 às 18:00 h do dia 23/11/2023.

LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: Até as 18:00 horas do dia 21/11/2023.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: às 14:00 horas do dia 24/11/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTALADO NA LOCALIDADE DE ILHA GRANDE, PARA DEPÓSITO EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES PARA OPERAR.**

Conforme Termo de Referência (ANEXO I)

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas pertinentes do objeto do presente Edital correrão por conta da dotação orçamentária vigente do exercício de 2023.

03.001.04.122.002.2.002.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 (15)

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

Não poderão disputar esta licitação:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Agente público do órgão ou entidade licitante;
- Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Nº 14.133, de 2021.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC Nº 123, de 2006.

Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES (BLL):

As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Valor unitário (*com no máximo 2 casas decimais*);
- Marca;
- Modelo;
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;

O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência no ANEXO I.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$0,05 (CINCO CENTAVOS)**.

O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60º, da Lei Nº 14.133 de 2021.

Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Fica estabelecida prioridade de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, em todos os procedimentos licitatórios em que houver empate entre os licitantes na forma descrito nos artigos 5º e 6º do Decreto Municipal Nº 20/2022, de 15 de julho de 2022.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste

Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no § 9º do Art. 26 do Decreto N.º 10.024/2019.

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão N° 1412/2021 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) N° 7.816, de 28/09/2012.

O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da LC N° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO II**, para fins de habilitação:

- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas.) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- A intenção de recorrer deverá ser manifestada na data e horário informado pela Comissão;
- O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- Deixar de apresentar amostra; ou
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- Fraudar a licitação
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei Nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida.
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato lícitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

DAS IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: telefone (48) 3652-1177, e mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (https://transparencia.betha.cloud/#/AwGIYCdl_mtiKHs69nXAwg==).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – HABILITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL

ANEXO V - CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO DE PESSOAL

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ANEXO XI – MINUTA CONTRATUAL

Grão-Pará, 03 de novembro de 2023.

MURILO KULKAMP NILZEN
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023 - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTALADO NA LOCALIDADE DE ILHA GRANDE, PARA DEPÓSITO EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES PARA OPERAR**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	700	TONELADAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTALADO NA LOCALIDADE DE ILHA GRANDE, PARA DEPÓSITO EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES PARA OPERAR	R\$ 80,00	R\$ 56.000,00
TOTAL MÁXIMO GERAL					R\$ 56.000,00

DA ESTIMATIVA CONTRATUAL:

O valor global estimado para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de destinação final de resíduos sólidos da Prefeitura Municipal de Grão-Pará será de aproximadamente **R\$56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)**.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato a ser firmado com a licitante vencedora terá vigência de 12 meses, onde a mesma deverá iniciar os trabalhos em 2024, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, com vigência até dia 31 de dezembro de 2024, podendo a vigência ser prorrogada nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o dia 10 de cada mês, após prestação de serviço e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is).

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O licitante deverá recolher e realizar o transporte do rejeito da Triagem dos Resíduos Sólidos até o aterro sanitário, localizado no Município de Pescaria Brava, da empresa Versa Engenharia Ambiental Ltda, a qual o Município possui contrato para destinação final de resíduos sólidos urbanos.
O transporte dos resíduos deve ser feito em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.
A NBR 13221 estabelece os procedimentos gerais para o transporte de resíduos sólidos não perigosos, fornecendo direcionamento para as normas que abordam resíduos específicos. A norma estabelece que os materiais devem ser transportados com equipamentos adequados, em bom estado de conservação e de acordo com sua classificação. As cargas devem estar acondicionadas de forma adequada para coleta e transporte dos resíduos sólidos, para evitar quedas, vazamentos e contaminações, além de determinar a separação correta

dos materiais. A norma proíbe o transporte de materiais fora do escopo do licenciamento ambiental da empresa.

A NBR 7500 determina o procedimento adequado para o transporte de materiais por via terrestre, aborda questões relacionadas aos veículos, identificações, especificações, condutor, tipo de transporte, entre outros. A norma também determina que os resíduos sejam identificados corretamente para quem manuseia ou visualiza o material. Além disso, essa legislação determina que resíduos devem ter MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e outras documentações previstas na legislação.

É importante destacar que o transporte dos resíduos deve ser feito por meio de veículo e/ou equipamento adequado, obedecendo às regulamentações pertinentes. O estado de conservação do equipamento de transporte deve ser tal que, durante o transporte, não permita vazamento ou derramamento do resíduo.

O transporte deve ocorrer sempre que o centro de triagem estiver quantidade de resíduos suficiente para preencher uma carga (10.000 Kg) ou a cada 2 dias,.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada se responsabilizará:

- Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorram no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- Pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas;
- Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas, leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao serviço, respondendo pelo mesmo atual e futuramente;
- Pela prestação dos serviços objeto deste ETP, conforme necessidade, não podendo o pátio do Centro de Triagem de Lixo do Município ficar com o pátio repleto de lixo rejeito, de modo a prejudicar os trabalhos desenvolvidos no Centro de Triagem;
- Recolher o lixo rejeito no Centro de Triagem do Município e transportá-lo até o aterro sanitário da empresa contratada pelo Município para depósito e disposição final dos resíduos sólidos do Município de Grão-Pará;
- Cumprir a legislação vigente referente a prestação dos serviços, objeto deste edital.
- Cumprir as normas da ABNT relativas ao transporte terrestre de resíduos.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos Serviços;
- Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento dos serviços;
- Comunicar formalmente à CONTRATADA, por meio de correio eletrônico ou, na falta deste, comunicação impressa, qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização;

JUSTIFICATIVA

Contratação de Empresa para execução de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos, recolhidos no Centro de Triagem de Lixo do Município de Grão-Pará, instalado na localidade de Ilha Grande, e transportado para depósito em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes para operar. Essa demanda deve-se à necessidade de destinação adequada do lixo produzido no Município de Grão-Pará, com a finalidade de fazer a destinação ambientalmente correta.

Grão-Pará/SC, 03 de novembro de 2023.

MURILO
KULKAMP
NILZEN:07114803
974

MURILO KULKAMP NILZEN
Prefeito Municipal em Exercício

Assinado digitalmente por MURILO KULKAMP
NILZEN:07114803974
DN: cn=BRL, ou=ICP-Brasil, ou=AC FODL SC
v5, ou=8285970000167, ou=Presencial, ou
=Certificado PF A1, cn=MURILO KULKAMP
NILZEN:07114803974
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizado:
Data: 2023.11.03 14:12:38-03'00'
Fonte: PDF Reader Versão: 2023.2.0

ANEXO II**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023****HABILITAÇÃO****RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a)** REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual;
- b)** ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Empresárias, e no caso de Sociedade de Ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus Administradores;
- c)** ATO CONSTITUTIVO devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade não Empresária (Simples), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d)** DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País.
- e)** AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 deverão comprovar esse enquadramento tributário, através de Declaração expressa assinada de se enquadra como ME/EPP, e apresentação da Certidão Simplificada na Junta Comercial emitida há menos de 90 (noventa) dias.

RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda **Nacional**;
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante;
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** da sede da licitante;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos **Trabalhista**).
- g)** Comprovante de vínculo existente entre a empresa licitante e profissional com formação de nível superior devidamente habilitado (engenheiro ambiental, florestal, agrônomo, sanitarista ou biólogo) para o monitoramento das atividades referente à triagem do lixo, realização da compostagem e controle ambiental do local, em conformidade com o disposto no artigo 43, § 2º, da Lei Municipal nº 2.085/2017. A comprovação do vínculo se dará através do Contrato Social, quando o profissional habilitado fizer parte do quadro social, ou registro em carteira de trabalho, ou ainda contrato entre a empresa e o profissional devidamente registrado em cartório.

Observações: 1) Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa. 2) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

OBS.: 1) As empresas licitantes com sede no Estado de Santa Catarina, deverão apresentar a certidão tanto via e-Proc quanto via SAJ, conforme orientação nas próprias certidões.

OBS.: 2) Já as empresas de outros estados, deverão apresentar na forma da Lei vigente, específica e distinta para cada ente da federação, expedida pelo distribuidor sede da licitante, ou de seu domicílio.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Solicitação formal de Credenciamento, através de ofício remetido à Prefeitura Municipal de Grão-Pará, com o preenchimento da tabela conforme item pretendido;

DECLARAÇÕES

- a) Declaração de que não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal – Modelo Anexo III;
- b) Declaração de que não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos da Lei 14.133/21.
- c) Declaração de que a empresa atende ao **disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99).
- d) Declaração de que **não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – conforme a Lei 14.133/21 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615.
- e) Declaração de que se **sujeita** às condições do Edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Serão feitas consultas ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las.
- b) A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da solicitação da proponente prestadora.
- c) Uma vez homologada a inscrição, a prestadora de serviços selecionada será convocada para firmar o Termo de Credenciamento (Contrato).
- d) A negativa ou não comparecimento quanto ao item anterior, acarreta a anulação da inscrição.
- e) Todos os documentos solicitados na habilitação deverão ser apresentados preferencialmente conforme sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original ou deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente no Anexo V, ficando esclarecido que deverão regularizar a situação como condição para a subscrição da Autorização para a Prestação de Serviços – APS.
- g) Em até **03 (três) dias úteis** após serem protocolados os pedidos de credenciamento, a Comissão Permanente de Licitações se reunirá e fará a análise da documentação exigida.
- h) A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento será comunicada mediante ata de sessão à empresa interessada via e-mail informado no Pedido de Credenciamento;
- i) Em caso de deferimento o extrato do credenciamento será publicado no DOM-Diário Oficial dos Municípios, e poderá ser homologado decorridos 5 (cinco) dias úteis desde que não haja recurso.
- j) As decisões da Comissão Permanente de Licitações que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas, e delas caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis a partir da comunicação da decisão.
- k) Em hipótese nenhuma os envelopes de Documentação serão devolvidos à interessada.

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos materiais objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica N° 25/2023 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Itens** de no mínimo, **06 (seis) meses** a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

...../..... de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

ANEXO IX

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)			
Razão Social:			
Ramo de Atividade:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade:		UF:	
CEP:		CNPJ:	
Telefone Comercial:		Inscrição Estadual:	
Representante Legal:		RG:	
E-mail:		CPF:	
Telefone Celular:			
Whatsapp:			
Resp. Financeiro:			
E-mail Financeiro:		Telefone:	
E-mail para informativo de edital			
ME/EPP: () SIM () Não			

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizados e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO IX.I

**ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
 Número do CNPJ
 Nome do Responsável Legal
 Número do CPF
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO V**CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
(SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR)**

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

...../....., de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO VI**PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)
CNPJ/MF N° _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023 instaurada pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

ANEXO VIII**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa

Número do CNPJ

Nome do Responsável Legal

Número do CPF

ANEXO IX**PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023****DECLARAÇÃO**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

ANEXO X**PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2023****DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico N°25/2023 da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

...../, de de 2023.

Assinatura e Carimbo da empresa

Nome da Empresa
Número do CNPJ
Nome do Responsável Legal
Número do CPF

ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023

Contrato, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Nº 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e _____, empresa estabelecida em _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu Senhor _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), inscrito no CPF sob o Nº _____, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto objetiva **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS NO CENTRO DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTALADO NA LOCALIDADE DE ILHA GRANDE, PARA DEPÓSITO EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES PARA OPERAR** de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.
(.....)

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação Nº 117/2023 - Edital de Pregão Eletrônico Nº 25/2023, de 03 de novembro de 2023, no valor total de R\$ _____.
(_____).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega dos serviços, deverá ser de acordo com as necessidades desta Municipalidade, dentro do prazo estipulado, mediante ordem de fornecimento, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados **EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL**. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em ____ de _____ de 2023, com vigência até ____ de _____ de ____.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O licitante deverá recolher e realizar o transporte do rejeito da Triagem dos Resíduos Sólidos até o aterro sanitário, localizado no Município de Pescaria Brava, da empresa Versa Engenharia Ambiental Ltda, a qual o Município possui contrato para destinação final de resíduos sólidos urbanos.

O transporte dos resíduos deve ser feito em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

A NBR 13221 estabelece os procedimentos gerais para o transporte de resíduos sólidos não perigosos, fornecendo direcionamento para as normas que abordam resíduos específicos. A norma estabelece que os materiais devem ser transportados com equipamentos adequados, em bom estado de conservação e de acordo com sua classificação. As cargas devem estar acondicionadas de forma adequada para coleta e transporte dos resíduos sólidos, para evitar quedas, vazamentos e contaminações, além de determinar a separação correta dos materiais. A norma proíbe o transporte de materiais fora do escopo do licenciamento ambiental da empresa.

A NBR 7500 determina o procedimento adequado para o transporte de materiais por via terrestre, aborda questões relacionadas aos veículos, identificações, especificações, condutor, tipo de transporte, entre outros. A norma também determina que os resíduos sejam identificados corretamente para quem manuseia ou visualiza o material. Além disso, essa legislação determina que resíduos devem ter MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e outras documentações previstas na legislação.

É importante destacar que o transporte dos resíduos deve ser feito por meio de veículo e/ou equipamento adequado, obedecendo às regulamentações pertinentes. O estado de conservação do equipamento de transporte deve ser tal que, durante o transporte, não permita vazamento ou derramamento do resíduo.

O transporte deve ocorrer sempre que o centro de triagem estiver quantidade de resíduos suficiente para preencher uma carga (10.000 Kg) ou a cada 2 dias,.

CLÁUSULA VII - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A contratada se responsabilizará:

- Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorram no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- Pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas;
- Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas, leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao serviço, respondendo pelo mesmo atual e futuramente;
- Pela prestação dos serviços objeto deste ETP, conforme necessidade, não podendo o pátio do Centro de Triagem de Lixo do Município ficar com o pátio repleto de lixo rejeito, de modo a prejudicar os trabalhos desenvolvidos no Centro de Triagem;
- Recolher o lixo rejeito no Centro de Triagem do Município e transportá-lo até o aterro sanitário da empresa contratada pelo Município para depósito e disposição final dos resíduos sólidos do Município de Grão-Pará;
- Cumprir a legislação vigente referente a prestação dos serviços, objeto deste edital.
- Cumprir as normas da ABNT relativas ao transporte terrestre de resíduos.

CLÁUSULA VII - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos Serviços;
- Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento dos serviços;
- Comunicar formalmente à CONTRATADA, por meio de correio eletrônico ou, na falta deste, comunicação impressa, qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização;
- Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente.

CLÁUSULA IX - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o Nº:

03.001.04.122.002.2.002.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 (15)

CLÁUSULA X - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização e gestão do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA XII - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação Nº 117/2023- Edital de Pregão Eletrônico Nº 25/2023, de 03 de novembro/outubro de 2023, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XIII - DAS SANÇÕES

Ficará a **CONTRATADA** impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas na Lei n. 14.133/2021.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à **CONTRATADA**.

A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA XIV - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
MURILO KULKAMP NILZEN
CONCEDENTE
Prefeito Municipal em Exercício
CONTRATANTE

Nome do Representante da Contratante
Função do Representante da Contratante
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

HENRIQUE LAPA LUNARDI
Assessor Jurídico – OAB/SC 31.413
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2023 – PMG

Publicação Nº 5269210

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1334A9111EEC724FA0AEF9A9AC9A8C105202F648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2023 – PMG

Processo Licitatório: 158/2023 – PMG

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA DE GUARAMIRIM-SC.

Plataforma: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br)

Envio das Propostas: até 20/11/2023 às 08h59

Abertura da Sessão Pública: 20/11/2023 às 09h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 06 de novembro de 2023.

OSVALDO DEVIGILI
Prefeito Municipal
OSVO

EXTRATO DE CONTRATO Nº90/2023 - PMG

Publicação Nº 5319227

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 90/2023- PMG
Processo Licitatório nº: 153/2023 - PMG

Modalidade: Concorrência eletrônica

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO REFEITÓRIO DA EMEF PROFESSOR ATILANO KRUGUER NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC.

Contratante: Município de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: schumann metalúrgica ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.623.965/0001-97, estabelecida no Beco Roberto Schumann, 237, bairro Pomeranos, Timbó/SC

Valor: de R\$ 99.992,49 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos)

SIGNATÁRIOS: Osvaldo Devigili – Prefeito Municipal. Fábio Rudolfo Schumann – Representante Legal da Contratada.

Data da Assinatura: 01/11/2023

Início da Vigência: 01/11/2023 Término da Vigência: 29/04/2024

GUARAMIRIM (SC), 06/11/2023

OSVALDO DEVIGILI
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 04

Publicação Nº 5301194

DECRETO LEGISLATIVO n. 04/2023.
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, DALVÂNI ROBERTA LERMEN, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 66, inciso II do Regimento Interno promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Decreta ponto facultativo no dia 03 de novembro de 2023

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ao dia 01 de novembro de 2023.
Em sua 15ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 3º período, 60º ano de sua Instalação Legislativa.

DALVÂNI ROBERTA LERMEN
Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

SABRINA DILLMANN RODRIGUES
Secretária Executiva

PREFEITURA

Publicação Nº 5301664

Página: 1 / 1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0DB8-BB15-ADE5-2B39

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOARES TREVISOL (CPF 894.XXX.XXX-49) em 03/11/2023 16:03:49 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ibiam.1doc.com.br/verificacao/0DB8-BB15-ADE5-2B39>

Içara

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SAMAE/2023

Publicação Nº 5301281

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DO MUNICIPIO DE IÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/SAMAE/2023

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 29/11/2023 às 09:00 horas.

Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais e prestação de serviços de sinalização viária vertical (placas), a fim de serem aplicados na conservação de ruas e avenidas do Município de Içara – SC. Maiores informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Departamento de Licitações. Retirada do Edital através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 03 de novembro de 2023.

João Luiz Nunes
Diretor Presidente

DECRETO N.º 221/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301630

DECRETO N.º 221/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR COM PROVENTOS INTEGRAIS à Célia Maria da Silva, CPF Nº ***.***.429-68, nascida em 3 de dezembro de 1968, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Professor, nível/referência III-I, matrícula 121, lotada na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia C.E.I Bem Me Quer, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e no artigo 40, parágrafo 5.º da Constituição Federal, sendo os proventos iniciais no valor de R\$ 10.377,04 (dez mil trezentos e setenta e sete reais e quatro centavos), reajustados na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a contar de 17 de outubro de 2023.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 25 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 25 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 222/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301631

DECRETO N.º 222/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS DA MÉDIA, à CARMEM LUCIA MENDES, brasileira, CPF N° ***.***.469-04, nascida em 21 de setembro de 1965, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula 3853, nível/referência C/12-A/05, com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 3.º da Emenda Constitucional nº 47/2005, sendo a renda mensal inicial estipulada no valor de R\$ 1.741,04 (um mil reais setecentos e quarenta e um reais e quatro centavos), reajustados conforme RGPS, a contar de 9 de outubro de 2023.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 25 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 25 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 223/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação N° 5301632

DECRETO N.º 223/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS, à Evelin da Silva Pizzetti, CPF N° ***.***.989-20, nascida em 23 de novembro de 1970, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Agente de Atividades Complementares, nível III-G, matrícula 5029, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no artigo 40, parágrafo 1.º, inciso III e parágrafo 5.º, da Constituição Federal, com redação da EC n.º 41/2003. Sendo os proventos iniciais no valor de R\$14.925,16 (quatorze mil novecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), reajustados na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a contar a de 6 de outubro de 2023.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 25 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 25 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 224/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação N° 5301633

DECRETO N.º 224/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR COM PROVENTOS INTEGRAIS à Suzana Martinhago Cardoso, CPF N° ***.***.809-25, nascida em 19 de julho de 1970, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Professor, nível/referência III-E, matrícula 1032, lotada na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia E.M.E.F Quintino Rizzieri, com fundamento no art. 6.º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no artigo 40, parágrafo 5.º da Constituição Federal, sendo os proventos iniciais no valor de R\$ 8.236,06(oito mil duzentos e trinta e seis reais e seis centavos), reajustados na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a contar de 2 de outubro de 2023.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 25 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 25 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

DECRETO N.º 225/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301634

DECRETO N.º 225/2023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, artigo 73 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR COM PROVENTOS INTEGRAIS à Andrea Teodoro Smielewski Peroni, CPF Nº ***.***.509-00, nascida em 23 de março de 1973, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Professor, nível/referência III-E, matrícula 40292, lotada na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia E.M.E.F Quintino Rizzieri, com fundamento no art. 6.º da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e no artigo 40, parágrafo 5.º da Constituição Federal, sendo os proventos iniciais no valor de R\$ 9.453,72 (nove mil e quatrocentos cinquenta e três reais e setenta e dois centavos), reajustados na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, a contar de 2 de outubro de 2023.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, em Içara, 25 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria da Fazenda de Içara em 25 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.556/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301571

PORTARIA Nº GP/1.556/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014 e com a Lei N.º 4.881, de 3 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, o Sr. Edson Braz Silveira, nascido em 3 de fevereiro de 1969, portador do CPF Nº ***.***.019-72, para exercer a função de Condutor e operador de Caminhão Caçamba, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Departamento de Serviços Urbanos, a partir de 5 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.557/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301572

PORTARIA Nº GP/1.557/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014 e com a Lei N.º 4.881, de 3 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, o Sr. Luiz José Custódio, nascido em 20 de setembro de 1962, portador do CPF N° ***.***.469-68, para exercer a função de Condutor e operador de Caminhão Caçamba, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Departamento de Serviços Urbanos, a partir de 5 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/1.559/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação N° 5301574

PORTARIA N° GP/1.559/23, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014 e com a Lei N.º 4.881, de 3 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, o Sr. Samuel Alexandre Klima, nascido em 11 de fevereiro de 1981, portador do CPF N° ***.***.679-21, para exercer a função de Condutor e operador de Caminhão Caçamba, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Departamento de Serviços Urbanos, a partir de 5 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 3 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 3 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/1.566/23, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação N° 5301575

PORTARIA N° GP/1.566/23, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, Gabriela Machado Goulart, nascida em 8 de setembro de 1996, portadora do CPF N° ***.***.529-47, para ocupar o cargo de Médico (ESF), com carga horária de 20 horas semanais, em substituição a Sra. Julia Helena Lima Dias, a partir de 16 de outubro de 2023.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 10 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 10 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.575/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301650

PORTARIA Nº GP/1.575/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Vanessa Cavalheiro Cortês Schaefer, nascida em 1º de novembro de 1990, portadora do CPF Nº ***.***.309-16, para atuar como Professor, Nível II, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, em regime jurídico estatutário, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga de Alice Martins Carvalho Laureano, em licença prêmio, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 16 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 16 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.577/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301652

PORTARIA Nº GP/1.577/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 122, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo da junta médica municipal, o Sr. Ederaldo Vieira, nascido em 20 de maio de 1961, ocupante do cargo de Pedreiro, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 5 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 16 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 16 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.578/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301653

PORTARIA Nº GP/1.578/23, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014 e com a Lei Nº 4.881, de 3 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, o Sr. Albino José Simão, nascido em 26 de abril de 1975, portador do CPF Nº ***.***.259-15, para exercer a função de Condutor e operador de Caminhão Caçamba, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Departamento de Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 16 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 16 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.581/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301576

PORTARIA Nº GP/1.581/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Letícia Nascimento de Oliveira, nascida em 14 de junho de 1988, portadora do CPF Nº ***.***.339-37, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Balão Mágico, em vaga transitória, no período de 9 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.582/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301577

PORTARIA Nº GP/1.582/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Maria Eduarda Cardoso da Conceição, nascida em 19 de fevereiro de 1999, portadora do CPF Nº ***.***.529-55, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Centro de Educação Infantil Césare Muneretto, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, em vaga de Gisele Oliveira Levandoski, em licença Maternidade, no período de 9 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.583/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301579

PORTARIA Nº GP/1.583/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Eliza Bastos Trancozo, nascida em 14 de abril de 1970, portadora do CPF Nº ***.***.697-16, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Lúcia de Luca, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga de Kaciane Bortoluzzi Martins Preis, no período de 16 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.584/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301580

PORTARIA Nº GP/1.584/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Ana Flávia Felisbino Batista, nascida em 20 de outubro de 1999, portadora do CPF Nº ***.***.449-48, para atuar como Professor, Habilitação, Nível III – Disciplina de Língua Portuguesa, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga transitória, no período de 16 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.585/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301581

PORTARIA Nº GP/1.585/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Fabrícia Ricardo Carvalho, nascida em 12 de abril de 1980, portadora do CPF Nº ***.***.109-27, como Professor, Habilitação, Nível III -Reforço Escolar em Língua Portuguesa, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Angelo Zanelatto, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 4 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.586/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301582

PORTARIA Nº GP/1.586/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Maria Silveira Borges, nascida em 6 de abril de 1967, portadora do CPF Nº ***.***.969-20, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Anna Escaravaco Fernandes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga de Rosemari Barbosa, em licença prêmio, no período de 16 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.587/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301583

PORTARIA Nº GP/1.587/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Liliana de Souza Inácio Fernandes nascida em 16 de fevereiro de 1983, portadora do CPF Nº ***.***.719-79, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Centro de Educação Infantil Padre Silvestre Junkes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga transitória, no período de 17 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.588/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301584

PORTARIA Nº GP/1.588/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, o Sr. Marcos Medeiros Pereira, nascido em 31 de janeiro de 1985, portador do CPF Nº ***.***.099-14, para atuar como Professor, Habilitação, Nível III – Disciplina de Educação Física, em exercício no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJAI, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga de Flávio Felisberto, em licença prêmio, no período de 16 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.590/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301585

PORTARIA Nº GP/1.590/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a pedido, a Sra. Fernanda Fregnani da Silva Tybincovski, nascida em 26 de janeiro de 1990, portadora do CPF Nº ***.***.379-27, admitida temporariamente para atuar como Professor, Habilitação, Nível II – Professor Itinerante, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 6 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.591/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301586

PORTARIA Nº GP/1.591/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Diana Araújo Borges, nascida em 19 de março de 1990, portadora do CPF Nº ***.***.329-86, para atuar como Professor, Habilitação, Nível III – Disciplina de Matemática reforço escolar, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Rizzieri, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, em vaga transitória, no período de 1.º de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.592/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301587

PORTARIA Nº GP/1.592/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Roseli de Souza Campos, nascida em 2 de dezembro de 1981, portadora do CPF Nº ***.***.479-63, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Anna Escaravaco Fernandes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga de Zenir Zuchinalli Mensor da Rosa, em licença prêmio, no período de 16 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.593/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301588

PORTARIA Nº GP/1.593/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Daniela Coelho Graciano de Souza, nascida em 13 de novembro de 1984, portadora do CPF Nº ***.***.429-01, como Professor, Habilitação, Nível III -Reforço Escolar em Língua Portuguesa, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Rafael, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 4 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.594/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301589

PORTARIA Nº GP/1.594/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 122, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo da junta médica municipal, a Sra. Luana Spilere Teixeira, nascida em 25 de janeiro de 1988, ocupante do Cargo de Professora – Nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, no período de 9 de outubro de 2023 até 7 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.595/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301591

PORTARIA Nº GP/1.595/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º A Sra. Patrícia Soares Pereira Silva, nascida em 2 de agosto de 1977, portadora do CPF Nº ***.***.619-87, admitida temporariamente pela Portaria Nº GP/0776/23, passa a atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício No Centro de Educação Infantil Aprendendo Brincando, em vaga de Luana Spirele Teixeira, em tratamento de saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 9 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.596/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301593

PORTARIA Nº GP/1.596/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 114, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença à servidora gestante, Regiane Noel Rodrigues, nascida em 7 de abril de 1986, portadora do CPF Nº ***.***769-96, ocupante do Cargo de Professor, Habilitação, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Arco-Íris e Centro de Educação Infantil João da Rocha Porto, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 180 dias, a contar de 6 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.597/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301594

PORTARIA Nº GP/1.597/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 114, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença à servidora gestante, Naiara José Miranda, nascida em 21 de junho de 1985, portadora do CPF Nº ***.***., ocupante do Cargo de Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângelo Zanelatto, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, por 180 dias, a contar de 6 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.598/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301595

PORTARIA Nº GP/1.598/23, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 45, II, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a Sra. Sinara da Silva Teixeira, nascida em 11 de dezembro de 1986, portadora do CPF nº ***.***.519-75, ocupante do cargo de Chefe de Divisão, nível CC-3, a contar de 16 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.599/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301597

PORTARIA Nº GP/1.599/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a Sra. Tainã de Moraes de Oliveira Castro, nascida em 12 de março de 1989, portadora do CPF Nº ***.***.390-40, admitida temporariamente para o cargo de Técnico de Enfermagem no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 16 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.600/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301599

PORTARIA Nº GP/1.600/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Maria Aparecida Vianna dos Santos, nascida em 11 de novembro de 1974, portadora do CPF Nº ***.***.479-53, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Hercílio Serafim, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em vaga transitória, no período de 19 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.601/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301600

PORTARIA Nº GP/1.601/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Thayse de Fáveri Giusti, nascida em 8 de junho de 1986, portadora do CPF Nº ***.***.989-98, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tranquilo Pissetti, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga de Graziela Cristianetti, no período de 19 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.602/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301602

PORTARIA Nº GP/1.602/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Adriana Antenor da Silva Ghedin, nascida em 2 de setembro de 1975, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Rafael, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2010 a 11 de fevereiro de 2016, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.603/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301603

PORTARIA Nº GP/1.603/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Alice Martins Carvalho, nascida em 14 de dezembro de 1973, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 15 de março de 2014 a 14 de março de 2020, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.604/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301604

PORTARIA Nº GP/1.604/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Clailse Pazini Savi, nascida em 3 de janeiro de 1976, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ignácio João Monteiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2014 a 12 de fevereiro de 2020, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.605/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301605

PORTARIA Nº GP/1.605/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Bruna Miotelli Casagrande, nascida em 28 de junho de 1989, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângelo Zanelatto, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 3 de agosto de 2015 a 4 de março de 2023, no período de 4 de setembro de 2023 até 3 de novembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.606/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301606

PORTARIA Nº GP/1.606/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Grasiela Cristianetti Vieira, nascida em 14 de setembro de 1984, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tranquilo Pissetti, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 1.º de julho de 2015 a 2 de fevereiro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.607/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301608

PORTARIA Nº GP/1.607/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Jaqueline Tuon Mendes, nascida em 6 de outubro de 1979, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Hercílio Serafim, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2016 a 19 de setembro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.608/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301609

PORTARIA Nº GP/1.608/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Rosemari Barbosa, nascida em 24 de setembro de 1969, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado no Centro de Educação Infantil Zilda Arns Neumann, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2016 a 17 de setembro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.610/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301612

PORTARIA Nº GP/1.610/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Rosenil Custódio da Silva, nascida em 23 de maio de 1969, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Arlete Bitencourt Lodetti, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2014 a 7 de fevereiro de 2020, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.611/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301613

PORTARIA Nº GP/1.611/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Zenir Zuchinali Mensor da Rosa, nascida em 5 de outubro de 1967, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado no Centro de Educação Infantil Anna Escaravaco Fernandes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 4 de agosto de 2015 a 3 de março de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.612/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301615

PORTARIA Nº GP/1.612/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Delma de Mello, nascida em 2 de setembro de 1975, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Rafael, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 11 de março de 2016 a 10 de outubro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.613/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301616

PORTARIA Nº GP/1.613/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Rosane D'agostin Rocha, nascida em 24 de julho de 1972, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2016 a 11 de setembro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.614/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301617

PORTARIA Nº GP/1.614/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Maria Luiza de Souza Alberton, nascida em 27 de maio de 1988, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ignácio João Monteiro e Centro de Educação Infantil Alegria do Saber, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2015 a 18 de setembro de 2022, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.615/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301618

PORTARIA Nº GP/1.615/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade ao servidor Flávio Felisberto, nascido em 25 de maio de 1967, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 10 de fevereiro de 2016 a 9 de setembro de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.616/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301620

PORTARIA Nº GP/1.616/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Rosana Mazzuchetti, nascida em 31 de dezembro de 1972, ocupante do Cargo da Categoria Funcional Professor, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Rafael e Escola Municipal de Ensino Fundamental Theóphilo Cassemiro Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2008 a 12 de fevereiro de 2014, no período de 1.º de outubro de 2023 até 30 de novembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.617/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301621

PORTARIA Nº GP/1.617/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Ana Cláudia Freitas, nascida em 23 de setembro de 1985, ocupante do Cargo da Categoria Funcional de Agente de Serviços Gerais, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Arlete Bitencourt Lodetti, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 3 de agosto de 2015 a 3 de março de 2023, no período de 16 de outubro de 2023 até 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.618/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301622

PORTARIA Nº GP/1.618/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Rosileide Silvino Felipe, nascida em 16 de maio de 1976, ocupante do Cargo da Categoria Funcional de Agente de Serviços Gerais, lotado no Centro de Educação Infantil Cinderela, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 60 (sessenta) dias, referente ao período aquisitivo de 4 de janeiro de 2016 a 4 de agosto de 2023, no período de 20 de outubro de 2023 até 20 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.619/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301623

PORTARIA Nº GP/1.619/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Ana Lúcia de Bem Menezes Colonetti, nascida em 30 de maio de 1966, portadora do CPF Nº ***.***.500-97, para atuar como Professor, Habilitação, Nível III, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em vaga de Flávio Felisberto, em licença Prêmio, no período de 23 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.620/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301624

PORTARIA Nº GP/1.620/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e com o Edital de Processo Seletivo DGR/01/23,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Francine da Rosa Correia, brasileira, nascida em 15 de setembro de 1994, portadora do CPF Nº ***.***.499-09, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, em Unidades de Ensino, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para cobrir a criação excepcional de turmas temporárias, no período de 23 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.621/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301625

PORTARIA Nº GP/1.621/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, a Sra. Gisele Santos Silva Frank, nascida em 8 de julho de 1915, portadora do CPF Nº ***.***.629-86, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Padre Silvestre Junkes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em vaga de transitória, no período de 23 de outubro de 2023 a 14 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.622/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301626

PORTARIA Nº GP/1.622/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a pedido, a Sra. Elizandra da Silva Gabriel Beletini, nascida em 30 de julho de 1981, portadora do CPF Nº ***.***.099-09, admitida temporariamente para atuar como Professor, Habilitação, Nível III, disciplina de Língua Portuguesa, em exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Rafael, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 20 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.626/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301627

PORTARIA Nº GP/1.626/23, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 114, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença à servidora gestante, Rochelle Beatriz Moreira, nascida em 21 de outubro de 1964, portadora do CPF Nº ***.***.019-26, ocupante do Cargo de Assessor de Gabinete, Nível CC-5, por 180 dias, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 23 de outubro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 23 de outubro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 064.PMI.2023 - PP.119.PMI.2023 - CAMINHÃO PIPA MOLHA RUA

Publicação Nº 5301295

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 64/2023

Número do Registro de Preços: 64/2023		Data do Registro: 01/11/2023		Válido até: 01/11/2024			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO PIPA PARA ÁGUA BRUTA (MOLHA RUA) A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA EM LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS DO MUNICÍPIO DE IÇARA/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇOS DE CAMINHÃO PIPA PARA ÁGUA BRUTA (MOLHA RUA):	HR	CASAGRANDE TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AGUA LTDA (21502)		0	82.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 64/2023

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 64/2023		Data do Registro: 01/11/2023		Válido até: 01/11/2024			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO PIPA PARA ÁGUA BRUTA (MOLHA RUA) A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA EM LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS DO MUNICÍPIO DE ICARA/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE IRMÃOS

CORREA (11476)

0

86,0000

2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 64/2023

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 64/2023		Data do Registro: 01/11/2023		Válido até: 01/11/2024			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO PIPA PARA ÁGUA BRUTA (MOLHA RUA) A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA EM LOGRADOUROS NÃO PAVIMENTADOS DO MUNICÍPIO DE ICARA/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2023

PROCESSO Nº 119/2023

(11476) - PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE IRMÃOS CORREA

(21502) - CASAGRANDE TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AGUA LTDA

Ícara, 1 de Novembro de 2023.

ATA INAUGURAL DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 118/PMI/2023

Publicação Nº 5301400



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IÇARA
PODER EXECUTIVO
SETOR DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 118/PMI/2023

ATA INAUGURAL DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IÇARA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nºs. 01 e 02, E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01, CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 118/PMI/2023.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para reforma e readequação da área externa do CEI Paraíso da Mamãe, Bairro Jardim Elizabeth, Içara/SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Às nove horas do dia três do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de Içara, para abertura e processamento do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 118/PMI/2023**. Abertos os trabalhos pelo Presidente, o mesmo informou que as empresas **WEST ENGENHARIA LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA, AMAURI VICENTE BAGIO, PALAZZO IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI-EPP e SERVITEC SOLUÇÕES EM SEGURANÇA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, protocolaram seus envelopes tempestivamente no setor de protocolo do departamento de Licitações desta Prefeitura. A empresa **PALAZZO IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA**, encontrava-se representada na sessão pelo Srº. Marcos Antonio Dartora. Dando continuidade, a Comissão Permanente de Licitações determinou a abertura do envelope Nº. 1 (Habilitação) das licitantes e o mesmo foi rubricado pela comissão e pelo representante presente. O Presidente decide **suspender a sessão** para que a documentação técnica seja analisada pelo Setor de Engenharia do Município e a documentação fiscal, trabalhista e econômico financeira, seja analisada pela comissão. Os envelopes de Nº. 2 (Proposta de Preços), permanece fechado e rubricado. As licitantes serão científicadas via publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Içara. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão permanente de licitação deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e presentes que desejarem. Içara - SC, 03 de novembro de 2023.

Alcino Fernandes Neto
Presidente da Comissão

Maria Luiza de Mello Sombrio Spillere
Secretária

Renata da Silva Pacheco
Membro

Suyani Calegari Marques
Membro

PALAZZO IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA
Marcos Antonio Dartora

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 027/FMS/2021

Publicação Nº 5301361

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICARA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 2/27/2021 - Contrato Nº: 027/2021
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICARA
Contratada...: LABORATÓRIO SÃO DONATO LTDA
Valor.....: 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
Vigência.....: Início: 05/11/2023 Término: 04/11/2024
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2021
Recursos.....: Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (37),
2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)
Objeto.....: FICA ESTABELECIDO POR ACORDO ENTRE AS
PARTES A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
Nº. 027/FMS/2021, QUE PREVÊ O TÉRMINO EM 04/11/2023, E POR
ESTE TERMO ADITIVO PASSA A SER 04/11/2024, EM FACE DO
INTERESSE PÚBLICO, PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA DO
MUNICÍPIO, BASEADO NOS FATOS ELENCADOS PELA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE NO MEMORANDO Nº. 214/FMS/2023 COM
BASE NO INCISO II, DO ART. 57 DA LEI Nº. 8.666/93.
Içara, 3 de Novembro de 2023

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 16/2023 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 10/2023 - SEMUSA

Publicação Nº 5287007

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89C341714B98A6B297AEE1690802ED8BCD03D1D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEMUSA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2023
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 10/2023

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica que realizará às 14:00 horas, do dia 21 de NOVENBRO de 2023, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES FÍSICAS E ORIENTAÇÕES NUTRICIONAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS PELO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO A PESSOA IDOSA (CIAPI), IMBITUBA/SC". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de novembro de 2023.
Emanoel Matos
Secretário Municipal de Saúde.

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA 02/23

Publicação Nº 5301167

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Altera o § 3º, da art. 101 da Lei Orgânica do Município de Imbuia, que trata da permissão de uso de bem público.

A Mesa da Câmara Municipal de Imbuia, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 2º do art. 48, da Lei Orgânica do Município de Imbuia, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º. O § 3º, do Art. 101, da Lei Orgânica do Município de Imbuia passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, mesmo que a título precário, na forma da lei.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Imbuia (SC), em 26 de setembro de 2023.

Vereador EZAIR ERHARDT Presidente da Câmara	Vereador LEONIR PEDRO BRAUN Vice-Presidente da Câmara
Vereadora KÉTRIN PRISCILA SELL 1ª Secretária	Vereadora GIANI FERREIRA DA SILVA 2ª Secretária

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 175/2023

Publicação N° 5285111

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 64D7AA7113A5C55A49B68CDA6EBD75C3E5B8B9E0

Processo Administrativo n° 175/2023
Edital de Pregão Eletrônico n° 010/2023-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de marmoraria para os móveis sob medida que estão sendo feitos para a Unidade Básica de Saúde do Bairro Encano e uma sala na Unidade Básica de Saúde Mulde. As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 20/11/2023 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 20/11/2023 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic5@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2023

Publicação Nº 5301747

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que trata da prestação de contas da Prefeita, relativa ao exercício de 2022.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 132 da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da Prefeita Municipal, correspondente ao exercício de 2022, em conformidade com o extraído do Parecer Prévio nº 9/2023, exarado no Processo @PCP 23/00096115, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada à sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Iomerê/SC, 31 de outubro de 2023.

SALETE SILVA FRANCIOSI

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL IOMERE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL IOMERE

Parâmetros: Data Final: 31/10/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor": "3325", "descricao": "CAMARA MUNICIPAL IOMERE"}]; Consolidado: N; Exercício: 2023; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Assinatura: [{"valor": "6620", "descricao": "Empenho Camara"}]; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:27

Página: 1 / 5

Exercício de 2023

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	ATIVO	56.275,05D	1.113.569,86	511.280,75	658.564,16D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1.1.02	CONTA ÚNICA	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1.1.02.00.01	CONTA ÚNICA	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1.1.02.00.01.02	BANCO CONTA MOVIMENTO	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.1.1.1.1.02.00.01.02.000002	BANCO DO BRASIL	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00D	1.111.422,96	511.280,75	600.142,21D
1.2.3	IMOBILIZADO	56.275,05D	2.146,90	0,00	58.421,95D
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	56.275,05D	2.146,90	0,00	58.421,95D
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	56.275,05D	2.146,90	0,00	58.421,95D
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	18.192,98D	300,00	0,00	18.492,98D
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	18.192,98D	300,00	0,00	18.492,98D
1.2.3.1.1.01.99.01	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	18.192,98D	300,00	0,00	18.492,98D
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	22.204,27D	1.846,90	0,00	24.051,17D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	22.204,27D	1.846,90	0,00	24.051,17D
1.2.3.1.1.02.01.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	22.204,27D	1.846,90	0,00	24.051,17D
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15.877,80D	0,00	0,00	15.877,80D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	15.877,80D	0,00	0,00	15.877,80D
1.2.3.1.1.03.03.01	MOBILIÁRIO EM GERAL	15.877,80D	0,00	0,00	15.877,80D
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.275,05C	1.721.815,38	1.750.148,31	84.607,98C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	0,00C	538.876,40	567.209,33	28.332,93C
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	0,00C	342.384,20	342.384,20	0,00C
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00C	282.855,95	282.855,95	0,00C
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00C	282.855,95	282.855,95	0,00C
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00C	282.855,95	282.855,95	0,00C
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00C	282.855,95	282.855,95	0,00C
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00C	59.528,25	59.528,25	0,00C
2.1.1.4.3	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00C	59.528,25	59.528,25	0,00C
2.1.1.4.3.01	INSS A PAGAR	0,00C	59.528,25	59.528,25	0,00C
2.1.1.4.3.01.01	INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00C	59.528,25	59.528,25	0,00C
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00C	169.206,52	169.206,52	0,00C
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00C	169.206,52	169.206,52	0,00C
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -	0,00C	169.206,52	169.206,52	0,00C
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00C	169.206,52	169.206,52	0,00C
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00C	169.206,52	169.206,52	0,00C
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00C	27.285,68	55.618,61	28.332,93C



CAMARA MUNICIPAL IOMERE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL IOMERE

Página: 3 / 5

Exercício de 2023

Parâmetros: Data Final: 31/10/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor":"","descricao":"","camara_municipal_iomere"}]; Consolidado: N; Exercício: 2023; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Assinatura: [{"valor":"","descricao":"","empenho_camara"}]; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:27

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	59.528,25	0,00	59.528,25D
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00D	59.528,25	0,00	59.528,25D
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00D	165.829,62	0,00	165.829,62D
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00D	13.918,05	0,00	13.918,05D
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	0,00D	13.918,05	0,00	13.918,05D
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	13.918,05	0,00	13.918,05D
3.3.1.1.1.06	GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00D	5.804,81	0,00	5.804,81D
3.3.1.1.1.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00D	3.672,37	0,00	3.672,37D
3.3.1.1.1.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00D	199,80	0,00	199,80D
3.3.1.1.1.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00D	2.177,47	0,00	2.177,47D
3.3.1.1.1.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00D	76,00	0,00	76,00D
3.3.1.1.1.50	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	0,00D	1.644,00	0,00	1.644,00D
3.3.1.1.1.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00D	343,60	0,00	343,60D
3.3.2	SERVIÇOS	0,00D	151.911,57	0,00	151.911,57D
3.3.2.1	DIÁRIAS	0,00D	18.033,02	0,00	18.033,02D
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	18.033,02	0,00	18.033,02D
3.3.2.1.1.01	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0,00D	18.033,02	0,00	18.033,02D
3.3.2.1.1.01.01	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAÍS	0,00D	18.033,02	0,00	18.033,02D
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00D	133.878,55	0,00	133.878,55D
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	133.878,55	0,00	133.878,55D
3.3.2.3.1.04	COMUNICAÇÃO	0,00D	20.899,00	0,00	20.899,00D
3.3.2.3.1.09	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	0,00D	11.430,00	0,00	11.430,00D
3.3.2.3.1.10	LOCAÇÕES	0,00D	40.439,10	0,00	40.439,10D
3.3.2.3.1.11	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00D	755,98	0,00	755,98D
3.3.2.3.1.22	EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E OUTROS	0,00D	10.200,00	0,00	10.200,00D
3.3.2.3.1.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	0,00D	510,00	0,00	510,00D
3.3.2.3.1.32	SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00D	264,18	0,00	264,18D
3.3.2.3.1.46	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	0,00D	620,60	0,00	620,60D
3.3.2.3.1.51	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	0,00D	46.404,68	0,00	46.404,68D
3.3.2.3.1.56	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00D	758,25	0,00	758,25D
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00D	1.596,76	0,00	1.596,76D
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00D	1.230,00	0,00	1.230,00D
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00D	1.230,00	0,00	1.230,00D
3.9.9.6	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00D	1.230,00	0,00	1.230,00D
3.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	0,00D	1.230,00	0,00	1.230,00D
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00C	0,00	1.083.400,00	1.083.400,00C
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00C	0,00	1.083.400,00	1.083.400,00C
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00C	0,00	1.083.400,00	1.083.400,00C
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00C	0,00	1.083.400,00	1.083.400,00C

Sistema Contábil - Beta Sistemas. Usuário: PATRIMASSOCIADOS. Emissão: 03/11/2023, às 17:40:21. Protocolo: 0a88b286-2f24-4765-80b5-4659c3f444a



CAMARA MUNICIPAL IOMERE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL IOMERE

Página: 4 / 5

Exercício de 2023

Parâmetros: Data Final: 31/10/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor":"","descricao":"","camara_municipal_iomere"}]; Consolidado: N; Assinatura: [{"valor":"","descricao":"","empenho_camara"}]; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:27

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00 C	0,00	1.083.400,00	1.083.400,00 C
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
5.2.2.1.1.01	CRÉDITO INICIAL	0,00 D	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00 D
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00 C	1.582.462,79	2.882.462,79	1.300.000,00 C
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00 C	1.582.462,79	2.882.462,79	1.300.000,00 C
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00 C	1.582.462,79	2.882.462,79	1.300.000,00 C
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00 C	1.582.462,79	2.882.462,79	1.300.000,00 C
6.2.2.1.1	CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00 C	558.816,15	1.300.465,20	741.649,05 C
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	0,00 C	1.023.646,64	1.581.997,59	558.350,95 C
6.2.2.1.3.01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00 C	512.055,92	558.816,15	46.760,23 C
6.2.2.1.3.03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00 C	511.590,72	511.590,72	0,00 C
6.2.2.1.3.04	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00 C	0,00	511.590,72	511.590,72 C
7	CONTROLES DEVEDORES	102.265,30 D	1.118.280,96	0,00	1.220.546,26 D
7.1	ATOS POTENCIAIS	102.265,30 D	6.858,00	0,00	109.123,30 D
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	102.265,30 D	6.858,00	0,00	109.123,30 D
7.1.2.3	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	102.265,30 D	6.858,00	0,00	109.123,30 D
7.1.2.3.1	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	102.265,30 D	6.858,00	0,00	109.123,30 D
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVIÇOS	102.265,30 D	6.858,00	0,00	109.123,30 D
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00 D	1.111.422,96	0,00	1.111.422,96 D
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00 D	1.111.422,96	0,00	1.111.422,96 D
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00 D	1.111.422,96	0,00	1.111.422,96 D
8	CONTROLES CREDORES	102.265,30 C	2.178.629,48	3.296.910,44	1.220.546,26 C
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	102.265,30 C	29.577,30	36.435,30	109.123,30 C
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	102.265,30 C	29.577,30	36.435,30	109.123,30 C
8.1.2.3	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	102.265,30 C	29.577,30	36.435,30	109.123,30 C
8.1.2.3.1	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	102.265,30 C	29.577,30	36.435,30	109.123,30 C
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVIÇOS	102.265,30 C	29.577,30	36.435,30	109.123,30 C
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR	102.265,30 C	29.577,30	6.858,00	79.546,00 C
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS	0,00 C	0,00	29.577,30	29.577,30 C
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00 C	2.149.052,18	3.260.475,14	1.111.422,96 C
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00 C	2.149.052,18	3.260.475,14	1.111.422,96 C
8.2.1.1	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00 C	2.149.052,18	3.260.475,14	1.111.422,96 C
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00 C	1.098.119,86	1.623.168,91	525.049,05 C
8.2.1.1.1.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	0,00 C	1.098.119,86	1.623.168,91	525.049,05 C
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	0,00 C	512.055,92	558.816,15	46.760,23 C

Sistema Contábil - Balanço Patrimonial - Usuário: PATRIMASSOCIADOS - Emissão: 03/11/2023, às 17:40:21. Protocolo: 0a88b286-2f24-4765-80b5-4659c3f444a

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



CAMARA MUNICIPAL IOMERE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL IOMERE

Parâmetros: Data Final: 31/10/2023; Data Inicial: 01/01/2023; Entidades: [{"valor":"","descricao":"","camara_municipal_iomere"}]; Consolidado: N; Exercício: 2023; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Assinatura: [{"valor":"","descricao":"","empenho_camara"}]; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 29 de 16/10/2023 12:48:27

Página: 5 / 5

Exercício de 2023

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	0,00 C	538.876,40	567.209,33	28.332,93 C
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00 C	511.590,72	511.590,72	0,00 C
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEÇÕES	0,00 C	27.285,68	55.618,61	28.332,93 C
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00 C	0,00	511.280,75	511.280,75 C
TOTAL:		0,00 C	9.524.202,29	9.524.202,29	0,00 C

Reinaldo Valentini
Contador

SALETE SILVA FRANCIOSI
Presidente

Sistema Contábil - Beta Sistemas. Usuário: PATRIMASSOCIADOS. Emissão: 03/11/2023, às 17:40:21. Protocolo: 0a88b286-2f2d-4765-80b5-4659cc3f444a

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 266 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC AFETADAS PELAS CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4, CONFORME A PORTARIA N. 260 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 5301806

DECRETO Nº 266
DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC AFETADAS PELAS CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4, CONFORME A PORTARIA N. 260 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.

A Prefeita do Município de Ipuaçu, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XLII do artigo 91, da Lei Orgânica do Município e Inciso VII do Art. 7º e Inciso VI do artigo 8º, ambos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e

CONSIDERANDO as chuvas intensas que atingem o Município e região nos três primeiros dias do mês de novembro, onde o acumulado de chuva atingiu os 160mm na região central e 237mm em regiões do interior;

CONSIDERANDO o isolamento das comunidades: Toldo Velho, São Brás, São Cristóvão, Calegari e Aldeias Indígenas Campos Oliveira e parte da Pinhalzinho, sem o acesso seguro a outra malha viária municipal/estadual diante do transbordamento de bueiros e pontes;

CONSIDERANDO a interdição da ponte da SC479 sob o rio Lajeado Grande, e a inundação das instalações do Frigorífico JMS (localizado às margens da rodovia e do rio);

CONSIDERANDO que ao menos duas famílias do bairro Cristo Rei estão desalojadas pelo aumento do nível do rio Lajeado Grande;

CONSIDERANDO o agravamento dos prejuízos registrados nas estradas vicinais, bueiros e lavouras, diante do acumulado de 579mm de chuva registrado no mês anterior;

CONSIDERANDO que o referido evento: (i) afetou diretamente 587 pessoas, sendo 578 munícipes com a interdição das vias de acesso às comunidades e 9 pessoas desalojadas (2 famílias); (ii) causou danos elevados na infraestrutura de estradas municipais, principalmente das comunidades do interior: (iii) ocasionou prejuízos nas plantações agrícolas, perda de qualidade do grão, replantio, erosão e perda de cobertura de solo;

CONSIDERANDO que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico n. 04/2023 emitido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Ipuaçu-SC favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 4º do Art. 2º da Portaria nº 260 de 2 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do Município de Ipuaçu-SC, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos do Município para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMPDEC), nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMPDEC)

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano,

contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 03 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 088 2023

Publicação Nº 5301438

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

DECRETO Nº 088/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município de Iraceminha afetadas por Vendaval – COBRADE 1.3.2.1.5, conforme a Portaria nº 260/MDR/2022.

O Senhor Jean Carlos Nyland, Prefeito do Município de Iraceminha, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal nº 001/1990 e pelo Inciso VII do Art. 7º / Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – A forte incidência de vendaval ocorrido no dia 03 de novembro de 2023, aproximadamente das 03:00h as 03:30h atingindo grande parte do território de nosso município;

II- Que em decorrência do referido evento ocorreram vários destelhamentos, inúmeras quedas de árvores, varias quedas de postes de energia elétrica, e que são necessárias ações imediatas de recuperação dos prejuízos causados principalmente com o fornecimento de telhas de fibrocimento para recuperação dos telhados alem da mobilização de máquinas e funcionários públicos para desobstrução de vias publicas;

III – Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Iraceminha, sendo favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso IV do Art. 9º da Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Federal e Instrução Normativa nº 02, de 30 de outubro de 2019, da Defesa Civil de Santa Catarina;

IV – Que da consequência dos materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais expressivos, a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos dos demais entes federativos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município de Iraceminha, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado Vendaval – COBRADE 1.3.2.1.5, conforme o anexo da Portaria nº 260/MDR/2022.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Iraceminha, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Iraceminha.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto tem validade 180 (cento e oitenta)] dias e entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos 03 dias do mês de Novembro de 2023.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

PORTARIA Nº 628/ 30 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301223

PORTARIA Nº 628/2023 de 30 de outubro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Amarildo Lucas Luvison, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, matrícula nº 2287, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 26 de novembro de 2021 a 25 de novembro de 2022, para serem gozadas no período de 30 de outubro de 2023 a 08 de novembro de 2023 (dez dias de férias-última etapa).

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de outubro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 629/ 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301228

PORTARIA Nº 629/2023 de 31 de outubro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Ana Shirle Antunes Fabricio, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Recursos Humanos, matrícula nº 245, atuando na Secretaria de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2021 a 03 de abril de 2022, com conversão de 1/3 em dinheiro no período de 31 de outubro de 2023 a 09 de novembro de 2023 e para serem gozadas, no período de 10 a 29 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 31 de outubro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 631/ 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301235

PORTARIA Nº. 631/2023 de 31 de outubro de 2023.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a pedido em virtude de aposentadoria a servidora Neiva Vargas Bragagnolo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Educação Infantil, carga horária de 20 horas semanais, atuando na Creche Neri Terezinha Guareschi, matrícula nº 2495, nomeada através da Portaria nº 046/2012 de 09 de janeiro de 2012.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 31 de outubro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 632/ 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301236

PORTARIA Nº. 632/2023 de 1º de novembro de 2023.
"CONCEDE TEMPORARIAMENTE ALTERAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº. 001, de 29 de dezembro de 1998 e Decreto nº 015, de 30 de janeiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder temporariamente alteração de jornada de trabalho a servidora Greice Eliana Hofsteter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 4909, carga horária 20 horas semanais alterando para 40 horas semanais, "local de alteração Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, carga horária de 20 horas semanais", no período de 1º de novembro de 2023 a 21 de dezembro de 2023, em virtude da concessão da aposentadoria à servidora titular do cargo Neiva Vargas Bragagnolo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 1º de novembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 633/ 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301240

PORTARIA Nº. 633/2023 de 1º de novembro de 2023.
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 043, de 20 de maio de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder prorrogação da licença maternidade à servidora Maria Elena Dalla Vecchia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 5570, pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, a partir de 1º de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Município de Irani, SC, 1º de novembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 634/ 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301243

PORTARIA Nº. 634/2023 de 1º de novembro de 2023.
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 154, 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência ao servidor Ari João Dalberti, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 255, atuando na Secretaria Municipal de Transportes, período aquisitivo de 03 de abril de 2018 a 02 de abril de 2023, para serem gozadas no período de 1º a 30 de novembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 1º de novembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 636/ 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301247

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 636/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

NEURA DALLA COSTA, empossada no dia 30 de outubro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 01 de novembro de 2023.

Maria Inez de Bastiani

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 01/2023 FMAS

Publicação Nº 5301164

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	01/2023 – FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	01/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	01/2023
EMPRESA VENCEDORA:	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO NO PROGRAMA "CIDADE LIMPA E SOLIDÁRIA" DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, AS QUAIS SERÃO FORNECIDAS COMO COMPENSAÇÃO PELOS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS PRESTADOS POR CIDADÃOS E CIDADÃS DO MUNICÍPIO, PARA MANTER A CIDADE E INTERIOR LIMPOS E ORGANIZADOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.770/2014, LEI MUNICIPAL Nº 1.844/2015 E DECRETO MUNICIPAL Nº 4.422/2023.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	16 DE MAIO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Quantidade total de cestas	Quantidade de cada produto por cesta	Unidade	Descrição dos Alimentos que devem constar na cesta	Marca
01	1.200	01	Pacote	Açúcar Refinado Especial Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alto Alegre
		02	Pacote	Arroz Parboilizado amarelo Tipo I Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente; Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kika
		01	Quilo	GORDURA SUÍNA 100% NATURAL – EMBALAGEM COM MINIMO 1,5 KG	Pamplona
		01	Pacote	Biscoito doce sortido Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno com peso mínimo de 600g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Piccinini
		01	Pacote	Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa: Característica Técnicas: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores; Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária; Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> . O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 3 Kg. Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Morgana
		01	Pacote	CARNE SUÍNA CONGELADA SEM TEMPERO – EMBALAGEM COM 03 KG	Frigorifico Tonho
		01	Pote	Doce de Frutas diversos sabores Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do	Luis Alvensse

		produto.	
01	Pote	Doce de leite pastoso Ingredientes: leite, açúcar, xarope de glicose, amido modificado, bicarbonato de sódio, citrato de sódio/estabilizante e sorbato de potássio/conservante. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de no mínimo 400 gramas. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Néctar
01	Caixa	Chá mate tostado Características: para infusão, tostado Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , embalagem de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Fama
01	Sache	Extrato de Tomate Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Ingredientes: Tomate, sal e açúcar. Embalagem: embalagem sache de no mínimo 1,02 kg Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Olé
01	Pacote	Farinha de milho branca biju Características técnicas: Farinha de milho em flocos branca, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg Prazo de validade: mínimo de 6 meses Data de fabricação: máximo de 45 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Da Serra
02	Pacote	Farinha de Trigo Especial Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL, tipo I, de cor BRANCA, enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: Deve estar <i>intacta e ser resistente</i> . Acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Claríssima
03	Pacote	Feijão preto Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e são, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses Data de fabricação: máximo de 30 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Rio Belo
01	Pote	Fermento em Pó Químico Características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 100g do produto. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Royal
01	Unidade	Fermento em Pó Biológico Características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas.	Pakmaya

			Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 100g em envelopes aluminizados. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	
02	Caixa		GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR. Características técnicas: produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais. Embalagem: embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 45 dias.	Apti
02	Pacote		Leite em pó Integral de fabricação nacional Ingredientes: Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322) O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante. Lípidios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo). Característica Organolépticas (odor, sabor e cor) próprias do produto Rendimento: 1Kg do produto deverá render no mínimo 8 litros de leite natural. Embalagem: pacotes resistentes de 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: mín 10 meses. Data de Fabricação: máx 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Aurora
01	Pacote		MACARRÃO – TIPO PARAFUSO OU ESPAGUETE – 01 KG. Características Técnicas: macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 01 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Todeschini
01	Pote		Maionese Ingredientes: Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de Bacillus thuringiensis e/ou Streptomyces viridochromogenes e/ou Agrobacterium tumefaciens e/ou Zea mays), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcico dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten. Embalagem: acondicionada em potes de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Suavit
02	Pote		Margarina com sal Características técnicas: com no mínimo de 80% de gordura total. Embalagem: Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500kg, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo
03	Frasco		Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja 100% natural. Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo

		01	Quilo	Salsicha (vina) congelada – embalagem com 1 kg Características técnicas: Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes. Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Pif Paf
		01	Unidade	Café torrado e moído com selo (tradicional) Características técnicas: Café torrado e moído com selo. Embalagem: a VÁCUO 500g Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Maratá
		02	Pacote	Canjiquinha de Milho Amarelo – quirera Características técnicas: Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina. Embalagem: Acondicionada em pacotes de 500kg, livre de violações. Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Zanin
		01	Pacote	SUCO EM PÓ – DIVERSOS SABORES – 350G Características técnicas: Produto não fermentado, não alcoólico. Produto com cor, sabor e aroma característicos. Bom rendimento e qualidade. Embalagem: mínima de 350G em bom aspecto. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Apti
		01	Pacote	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Marfin
		01	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	Tixan Ypê
		01	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	Zavaski
					Valor unitário por cesta R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais)
					Valor total das 1.200 cestas R\$ 378.000,00 (trezentos e setenta e oito mil reais)

IRINEÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

ATA RP PROC 07/2023

Publicação Nº 5301157

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 07/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	10/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	07/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	06/2023
EMPRESA VENCEDORA:	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO E DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	16 DE FEVEREIRO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Und	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	80	UN	Adoçante líquido dietético com Stévia Embalagem: embalagens de 80 ml Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Magro	12,00	960,00
20	120	UN	Essência de baunilha Embalagem: pote de vidro de 30 ml. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo 30 dias. Entrega: Mensalmente conforme solicitação da nutricionista. O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Arcolor	8,50	1.020,00
21	30	UN	Geleia de fruta DIET Ingredientes: Amora ou polpa de amora, morango ou polpa de morango, framboesa ou polpa de framboesa, edulcorantes, gelificante pectina cítrica, agente de firmeza fosfato tricálcico, conservador sorbato de potássio e acidulante ácido cítrico. Embalagem: Embalagem de 200g Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Vitao	19,90	597,00
29	70	UN	Milho verde em conserva 2 kg Embalagem: embalagem de 2 kg. Latas sem ferrugem ou amassadas Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Predilecta	43,90	3.073,00
31	1.400	UN	Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja 100% natural. Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo	9,89	13.846,00
Valor total R\$ 19.496,00 (dezenove mil quatrocentos e noventa e seis reais)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	11/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	07/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	06/2023
EMPRESA VENCEDORA:	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA - EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO E DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	16 DE FEVEREIRO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Und	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	350	Quilo	Abacate Características Técnicas: de 1ª qualidade, grau médio de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	6,59	2.306,50
02	1.000	UN	Abacaxi Características Técnicas: tamanho grande (no mínimo 1,5kg de peso/unidade), coloração amarelada na base (gomos amarelado), boa aparência física (sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação), coroa firme e variedade pérola. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	7,25	7.250,00
03	1.680	Quilo	Abobrinha verde - Características Técnicas: Deve apresentar características bem formadas, ser de tamanho médio, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	5,80	9.744,00
04	380	Quilo	Abóbora madura Características técnicas: Abóbora madura, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. De colheita recente. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	5,18	1.968,40
06	700	Quilo	Aipim cru congelado Características técnicas: Mandioca descascada, congelada, embalada à vácuo. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em embalagem a vácuo de 1 kg, com tabela nutricional, peso e procedência. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Citroeste	10,70	7.490,00
07	900	Pacote	Alho Características Técnicas: – bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: O produto deverá estar acondicionados em sacos resistentes (tipo rede) de 150g. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Indiana	5,95	5.355,00
08	1.600	UN	Alface Características técnicas: – de 1ª qualidade, folhas firmes, íntegra, não poderá estar murcha, tamanho médio. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes transparentes. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	2,20	3.520,00
09	11.600	Quilo	Banana Características Técnicas: 1ª qualidade. Grau médio de amadurecimento, unidades médias aproximadamente 120g. Produtos maduros ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	4,40	51.040,00
10	2.500	Quilo	Batata Inglesa Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	6,15	15.375,00
12	850	Quilo	Batata Doce Características Técnicas: Batata doce de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em	In Natura	3,95	3.357,50

			perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.			
13	1.300	Quilo	Beterraba Características Técnicas: Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	4,00	5.200,00
15	1.600	Quilo	Cenoura Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	4,80	7.680,00
16	1.100	Quilo	Cebola de Cabeça Características Técnicas: Cebola de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, não brotada, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	5,45	5.995,00
17	1.200	Quilo	Chuchu Características Técnicas: fresco de boa qualidade, casca limpa e lisa, de cor verde brilhante, sem machucados deve estar livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	5,65	6.780,00
24	1.050	Quilo	Laranja pêra Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A laranja deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In Natura	4,34	4.557,00
25	10.300	Quilo	Maçã Fuji Características Técnicas: Maçã vermelha classificada tipo A. Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In Natura	10,00	103.000,00
26	4.500	Quilo	Mamão formosa Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. O mamão deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In Natura	11,35	51.075,00
27	615	Quilo	Manga Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A manga deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In Natura	5,25	3.228,75
33	100	Quilo	Pimentão verde Características: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes; suficientemente desenvolvido; com polpa intacta e limpa; sem brotos, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência; livre de terra aderente a casca e de resíduos de fertilizantes; isento de umidade externa anormal e	In Natura	7,99	799,00

			enfermidades, sem lesões de origem física e/ou mecânica (rachaduras, perfurações e cortes).			
35	750	Quilo	Pepino Características técnicas: Pepino comum, in natura, firme, limpo, sem partes estragadas, amassadas ou moles, cor verde escura brilhante. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	3,55	2.662,50
37	120	Quilo	Pêra Características técnicas: de 1ª qualidade, casca sã, lisa, sem picadas de inseto, sem imperfeições Apresentando tamanho e cor uniformes, sem rupturas, sem danos físicos e mecânicos, isento de partes pútridas. Devendo estar bem desenvolvidas e maduras, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	13,58	1.629,60
40	300	Maço	Tempero Verde: deve apresentar características de qualidade, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	In Natura	1,95	585,00
41	1.400	Quilo	Tomate Características Técnicas: Deve apresentar características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In Natura	8,28	11.592,00
Valor total R\$ 312.190,25 (trezentos e doze mil cento e noventa reais e vinte e cinco centavos)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	12/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	07/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	06/2023
EMPRESA VENCEDORA:	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO E DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	16 DE FEVEREIRO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Und	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
22	1.600	Un	Iogurte de frutas Características Técnicas: Iogurte de frutas Embalagem Sacos de polietileno leitoso atóxico contendo 900ml, acondicionados em caixas de papelão. Prazo de validade: min 30 dias. Fabricação: Max 7 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Amanhecer	7,98	12.768,00
30	250	Quilo	Mortadela fatiada sem gordura Características técnicas: Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes, não acrescido de toucinho. Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	JCW	22,90	5.725,00
36	400	Quilo	Peixe – Filé de tilápia Característica: filé de tilápia branca, congelado, sem pele, sem espinha, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas. Embalagem: Embalados em camadas separadas por filme plástico transparente e atóxico. Sem aberturas, intacto. Deverá estar congelada, em pacotes de 01kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: Transportada em temperatura inferior a -12°C (Graus Celsius), em veículos fechados com sistema de refrigeração e nas condições exigidas pela RDC	Ranac	49,00	19.600,00

		126.			
Valor total R\$ 38.093,00 (trinta e oito mil e noventa e três reais)					

IRINEÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

ATA RP PROC 08/2023

Publicação Nº 5301158

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 08/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	14/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	08/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	07/2023
EMPRESA VENCEDORA:	MICHAEL KOBILANSKI NEVES – ME
OBJETO:	LOCAÇÃO DE ONIBUS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, POR QUILOMETRO RODADO, CONFORME A NECESSIDADE.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	24 DE FEVEREIRO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	100.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas municipais.	7,50	750.000,00
02	100.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais.	7,50	750.000,00
Valor total R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)					

IRINEÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

ATA RP PROC 23/2023

Publicação Nº 5301161

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 23/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	26/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	23/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	15/2023
EMPRESA VENCEDORA:	SERVHITRAL SERVIÇOS HIDRÁULICOS E TRATORES LTDA EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUIDO DE FREIO, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	17 DE MAIO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	500	Frasco	Óleo lubrificante classificado 15W40 API SN, semissintético. Embalagem de 01 litro.	Lubrax	26,00	13.000,00
02	300	Balde	Óleo lubrificante classificado 15W40 API CI 4. Motores diesel. Embalagem de 20 litros.	Lubrax	411,00	123.300,00
04	40	Balde	Óleo hidráulico ATF para transmissões automáticas e direções hidráulicas TIPO A. Embalagem de 20 litros.	Lubrax	632,00	25.280,00
05	20	Balde	Graxa múltiplas aplicações TM MP 2. Embalagem de 20 litros.	Lubrax	770,00	15.400,00
08	200	Frasco	Fluido de freios do tipo DOT 4 Embalagem de 500 ml	Lubrax	23,00	4.600,00
09	50	Balde	Óleo diferencial classificado 85W140 APT. Embalagem de 20 litros.	Lubrax	560,00	28.000,00
10	300	Balde	Óleo predominantemente não refinado para lubrificação e acionamento de sistemas hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura, grau de viscosidade ISO 68. Embalagem de 20 litros	Lubrax	360,00	108.000,00
11	100	Balde	Óleo para transmissão 20W30 THF 11 Embalagem de 20 litros.	Lubrax	658,00	65.800,00
Valor total R\$ 383.380,00 (trezentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta reais)						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	27/2023 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	23/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	15/2023
EMPRESA VENCEDORA:	V.R.C. ODACHOWOSKI & CIA LTDA EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUIDO DE FREIO, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	17 DE MAIO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
06	05	Tambor	Graxa para pinos. Embalagem de 170 kg	Lubmotors	3.169,00	15.845,00
07	300	Unidade	Óleo sintético 5W30 SN para motores flex. Embalagem de 01 litro.	Lubrax	29,49	8.847,00
12	40	Balde	Óleo para transmissão TAC 3- 30. Embalagem 20 litros.	Lubrax	596,00	23.840,00
14	30	Balde	Óleo 80W90. Embalagem 20 litros.	Lubrax	564,00	16.920,00
Valor total R\$ 65.452,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois mil)						

IRINEÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

ATA RP PROC 39/2023 PM

Publicação Nº 5301165

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 39/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	36/2023 – PM/FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	39/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº	07/2023
EMPRESA VENCEDORA:	DENIS WILLIAM DIESEL ME
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	21 DE AGOSTO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

- CAMINHÃO VOLKSWAGEN TRUCK 24260 ROBUST - ANO 2019, 2020, 2021 E 2022

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	10	Unidade	2ª MOLA DIANTEIRA	Airieli	700,00	7.000,00
	20	Unidade	BALANÇA	Suspensis	362,00	7.240,00
	20	Unidade	PINO DE BALANÇA	Wabco	280,00	5.600,00
	20	Unidade	CUICA DE FREIO	Wabco	625,00	12.500,00
	20	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	215,00	4.300,00
	5000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	AL	0,70	3.500,00
	20	Unidade	PATIM DE FREIO	Master	47,10	942,00
	20	Unidade	MOLA DE PATIM	Master	21,60	432,00
	24	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	850,00	20.400,00
	20	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Master	610,00	12.200,00
	20	Unidade	MOLA TRACÇÃO	Airieli	180,00	3.600,00
	20	Unidade	MOLA TRUCK	Airieli	200,00	4.000,00
	16	Unidade	RODA 275 80/22,5	Xbri	890,00	14.240,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Airieli	140,00	2.800,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Airieli	140,00	2.800,00
	10	Unidade	PNEUMÁTICO TRUCK BORRACHA	Suspenteca	375,00	3.750,00
	12	Unidade	GRAMPO DO PNEUMÁTICO	Airieli	150,00	1.800,00
	12	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Airieli	100,00	1.200,00
	10	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA PARABÓLICA	Airieli	810,00	8.100,00
	20	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	LNG	170,00	3.400,00
	12	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.280,00	15.360,00
	15	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	295,00	4.425,00
	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	LNG	400,10	4.001,00
	10	Unidade	LUVA CARDAN	LNG	941,00	9.410,00
VALOR TOTAL R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)						

- CAMINHÃO CARGO 2429 - ANO 2014

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	30	Unidade	2ª MOLA DIANTEIRA	Airieli	1.900,00	57.000,00
	20	Unidade	BALANÇA	Suspensis	335,00	6.700,00
	20	Unidade	PINO DE BALANÇA	Wabco	280,00	5.600,00
	40	Unidade	CUICA DE FREIO	Wabco	700,00	28.000,00
	40	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	215,00	8.600,00
	5000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	AL	0,70	3.500,00
	40	Unidade	PATIM DE FREIO	Master	285,00	11.400,00
	30	Unidade	MOLA DE PATIM	Master	22,00	660,00
	24	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	1.200,00	28.800,00
	40	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Master	470,00	18.800,00
	40	Unidade	MOLA TRACÇÃO	Airieli	260,00	10.400,00
	40	Unidade	MOLA TRUCK	Airieli	250,00	10.000,00
	30	Unidade	RODA 275 80/22,5	Xbri	890,00	26.700,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Airieli	110,00	2.200,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Airieli	120,00	2.400,00
	15	Unidade	PNEUMÁTICO TRUCK	Suspentech	375,00	5.625,00
	15	Unidade	GRAMPO DO PNEUMÁTICO	Airieli	190,00	2.850,00
	20	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Airieli	110,00	2.200,00
	40	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA PARABÓLICA	Airieli	1.200,00	48.000,00
	50	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	LNG	20,00	1.000,00
	12	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.500,00	18.000,00
	15	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	395,00	5.925,00

	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	LNG	515,00	5.150,00
	10	Unidade	LUVA CARDAN	LNG	1.049,00	10.490,00
VALOR TOTAL R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)						

- CAMINHÃO VOLKSWAGEN TRUCK - 24220/23210/23220 – ANO 2004, 2005 E 2008

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	30	Unidade	2ª MOLA DIANTEIRA	Airieli	885,00	26.550,00
	20	Unidade	BALANÇA	Suspensis	335,00	6.700,00
	20	Unidade	PINO DE BALANÇA	Wabco	280,00	5.600,00
	20	Unidade	CUICA DE FREIO	Wabco	600,00	12.000,00
	40	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	215,00	8.600,00
	5000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	AL	0,70	3.500,00
	40	Unidade	PATIM DE FREIO	Master	280,00	11.200,00
	30	Unidade	MOLA DE PATIM	Master	22,00	660,00
	24	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	920,00	22.080,00
	20	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Master	380,00	7.600,00
	20	Unidade	MOLA TRAÇÃO	Airieli	260,00	5.200,00
	20	Unidade	MOLA TRUCK	Airieli	260,00	5.200,00
	20	Unidade	RODA 275 80/22,5	Xbri	890,00	17.800,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Airieli	70,00	1.400,00
	40	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Airieli	85,00	3.400,00
	25	Unidade	PNEUMÁTICO TRUCK BORRACHA	Suspentch	375,00	9.375,00
	25	Unidade	GRAMPO DO PNEUMÁTICO	Airieli	190,00	4.750,00
	20	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Airieli	110,00	2.200,00
	20	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA PARABÓLICA	Airieli	1.100,00	22.000,00
	50	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	LNG	15,70	785,00
	12	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.300,00	15.600,00
	15	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	600,00	9.000,00
	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	LNG	1.290,00	12.900,00
	10	Unidade	LUVA CARDAN	LNG	1.090,00	10.900,00
VALOR TOTAL R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)						

- CAMINHÃO VOLKSWAGEN TOCO 15180 – ANO 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 E 2010

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
04	10	Unidade	2ª MOLA DIANTEIRA	Airieli	1.550,00	15.500,00
	20	Unidade	BALANÇA	Suspensis	10,00	200,00
	20	Unidade	PINO DE BALANÇA	Wabco	5,00	100,00
	20	Unidade	CUICA DE FREIO	Wabco	620,00	12.400,00
	20	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	190,00	3.800,00
	3000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	AL	0,50	1.500,00
	20	Unidade	PATIM DE FREIO	Master	183,00	3.660,00
	20	Unidade	MOLA DE PATIM	Master	25,00	500,00
	24	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	930,00	22.320,00
	20	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Master	120,00	2.400,00
	20	Unidade	MOLA TRAÇÃO	Airieli	570,00	11.400,00
	20	Unidade	MOLA TRUCK	Airieli	540,00	10.800,00
	16	Unidade	RODA 275 80/22,5	Xbri	890,00	14.240,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Airieli	60,00	1.200,00
	20	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Airieli	70,00	1.400,00
	10	Unidade	PNEUMÁTICO TRUCK	Suspensis	370,00	3.700,00
	12	Unidade	GRAMPO DO PNEUMÁTICO	Airieli	215,00	2.580,00
	12	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Airieli	100,00	1.200,00
	10	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA PARABÓLICA	Airieli	850,00	8.500,00
	20	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	LNG	15,00	300,00
	12	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.270,00	15.240,00
	15	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	100,00	1.500,00
	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	LNG	321,00	3.210,00
	10	Unidade	LUVA CARDAN	LNG	335,00	3.350,00
VALOR TOTAL R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais)						

- CAMINHÃO MERCEDES ATRON 2779 - ANO 2014 - TRAÇADO

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
06	15	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	Wabco	65,00	975,00
	16	Unidade	CUICA DE FREIO	Wabco	440,00	7.040,00
	16	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Master	250,00	4.000,00
	18	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	300,00	5.400,00

	10	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Airieli	132,00	1.320,00
	10	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Airieli	133,00	1.330,00
	10	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Airieli	185,00	1.850,00
	3000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	AL	0,15	450,00
	24	Unidade	PATIM DE FREIO	Master	395,00	9.480,00
	20	Unidade	MOLA DE PATIM	Master	12,10	242,00
	12	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	1.026,00	12.312,00
	12	Unidade	RODA 275 80/22,5	Xbri	850,00	10.200,00
	10	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA	Airieli	800,00	8.000,00
	08	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.100,00	8.800,00
	15	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	270,00	4.050,00
	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	LNG	750,00	7.500,00
	10	Unidade	LUVA CARDAN	LNG	605,10	6.051,00
VALOR TOTAL R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)						

Pela entrega do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme aquisição das peças, sendo o valor total do contrato de R\$ 928.000,00 (novecentos e vinte e oito mil reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	37/2023 – PM/FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	39/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº	07/2023
EMPRESA VENCEDORA:	PEÇAS E OFICINA SÃO JOSÉ LTDA EPP
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	21 DE AGOSTO DE 2023
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

- CAMINHÃO MERCEDES BENZ ATEGO 1719 – ANO 2019

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	08	Unidade	2ª MOLA DIANTEIRA	Famma	1.105,50	8.844,00
	08	Unidade	BALANÇA	Famma	324,95	2.599,60
	10	Unidade	PINO DE BALANÇA	Famma	110,55	1.105,50
	10	Unidade	CUICA DE FREIO	Meritor	237,85	2.378,50
	10	Unidade	JOGO DE LONA DE FREIO	Frasle	204,35	2.043,50
	3000	Unidade	REBITE LONA DE FREIO	U. Rebite	0,15	450,00
	16	Unidade	PATIM DE FREIO	Famma	331,65	5.306,40
	16	Unidade	MOLA DE PATIM	Famma	32,49	519,84
	10	Unidade	TAMBOR DE FREIO	Frum	904,50	9.045,00
	12	Unidade	CATRACA DE FREIO MANUAL	Frum	237,85	2.854,20
	20	Unidade	MOLA TRAÇÃO	Famma	338,35	6.767,00
	10	Unidade	RODA 275 80/22,5	BZ	1.373,50	13.735,00
	10	Unidade	GRAMPO DE MOLA DIANTEIRO	Famma	63,65	636,50
	10	Unidade	GRAMPO DE MOLA TRASEIRO	Famma	110,55	1.105,50
	12	Unidade	GUIA DE GRAMPO DE MOLA	Famma	96,48	1.157,76
	10	Unidade	MOLA MESTRE DIANTEIRA	Famma	1.407,00	14.070,00
	20	Unidade	PINO DE CENTRO COM PORCA	Famma	21,772	435,44
	08	Unidade	PONTA DE EIXO	Meritor	1.312,22	10.497,76
	10	Unidade	CRUZETA DO CARDAN	Meritor	324,95	3.249,50
	10	Unidade	ESPIGA DO CARDAN	Meritor	659,95	6.599,50
	10	Unidade	LUVA CARDAN	Meritor	659,95	6.599,50
VALOR TOTAL R\$ 100.000,00 (cem mil reais)						

Pela entrega do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme aquisição das peças, sendo o valor total do contrato de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

IRINEÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 31/2023 - FMS

Publicação Nº 5301171

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EB10B82382500C54BFCB8FB833B31598204A81EA

CONTRATO Nº 31/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2019

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2019

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2019 ao Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e o Sr. Celso Luiz Dellagiustina.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrita no CPF nº 037.***.599-**, e o contratado Sr. Celso Luiz Dellagiustina, residente a Rua 109, nº 382, Bairro: Canto da Praia, no Município de Itapema, Estado de Santa Catarina , sob nº CPF ***.942.***-53 e RG 123.***-0, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 06/2019, modalidade Tomada de Preços para compras e serviços nº 03/2019, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Contrato n.º 26/2019, de acordo com o Ofício nº 461/2023, do Senhor Juliano Pozzi Pereira – Chefe de Gabinete, deferido em 01 de agosto de 2023, pela Senhora Circe Neppel Sfair, Prefeita Municipal em Exercício, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 30.10.2024.

CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.
E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de outubro de 2023.

GISELI KEMPINSKI	
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS	CELSO LUIZ DELLAGIUSTINA
Contratante	Contratado
Testemunhas:	

Nome: Letícia Elaine Chaves

Nome: Andressa Teska

CPF: 117.***.***-90

CPF: 080.***.***-57

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2023 HMBJ

Publicação Nº 5301360

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49D4BEA22874A66A11227B77829295D065B47E5C

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 10/2023

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS.
PROPONENTE: DR. WILLIAN MOREIRA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA, PARA REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO NAS INTERNAÇÕES DE PACIENTES DO SUS, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 4380/2023, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL.
SERÁ PAGO A CONTRATADA CONFORME A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO OS VALORES DETERMINADOS, CONFORME TABELAS ABAIXO:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição dos serviços	Valor máximo mensal estimado R\$
01	12 meses	Atendimento	Atendimento a Pacientes internados pelo SUS	7.020,00

Item	Quantidade Estimada 12 meses	Unidade	Código	Descrição dos serviços	Valor Por Procedimento R\$	Valor Total R\$
01	55	Atendimento	03.03.03.002-2	Tratamento de Desnutrição	72,52	3.988,60
02	50	Atendimento	03.06.04.008-4	Tratamento conservador de TCE Leve	76,33	3.816,50
03	120	Atendimento	03.03.07.010-2	Tratamento de outras doenças do aparelho digestivo	53,58	6.429,60

04	90	Atendimento	03.03.15.005-0	Tratamento de outras doenças do aparelho urinário	30,68	2.761,12
05	120	Atendimento	03.03.06.010-7	Tratamento de crise hipertensiva	41,87	5.024,40
06	25	Atendimento	03.08.01.001-9	Tratamento de reumatismo de localização especificada ou não especificada	29,21	730,25
07	95	Atendimento	03.03.06.021-2	Tratamento de insuficiência cardíaca	40,17	3.816,15
08	76	Atendimento	03.03.01.003-7	Tratamento de outras doenças bacterianas	72,22	5.488,72
09	1.500	Atendimento	03.01.06.008-8	Diagnóstico e/ou atendimento de urgência em clínica médica	10,88	16.320,00
10	102	Atendimento	03.03.14.015-1	Tratamento de pneumonias ou influenza	78,35	7.991,17
11	42	Atendimento	03.03.04.016-5	Tratamento de crises epiléticas não controladas	27,52	1.155,84
12	66	Atendimento	03.03.07.007-2	Tratamento de doenças do fígado	59,70	3.940,20
13	55	Atendimento	03.05.02.001-3	Tratamento da pielonefrite	27,94	1.536,70
14	60	Atendimento	03.03.02.005-9	Tratamento de anemias nutricionais	32,94	1.976,40
15	12	Atendimento	03.03.06.029-8	Tratamento de trombose venosa profunda	50,68	608,16
16	70	Atendimento	03.03.03.003-8	Tratamento de diabetes mellitus	50,01	3.500,70
17	10	Atendimento	03.03.15.003-3	Tratamento de doenças inflamatórias dos órgãos pélvicos feminino	27,16	271,60
18	52	Atendimento	03.03.07.012-9	Tratamento de transtornos das vias biliares e pâncreas	41,95	2.181,40
19	24	Atendimento	03.03.02.003-2	Tratamento de anemia aplásticas e outras anemias	39,65	951,60
20	06	Atendimento	03.03.09.031-6	Tratamento das poliartropatias inflamatórias	33,62	201,72
21	10	Atendimento	03.03.08.009-4	Tratamento de outras afecções da pele e do tecido subcutâneo	39,83	398,30
22	66	Atendimento	03.03.14.004-6	Tratamento de doenças crônicas das via aéreas inferiores	25,71	1.696,86
23	15	Atendimento	03.03.01.022-3	Tratamento de infecção pelo coronavírus – covid 19	304,01	4.560,15
24	08	Atendimento	03.08.02.003-0	Tratamento de intoxicação ou envenenamento por exposição a medicamento e substancia de uso não medicinal	26,62	212,96
25	22	Atendimento	03.05.02.002-1	Tratamento de calculose renal	26,77	588,94
26	10	Atendimento	03.05.02.004-8	Tratamento de insuficiência renal aguda	45,35	453,50
27	45	Atendimento	03.03.01.006-1	Tratamento de doenças infecciosas intestinais	39,50	1.777,50
28	24	Atendimento	03.03.14.013-5	Tratamento de outras doenças do sistema respiratório	29,40	705,60
29	18	Atendimento	03.04.10.002-1	Tratamento clinico de paciente oncológico	65,14	1.172,52
TOTAL R\$						84.250,65

VIGÊNCIA: 03.11.2023 A 02.11.2024.

BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 05/2023 - HMBJ

LEI 8.666/93 CONSOLIDADA

LADEMIR FERNANDO ARCARI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2023 HMBJ

Publicação Nº 5301355

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33B04C04CB2AEC02C6616AF4E9024E4387447BD4

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2023

INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2023

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Willian Moreira.

Irineópolis, 03 de novembro de 2023.

Lademir Fernando Arcari

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EXTRATO ATA 119 E 120

Publicação Nº 5301486

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 119/2023, PL 166/2023
PARTES: MUNICÍPIO DE ITÁ e STOCOO & STOCO LTDA
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 070/2023
Item: 01.

OBJETO: Fornecimento de almoço para os servidores militares e comunitários da segurança pública, quando da realização de plantão junto aos seus respectivos setores do Corpo de Bombeiros Militar de Itá.

VALOR: R\$ 47.088,00

VIGÊNCIA: Início: 30/10/2023 Término: 29/10/2024

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 120/2023, PL 129/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE ITÁ e ALEX POSSAMAI

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 054/2023

ITENS: 02, 03

OBJETO: Aquisição de materiais e uniformes para desenvolvimento do "Programa Bem Estar da Pessoa Idosa.

VALOR: R\$ 30.586,50

VIGÊNCIA: Início: 03/11/2023 Término: 02/11/2024

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

EXTRATO CT 151 E ADITIVOS

Publicação Nº 5301484

Contrato Nº : 151/2023

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : CRESCER TREINAMENTOS LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 36/2023

Objeto : Contratação de empresa com profissionais especializados, para que seja possível realizar as capacitações e trabalhos com os Imigrantes que residem em nosso município.

Resolução 7/2022.

Vigência : Início: 30/10/2023 Término: 30/04/2024

Assinatura : 30/10/2023

Valor R\$: 18.813,00 (Dezoito Mil e Oitocentos e Treze Reais)

Dotação : 461 - 07.003.2052.333903999000000000.266070003935 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

FISCAL: DEISE FÁTIMA CALVI

Contrato Nº : 14 VELHO CORONEL/2023

Aditivo Nº : 1AD 14/2023/2023

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

Objeto : Contrato de rateio do programa de gestão administrativo e patrimonial do consórcio intermunicipal velho coronel - (CVC)

Vigência : Início: 27/09/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura : 27/09/2023

Valor R\$: 9.149,80 (Nove Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Oitenta Centavos)

GESTOR: CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Contrato Nº : 152/2022

Aditivo Nº : 1AD 152/2022/2023

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : FDO. DE MATERIAIS, P E IMPRESSOS OFICIAIS SC

Licitação : Inexigibilidade 28/2022

Objeto : Contratação do Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC para prestação de serviços de atividades publicação de matérias por meio do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE/SC, pelo período de 12 (doze) meses, em cumprimento as determinações previstas em Lei. O município de Itá-SC necessita dar publicidade aos seus atos jurídicos como indicado na Lei nº 8.666/1993, assegurando a transparência das decisões e atos praticados pela administração pública.

Vigência : Início: 26/10/2023 Término: 25/10/2024

Assinatura : 24/10/2023

GESTOR: CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Contrato Nº : 4/2023

Aditivo Nº : 1AD 4/2023/2023

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : OESTE SUL PRESTADORA DE SERVICOS GERAIS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 23/2022

Objeto : Contratação de empresa, com fornecimento de mão de obra e materiais, para execução da rede de adução e de distribuição de água da comunidade de Linha São Francisco, Município de Itá-SC. O projeto prevê a execução do serviço e o fornecimento de materiais.

Vigência : Início: 30/10/2023 Término: 12/04/2024

Assinatura : 30/10/2023

Valor R\$: 47.849,66 (Quarenta e Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos)

Dotação : 476 - 05.002.1002.3449051910000000000.250070000000 - Obras em andamento

GESTOR: CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Contrato Nº : 106/2022

Aditivo Nº : 3AD 106/2022/2023

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : ECGT CONSTRUÇOES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 13/2022

Objeto : Contratação de empresa, no ramo de engenharia ou construção civil, para revitalização do Parque do Porto Náutico Itá – SC.

Vigência : Início: 30/10/2023 Término: 16/12/2023

Assinatura : 30/10/2023

GESTOR: CLEMOR ANTONIO BATTISTI

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2023, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2023

Publicação Nº 5319212

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 458FABF3D241092C6592C03870492CE08F648B90

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, no dia 27 de novembro de 2023, tendo como objetivo a contratação de empresas para aquisição de materiais esportivos e serviço de transporte de atletas, visando o desenvolvimento da escolinha de voleibol. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de novembro de 2023 e abertas nesta mesma data. O edital encontra-se disponível nos sites “ita.atende.net” e “compras.gov.br”, as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506/9534. Itá-SC, 03 de novembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito de Itá-SC

HOMOLOGAÇÃO PL 162/2023

Publicação Nº 5319199



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74C0FC94E916EEFC00EF50CF995ADD7252BD9063

MUNICIPIO DE ITÁ

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 166 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico**
Para Obras e Serviços de Engenharia
68/2023
Processo Administrativo: 162/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 68/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

453536 - DECORA PINTURA LTDA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO E REFORMA	MÃO-DE-OBRA		1	R\$25.730,00	R\$25.730,00
Total do Fornecedor:						R\$25.730,00

Itá, 3 de novembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 167/2023

Publicação Nº 5301568

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8CC84BFCEABD877429DB52C916E05DDED106F413



MUNICÍPIO DE ITÁ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 173 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Contratação de serviços
71/2023
Processo Administrativo: 167/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 71/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

25836 - L ZEMBRANI & NCS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	SERVIÇOS TÉCNICOS	HORAS TÉCNICAS		620	R\$65,00	R\$40.300,00
Total do Fornecedor:						R\$40.300,00
63029 - LP INSTALADORA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS TÉCNICOS	HORAS TÉCNICAS		500	R\$39,00	R\$19.500,00
Total do Fornecedor:						R\$19.500,00

Itá, 3 de novembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 180/2023

Publicação Nº 5301410



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B06B171874EEF65BC10B8F9C76FCC17A0FBE5322

MUNICÍPIO DE ITÁ

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 187 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Dispensa Presencial
Para Obras e Serviços de Engenharia
39/2023Processo Administrativo: 180/2023
Registro Homologação:
01B0BE53263966B48F49C923AFBB3CF37B596032

Ao Sr(a). CLEMOR ANTONIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Presencial nº. 39/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

477460 - MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA ALTERAÇÃO/ADEQUAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DO PARQUE DAS TORRES.	METRO QUADRADO		700	R\$10,00	R\$7.000,00
Total do Fornecedor:						R\$7.000,00

Itá, 3 de novembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3058/2023

Publicação Nº 5301711

DECRETO Nº 3.058, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova Projeto de Desmembramento do imóvel que menciona e dá outras providências.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 007-A, de 07 de janeiro de 2008, Lei Municipal nº 246, de 30 de abril de 2008, Lei Municipal nº 269, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 270, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 271, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 1067, de 30 de maio de 2023 e ainda;

Considerando o Parecer Técnico nº 183/2023, exarado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura do Município de Itaiópolis, em 30 de outubro de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado Projeto de Desmembramento do imóvel urbano com área de 1.174,26 m² (um mil cento e setenta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos de metro quadrado), situado na Rua Alfredo Schneider, Bairro Alto Paraguaçu, Município de Itaiópolis, registrado no livro nº 2, ficha. 01, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Itaiópolis, sob a matrícula nº 22.355, de propriedade de Elder Bueno de Lima ficando o imóvel fracionado em 02 (dois) lotes, com as seguintes dimensões: LOTE 3-A com área de 533,65m² (quinhentos e trinta e três metros quadrados e sessenta e cinco centésimos de metro quadrado) e o LOTE 3-B com área de 640,61 m² (seiscentos e quarenta metros quadrados e sessenta e um centésimos de metro quadrado).

Art. 2º Os lotes descritos no Art. 1º, possuem seus limites e confrontações especificados na Planta e Memorial Descritivo, anexos ao processo protocolado sob nº 1239/2023 junto à Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 05 de outubro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 03 de novembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 3059/2023

Publicação Nº 5301716

DECRETO Nº 3.059, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Aprova Projeto de Desmembramento do imóvel que menciona e dá outras providências.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 007-A, de 07 de janeiro de 2008, Lei Municipal nº 246, de 30 de abril de 2008, Lei Municipal nº 269, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 270, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 271, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 1067, de 30 de maio de 2023 e ainda;

Considerando o Parecer Técnico nº 1270/2023, exarado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura do Município de Itaiópolis, em 30 de outubro de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado Projeto de Desmembramento do imóvel urbano com área de 36.300 m² (trinta e seis mil e trezentos metros quadrados), situado na Rua Carlos Antonio Grahl, esquina com a Rua Amandus Bauer, Bairro Lucena, Município de Itaiópolis, registrado no livro nº 2, ficha 01, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Itaiópolis, sob a matrícula nº 5.464, de propriedade de Roberto Hudzinski, Cecília Hudzinski Uhlmann, Cleverson Hudzinski, Tatiane Dobicz Hudzinski, Cristiane Hudzinski Skrenski, Jocenei Luiz Skrenski, Eloi Luís Hudzinski, Janete Woiczak, Janice Miranda, Keli Sara Hudzinski, Sirlei Francieli Hudzinski e Silvio Benedito Uhlmann, ficando o imóvel fracionado em 13 (treze) lotes, com as seguintes dimensões: LOTE 1 com área de 681,00m² (seiscentos e oitenta e um metros quadrados), LOTE 2 com área de 1.421,50 m² (um mil quatrocentos e vinte e um metros quadrados e cinquenta centésimos de metro quadrado), os LOTES 3, 4, 5, 6 e 7 possuem área de 1.009,50 m² (um mil e nove metros quadrados e cinquenta centésimos de metros quadrado) cada um, LOTE 8 com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), LOTE 9 com área de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), LOTE 10 com área de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), LOTE 11 com área de 7.150,00 m² (sete mil cento e cinquenta metros quadrados), LOTE 12 com área de 8.893,00 m² (oito mil oitocentos e noventa e três metros quadrados), LOTE 13 com área de 11.907,00 m² (onze mil novecentos e sete metros quadrados)

Art. 2º Os lotes descritos no Art. 1º, possuem seus limites e confrontações especificados na Planta e Memorial Descritivo, anexos ao processo protocolado sob nº 1239/2023 junto à Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 05 de outubro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 03 de novembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI

DECRETO Nº 3060/2023

Publicação Nº 5301728

DECRETO Nº 3.060, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022;

Considerando as remunerações bancárias de janeiro a outubro de 2023 da conta bancária Proteção Básica Especial nº 24.625-5 do Banco do Brasil - FNAS:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento vigente:

14.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS

14.001 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

14 Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

2.124 Bloco de Proteção Social Especial

3.3.50.00.00 (14) Outras Despesas Correntes – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Fonte de recurso: 1352 – Transf. do Sist. Único de Assist. Social – SUAS/União – 1.660.0000

Art. 2º Para suprimimento da abertura do crédito adicional mencionado no artigo anterior, fica autorizado o uso de recursos apurados pelo Excesso de Arrecadação por tendência sobre a especificação da fonte de recursos oriundos de remunerações bancárias de janeiro a outubro de 2023.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 03 de novembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2023

Publicação Nº 5301482

Pregão Eletrônico nº 42/2023

Objeto: aquisição eventual e parcelada de gêneros alimentícios e lanches destinados aos alunos do projeto "Ação de levantamento arquitetônico bens tombados pelo IPHAN", do projeto "Banda Municipal" e para os conselhos, oficinas e seminários.

Proponente: GISELI RIBAS TRIERWEILER ME

Valor Total: R\$ 8.623,06

PRAZO: 12 (doze) meses

Itaiópolis, 25 de outubro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1427/2023

Publicação Nº 5301333

PORTARIA Nº 1.427, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei Complementar nº 001, de 1º de março de 1992, pela Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012 e;

Considerando o requerimento protocolado pelo servidor público municipal Gustavo Wiszniewski junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 26 de outubro de 2023:

RESOLVE

Exonerar a pedido, a contar de 03 de novembro de 2023, o servidor público municipal GUSTAVO WISZNIEWSKI do cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com carga horária de 40 horas semanais, para o qual fora nomeado por meio da Portaria nº 1.024, de 04 de outubro de 2021, retornando ao cargo de Técnico em Administração, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Itaiópolis, 1º de novembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1429/2023

Publicação Nº 5301702

PORTARIA Nº 1.429, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

O MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Prefeito Municipal MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que a administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando, que chegaram até a Secretaria Municipal de Administração e Finanças documentos para apuração de fatos apontados em face de servidor público municipal K.M.W.M;

Considerando, que para decidir sobre conjunto de documentos a administração pública municipal deve se pautar pelos princípios da primazia no atendimento ao interesse público, economicidade, eficiência, legalidade, motivação, razoabilidade, moralidade, impessoalidade e publicidade;

Considerando que o artigo 31, § 4º, da Lei Complementar 34/2015 preceitua que se a Secretaria, Fundação Pública ou Autarquia Municipais não dispuserem de servidores estáveis em número suficiente para compor Comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, poderá o Prefeito Municipal designar, como membros para compor a Comissão, servidores do quadro da Administração Direta Municipal, cujo processo administrativo deverá ocorrer no âmbito do ente de origem;

Considerando a possível não observância dos deveres funcionais descritos no art. 30, da Lei Complementar nº 34/2015 e;

Considerando que o artigo 37, da Lei Complementar nº 34/2015 preceitua que os autos da sindicância, quando existentes, integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução:

RESOLVE

INSTAURAR o presente Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apuração da responsabilidade da servidora pública municipal K.M.W.M, e impor, se for o caso, a penalidade cabível, nos termos da Lei Complementar nº 34/2015;

DESIGNAR os servidores públicos municipais: RODRIGO GARCIA DA SILVA, Contador, matrícula nº 8629, como Presidente, JOCIEL LAERCIO LADA, Técnico em Administração, matrícula 264, como Secretário e PATRICIA DE FÁTIMA SEIDEL, Técnica em Administração, matrícula nº 3976, como membro da Comissão de Acompanhamento para a condução dos procedimentos decorrentes do Processo Administrativo Disciplinar.

DETERMINA:

1. a juntada dos documentos, em especial, o apensamento dos outros de Sindicância 038/2022
2. a remessa dos documentos à Comissão Processante, para dar impulso oficial.

CUMPRASE

Itaiópolis, 03 de novembro de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2022

Publicação Nº 5301479

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
Fornecedora: RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA.
Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor dos itens da Ata de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
1	LITROS	ÓLEO DIESEL COMUM B S-500 - Abasteci- mento à granel	R\$ 5,485	R\$ 5,701
2	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10 - Abastecimento à granel	R\$ 5,535	R\$ 5,828

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base o pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do fornecedor RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA., datado em 25 de outubro de 2023.
Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes da Ata de Registro de Preços nº 108/2022 que não contradizem com as modificações no presente instrumento.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2023
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 45/2023

Publicação Nº 5301762

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO
OBJETO: Considerando o Despacho/Decisão do Juiz de Direito da Comarca de Itaiópolis – SC – Destituição do Poder Familiar nº 5001682-57.2023.8.24.0032/SC, determinando o desacolhimento do menor.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2023
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO 04.032.2023

Publicação Nº 5302293

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 56A5064665FE21B48A19B7D365215873DD681CF6

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Itapema
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.032.2023.

Objeto: Registro de preço - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva na área mecânica, elétrica, pintura, lataria, estofaria, com fornecimento e substituição de peças, materiais e acessórios das motocicletas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Itapema, Guarda Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Itapema, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.032.2023.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 17 (dezessete) de novembro de 2023.

Abertura do Pregão: 17 (dezessete) de novembro de 2023, às 15:01 (quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.032.2023." ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Departamento de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3267-1495 ou pelo e-mail licitacao@itapema.sc.gov.br

Itapema, 03 de novembro de 2023.
Geraldo Rodrigues Alves Júnior
Secretário Municipal de Segurança Pública

EXTRATO 07.069.2023

Publicação Nº 5301562

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC53EB247D7410435D9CF3CD7310D79321041A76

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Eletrônico nº. 07.069.2023

Objeto: Aquisição de etilômetro portátil para a Guarda Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.069.2023.

Data de início do recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: A partir das 12:00 (doze horas) do dia 07(sete) de novembro de 2023.

Data final para recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: Até às 12:59 (doze horas e cinquenta e nove minutos) do dia 17(dezessete) de novembro de 2023.

Data de Abertura das Propostas e etapa de lances: às 13:00 (treze horas) do dia 17(dezessete) de novembro de 2023.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.comprasbr.com.br ou www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão eletrônico 07.069.2023" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 03 de novembro de 2023.
Geraldo Rodrigues Alves Junior
Secretario Municipal de Segurança Pública

EXTRATO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03.002.2023

Publicação Nº 5301796

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 40973BDDCEEE4F470714B6CFCFC240DD3A35304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública – 03.002.2023

Tipo de licitação: Melhor Técnica e Preço;

Objeto: Contratação de serviços de agência de publicidade, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o

controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Itapema na atividade institucional.

Entrega dos Envelopes: Até 13:00 horas do dia 22/12/2023, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura dos Envelopes: às 13:01 horas do dia 22/12/2023, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – modalidades – concorrência pública – pasta 03.002.2023" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3268-8000 ou pelo e-mail licitação@itapema.sc.gov.br

Itapema, 03 de novembro de 2023.

Nilza Nilda Simas

Prefeita Municipal

EDITAL_0008_23_AUTO_DE_INFRACAO

Publicação Nº 5301640

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**EDITAL N. 0008/2023
NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

O DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe conferem o item 9.7 do Anexo III da Lei Municipal nº 4.077/2021 e o inciso III do art. 43 da Lei Municipal nº 1.125/1995 e inciso III do art. 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983, NOTIFICA o(s) autuado(s) identificado(s) no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Infração abaixo relacionado**. Poderá ser apresentada defesa e/ou impugnação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 45 da Lei Municipal nº 1.125/1995. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Rua 119 A, 130, 3º Piso, Centro, Itapema/SC. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Itapema, 31 de outubro de 2023.

CRISTIANO DE LIMA
Diretor de Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO:

1. AUTUADO: Castanheira Pousada Ltda

CNPJ/CPF: 31.601.976/0001-43

PROCESSO: 020/2023

AUTO DE INFRAÇÃO: 31712719552/23

INFRAÇÃO COMETIDA: As registradas no Auto de Infração citado acima.

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO: Art. 2º caput; art. 4º; art. 5º caput, III; art. 14 caput; art. 27 caput, § único; art. 40, XXII da Lei Municipal 1.125/95.

2. AUTUADO: Leandro Nunes Hair Ltda

CNPJ/CPF: 47.646.812/0001-72

PROCESSO: 021/2023

AUTO DE INFRAÇÃO: 31712719424/23

INFRAÇÃO COMETIDA: As registradas no Auto de Infração citado acima.

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO: Art. 2º caput §§ 2º e 4º; 4º; 5º caput II; 9º; 10 caput §1º; 11; 14 caput; 16 caput § 2º; 40 caput XVIII, XX da Lei Municipal 1.125/95.

2. AUTUADO: INEPEN Instituto Educacional de Penha Eireli

CNPJ/CPF: 28.417.656/0002-04

PROCESSO: 023/2023

AUTO DE INFRAÇÃO: 31712719435/23

INFRAÇÃO COMETIDA: As registradas no Auto de Infração citado acima.

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO: Art. 2º caput §§ 2º e 4º; 4º; 5º caput II; 9º; 10 caput; 16 caput § 2º; 40 caput XVIII, XX da Lei Municipal 1.125/95.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 191/2023

Publicação Nº 5301383

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0BEA826E4C2CE1B35E15AA9538CDD017993C523F

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 191/2023

Inexigibilidade de Licitação nº 191/2023

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA O SEMINÁRIO SOBRE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023 PARA OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, A SER REALIZADO NOS DIAS 22 A 24 DE NOVEMBRO DE 2023, NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.

Fundamentação Legal: artigo 25, Inciso II, c/c 13 VI da Lei 8.666/93

Contratado: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 28.474.582/0001-67

Valor global: R\$1.490,00 (MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS).

Itapiranga – SC 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2023

Publicação Nº 5301363

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21F692DF9375052A12927FAE5A67BFE291C2F792

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, COM O RESPECTIVO FORNECIMENTO DE PEÇAS.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Maior Percentual de Desconto por Item.

Recebimento de Propostas: até 08h30min do dia 21/11/2023.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 03 de novembro de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

PREFEITO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2022

Publicação Nº 5301215

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2EC766582B9154A03D631805C5679A915ACFCF5D

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 055/2022

Aditivo Nº: 6 T.A 055/2022

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: SEPLACON OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 26/2022

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA E RURAL, EDIFICAÇÃO DO COMPLEXO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DAS BANDEIRAS E MOVEIS DIVERSOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 03/11/2023 Término: 08/12/2023

Assinatura: 03/11/2023

Itapiranga, 03 de novembro de 2023

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2022

Publicação Nº 5301431

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A5096701795B85A8524183594E8D19591608AA6B

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 055/2022

Aditivo Nº: 7 T.A 055/2022

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: SEPLACON OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 26/2022

Objeto: ACRÉSCIMO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA E RURAL, EDIFICAÇÃO DO COMPLEXO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DAS BANDEIRAS E MOVEIS DIVERSOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 03/11/2023 Término: 08/12/2023

Assinatura: 03/11/2023

Valor R\$: 31.325,17 (Trinta e Um Mil, Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Dezessete Centavos)

Dotação: 56 - 03.002.2009.3339039050000000000.150070000000 - Serviços técnicos profissionais

Dotação: 443 - 11.001.2047.3339039050000000000.270470001050 - Serviços técnicos profissionais

Itapiranga, 03 de novembro de 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2023/RH

Publicação Nº 5301144

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C64DD50BB8DA5298B503A034D150E4D1E4F0CF6A

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2023/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANESSA BOGORNÍ CIEPIELEWSKI.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2022.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil –Educação Infantil

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C- 01

VIGÊNCIA: 03/11/2023 a 14/12/2023.

Itapiranga – SC, 03 de novembro de 2023

Alexandre Gomes Ribas – Prefeito

PORTARIA Nº 308/2023

Publicação Nº 5301256

Portaria nº 308, de 25 de outubro de 2023.

Readapta servidor efetivo.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

Considerando os termos do “caput” do artigo 23, da Lei Complementar Municipal nº 39/2011, Estatuto dos Servidores, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que o mesmo artigo, o qual dispõe que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial;

Considerando o disposto no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 39/2011, de que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;

Considerando o requerimento formulado pelo servidor Clerio José Boesing, matrícula funcional nº 14.612/01, ocupante do cargo de motorista e despacho proferido em 23 de outubro de 2023;

Considerando o encaminhamento da solicitação à Junta Médica Oficial do Município, que exarou parecer pela readaptação do servidor.

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR, temporariamente, o servidor público municipal efetivo CLERIO JOSÉ BOESING, ocupante do cargo de Motorista, 40

horas semanais, para passar a atuar como Auxiliar Administrativo, respeitando as restrições do atestado médico e laudo exarado por médico do trabalho oficial do Município, a partir de 23 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário do servidor.

Art. 4º A readaptação será em caráter temporário, pelo prazo de 02(dois) anos, prorrogáveis por períodos sucessivos, mediante avaliação de médico do trabalho oficial do Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga(SC), 25 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

PORTARIA Nº 309/2023

Publicação Nº 5301384

Portaria nº 309, de 25 de outubro de 2023

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Adrissa Arnhold, Elaine Simonetti Zappani, Michele Reis Welter, Arlei Eidt, Nadir Teresinha Etges e Ivair Paulo Tavares, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para comporem a Comissão Organizadora Municipal de Concurso Público, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Concurso Público nº 010/2023, Concurso Público para Emprego Público nº 009/2023, Edital de Processo Seletivo de Emprego Público nº 008/2023 e Edital de Processo Seletivo nº 007/2023

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 25 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

PORTARIA Nº 310/2023

Publicação Nº 5301732

Portaria nº 310, de 25 de outubro de 2023.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir de 23/10/2023 o trabalho de forma remota ao servidor DIEGO HENRIQUE TOLEDO DA SILVA matrícula nº 15719/01, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 25 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adrissa Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 310/2023

Publicação Nº 5301708

Portaria nº 310, de 25 de outubro de 2023.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a partir de 23/10/2023 o trabalho de forma remota ao servidor DIEGO HENRIQUE TOLEDO DA SILVA matrícula nº 15719/01, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 25 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 313/2023

Publicação Nº 5301717

Portaria nº 313, de 31 de outubro de 2023.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, à servidora municipal CLAUDIA VANUSA MARTINS KOMMERS matrícula nº 14309/01, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) dias a contar de 19/10/2023, para cuidar de sua mãe Reni Maria Strack Konzen que está enferma, conforme atestado médico apresentado e Parecer Social da Assistente Social do Município, em conformidade com o Art. nº 95, § 1º da Lei Complementar nº 39/2011.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 31 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 314/2023

Publicação Nº 5301713

Portaria nº 314, de 31 de outubro de 2023.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, à servidora municipal CLAUDIA VANUSA MARTINS KOMMERS matrícula nº 14309/01, pelo período de 12 (doze) dias a contar de 23/10/2023, para cuidar de seu filho Gabriel Martins Kommers que está enfermo, conforme atestado médico apresentado e Parecer Social da Assistente Social do Município, em conformidade com o Art. nº 95, § 1º da Lei Complementar nº 39/2011.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 31 de outubro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 316/2023

Publicação Nº 5301639

Portaria nº 316, de 01 de novembro de 2023

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor municipal ESTEFANE VIANEI FRIEDRICH, matrícula nº 15873/01 para substituir o servidor FLAVIO ANTONIO SANTOS matrícula nº 6493/01 como Responsável pelo Setor de Identificação, durante a Licença Premio, no período 01/11/2023 até 30/11/2023.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC, 01 de novembro de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301230



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No 4º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 4º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	98.264.405,00	98.264.405,00	24.161.950,03	24,59	81.071.220,54	82,50	17.193.184,46
RECEITAS CORRENTES	98.235.530,00	98.235.530,00	18.761.314,68	19,10	74.483.645,06	75,82	23.751.884,94
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.055.900,00	13.055.900,00	2.248.697,93	17,22	10.666.031,22	81,70	2.389.868,78
Impostos	11.295.900,00	11.295.900,00	1.953.625,43	17,29	9.107.061,68	80,62	2.188.838,32
Taxas	1.679.150,00	1.679.150,00	276.789,69	16,48	1.461.877,33	87,06	217.272,67
CONTRIBUIÇÕES	80.850,00	80.850,00	18.282,81	22,61	97.092,21	120,09	(16.242,21)
Contribuição de Melhoria	1.339.400,00	1.339.400,00	287.727,64	21,48	1.034.317,95	77,22	305.082,05
CONTRIBUIÇÕES	239.400,00	239.400,00	88.874,27	37,12	193.681,52	80,90	45.718,48
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.100.000,00	1.100.000,00	198.853,37	18,08	840.636,43	76,42	259.363,57
RECEITA PATRIMONIAL	804.570,00	804.570,00	620.796,98	77,16	2.631.281,12	327,04	(1.826.711,12)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.365,00	1.365,00	553,42	40,54	21.357,80	1.564,67	(19.992,80)
Valores Mobiliários	803.205,00	803.205,00	611.550,81	76,14	2.405.537,46	299,49	(1.602.332,46)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.615,00	6.615,00	8.692,75	0,00	204.385,86	0,00	(204.385,86)
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	3.057,43	46,22	4.436,38	67,07	2.178,62
RECEITA DE SERVIÇOS	8.209.980,00	8.209.980,00	1.318.675,93	16,06	5.750.887,43	70,05	2.459.092,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.050,00	1.050,00	37.960,00	3,615,24	86.480,00	8,236,19	(85.430,00)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	8.208.930,00	8.208.930,00	1.280.715,93	15,60	5.664.407,43	69,00	2.544.522,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.554.385,00	74.554.385,00	14.065.734,34	18,87	54.027.209,82	72,47	20.527.175,18
Transferências da União e de suas Entidades	27.337.175,00	27.337.175,00	5.223.969,74	19,11	19.675.876,98	71,97	7.661.298,02
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	33.217.210,00	33.217.210,00	6.401.017,09	19,27	24.524.668,10	73,83	8.692.541,90
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.000.000,00	14.000.000,00	2.440.747,51	17,43	9.826.664,74	70,19	4.173.335,26
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	264.680,00	264.680,00	216.624,43	81,84	369.481,14	139,60	(104.801,14)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	253.865,00	253.865,00	28.566,57	11,25	103.468,97	40,76	150.396,03
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	15.040,58	0,00	91.667,49	0,00	(91.667,49)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.815,00	10.815,00	173.017,28	1.599,79	174.344,68	1.612,06	174.344,68	1.612,06	174.344,68	1.612,06	(163.529,68)
RECEITAS DE CAPITAL	28.875,00	28.875,00	5.400.635,35	18.703,50	6.587.575,48	22.814,11	6.587.575,48	22.814,11	6.587.575,48	22.814,11	(6.558.700,48)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	525,00	525,00	0,00	0,00	258.973,01	49.328,19	258.973,01	49.328,19	258.973,01	49.328,19	(258.448,01)
Operações de Crédito - Mercado Interno	525,00	525,00	0,00	0,00	258.973,01	49.328,19	258.973,01	49.328,19	258.973,01	49.328,19	(258.448,01)
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Alienação de Bens Móveis	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Alienação de Bens Imóveis	1.575,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	1.050,00	1.050,00	635,35	60,51	1.270,70	121,02	1.270,70	121,02	1.270,70	121,02	(220,70)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.150,00	24.150,00	5.400.000,00	22.360,25	6.301.866,88	26.094,69	6.301.866,88	26.094,69	6.301.866,88	26.094,69	(6.277.716,88)
Transferências da União e de suas Entidades	12.075,00	12.075,00	200.000,00	1.656,31	1.096.304,14	9.079,12	1.096.304,14	9.079,12	1.096.304,14	9.079,12	(1.084.229,14)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.075,00	12.075,00	5.200.000,00	43.064,18	5.205.562,74	43.110,25	5.205.562,74	43.110,25	5.205.562,74	43.110,25	(5.193.487,74)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	35.595,00	35.595,00	0,00	0,00	25.464,89	0,00	25.464,89	0,00	25.464,89	0,00	(25.464,89)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	98.300.000,00	98.300.000,00	24.161.950,03	24,58	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	17.228.779,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	98.300.000,00	98.300.000,00	24.161.950,03	24,58	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	17.228.779,46
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	98.300.000,00	98.300.000,00	24.161.950,03	24,58	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	81.071.220,54	82,47	17.228.779,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	-	4.114.274,41	-	4.114.274,41	-	4.114.274,41	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	4.114.274,41	-	4.114.274,41	-	4.114.274,41	-	-

Identificador: WPR4171101-745-VEEIVJWZYZ-7 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (f)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	98.047.600,00	123.591.623,16	21.410.537,87	86.002.016,97	37.589.606,19	18.207.986,33	68.115.641,58	55.475.981,58	67.162.747,80
DESPESAS CORRENTES	92.238.410,00	103.447.113,66	17.221.874,68	75.881.773,84	27.565.339,82	17.267.674,67	63.822.262,01	39.624.851,65	62.869.368,23
Pessoal e Encargos Sociais	47.815.185,00	51.511.603,86	8.815.437,39	34.538.683,36	16.972.920,50	8.869.392,60	34.380.117,13	17.131.486,73	33.608.292,10
Juros e Encargos da Dívida	400.000,00	400.000,00	56.302,93	240.170,57	159.829,43	56.302,93	240.170,57	159.829,43	240.170,57
Outras Despesas Correntes	44.023.225,00	51.535.509,80	8.350.134,36	41.102.919,91	10.432.589,89	8.341.979,14	29.201.974,31	22.333.535,49	29.020.905,56
DESPESAS DE CAPITAL	5.709.190,00	20.044.509,50	4.188.663,19	10.120.243,13	9.924.266,37	940.311,66	4.293.379,57	15.751.129,93	4.293.379,57
Investimentos	5.159.190,00	19.545.609,50	4.147.027,96	10.010.612,76	9.534.996,74	898.676,43	4.183.749,20	15.361.860,30	4.183.749,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	550.000,00	498.900,00	41.635,23	109.630,37	389.269,63	41.635,23	109.630,37	389.269,63	109.630,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	94.400,00	21.937,62	85.732,64	211.667,36	85.732,64
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	98.300.000,00	123.889.023,16	21.455.537,87	86.205.016,97	37.684.006,19	18.229.923,95	68.201.374,22	55.687.648,94	67.248.480,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	98.300.000,00	123.889.023,16	21.455.537,87	86.205.016,97	37.684.006,19	18.229.923,95	68.201.374,22	55.687.648,94	67.248.480,44
SUPERÁVIT (XII)	-	-	-	-	-	-	12.869.846,32	-	13.822.740,10
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	98.300.000,00	123.889.023,16	21.455.537,87	86.205.016,97	-	18.229.923,95	81.071.220,54	-	81.071.220,54
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:30:09.

* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR4171101-745-VEEIIWJUNWZY-7 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No 4º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 4º Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	35.595,00	35.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.595,00
RECEITAS CORRENTES	35.595,00	35.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.595,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	35.595,00	35.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.595,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	35.595,00	35.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.595,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 4º Bimestre (j)
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (f)		No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	94.400,00	21.937,62	85.732,64	211.667,36	85.732,64
DESPESAS CORRENTES	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	94.400,00	21.937,62	85.732,64	211.667,36	85.732,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	94.400,00	21.937,62	85.732,64	211.667,36	85.732,64
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11 DEM. REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLIC. REC. 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301213



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)					Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					(22.937,11)
Recita de Alienação de Bens Móveis	3.465,00	26.402,11			1.575,00
Recita de Alienação de Bens Imóveis	1.575,00	0,00			1.575,00
Recita de Alienação de Bens Intangíveis	1.575,00	0,00			0,00
Recita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00			0,00
	315,00	26.402,11			(26.087,11)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-g)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	720.021,32	491.370,91	442.769,85	442.769,85	0,00	8.684,52	228.650,41
Investimentos	720.021,32	491.370,91	442.769,85	442.769,85	0,00	8.684,52	228.650,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2022 (i)	2023 (j) = (Ib - (IIc + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIII)
VALOR (III)			68.963,17
	494.015,43	(425.052,26)	

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, Emissão: 05/09/2023, às 19:21:06.

NOTA:

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito
CPF: 927.322.919-00

RENATO SCHLICKMANN
Contador - 023545/0-8

12 DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301211

Pág 1 / 5



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
								Até 4º Bimestre	%
								(b)	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)									
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				11.268.000,00		11.268.000,00		8.910.557,05	79,08
Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI				2.551.600,00		2.551.600,00		2.605.375,83	102,11
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				649.000,00		649.000,00		441.114,96	67,97
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF				4.567.400,00		4.567.400,00		3.375.020,01	73,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)									
Cota-Parte FPM				3.500.000,00		3.500.000,00		2.489.046,25	71,12
Cota-Parte ITR				65.685.500,00		65.685.500,00		46.107.968,01	70,20
Cota-Parte IPVA				25.440.000,00		25.440.000,00		16.318.331,35	64,14
Cota-Parte ICMS				10.500,00		10.500,00		743,54	7,08
Cota-Parte IPI-Exportação				2.835.000,00		2.835.000,00		2.905.847,19	102,50
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				37.000.000,00		37.000.000,00		26.650.612,66	72,03
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)				76.953.500,00		76.953.500,00		55.018.525,06	71,50

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA				DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até 4º Bimestre	%	Até 4º Bimestre	%
						(d)	(d/c) x 100	(e)	(e/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)				9.287.760,00		6.913.364,83	74,44	6.048.119,80	65,12
Despesas Correntes				8.961.660,00		6.628.479,07	73,96	6.030.714,94	67,29
Despesas de Capital				326.100,00		284.885,76	87,36	17.404,86	5,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)				5.866.500,00		5.055.446,63	86,17	3.272.284,65	55,78
Despesas Correntes				5.866.500,00		5.055.446,63	86,17	3.272.284,65	55,78
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)				399.000,00		197.273,63	49,44	186.889,99	46,84
Despesas Correntes				399.000,00		197.273,63	49,44	186.889,99	46,84
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)				15.553.260,00		12.166.085,09	78,22	9.507.294,44	61,13

IPM Sisenias Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR4411101-745-GRQOKLJGYHRD-6 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

05/09/2023 19:17:44 -03:00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs			
	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	12.166.085,09	9.507.294,44	9.315.773,36
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	12.166.085,09	9.507.294,44	9.315.773,36
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)			8.252.778,76
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)			8.252.778,76
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	3.913.306,33	1.254.515,68	1.062.994,60
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XXI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,11	17,28	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício atual) (b)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) (l = h - (f ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 3 / 5

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS	Valor aplicado em ASPS no exercício	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	RPNP: Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerando no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2023	8.252.778,76	9.507.294,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	11.471.878,58	16.045.535,17	4.573.656,59	0,00	0,00	0,00	1.391.911,29	(1.605.959,46)	214.048,17	4.359.608,42
Empenhos de 2021	8.990.185,65	11.845.713,65	2.855.528,00	694.159,94	0,00	0,00	662.907,92	0,00	31.252,02	2.824.275,98
Empenhos de 2020	7.015.803,32	8.801.353,93	1.785.550,61	399.960,72	0,00	0,00	389.833,62	0,00	10.127,10	1.775.423,51
Empenhos de 2019 e anteriores	19.855.106,42	23.883.447,97	4.028.341,55	855.670,45	0,00	0,00	781.371,82	22.303,20	51.995,43	3.976.346,12
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	
	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em a compensar (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 4 / 5

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 4º Bimestre	%
		(a)	(b)	(b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.376.295,00	4.376.295,00	3.408.895,30	77,89
Proveniente da União	3.901.485,00	3.901.485,00	3.104.184,59	79,56
Proveniente dos Estados	474.810,00	474.810,00	304.710,71	64,18
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.376.295,00	4.376.295,00	3.408.895,30	77,89

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO						
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 4º Bimestre	%	Até 4º Bimestre	%
		(c)	(d)	(d/c) x 100	(e)	(e/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.366.510,00	5.564.195,50	3.322.026,36	59,70	3.238.399,19	58,20
Despesas Correntes	3.364.095,00	5.227.759,18	3.033.610,33	58,03	2.996.912,32	57,33
Despesas de Capital	2.415,00	336.436,32	288.416,03	85,73	241.486,87	71,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	873.915,00	1.078.882,89	707.240,46	65,55	577.907,03	53,57
Despesas Correntes	873.915,00	1.078.882,89	707.240,46	65,55	577.907,03	53,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	137.025,00	287.025,00	115.770,47	40,33	115.770,47	40,33
Despesas Correntes	137.025,00	287.025,00	115.770,47	40,33	115.770,47	40,33
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.377.450,00	6.930.103,39	4.145.037,29	59,81	3.932.076,69	56,74
					3.828.278,71	55,24



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até 4º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 4º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 4º Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	12.217.670,00	14.831.955,50	10.235.391,19	68,92	9.286.518,99	62,53	9.033.563,67	60,82
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	6.640.415,00	6.945.382,89	5.762.687,09	82,97	3.850.191,68	55,44	3.810.081,55	54,86
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	536.025,00	686.025,00	313.044,10	45,63	302.660,46	44,12	300.406,85	43,79
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.394.110,00	22.483.363,39	16.311.122,38	72,55	13.439.371,13	59,77	13.144.032,07	58,46

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:18:53.

¹ A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.
² O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOTA:

13 DEM. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301205



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2023 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais											
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL											
		Até 5º Bimestre											
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2023)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	103.803.700,77	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00	98.235.530,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 03/11/2023, às 07:26:15.

NOTA:

Identificador: WPR4201101-745-AST-IGNZJOMJUE-9 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

14 DEM. SIMPL. REL. RES. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301196



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2023 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 5º Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			98.300.000,00
Previsão Atualizada			98.300.000,00
Receitas Realizadas			100.398.776,80
Déficit Orçamentário			0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			6.826.986,60
DESPESAS			
Dotação Inicial			98.300.000,00
Créditos Adicionais			29.765.291,70
Dotação Atualizada			128.065.291,70
Despesas Empenhadas			104.188.422,55
Despesas Liquidadas			88.342.848,69
Despesas Pagas			87.432.326,05
Superávit Orçamentário			12.055.928,11
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 5º Bimestre	
Despesas Empenhadas			104.188.422,55
Despesas Liquidadas			88.342.848,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 5º Bimestre	
Receita Corrente Líquida			110.841.283,95
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			110.641.283,95
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			109.538.531,95



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2023 / Bimestre Setembro-Outubro

RECETAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Até 5º Bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00
Recetas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Recetas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Recetas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAIS PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 5º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	167.691,48	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	4.000.000,00	3.416.157,17	85,40



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2023 / Bimestre Setembro-Outubro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 5º Bimestre	Pag. Até 5º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.001.702,41	0,00	2.001.702,41	0,00
Poder Legislativo	2.001.702,41	0,00	2.001.702,41	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	14.179.660,59	2.683.882,29	8.014.524,82	3.481.253,48
Poder Legislativo	14.179.660,59	2.683.882,29	8.014.524,82	3.481.253,48
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.181.363,00	2.683.882,29	10.016.227,23	3.481.253,48

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 5º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.696.146,60		25,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	12.068.396,48		70,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAAT) na Educação Infantil	0,00		50,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAAT) em Despesas de Capital	0,00		15,00

RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receta de Operação de Crédito	258.973,01	(258.448,01)
Despesa de Capital Líquida	13.697.991,63	6.113.066,56

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2023 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 5º Bimestre	Saldo a Realizar
Recetas de Alienação de Ativos		30.294,28	(26.829,28)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		473.199,67	193.594,30

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 5º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	11.969.703,07	15,00	17,55

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende: Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 03/11/2023, às 07:35:15.

NOTA:

2 DEM. EXEC. DESP. POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301227



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a+d)
			No 4º Bimestre	% (b/total b)		No 4º Bimestre	% (d/total d)	
			Até 4º Bimestre			Até 4º Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	98.047.600,00	123.591.623,16	21.410.537,87	99,76	37.589.606,19	18.207.986,33	68.115.641,58	55.475.981,58
LEGISLATIVA	2.079.000,00	2.079.000,00	296.132,87	1,43	844.752,34	294.541,98	1.117.360,73	961.639,27
Ação Legislativa	2.079.000,00	2.079.000,00	296.132,87	1,43	844.752,34	294.541,98	1.117.360,73	961.639,27
ADMINISTRAÇÃO	10.906.830,00	14.411.059,15	2.239.016,67	11,29	4.678.254,48	2.242.273,11	7.311.908,80	7.099.150,35
Administração Geral	4.695.950,00	7.572.021,66	1.263.872,99	6,00	2.401.897,31	1.243.095,52	3.369.302,21	4.202.719,45
Administração Financeira	5.172.865,00	5.500.280,00	885.529,61	4,50	1.618.367,59	881.215,96	3.356.748,01	2.143.531,99
Controle Interno	434.100,00	434.100,00	21.020,43	0,28	192.411,26	22.832,23	235.210,56	198.889,44
Comunicação Social	317.500,00	379.500,00	25.967,60	0,34	82.850,48	58.404,00	246.391,72	133.108,28
Demais Subfunções	286.415,00	525.157,49	42.626,04	0,17	382.727,84	36.725,40	104.256,30	420.901,19
SEGURANÇA PÚBLICA	294.150,00	485.650,00	68.778,63	0,19	323.133,11	52.337,50	105.467,58	380.182,42
Defesa Civil	294.150,00	485.650,00	68.778,63	0,19	323.133,11	52.337,50	105.467,58	380.182,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.356.275,00	5.228.383,10	525.015,60	3,33	2.354.722,44	615.972,05	2.211.676,30	3.016.706,80
Assistência ao Idoso	716.605,00	798.441,97	193.166,72	0,57	305.934,59	103.118,14	314.565,27	483.876,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	339.455,00	826.764,03	300.886,64	0,26	602.200,49	41.551,79	205.966,79	620.797,24
Assistência Social	2.300.215,00	3.603.177,10	300.962,24	2,50	1.446.587,36	471.302,12	1.691.144,24	1.912.032,86
Assistência Comunitária	20.068.600,00	23.157.913,39	3.296.615,41	19,62	6.244.787,01	3.890.970,37	13.888.477,34	9.269.436,05
SAÚDE	12.202.670,00	14.836.955,50	2.635.470,22	11,86	4.616.564,31	2.620.873,48	9.277.285,83	5.559.669,67
Atenção Básica	7.329.965,00	7.634.932,89	600.630,20	7,40	1.255.241,80	1.204.665,41	4.308.531,05	3.326.401,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	536.025,00	686.025,00	60.514,99	0,36	372.980,90	65.431,48	302.660,46	383.364,54
Vigilância Sanitária	24.595.546,00	31.380.975,53	6.463.962,01	26,98	8.121.076,28	5.429.054,29	20.290.983,26	11.089.992,27
EDUCAÇÃO	12.765.181,00	17.491.320,45	3.724.828,66	14,42	5.060.633,91	2.643.536,91	10.079.075,25	7.412.245,20
Ensino Fundamental	385.350,00	418.842,18	97.278,18	0,42	58.711,38	137.849,67	329.248,01	89.594,17
Ensino Médio	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Ensino Superior	8.353.465,00	10.260.083,33	1.972.526,12	9,12	2.399.652,60	1.973.022,43	7.421.927,01	2.838.156,32
Educação Infantil	365.000,00	365.000,00	1.804,43	0,38	34.013,93	3.445,67	330.986,07	34.013,93
Educação Especial	1.617.000,00	1.555.000,00	421.087,67	1,51	250.336,06	435.236,78	1.199.940,73	355.059,27
Administração Geral	1.104.550,00	1.285.729,57	246.436,95	1,13	312.728,40	235.962,83	929.806,19	355.923,38
Demais Subfunções	2.036.810,00	2.069.467,26	273.678,05	1,54	741.447,61	247.067,69	1.240.605,09	828.862,17
CULTURA	2.036.810,00	2.069.467,26	273.678,05	1,54	741.447,61	247.067,69	1.240.605,09	828.862,17
Difusão Cultural	4.531.064,00	7.881.901,29	2.833.709,44	6,15	2.577.244,44	496.888,95	2.206.440,92	5.675.460,37
URBANISMO	1.413.909,00	4.354.746,29	2.500.000,00	3,26	1.546.280,32	1.129,00	308.465,97	4.046.280,32
Infra-Estrutura Urbana	3.117.155,00	3.527.155,00	333.709,44	2,90	1.030.964,12	495.759,95	1.897.974,95	1.629.180,05
Serviços Urbanos	316.310,00	316.310,00	0,00	0,10	228.310,00	0,00	0,00	316.310,00
HABITAÇÃO	125.655,00	125.655,00	0,00	0,00	125.655,00	0,00	0,00	125.655,00
Habituação Rural	190.655,00	190.655,00	0,00	0,10	102.655,00	0,00	0,00	190.655,00
Habituação Urbana	9.838.580,00	9.838.580,00	1.996.627,42	8,69	2.344.755,30	1.452.776,61	5.379.796,24	4.458.783,76
SANEAMENTO	9.838.580,00	9.838.580,00	1.996.627,42	8,69	2.344.755,30	1.452.776,61	5.379.796,24	4.458.783,76
Saneamento Básico Urbano	287.005,00	417.005,00	0,00	0,08	345.453,40	1.452.776,61	47.364,40	369.640,60
GESTÃO AMBIENTAL	287.005,00	417.005,00	0,00	0,08	345.453,40	1.452.776,61	47.364,40	369.640,60
Preservação e Conservação Ambiental	4.593.615,00	4.799.115,00	815.899,25	4,83	632.693,27	719.751,99	3.706.729,18	1.092.385,82
AGRICULTURA	4.593.615,00	4.799.115,00	815.899,25	4,83	632.693,27	719.751,99	3.706.729,18	1.092.385,82
Extensão Rural	255.655,00	815.473,74	22.951,30	0,03	792.522,44	13.661,29	13.661,29	801.812,45
INDÚSTRIA	255.655,00	815.473,74	22.951,30	0,03	792.522,44	13.661,29	13.661,29	801.812,45
Promoção Industrial				0,03	792.522,44	13.661,29	13.661,29	801.812,45

Identificador: WPR8641101-745-JRQFSKIMBARUR-9 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.090.370,00	1.454.172,90	330.132,19	1.059.733,85	1,23	394.439,05	185.237,94	744.756,00	1,09	709.416,90
Turismo	139.060,00	209.060,00	38.707,56	137.375,12	0,16	71.684,88	16.890,58	110.065,75	0,16	98.994,25
Demais Subfunções	951.310,00	1.245.112,90	291.424,63	922.358,73	1,07	322.754,17	168.347,36	634.690,25	0,93	610.422,65
ENERGIA	1.108.400,00	1.108.400,00	232.200,76	561.786,38	0,65	546.613,62	90.876,10	389.903,94	0,57	718.496,06
Energia Elétrica	1.108.400,00	1.108.400,00	232.200,76	561.786,38	0,65	546.613,62	90.876,10	389.903,94	0,57	718.496,06
TRANSPORTE	6.486.160,00	11.616.396,80	979.288,43	7.070.700,06	8,20	4.545.696,74	1.482.542,91	5.366.759,97	7,87	6.249.636,83
Transporte Rodoviário	6.486.160,00	11.616.396,80	979.288,43	7.070.700,06	8,20	4.545.696,74	1.482.542,91	5.366.759,97	7,87	6.249.636,83
DESPORTO E LAZER	1.452.810,00	1.822.810,00	424.497,60	1.375.595,39	1,60	447.214,61	232.440,98	1.072.475,94	1,57	750.334,06
Desporto Comunitário	1.452.810,00	1.822.810,00	424.497,60	1.375.595,39	1,60	447.214,61	232.440,98	1.072.475,94	1,57	750.334,06
ENCARGOS ESPECIAIS	4.650.360,00	4.609.010,00	612.032,24	3.282.519,95	3,81	1.326.490,05	749.833,97	3.021.274,60	4,43	1.587.735,40
Serviço da Dívida Interna	950.000,00	898.900,00	97.938,16	349.800,94	0,41	549.099,06	97.938,16	349.800,94	0,51	549.099,06
Outros Encargos Especiais	2.050.360,00	2.050.610,00	260.459,56	1.874.377,24	2,17	176.232,76	398.261,29	1.613.131,89	2,37	437.478,11
Demais Subfunções	1.650.000,00	1.659.500,00	253.634,52	1.058.341,77	1,23	601.158,23	253.634,52	1.058.341,77	1,55	601.158,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	0,24	94.400,00	21.937,62	85.732,64	0,13	211.667,36
TOTAL (III) = (I + II)	98.300.000,00	123.889.023,16	21.455.537,87	86.205.016,97	1,00	37.684.006,19	18.229.923,95	68.201.374,22	1,00	55.687.648,94

FONTE: Sistema Atende. Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:29:13.

NOTA:



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	%	Até 4º Bimestre			
			No 4º Bimestre	Até 4º Bimestre (b)	Até 4º Bimestre (d)			No 4º Bimestre	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	252.400,00	297.400,00	45.000,00	203.000,00	0,24	94.400,00	21.937,62	85.732,64	0,13	211.667,36	
ADMINISTRAÇÃO	126.900,00	126.900,00	0,00	50.000,00	0,06	76.900,00	403,46	14.371,34	0,02	112.528,66	
Administração Geral	125.000,00	125.000,00	0,00	50.000,00	0,06	75.000,00	403,46	14.371,34	0,02	110.628,66	
Demais Subfunções	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	
SEGURANÇA PÚBLICA	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	795,69	2.511,02	0,00	1.488,98	
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	795,69	2.511,02	0,00	1.488,98	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.000,00	8.000,00	0,00	6.000,00	0,01	2.000,00	497,43	1.876,44	0,00	6.123,56	
Assistência Comunitária	8.000,00	8.000,00	0,00	6.000,00	0,01	2.000,00	497,43	1.876,44	0,00	6.123,56	
SAÚDE	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,02	0,00	2.576,84	9.233,16	0,01	5.766,84	
Atenção Básica	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,02	0,00	2.576,84	9.233,16	0,01	5.766,84	
EDUCAÇÃO	48.000,00	93.000,00	45.000,00	93.000,00	0,11	0,00	14.920,80	46.002,64	0,07	46.997,36	
E ensino Fundamental	18.000,00	46.000,00	28.000,00	46.000,00	0,05	0,00	8.490,61	24.880,81	0,04	21.119,19	
Educação Infantil	30.000,00	47.000,00	17.000,00	47.000,00	0,05	0,00	6.430,19	21.121,83	0,03	25.878,17	
CULTURA	10.000,00	10.000,00	0,00	5.000,00	0,01	5.000,00	66,18	469,43	0,00	9.530,57	
Difusão Cultural	10.000,00	10.000,00	0,00	5.000,00	0,01	5.000,00	66,18	469,43	0,00	9.530,57	
URBANISMO	11.000,00	11.000,00	0,00	8.000,00	0,01	3.000,00	671,08	4.661,16	0,01	6.338,84	
Serviços Urbanos	11.000,00	11.000,00	0,00	8.000,00	0,01	3.000,00	671,08	4.661,16	0,01	6.338,84	
AGRICULTURA	7.500,00	7.500,00	0,00	5.000,00	0,01	2.500,00	1.234,20	3.749,51	0,01	3.750,49	
Extensão Rural	7.500,00	7.500,00	0,00	5.000,00	0,01	2.500,00	1.234,20	3.749,51	0,01	3.750,49	
TRANSPORTE	16.000,00	16.000,00	0,00	12.000,00	0,01	4.000,00	204,68	966,62	0,00	15.033,38	
Transporte Rodoviário	16.000,00	16.000,00	0,00	12.000,00	0,01	4.000,00	204,68	966,62	0,00	15.033,38	
DESPORTO E LAZER	6.000,00	6.000,00	0,00	5.000,00	0,01	1.000,00	567,26	1.891,32	0,00	4.108,68	
Desporto Comunitário	6.000,00	6.000,00	0,00	5.000,00	0,01	1.000,00	567,26	1.891,32	0,00	4.108,68	

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito
CPF: 927.322.919-00

RENATO SCHLICKMANN
Contador - 023545/0-8

3 DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301224



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Órgãos: Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Setembro/2022	Outubro/2022	Novembro/2022	Dezembro/2022	Janeiro/2023	Fevereiro/2023	Março/2023	Abril/2023	Maió/2023	Junho/2023	Julho/2023	Agosto/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.841.402,09	8.618.562,76	9.074.183,28	10.093.935,83	9.314.663,70	10.209.031,94	10.084.836,59	11.492.009,26	10.892.344,27	10.701.880,01	10.366.065,71	10.644.372,50	120.933.328,00	111.372.630,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.045.005,63	906.236,48	908.941,30	1.334.156,48	982.418,97	906.833,39	1.460.625,78	2.539.003,97	1.537.706,12	990.740,06	769.860,57	1.478.837,42	14.600.271,42	13.055.930,00
IPTU	102.902,32	18.530,39	30.786,76	30.695,36	42.151,94	182.782,06	341.547,45	1.659.934,16	173.663,08	66.213,65	73.960,50	65.122,99	2.788.310,66	2.551.600,00
ISS	500.780,62	460.536,61	435.508,73	456.462,06	461.914,84	357.553,14	379.437,89	387.153,88	473.997,71	407.122,06	482.936,86	434.607,17	5.228.308,03	4.567.400,00
ITBI	56.897,62	37.388,12	53.798,97	91.921,88	44.952,38	47.381,42	85.406,41	38.715,88	55.000,90	41.621,37	77.966,17	50.070,43	681.301,55	649.000,00
IRRF	247.802,03	250.104,97	255.479,37	555.519,92	251.289,45	165.772,59	428.385,37	462.903,59	611.099,21	299.438,33	0,00	733.061,30	3.797.952,54	3.500.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	136.623,04	139.656,39	133.087,47	199.557,26	182.110,36	153.349,18	225.848,66	123.526,99	223.985,22	176.344,65	134.996,98	195.975,53	2.364.398,33	1.787.900,00
Contribuições	104.133,24	108.932,19	96.891,66	98.676,41	124.566,41	123.526,99	124.580,51	133.430,24	113.287,28	127.198,92	104.680,04	183.047,60	1.442.951,45	1.339.400,00
Receta Patrimonial	317.505,83	288.682,84	386.544,16	338.612,87	317.499,20	275.703,53	321.926,27	274.968,21	515.368,07	300.291,35	292.600,30	328.736,68	3.962.626,82	804.570,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	317.229,12	288.406,13	386.267,45	325.222,74	317.222,49	260.733,03	321.649,56	274.968,21	330.344,16	289.668,73	291.783,59	319.767,22	3.722.662,90	803.205,00
Outras Receitas Patrimoniais	276,71	276,71	276,71	13.390,13	276,71	14.967,03	276,71	4.720,51	185.023,91	11.222,62	276,71	8.969,46	239.963,92	1.365,00
Receta Agropecuária	1.020,46	154,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,75	1.375,20	1.155,98	1.901,45	5.615,59	6.615,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	583.221,49	615.856,45	596.257,87	523.805,12	671.811,61	673.485,38	857.684,73	732.723,57	822.217,53	674.388,68	619.574,02	699.101,91	8.070.028,36	8.209.980,00
Transferências Correntes	6.770.155,39	6.684.509,17	7.001.095,70	8.355.232,38	7.195.330,03	8.199.789,52	7.282.687,26	7.774.823,49	7.896.204,98	8.583.075,61	8.499.379,48	7.815.518,45	92.059.801,44	87.691.485,00
Con-Parte do IPM	1.782.020,51	1.695.532,22	2.130.975,37	3.311.108,40	1.899.362,34	2.864.334,38	1.752.244,78	2.227.059,12	2.080.056,52	2.080.056,52	2.795.924,18	1.744.270,75	26.286.251,11	26.580.250,00
Con-Parte do ICMS	2.934.438,55	2.929.006,35	2.890.028,50	3.037.889,61	3.252.657,90	3.158.766,56	3.170.244,48	3.455.891,18	3.273.533,36	3.467.608,00	3.390.808,06	3.480.083,12	38.441.675,67	37.000.000,00
Con-Parte do IPVA	314.974,28	344.743,40	323.109,82	81.563,99	242.994,11	303.875,59	415.835,17	331.277,72	372.707,53	412.490,90	410.883,62	415.782,55	3.970.328,68	2.835.000,00
Con-Parte do ITR	3.870,18	5.093,90	346,77	98,85	164,59	40,56	23,22	67,30	0,00	101,42	66,12	280,33	10.053,24	10.500,00
Transferências da LC 61/1989	31.644,23	32.295,63	23.483,82	33.363,64	32.414,81	23.115,67	28.647,55	30.540,35	27.463,67	34.246,46	31.114,02	24.890,74	353.222,59	400.000,00
Transferências do FUNDEB	1.019.206,35	1.030.980,73	1.173.328,33	1.113.836,65	1.173.328,33	1.253.209,80	1.178.611,30	1.263.285,14	1.257.296,73	1.260.165,93	1.203.335,02	1.237.412,49	14.024.016,81	14.000.000,00
Outras Transferências Correntes	684.001,29	646.556,94	599.833,08	777.669,24	594.407,93	596.446,96	737.040,80	691.399,22	738.144,57	1.328.106,38	667.248,46	912.798,47	8.974.253,34	6.865.735,00
Outras Receitas Correntes	20.360,05	14.190,88	84.552,59	43.452,57	29.037,50	29.691,17	37.332,04	37.586,54	79.395,44	24.910,19	79.395,44	137.228,99	532.037,23	264.680,00
DEDUÇÕES (II)	978.474,42	1.002.608,40	1.074.223,79	1.087.290,03	1.086.155,71	1.270.033,43	1.073.402,81	1.164.427,64	1.180.152,51	1.198.900,45	1.116.102,34	1.133.061,25	13.364.832,78	13.137.100,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finance. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	978.474,42	1.002.608,40	1.074.223,79	1.087.290,03	1.086.155,71	1.270.033,43	1.073.402,81	1.164.427,64	1.180.152,51	1.198.900,45	1.116.102,34	1.133.061,25	13.364.832,78	13.137.100,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.862.927,67	7.615.954,36	7.999.959,49	9.006.645,80	8.228.507,99	8.938.998,51	9.011.433,78	10.327.581,62	9.712.191,76	9.502.279,56	9.250.003,43	9.511.311,25	107.568.495,22	98.235.530,00
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDUAMENTO (V) = (III - IV)	7.862.927,67	7.615.954,36	7.999.959,49	9.006.645,80	8.228.507,99	8.938.998,51	9.011.433,78	10.327.581,62	9.712.191,76	9.502.279,56	9.250.003,43	9.511.311,25	107.568.495,22	98.235.530,00
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias (CF, art. 198, § 11, VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	109.368,00	98.952,00	119.784,00	109.368,00	110.880,00	110.880,00	110.880,00	110.880,00	880.992,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - VI)	7.862.927,67	7.615.954,36	7.999.959,49	9.006.645,80	8.119.139,99	8.840.046,51	8.891.649,78	10.218.213,62	9.601.311,76	9.392.099,56	9.139.123,43	9.400.431,25	106.687.503,22	98.235.530,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:27:41.

NOTA:

ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito
CPF: 927.322.919-00

RENATO SCHLICKMANN
Contador - 023545/0-8

Identificador: WPR3851101-745-AFBQOZZMMXFR-9 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 1

4 DEM. REC. DESP. RV. REGIME PROPR. PREV. 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301222

Pág 1 / 5



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Prestação de Contas
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receta de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ²	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 3 / 5

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)			
Receitas Correntes		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)		0,00		0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)	
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS					
SALDO ATUAL					
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00		0,00	
Investimentos e Aplicações		0,00		0,00	
Outro Bens e Direitos		0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 5 / 5

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 4º Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 4º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 4º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 4º Bimestre (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:26:48.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada.

NOTA:

6 DEMONSTR. DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301220

Pág 1 / 4

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais
ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 4º Bimestre/2023	
		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)			74.483.642,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		98.234.375,00	10.666.031,22
IPTU		13.055.900,00	2.605.375,83
ISS		2.551.600,00	3.375.020,01
ITBI		4.567.400,00	441.114,96
IRRF		649.000,00	2.489.046,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.500.000,00	1.755.474,17
Contribuições		1.787.900,00	1.034.317,95
Receta Patrimonial		1.339.400,00	2.631.281,12
Aplicações Financeiras (II)		804.570,00	2.405.537,46
Outras Receitas Patrimoniais		803.205,00	225.743,66
Transferências Correntes		1.365,00	54.027.209,82
Cota-Parte do FPM		74.554.385,00	14.102.948,50
Cota-Parte do ICMS		21.492.250,00	21.320.490,90
Cota-Parte do IPVA		29.600.000,00	2.324.671,37
Cota-Parte do ITR		2.268.000,00	594,89
Transferências da LC 61/1989		8.400,00	185.946,63
Transferências do FUNDEB		320.000,00	9.826.664,74
Outras Transferências Correntes		14.000.000,00	6.265.892,79
Demais Receitas Correntes		6.865.735,00	6.124.802,59
Outras Receitas Financeiras (III)		8.480.120,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]		8.480.120,00	6.124.802,59
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		97.431.170,00	72.078.105,24
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)		0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)		0,00	6.587.575,48
Amortização de Empréstimos (IX)		28.875,00	258.973,01
Alienação de Bens		525,00	1.270,70
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		1.050,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		3.150,00	0,00
Outras Alienações de Bens		0,00	0,00
Transferências de Capital		3.150,00	6.301.866,88
Convênios		0,00	0,00
Outras Transferências de Capital		24.150,00	6.301.866,88
Outras Receitas de Capital		24.150,00	25.464,89
		0,00	



Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	25.464,89
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	27.300,00	6.327.331,77
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + VIII + XIII + XIV)	97.458.470,00	78.405.437,01
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	97.458.470,00	78.405.437,01

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 4º Bimestre/2023				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
				(a)	(b)	(c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	103.744.513,66	76.084.773,84	63.907.994,65	62.955.100,87	1.863.230,02	2.282.537,19
Pessoal e Encargos Sociais	51.511.603,86	34.538.683,36	34.380.117,13	33.608.292,10	698.332,82	108.624,60
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	400.000,00	240.170,57	240.170,57	240.170,57	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	51.832.909,80	41.305.919,91	29.287.706,95	29.106.638,20	1.164.897,20	2.173.912,59
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	51.832.909,80	41.305.919,91	29.287.706,95	29.106.638,20	1.164.897,20	2.173.912,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	103.344.513,66	75.844.603,27	63.667.824,08	62.714.930,30	1.863.230,02	2.282.537,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	20.044.509,50	10.120.243,13	4.293.379,57	4.293.379,57	138.472,39	4.736.818,60
Investimentos	19.545.609,50	10.010.612,76	4.183.749,20	4.183.749,20	138.472,39	4.736.818,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	498.900,00	109.630,37	109.630,37	109.630,37	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	19.545.609,50	10.010.612,76	4.183.749,20	4.183.749,20	138.472,39	4.736.818,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	122.990.123,16	85.855.216,03	67.851.573,28	66.898.679,50	2.001.702,41	7.019.355,79
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	122.990.123,16	85.855.216,03	67.851.573,28	66.898.679,50	2.001.702,41	7.019.355,79
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = Resultado Primário (XXXII) + Resultado Primário (XXXIII)						2.493.123,64

IPM Sistemas Ltda



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 3 / 4

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XXVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	2.493.123,64
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	Até 4º Bimestre/2023
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	VALOR INCORRIDO
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.405.537,46
	259.558,68
	4.639.102,42



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 4 / 4

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		
4.000.000,00		
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Até 4º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.037.965,06	4.596.048,53
DEDUÇÕES (XL)	31.740.669,97	36.542.351,87
Disponibilidade de Caixa ¹	31.740.669,97	36.542.351,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	32.014.768,53	36.989.132,23
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	7.424,33
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	274.098,56	439.356,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(26.702.704,91)	(31.946.303,34)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		5.243.598,43
AJUSTE METODOLÓGICO		
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	Até 4º Bimestre/2023	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	(7.424,33)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	5.236.174,10	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.090.195,32	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:25:41.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:

7 DEM. RESTOS A PAGAR 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301219



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Em Reais	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidades	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2022				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2022					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	k = (f+g)-(h+i)	l = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	1.993.057,39	1.993.057,39	0,00	0,00	513.241,84	13.666.418,75	7.019.355,79	7.011.931,46	2.414.667,88	4.753.061,25	4.753.061,25
Executivo	0,00	1.993.057,39	1.993.057,39	0,00	0,00	513.241,84	13.666.418,75	7.019.355,79	7.011.931,46	2.414.667,88	4.753.061,25	4.753.061,25
CONVÊNIO FUNREBOM	0,00	714,67	714,67	0,00	0,00	0,00	30.061,07	12.099,80	12.099,80	6.376,24	11.585,03	11.585,03
FUNDO MUNIC MEIO AMB. RECONST. BENS LESADOS	0,00	8.460,00	8.460,00	0,00	0,00	0,00	32,40	0,00	0,00	0,00	32,40	32,40
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	414.774,33	414.774,33	0,00	0,00	0,00	335.495,79	168.466,38	168.466,38	28.368,88	138.660,53	138.660,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	554.088,93	554.088,93	0,00	0,00	0,00	1.314.590,33	984.776,90	984.776,90	248.973,23	80.840,20	80.840,20
GABINETE DO PREFEITO	0,00	36.176,07	36.176,07	0,00	0,00	0,00	11.805,40	11.368,74	11.368,74	436,66	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	25.983,80	25.983,80	0,00	0,00	0,00	597.072,41	134.924,94	127.500,61	11.505,04	458.066,76	458.066,76
SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	0,00	66.605,41	66.605,41	0,00	0,00	0,10	295.836,24	146.964,22	146.964,22	37.768,82	111.103,30	111.103,30
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR	0,00	512.386,71	512.386,71	0,00	0,00	340.414,48	1.810.322,31	987.655,27	987.655,27	412.415,65	750.665,87	750.665,87
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	38.168,84	38.168,84	0,00	0,00	0,00	114.752,85	49.878,07	49.878,07	58.076,42	6.798,36	6.798,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	8.044,51	8.044,51	0,00	0,00	0,00	75.862,75	64.944,93	64.944,93	3.037,43	7.880,39	7.880,39
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	77.661,04	77.661,04	0,00	0,00	5.013,88	6.189.253,48	2.908.188,50	2.908.188,50	1.325.471,91	1.960.606,95	1.960.606,95
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	249.993,08	249.993,08	0,00	0,00	167.813,38	2.891.333,72	1.550.088,04	1.550.088,04	282.237,60	1.226.821,46	1.226.821,46
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	8.645,02	8.645,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Executivo	0,00	8.645,02	8.645,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONVÊNIO FUNREBOM	0,00	319,13	319,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	306,90	306,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR	0,00	306,88	306,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	202,67	202,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	543,26	543,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	6.966,18	6.966,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	2.001.702,41	2.001.702,41	0,00	0,00	513.241,84	13.666.418,75	7.019.355,79	7.011.931,46	2.414.667,88	4.753.061,25	4.753.061,25

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:23:00.

NOTA:



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito

CPF: 927.322.919-00

RENATO SCHLICKMANN

Contador - 023545/0-8

Identificador: WPR3881101-745-VTCVDLHGGTSDQ-4 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

8 DEM. MAN. DES. ENSINO 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301217

Pág1 / 8



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Agosto (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	11.268.000,00	8.910.557,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.551.600,00	2.605.375,83
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	649.000,00	441.114,96
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.567.400,00	3.375.020,01
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.500.000,00	2.489.046,25
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	66.825.750,00	47.159.437,05
2.1- Cota-Parte FPM	26.580.250,00	17.366.614,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.440.000,00	16.318.331,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.140.250,00	1.048.283,26
2.2- Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	26.650.612,66
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	232.433,27
2.4- Cota-Parte ITR	10.500,00	743,54
2.5- Cota-Parte IPVA	2.835.000,00	2.905.847,19
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	3.185,78
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	78.093.750,00	56.069.994,10
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))¹	13.137.100,00	9.222.236,14
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	6.386.337,50	4.795.267,77



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 2 / 8

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Agosto (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS		9.888.832,23
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.100.000,00	9.888.832,23
6.1.1- Principal	14.100.000,00	9.826.664,74
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	100.000,00	62.167,49
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	862.900,00	604.428,60

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	(5.724,13)
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	5.724,13
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6-+8)	9.888.832,23



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 3 / 8

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Agosto (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Agosto (e)	DESPESAS PAGAS Até Agosto (f)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	14.100.000,00	10.009.192,95	10.009.192,95	9.792.713,03
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.100.000,00	10.009.192,95	10.009.192,95	9.792.713,03
10.1.1- Educação Infantil	5.942.845,00	4.624.064,95	4.624.064,95	4.527.615,64
10.1.2- Ensino Fundamental	8.157.155,00	5.385.128,00	5.385.128,00	5.265.097,39
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 4 / 8

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até Agosto (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Agosto (e)	DESPESAS PAGAS Até Agosto (f)			
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	10.009.192,95	10.009.192,95	9.792.713,03			
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.009.192,95	10.009.192,95	9.792.713,03			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00			
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAAT	0,00	0,00	0,00			
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAAR	0,00	0,00	0,00			
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.009.192,95	10.009.192,95	9.792.713,03			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00			
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00			

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.922.182,56	10.009.192,95	10.009.192,95	101,22
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	988.883,22	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL ² (x)
19- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.348.419,09	(5.724,13)	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.348.419,09	(5.724,13)	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAAT + VAAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 5 / 8

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)		DESPESAS LIQUIDADAS				DESPESAS PAGAS	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Agosto (d)	Até Agosto (e)		Até Agosto (f)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS		11.576.662,57	9.630.023,26	7.214.153,29		7.145.778,96	
20.1- Educação Infantil		3.643.958,15	2.904.795,23	2.442.572,34		2.425.705,91	
20.2- Ensino Fundamental		6.247.704,42	5.411.608,09	3.562.684,22		3.526.223,58	
20.3- Educação de Jovens e Adultos		0,00	0,00	0,00		0,00	
20.4- Educação Especial		0,00	0,00	0,00		0,00	
20.5- Administração Geral		1.685.000,00	1.313.619,94	1.208.896,73		1.193.849,47	
20.6- Transporte (Escolar)		0,00	0,00	0,00		0,00	
20.7- Outras		0,00	0,00	0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 6 / 8

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB(Por Área de Atuação)§	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até Agosto (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até Agosto (e)	DESPESAS PAGAS Até Agosto (f)	
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	24.121.662,57	18.245.871,21	15.935.160,61	15.667.332,26	
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.586.803,15	7.531.319,18	7.066.937,29	6.953.621,55	
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.534.859,42	10.714.552,03	8.868.223,32	8.713.710,71	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)		7.214.153,29
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)		9.222.236,14
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)		0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19 l(x)		0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS§		0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30. l(aef) + L30.2(aaf))		148.500,11
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)		16.287.889,32

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2.º e 3.º			
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
	14.017.498,53	16.287.889,32	29,05

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE§					
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.606.225,16	483.645,51	938.337,38	148.500,11	519.387,67
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.462.857,45	483.645,51	794.969,67	148.500,11	519.387,67
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	143.367,71	0,00	143.367,71	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 7 / 8

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		(a)	Até Agosto		
			(b)		
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			2.069.100,00		1.779.341,46
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			1.543.050,00		1.361.961,25
31.1.1- Salário-Educação			1.080.000,00		999.715,49
31.1.2- PDIDE			0,00		0,00
31.1.3- PNAE			284.550,00		237.775,24
31.1.4 - PNATE			178.500,00		124.470,52
31.1.5- Outras Transferências do FNDE			0,00		0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			526.050,00		417.380,21
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00		0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00		0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00		0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)º6					
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
		(c)	Até Agosto	Até Agosto	Até Agosto
			(d)	(e)	(f)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		4.470.250,67	2.209.089,72	1.839.050,03	1.839.050,03
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL		586.807,80	376.111,55	376.111,55	376.111,55
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL		3.169.950,69	1.440.004,98	1.069.965,29	1.069.965,29
32.3- ENSINO MÉDIO		348.492,18	61.987,12	61.987,12	61.987,12
32.4- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL		365.000,00	330.986,07	330.986,07	330.986,07
32.8- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO					
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
		(c)	Até Agosto	Até Agosto	Até Agosto
			(d)	(e)	(f)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)		65.107.799,39	10.479.887,35	7.481.484,67	7.455.435,92
33.1- Despesas Correntes		60.893.991,42	7.816.691,48	6.145.510,03	6.119.461,28
33.1.1- Pessoal Ativo		51.218.823,86	0,00	0,00	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		350.000,00	325.000,00	325.000,00	325.000,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes		9.325.167,56	7.491.691,48	5.820.510,03	5.794.461,28
33.2- Despesas de Capital		4.213.807,97	2.663.195,87	1.335.974,64	1.335.974,64
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital		4.213.807,97	2.663.195,87	1.335.974,64	1.335.974,64



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2023

Pág 8 / 8

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	199.863,69	389.802,08
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamento)	9.888.832,23	999.715,49
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamento e restos a pagar)	9.936.080,74	889.025,49
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	152.615,18	500.492,08
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	49.934,90	3.477,91
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	202.550,08	503.969,99

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 04/09/2023, às 14:16:12.

- 1 SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
- 2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional...". Utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- 8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

NOTA:

9 DEM. REC. OPERAÇÕES CREDITO E DESP CAPITAL 5BIM2023 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 5301216



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E

DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2023 / Bimestre Julho-Agosto

Pág 1 / 1

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		Em Reais	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	525,00	258.973,01	(258.448,01)
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	20.044.509,50	10.120.243,13	9.924.266,37
Investimentos	19.545.609,50	10.010.612,76	9.534.996,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	498.900,00	109.630,37	389.269,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	20.044.509,50	10.120.243,13	9.924.266,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	20.043.984,50	9.861.270,12	10.182.714,38

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 05/09/2023, às 19:22:22.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

Ituporanga

PREFEITURA

PROCESSO Nº 5039/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 181/2023/PMI

Publicação Nº 5319232

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 20308DE4A4C57F4C57C24CFCE1F2620180BA35D8

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 5039/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 181/2023/PMI.

CONTRATADA: IMPREGRAF IND COM MAT GRAFICO LTDA CNPJ: 02.754.888/0001-83	79.233.003/0001-25
--	--------------------

VALOR: R\$ 1.807,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE - CONJUNTO DE LETRA CAIXA EM PVC EXPANDIDO 20MM - RECORTE ROUTER EM CHAPA DE PVC 20MM - APLICAÇÃO DE PRIME (PROMOTOR DE ADERÊNCIA) - PINTURA ÍTEGRAL EM POLIURETANO (PU) - APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO - APLICADO ATRAVÉS DE PINO DE ANCORAGEM GABARITO E FITA DUPLAFACE VHB - TENDO COMO FINALIDADE COMPRA DE CONJUNTO DE LETRAS CAIXA EM PVC LETREIRO COM OS DIZERES SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E EVENTOS PARA SER AFIXADA NA FACHADA DA SECRETARIA QUE SERVIRÁ PARA INDEFICAÇÃO DO LOCAL.

CONTRATO: AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 63615/2023

VIGÊNCIA: 24/10/2023 a 23/11/2023.

24 de OUTUBRO de 2023.

GERVÁSIO JOSE MACIEL

PROCESSO Nº 5047/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 183/2023/PMI

Publicação Nº 5319251

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 66E1C293C6752AA823DD0D9F96D13AE5BD1525D7

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 5047/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 183/2023/PMI.

CONTRATADA: ALUMIL ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA ME CNPJ: 06.971.293/0001-30	79.233.003/0001-25
---	--------------------

VALOR: R\$ 4.950,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE 110 METROS DE TUBO GALVANIZADO DE 2 POLEGADAS COM PAREDE DE 2MM PARA FIXAÇÃO DE TELA NOS MUROS DA NOVA SEDE DA GARAGEM DE ONIBUS. AQUISIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATO: AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 63746/2023

VIGÊNCIA: 27/10/2023 a 26/11/2023.

27 de OUTUBRO de 2023.

GERVÁSIO JOSE MACIEL

PROCESSO Nº 5055/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 182/2023/PMI

Publicação Nº 5319243

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1CA62305504451156EC52F9E26646596A8F76740

ENTIDADE PMI

PROCESSO Nº 5055/2023/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 182/2023/PMI.

CONTRATADA: FLAVIO HENRIQUE BORGES CNPJ: 21.892.379/0001-61	79.233.003/0001-25
--	--------------------

VALOR: R\$ 10.000,00

OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA DAR SUPORTE NA 4º ETAPA CATARINENSE DO CIRCUITO DE MOUNTAIN BIKE

DENOMINADO CHALLENGE CHAOYANG DE MOUNTAIN BIKE QUE ACONTECE NO DIA 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. A EMPRESA CONTRATADA FICA RESPONSÁVEL POR DEMARCAR E ORIENTAR A PREPARAÇÃO DO TRAJETO, SINALIZAÇÃO E QUESTÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO EVENTO, MONTAGEM DE ESTRUTURA DO EVENTO, ENTREGA DE KIT E ATENDIMENTO AOS ATLETAS, SONORIZAÇÃO E LOCUÇÃO, EQUIPE DE MONTAGEM, CRIAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS E ARTES PARA DIVULGAÇÃO E CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SITE DE INSCRIÇÕES. CONTRATAÇÃO FEITA PELA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA - SC.

CONTRATO: AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 63619/2023

VIGÊNCIA: 24/10/2023 a 23/11/2023.

24 de OUTUBRO de 2023.

GERVÁSIO JOSE MACIEL

Jaborá**PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º100/2023 - G E D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA**

Publicação N° 5301291

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório N°: 98/2023

Registro de Preço N°: 100/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E ENTRE OUTROS.

Valor: R\$ 65.622,04 (sessenta e cinco mil e seiscentos e vinte e dois reais e quatro centavos).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 04 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: G & D MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 07.174.722/0001-01

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º101/2023 - BIART-BIANCHI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Publicação N° 5301302

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório N°: 98/2023

Registro de Preço N°: 101/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E ENTRE OUTROS.

Valor: R\$493.180,85 (quatrocentos e noventa e três mil e cento e oitenta reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 04 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: BIART-BIANCHI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 82.160.607/0001-01.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º102/2023 - SUL FORTE

Publicação N° 5301320

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 98/2023

Registro de Preço Nº: 102/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E ENTRE OUTROS.

Valor: R\$495.155,12 (quatrocentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e cinco reais e doze centavos).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 04 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: SUL FORTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 51.093.424/0001-89.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º103/2023 - ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA

Publicação Nº 5301328

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 43/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 113/2023

Registro de Preço Nº: 103/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL COM O OBJETIVO DO MELHORAMENTO GENÉTICO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL.

Valor: R\$ 29.940,00 (vinte e nove mil e novecentos e quarenta reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 16 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 00.771.945/0001-07.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º104/2023 - SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPOR. LTDA

Publicação Nº 5301340

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 43/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 113/2023

Registro de Preço Nº: 104/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL COM O OBJETIVO DO MELHORAMENTO GENÉTICO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL.

Valor: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 16 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPOR. LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 00.593.476/0001-83.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º105/2023 - VECTURA CENTRO VETERINÁRIO E ESTÉTICA ANIMAL LTDA

Publicação Nº 5301348

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 15/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 52/2023

Registro de Preço Nº: 105/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CASTRAÇÃO PARA CANINOS E FELINOS (MACHO/FEMÊA) COM OBJETIVO DE CONTROLAR O CRESCIMENTO REPRODUTIVO.

Valor: R\$ 97.100,00 (noventa e sete mil e cem reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 23 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: VETCURA CENTRO VETERINARIO E ESTETICA ANIMAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 47.718.727/0001-72.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º106/2023 - PET SHOP QUERENCIA DOS BICHOS LTDA

Publicação Nº 5301357

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 15/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 52/2023

Registro de Preço Nº: 106/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CASTRAÇÃO PARA CANINOS E FELINOS (MACHO/FEMÊA) COM OBJETIVO DE CONTROLAR O CRESCIMENTO REPRODUTIVO.

Valor: R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 23 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: PET SHOP QUERENCIA DOS BICHOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 12.118.031/0001-20.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º82/2023 - FRANCIS WILFRIED ZIMMER

Publicação Nº 5301201

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 82/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 504.844,00 (quinhentos e quatro mil e oitocentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 27 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.
Contratada: FRANCIS WILFRIED ZIMMER pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 12.434.761/0001-30.

Jaborá (SC), em 28 de agosto de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º83/2023 - CP MAGARINOS MECÂNICA EIRELI

Publicação Nº 5301204

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 83/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 27 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: CP MAGARINOS MECÂNICA EIRELI pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 08.582.779/0001-02.

Jaborá (SC), em 29 de agosto de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º84/2023 - ELETROMECAÂNICA JZ

Publicação Nº 5301208

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 84/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 412.100,00 (quatrocentos e doze mil e cem reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 28 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: JOAO AFONSO ZIMMERMANN CAMPAGNOLO pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 43.384.648/0001-11.

Jaborá (SC), em 29 de agosto de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º85/2023 - MECANICA MARCIAL LTDA

Publicação Nº 5301212

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 85/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 402.570,00 (quatrocentos e dois mil e quinhentos e setenta reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 28 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: MECANICA MARCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 74.196.056/0001-08.

Jaborá (SC), em 29 de agosto de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º86/2023 - RONALDO ANTONIO MONTEIRO - ME

Publicação Nº 5301218

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 86/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 52.950,00 (cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 28 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: RONALDO ANTONIO MONTEIRO - ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 20.057.719/0001-76.

Jaborá (SC), em 29 de agosto de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º87/2023 - WILLIAN ALAN MARSARO

Publicação Nº 5301221

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 96/2023

Registro de Preço Nº: 87/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA OS VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, VANS/CAMIONETAS, PESADOS, MÁQUINAS E MOTOCICLETAS.

Valor: R\$: 150.800,00 (cento e cinquenta mil e oitocentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 28 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: WILLIAM ALAN MARSARO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 32.986.967/0001-80.

Jaborá (SC), em 29 de agosto de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º88/2023 - CONCÓRDIA COMÉRCIO DE PEDRAS

Publicação Nº 5301226

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 97/2023

Registro de Preço Nº: 88/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE, BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO, PEDRA PARALELEPÍPEDO E AREIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO E OBRAS PÚBLICAS.

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 29 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: CONCÓRDIA COMÉRCIO DE PEDRAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 34.672.416/0001-78

Jaborá (SC), em 03 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º89/2023 - BRITAX BRITAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicação Nº 5301233

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 97/2023

Registro de Preço Nº: 89/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE, BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO, PEDRA PARALELEPÍPEDO E AREIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO E OBRAS PÚBLICAS.

Valor: 644.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 29 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 21.157.133/0001-46

Jaborá (SC), em 03 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º90/2023 - EVEREST MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Publicação Nº 5301237

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 97/2023

Registro de Preço Nº: 90/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE, BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO, PEDRA PARALELEPÍPEDO E AREIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO E OBRAS PÚBLICAS.

Valor: R\$ 212.990,00 (duzentos e doze mil e novecentos e noventa reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 29 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: EVEREST MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 41.256.511/0001-56.

Jaborá (SC), em 03 de outubro de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º91/2023 - MASCARELLO E CIA LTDA

Publicação N° 5301239

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório N°: 97/2023

Registro de Preço N°: 91/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE, BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO, PEDRA PARALELEPÍPEDO E AREIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO E OBRAS PÚBLICAS.

Valor: R\$ 735.900,00 (setecentos e trinta e cinco mil e novecentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 29 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: MASCARELLO E CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 84.584.929/0001-03

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º92/2023 - SINALINDS TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Publicação N° 5301244

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 29/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório N°: 83/2023

Registro de Preço N°: 92/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS MUNICIPAIS E, FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Valor: R\$ 394.573,85 (trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 31 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: SINALINDS TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 25.203.392/0001-17.

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.
CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º93/2023 - PALUDO SINALIZAÇÕES LTDA

Publicação N° 5301246

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 29/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório N°: 83/2023

Registro de Preço Nº: 93/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, FORNECIMENTO DE ELEMENTOS DE SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS MUNICIPAIS E, FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Valor: R\$ 193.500,40 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais e quarenta centavos).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 31 de agosto de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: PALUDO SINALIZACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 24.390.846/0001-43

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º94/2023 - SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Publicação Nº 5301249

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 42/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 107/2023

Registro de Preço Nº: 94/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC.

Valor: RR\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 13 de setembro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 06.955.642/0001-20.

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º95/2023 - DARCI ANTONIO CHIOCHETTA

Publicação Nº 5301252

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 33/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 94/2023

Registro de Preço Nº: 95/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FLORES, ARVORES NATIVAS, GRAMA, PEDRAS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO, ORNAMENTAÇÃO E EMBELEZAMENTO DE CANTEIROS, PRAÇAS, RÓTULAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ

Valor: R\$ 10.102,00 (dez mil e cento e dois reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 13 de setembro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: DARCI ANTONIO CHIOCHETTA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 50.958.745/0001-36

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º96/2023 - ARAUJO FLORICULTURA E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

Publicação Nº 5301264

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 33/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 94/2023

Registro de Preço Nº: 96/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FLORES, ARVORES NATIVAS, GRAMA, PEDRAS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO, ORNAMENTAÇÃO E EMBELEZAMENTO DE CANTEIROS, PRAÇAS, RÓTULAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ

Valor: R\$ 177.513,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos e treze reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 13 de setembro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: ARAUJO FLORICULTURA E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 05.466.145/0001-04.

Jaborá (SC), em 20 de outubro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º97/2023 - DISBRAPLAC LTDA

Publicação Nº 5301268

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 22/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 72/2023

Registro de Preço Nº: 97/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PERGOLADOS, BANCOS, MESAS E LIXEIRAS EM MADEIRA PLÁSTICA, PARA INSTALAÇÃO NOS LOCAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE JABORÁ.

Valor: R\$ 301.700,00 (trezentos e um mil e setecentos reais)

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 01 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: DISBRAPLAC LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 05.168.674/0001-13.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º98/2023 - ECOMOB INDUSTRIA DE MÓVEIS ECOLÓGICOS LTDA

Publicação Nº 5301274

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 22/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 72/2023

Registro de Preço Nº: 98/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PERGOLADOS, BANCOS, MESAS E LIXEIRAS EM MADEIRA PLÁSTICA, PARA INSTALAÇÃO NOS LOCAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE JABORÁ.

Valor: R\$ 722.100,00 (setecentos e vinte e dois mil e cem reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 01 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: ECOMOB INDUSTRIA DE MOVEIS ECOLOGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 32.399.549/0001-97.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º99/2023 - DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Publicação Nº 5301278

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2023

Fundamento Legal: Lei 10.520/21 e Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo Licitatório Nº: 98/2023

Registro de Preço Nº: 99/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E ENTRE OUTROS.

Valor: R\$ 1.794 (mil e setecentos e noventa e quatro reais).

Vigência: A presente Ata terá vigência até o dia 04 de outubro de 2024.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.463/0001-88.

Contratada: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 37.227.550/0001-58.

Jaborá (SC), em 03 de novembro de 2023.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 245/2023

Publicação Nº 5301768

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Código registro TCE: D2888B6E510BA18CFD07257F207E58EDEFBB7AE5

Diante da solicitação e exposições da Comissão Especial de Licitações, declaro como Inexigível a Licitação nº 245/2023, com fundamento no Art. 25, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, AUTORIZANDO E HOMOLOGANDO a Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da 33ª Sch-tzenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2023, a realizar-se de 9 a 19 de novembro de 2023, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC, com a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA BANDEIRANTES

Autorizo empenhar a despesa conforme o processo acima e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Jaraguá do Sul (SC), 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 245/2023

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações

Código registro TCE: D2888B6E510BA18CFD07257F207E58EDEFBB7AE5

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA BANDEIRANTES - CNPJ nº 84.094.440/0001-45

OBJETO: Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da 33ª Sch-tzenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2023, a realizar-se de 9 a 19 de novembro de 2023, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) pela prestação de serviço.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no Edital de Credenciamento Nº177/2023, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 33ª Sch-tzenfest - Edição 2023, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes do edital.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 33ª Sch-tzenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2023, bem como as atividades executadas no período de 09 a 19 de novembro de 2023 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul/SC. A vigência será igual ao prazo descrito acima, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2023, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Sch-tzenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	502	1.501.0000.0536 Recursos Arrecadados Sch-tzenfest
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Sch-tzenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	502	2.501.0000.0536 Recursos Arrecadados Sch-tzenfest

Jaraguá do Sul (SC), 03 de novembro de 2023.

José Jair Franzner

Prefeito Municipal

Ismael Niels

Presidente da Comissão

Presidente da Comissão Especial de Licitações

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 253/2023

Publicação Nº 5301770

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Código registro TCE: 2B8AD6D0C864A9772E6518325488F3007DD22F75

Diante da solicitação e exposições da Comissão Especial de Licitações, declaro como inexigível a Licitação nº 253/2023, com fundamento no Inciso III, Art. 25, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, AUTORIZANDO E HOMOLOGANDO a contratação de apresentações artísticas de Grupos Folclóricos para a 33ª Sch-tzenfest - Edição 2023, por intermédio do seu representante exclusivo LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL. As apresentações dos Grupos Folclóricos ocorrerão no período de 09 a 19 de novembro de 2023, durante a 33ªSch-tzenfest, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão B, localizado na Rua 7 - Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC

Valor total da contratação é de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)

Recomendando a observância das demais providências pertinentes.

Publique-se.

Jaraguá do Sul (SC), 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 253/2023

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993.

Código registro TCE: 2B8AD6D0C864A9772E6518325488F3007DD22F75

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL – CNPJ nº 00.284.651/0001-50

DO OBJETO: Contratação de apresentações artísticas de Grupos Folclóricos para a 33ª Sch-tzenfest - Edição 2023, por intermédio do seu representante exclusivo LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL. As apresentações dos Grupos Folclóricos ocorrerão no período de 09 a 19 de novembro de 2023, durante a 33ªSch-tzenfest, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão B, localizado na Rua 7 - Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) pela apresentação.

DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações folclóricas e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2023, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador - Sch-tzenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	502	1.501.0000.0536 - Recursos Arrecadados Sch-tzenfest
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador - Sch-tzenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	502	2.501.0000.0536 - SF Recursos Arrecadados Sch-tzenfest

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período de 09 a 19 de novembro de 2023.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 03 de novembro de 2023.

ISMAEL NIELS

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto Municipal nº 17.298/2023 de 12/07/2023

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito Municipal

AVISO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 256/2023

Publicação Nº 5301759

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Aviso de Contratação Por Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 256/2023

Contratada: FERNANDO OECHSLER 05010401967

Valor: O valor a ser pago será o total de R\$ 45.550,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais).

Objeto: Contratação direta, por dispensa de licitação, Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de decorador para DECORAÇÃO para a 33ª Schutzenfest 2023.

Jaraguá do Sul (SC), 02 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

DECRETO Nº 17.651/2023

Publicação Nº 5301498

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****D E C R E T O N º 17.651/2023**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 473/2023/Semad-DGP, de 23/10/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

D E C R E T A :

Art.1º Ficam designados, a partir de 25/10/2023, os servidores públicos municipais a seguir relacionados para comporem a **COMISSÃO ESPECIAL** que procederá o Processo Seletivo da Administração (SEMAD):

I - **ROSANA REGINA KLUGE BORTOLOTTI**, matrícula 10767, Agente Administrativo (Semad) - **Presidente**;

II - **REGINA JOHN**, matrícula 8127, Agente Administrativo (Semad);

III - **GRACE EMÍLIA ANDREATTA**, matrícula 10802, Agente Administrativo (Semad);

IV - **IVAN ANDREIAS WOLTER**, matrícula 8920, Engenheiro (Semop);

V - **FABIELI PILATTI MENDES**, matrícula 10791, Engenheira (Semplu).

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/10/2023.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.652/2023

Publicação Nº 5301501

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****D E C R E T O Nº 17.652/2023**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

D E C R E T A :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais **SILVANA REGINA LOURO LACERDA**, matrícula 115468, **FABRICIO PATRICK TOZETTO**, matrícula 82308, e **SIDNEI CORREA DE ALMEIDA**, matrícula 7263, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura, em razão da **TOMADA DE PREÇOS Nº 262/2023**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução da reforma da arquibancada, incluindo cobertura em estrutura metálica com telhamento em telha sanduíche, na Pista de Atletismo, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.653/2023

Publicação Nº 5301503

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****DECRETO Nº 17.653/2023**

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 262/2023, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução da reforma da arquibancada, incluindo cobertura em estrutura metálica com telhamento em telha sanduíche, na Pista de Atletismo, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA:

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal **SILVANA REGINA LOURO LACERDA**, matrícula 115468, Engenheira, para **FISCALIZAÇÃO**, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 262/2023 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal **GILBERTO GESSER**, matrícula 82309, Gerente de Espaços Esportivos, Eventos Escolares, Atividades Comunitárias e Lazer, para **GERIR**, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 262/2023 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.654/2023

Publicação Nº 5301505

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****DECRETO Nº 17.654/2023**

Declara de Utilidade Pública Área
de CLÉRIO HONORATO TISSI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 042/2023/Semplu-GDU, de 27/10/2023, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação do prolongamento da Rua 250 - Carlos Hardt, no bairro Nereu Ramos;

D E C R E T A :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.880,35m², parte do imóvel contendo a área total de 7.692,00m², com os demais dados identificativos na MI Nº 4.854, do CRI desta Comarca, cadastrada no Município de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 13.513, situada na Rodovia BR 280 - Senador Luiz Henrique da Silveira, esquina com a Rua 708 - Calixto Domingos Borges, bairro Nereu Ramos, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de CLÉRIO HONORATO TISSI.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação do prolongamento da Rua 250 - Carlos Hardt, no bairro Nereu Ramos.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.655/2023

Publicação Nº 5301508

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****DECRETO Nº 17.655/2023**

Declara de Utilidade Pública Área
de ROSÁ ADMINISTRADORA DE
BENS PRÓPRIOS LTDA..

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 043/2023/Semplu-GDU, de 27/10/2023, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação da ligação da Rua 761 - José Rosá com a Rua 1.643 - Sem Nome, no bairro Barra do Rio Cerro;

DECRETA:

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 2.381,38m², parte do imóvel contendo a área total de 63.758,25m², com os demais dados identificativos na MI Nº 66.548, do CRI desta Comarca, cadastrada no Município de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 3.976, situada nas Ruas 761 - José Rosá e 1.643 - Sem Nome, bairro Barra do Rio Cerro, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de ROSÁ ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA..

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação da ligação da Rua 761 - José Rosá com a Rua 1.643 - Sem Nome, no bairro Barra do Rio Cerro.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.656/2023

Publicação Nº 5301509

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****DECRETO Nº 17.656/2023****Declara de Utilidade Pública Área
de ELBERTO WAGENKNECHT.**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 044/2023/Semplu-GDU, de 27/10/2023, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação da ligação da Rua 560 - Oscar Schneider com a Rua 1.643 - Sem Nome, no bairro Barra do Rio Cerro;

D E C R E T A :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 612,64m², proveniente da MI Nº 99.058, do CRI desta Comarca, cadastrada no Município de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 36.178, situada na Rua 560 - Oscar Schneider e no final da Rua 1.643 - Sem Nome, bairro Barra do Rio Cerro, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de ELBERTO WAGENKNECHT.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação da ligação da Rua 560 - Oscar Schneider com a Rua 1.643 - Sem Nome, no bairro Barra do Rio Cerro.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.657/2023

Publicação Nº 5301511

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****D E C R E T O N º 17.657/2023**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 175/2016, de 28/09/2016, 184/2016, de 20/12/2016, 190/2017, de 22/03/2017, 237/2019, de 26/09/2019, 245/2019, de 06/12/2019, e 320/2023, de 13/10/2023, e de acordo com a Lei Complementar Municipal Nº 002/1993, de 20/12/1993, e alterações; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1037/2023/Semed/GABSECR, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

D E C R E T A :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais **BARBARA SCHAPPO ENGELHARDT**, matrícula 7286; **CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI**, matrícula 80161; **LYZ ELAINE DE OLIVEIRA**, matrícula 9232; e **TALLIS TAIS PERKOWSKI MULLER**, matrícula 9366, para, sob a presidência da primeira, comporem a **COMISSÃO ESPECIAL** que procederá o Processo Seletivo Simplificado para a admissão de servidores em caráter temporário, para atender necessidades essenciais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.185/2019, de 18/09/2019.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.659/2023

Publicação Nº 5301723

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****D E C R E T O Nº 17.659/2023**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

D E C R E T A :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais **FABIELI PILATTI MENDES**, matrícula 10791, **BRUNA FRANCIELE RISTAU KROMP**, matrícula 11286, e **ARGEU ALISSON STECKLING**, matrícula 115627, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura, em razão da **TOMADA DE PREÇOS Nº 234/2023**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para promover a execução de todos os serviços inerentes à construção da Praça Húngara Magyar Tér, compreendendo 2.500,00m² de intervenção paisagística e 62,69m² de construção em alvenaria, localizada na Rod. JGS 466 - Santo Estevão, esquina com Rod. JGS 538 - Reinvaldo Karstens, na localidade Santo Estevão, em Jaraguá do Sul/SC.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

DECRETO Nº 17.660/2023

Publicação Nº 5301727

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL****DECRETO Nº 17.660/2023**

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 234/2023, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para promover a execução de todos os serviços inerentes à construção da Praça Húngara Magyar Tér, compreendendo 2.500,00m² de intervenção paisagística e 62,69m² de construção em alvenaria, localizada na Rod. JGS 466 - Santo Estevão, esquina com Rod. JGS 538 - Reinvaldo Karstens, na localidade Santo Estevão, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA:

Art.1º Fica designado o servidor público municipal **DALTON UHLENDORF**, matrícula 9561, Engenheiro, para **FISCALIZAÇÃO**, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 234/2023 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal **CARLOS JOELCY ENGEL**, matrícula 82262, Chefe de Mobilidade, para **GERIR**, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 234/2023 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 7/2023/SECEL – EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – INCISO II SALAS DE CINEMA - COMUNICADO Nº 1 – RETIFICAÇÃO DE CRONOGRAMA

Publicação Nº 5319155



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

**COMUNICADO Nº 1 – RETIFICAÇÃO DE CRONOGRAMA**

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 7/2023/SECEL – EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – INCISO II SALAS DE CINEMA

ANEXO IV – SALAS DE CINEMA

A Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso das atribuições que são conferidas pela Portaria nº 11/2021, de 7 de janeiro de 2021, e, em conformidade com o Decreto Municipal nº 12.302/2018, de 6 de setembro de 2018, **INFORMA:**

- Retifica-se o cronograma do referido Edital conforme o quadro abaixo:

ANEXO VIII
CRONOGRAMA RETIFICADO EM 3/11/2023:

CRONOGRAMA *	
ETAPA	DATAS
Inscrições	4 a 23 de outubro
Divulgação avaliação trajetória cultural	30 de outubro
Interposição de Recurso	31 de outubro, 1º e 3 de novembro
Análise dos Recursos Interpostos	6 a 14 de novembro
Divulgação/Homologação da Classificação Final	16 de novembro
Recebimento do prêmio	A divulgar

*sujeito a alterações

Jaraguá do Sul, 3 de novembro de 2023.

Natália Lúcia Petry

ISSEM - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 5301516



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

**3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 177/2020, para a prestação de serviços de psicologia, que mantém entre si, a credenciada **CARE ESPECIALIDADES TERAPÊUTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 36.946.087/0001-31 e o **ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 19/10/2023, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 04/2023.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2023:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.001.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordadas, as partes assinam o presente aditivo eletronicamente, para um só efeito legal, considerando-se como data da assinatura do aditivo, a data da última assinatura digital.

(assinado eletronicamente)

Márcio Erdmann
Presidente
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

Anelise Buzzi
Sócia Administradora
CONTRATADA

(assinado eletronicamente)

Nivea de Oliveira Andriotti
Superintendente de Assistência e de Saúde
TESTEMUNHA

(assinado eletronicamente)

Jean Paulo Trunkle
Médico Auditor do ISSEM
TESTEMUNHA

(assinado eletronicamente)

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

Visto:

(assinado eletronicamente)

Andressa Heloisa Ignácio
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

Rua Max Wilhelm, nº 255
Vila Baependi – Jaraguá do Sul – SC – 89256-000
(47) 3270-3900 – www.issem.com.br

ISSEM - 3º ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2021 TOMADA DE PREÇO N.º 07/2021

Publicação Nº 5301518

**3º ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2021
TOMADA DE PREÇO N.º 07/2021**

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 43/2021, que tem como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica atuarial para o Fundo Municipal de Assistência e de Saúde (FMASA), do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), que mantém entre si, a empresa LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA (18.934.959/0001-60) e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (00.091.238/0001-70), ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/10/2023.

2) Reajustar o valor mensal do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em conformidade com o subitem 4.5, para R\$ 3.064,00 (três mil e sessenta e quatro reais) mensais, totalizando a importância de R\$ 36.768,00 (trinta e seis mil setecentos e sessenta e oito reais) apara o período de 12 (doze) meses.

3) As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

“21 – 36.002.08.122.0300.4352 - Manutenção das Atividades Administrativas – FMASA”

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordadas, as partes assinam o presente aditivo eletronicamente, para um só efeito legal, considerando-se como data da assinatura do aditivo, a data da última assinatura digital.

(assinado eletronicamente) Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		(assinado eletronicamente) Guilherme Thadeu Lorenzi Walter Sócio-Administrador CONTRATADA
(assinado eletronicamente) Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e de Saúde GESTORA DO CONTRATO		(assinado eletronicamente) Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

PORTARIA Nº 1963/2023

Publicação Nº 5301485

PORTARIANº 1963/2023

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ANDREIA CAVALHEIRO GONÇALVES LOPES, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 441;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 479/2023/Semad-DGP, de 30/10/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, em virtude da aposentadoria voluntária (Magistério) da servidora pública municipal ANDREIA CAVALHEIRO GONÇALVES LOPES, concedida através da Portaria Nº 145/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 16/10/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/10/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1964/2023

Publicação Nº 5301487

PORTARIANº 1964/2023

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO a aposentadoria especial (Agentes Nocivos) da servidora pública municipal ROSALINA BILIBIO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 421;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 479/2023/Semad-DGP, de 30/10/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, em virtude da aposentadoria especial (Agentes Nocivos) da servidora pública municipal ROSALINA BILIBIO, concedida através da Portaria Nº 143/2023, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 16/10/2023.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/10/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1965/2023

Publicação Nº 5301488

PORTARIANº 1965/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1038/2023/Semed/GABSECR, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2023, ANDREIA JAQUELINE RENTA da função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ERICH BLOSFELD", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 922/2023, de 05/06/2023.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1966/2023

Publicação Nº 5301489

PORTARIANº 1966/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 300/2023, de 31/01/2023, 305/2023, de 05/04/2023, 309/2023, de 09/05/2023, 317/2023, de 04/09/2023, e 319/2023, de 04/10/2023; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1038/2023/Semed/GABSECR, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/11/2023, SUSANA VARGAS COELHO STRINGARI, matrícula 8151, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ERICH BLOSFELD" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1967/2023

Publicação Nº 5301490

PORTARIANº 1967/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1038/2023/Semed/GABSECR, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2023, DIVA DEMATHE WISZNIEWSKI da função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PADRE ALBERTO JACOBS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 19, da Portaria Nº 112/2023, de 31/01/2023.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1968/2023

Publicação Nº 5301492

PORTARIANº 1968/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 300/2023, de 31/01/2023, 305/2023, de 05/04/2023, 309/2023, de 09/05/2023, 317/2023, de 04/09/2023, e 319/2023, de 04/10/2023; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1038/2023/Semed/GABSECR, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/11/2023, SIDINEIA VIEIRA BRANCO GUSSO, matrícula 10405, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PADRE ALBERTO JACOBS" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1969/2023

Publicação Nº 5301493

PORTARIANº 1969/2023

Substitui Representante do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 144/2023/CMDCA/JS, de 31/10/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR LUANA KAROLINA PATERNO PIAZERA, Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para compor o COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, constituído pela Portaria Nº 682/2022, de 1º/09/2022, e alterações, em substituição à Joana Lenzi.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 682/2022, de 1º/09/2022, no que se refere a designação de Joana Lenzi.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1970/2023

Publicação Nº 5301494

PORTARIANº 1970/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 468/2023/Semash, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/11/2023, a Portaria Nº 056/2023, de 18/01/2023, que dispõe sobre a designação da servidora pública municipal SIMONE CAMPOS NASCIMENTO, matrícula 9482, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA de Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1971/2023

Publicação Nº 5301496

PORTARIANº 1971/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 4.864/2007, de 20/12/2007, alterada pela Lei Municipal Nº 8.142/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 468/2023/Semash, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2023, a servidora pública municipal RAQUEL PEDROTTI FIAMONCINI, matrícula 10203, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA do seguinte Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Art.2º A servidora designada pelo presente ato administrativo perceberá a gratificação na forma da Lei Municipal Nº 4.864/2007, de 20/12/2007, alterada pela Lei Municipal Nº 8.142/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.
JOSE JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 1972/2023

Publicação Nº 5301733

PORTARIANº 1972/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 300/2023, de 31/01/2023, 305/2023, de 05/04/2023, 309/2023, de 09/05/2023, 317/2023, de 04/09/2023, e 319/2023, de 04/10/2023; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 978/2023/Semsa, de 25/10/2023, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2023, FELIPE DAMO, matrícula 11392, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria

Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1973/2023

Publicação Nº 5301735

PORTARIANº 1973/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 300/2023, de 31/01/2023, 305/2023, de 05/04/2023, 309/2023, de 09/05/2023, 317/2023, de 04/09/2023, e 319/2023, de 04/10/2023; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 990/2023/Semsa, de 30/10/2023, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 29/11/2023 a 08/12/2023, MARLI DE PAULA ORTIZ, matrícula 7255, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, da Gerência Administrativa, da Diretoria Administrativa, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município, em razão de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/11/2023, revogada a Portaria Nº 1880/2023, de 16/10/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1974/2023

Publicação Nº 5301739

PORTARIANº 1974/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO que a candidata aprovada por Concurso Público, nomeada através da Portaria Nº 1913/2023, de 18/10/2023, e regularmente convocada, desistiu do cargo e não tomou posse sem o que não há provimento para o cargo;

RESOLVE :

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 1913/2023, de 18/10/2023, que dispõe sobre a nomeação de MARILENE GONZAGA para o cargo público de Controladora Interna, declarando a vacância do mesmo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1975/2023

Publicação Nº 5301740

PORTARIANº 1975/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, 29/08/2023, e 318/2023, de 11/09/2023;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/11/2023, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para CRISTINA MACHADO, nomeada pela Portaria Nº 1845/2023, de 06/10/2023, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1976/2023

Publicação Nº 5301742

PORTARIANº 1976/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, 29/08/2023, e 318/2023, de 11/09/2023;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/11/2023, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para THIAGO FELIPE FLORIANO DA SILVA, nomeado pela Portaria Nº 1842/2023, de 06/10/2023, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1977/2023

Publicação Nº 5301743

PORTARIANº 1977/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019,

de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, 29/08/2023, e 318/2023, de 11/09/2023;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 02/11/2023, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para GILSON BARUFFI, nomeado pela Portaria Nº 1847/2023, de 06/10/2023, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1978/2023

Publicação Nº 5301744

PORTARIANº 1978/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, 174/2016, de 31/08/2016, 215/2018, de 22/06/2018, 243/2019, de 04/12/2019, 244/2019, de 04/12/2019, 249/2019, de 20/12/2019, 250/2019, de 20/12/2019, 257/2020, de 08/07/2020, 291/2022, de 05/05/2022, 298/2022, de 11/10/2022, 301/2023, de 31/01/2023, 306/2023, de 04/05/2023, 307/2023, de 04/05/2023, 311/2023, de 06/06/2023, 312/2023, de 20/06/2023, 316/2023, 29/08/2023, e 318/2023, de 11/09/2023;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/11/2023, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para JÚLIA VERBINEN, nomeada pela Portaria Nº 1898/2023, de 18/10/2023, tomar posse no respectivo cargo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1979/2023

Publicação Nº 5301746

PORTARIANº 1979/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 481/2023/Semad/DGP, de 30/10/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal SIMONE MAAS DIAS, matrícula 10723, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, a partir de 08 de dezembro de 2023, encerrando-se em 07 de dezembro de 2025.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/12/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1980/2023

Publicação Nº 5301748

PORTARIANº 1980/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 482/2023/Semad/DGP, de 31/10/2023, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, do servidor público municipal RODRIGO JOSÉ BRANCO DE MORAES, matrícula 8787, lotado na Secretaria Municipal da Administração, a partir de 1º de novembro de 2023, encerrando-se em 31 de outubro de 2025.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 1981/2023

Publicação Nº 5301750

PORTARIANº 1981/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 294/2022, de 14 de julho de 2022,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/11/2023, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal GILMARA ANACLETO, matrícula 8148, ocupante do cargo efetivo de RECEPCIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

JOSE JAIR FRANZNER

Prefeito

PORTARIA Nº 205/2023/SEMTIP

Publicação Nº 5301521

PORTARIANº 205/2023/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO a solicitação de substituição de membro da Comissão através do ofício nº 125/2023 de 1º/11/2023;

CONSIDERANDO o art. 5º do Decreto 12.302/2018 de 06/09/2018;

RESOLVE:

Art.1º SUBSTITUIR a ex-servidora pública municipal ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula nº 82133, ocupante do cargo de Assessora, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, pela servidora pública municipal JUCELI CRISTINA LAUBE ALVES, matrícula 11256, ocupante do cargo de Contadora, lotada na Secretaria da Transparência e Integridade Pública, na composição da PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2023.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 115/2023

PORTARIA Nº 206/2023/SEMTIP

Publicação Nº 5301522

PORTARIANº 206/2023/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 38/2023/4CPAD, de 09/05/2023, da 4ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 31/10/2023, por mais 90 (noventa) dias úteis, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 028/2022, instaurado pela Portaria Nº 475/2022 de 20/07/2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 115/2023

PORTARIA Nº 207/2023/SEMTIP

Publicação Nº 5301523

PORTARIANº 207/2023/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 077/2023/3ª CPPAD, de 31/10/2023, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/10/2023, por mais 90 (noventa) dias úteis, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 031/2022, instaurado pela Portaria Nº 513/2022, de 28/07/22.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/10/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 115/2023

PORTARIA Nº 208/2023/SEMTIP

Publicação Nº 5301524

PORTARIANº 208/2023/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 078/2023/3ªCPPAD de 1º/11/2023, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar; CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/11/2023, por mais 90 (noventa) dias úteis, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 038/2020, instaurado pela Portaria 1072/2020 de 22/12/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de novembro de 2023.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 115/2023

PORTARIA SAMAE Nº 1.256/2023

Publicação Nº 5301687

PORTARIA SAMAE Nº 1.256/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 122/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 765/2023, de 3 de julho de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 122/2023, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 765/2023, de 3 de julho de 2023;
CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 1.029/2023, de 29 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO o Memorando nº 1.366/2023, de 23 de outubro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 1º de novembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 765/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAE nº 1.029/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.257/2023

Publicação Nº 5301689

PORTARIA SAMAE Nº 1.257/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 123/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 766/2023, de 3 de julho de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 123/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 766/2023, de 3 de julho de 2023;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 1.030/2023, de 29 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.367/2023, de 23 de outubro de 2023, da Segunda Comissão de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 1º de novembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAE nº 766/2023, prorrogados pela Portaria SAMAE nº 1.030/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.258/2023

Publicação Nº 5301690

PORTARIA SAMAE Nº 1.258/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 05/2020, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 420/2020, de 7 de julho de 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 05/2020, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 420/2020, de 7 de julho de 2020.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 1.151/2023, de 3 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.406/2023, de 30 de outubro de 2023, da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 31 outubro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 420/2020 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.151/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.259/2023

Publicação Nº 5301692

PORTARIA SAMAE Nº 1.259/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 01/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 070/2022, de 4 de fevereiro de 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 01/2022, instaurada por meio da Portaria SAMAEJSU nº 070/2022, de 4 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO a Portaria SAMAE nº 1.141/2023, de 29 de setembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.407/2023, de 30 de outubro de 2023, da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 31 de outubro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 70/2022 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.141/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.260/2023

Publicação Nº 5301694

PORTARIA SAMAE Nº 1.260/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DEBORAH MELO ALFLEN matrícula 697, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo e na condição de Coordenador de Qualidade e Meio Ambiente para desempenhar a função de GESTOR; e CASSIO AMARAL matrícula 778, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para desempenhar a função de FISCAL do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 304/2023 de 1º de novembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 170/2023, objetivando a aquisição de Camiseta Proeva (Tamanhos P, M, G, GG). Vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Bela Vista Têxtil Ltda
Contrato nº 305/2023 de 1º de novembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 170/2023, objetivando a aquisição de Boné. Vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Distribuidora Lilian Ltda
Contrato nº 306/2023 de 1º de novembro de 2023, que tem como origem o Pregão nº 170/2023, objetivando a aquisição de Camiseta Proeva (Tamanhos 10, 12, 14, 16). Vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Roberta Diogenis Eireli

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.262/2023

Publicação Nº 5301695

PORTARIA SAMAE Nº 1.262/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo nº 28/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 248/2023, de 6 de março de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 28/2023, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 248/2023, de 6 de março de 2023;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.035/2023, de 1º de setembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.371/2023, de 24 de outubro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 5 de novembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 248/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.035/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 1.263/2023

Publicação Nº 5301701

PORTARIA SAMAE Nº 1.263/2023

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2021, instaurado por meio da Portaria SAMAE-JSU nº 244/2023, de 6 de março de 2023.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2021, instaurado por meio da Portaria SAMAEJSU nº 244/2023, de 6 de março de 2023;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU nº 1.034/2023, de 1º de setembro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 1.370/2023, de 24 de outubro de 2023, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 5 de novembro de 2023, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU nº 244/2023 e prorrogados pela Portaria SAMAEJSU nº 1.034/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2023.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Diretor Presidente

CONTRATOS - REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

Publicação Nº 5301527

CONTRATO Nº 125732**EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA****EDITAL Nº:****CADASTRO Nº:** 125732**CONTRATADO (A):** CRISTINA APARECIDA MARTINS MAGGIONI**FUNÇÃO:** PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 4345.01**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

CRISTINA APARECIDA MARTINS

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matricula(s): [{"valor":"23445399","descricao":"125732 / CRISTINA APARECIDA MARTINS MAGGIONI / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125734
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125734**CONTRATADO (A):** MARCOS KUSKOSKI**FUNÇÃO:** PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 3078.06**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

MARCOS KUSKOSKI

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matricula(s): [{"valor": "23446436", "descricao": "125734 / MARCOS KUSKOSKI / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125743
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125743**CONTRATADO (A):** ELITON FARIA ROBERTO**FUNÇÃO:** PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 4420.55**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

ELITON FARIA ROBERTO

Desenvolvedor: Beta Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matrícula(s): [{"valor": "23527947", "descricao": "125743 / ELITON FARIA ROBERTO / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125761
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125761**CONTRATADO (A):** GEOVANA FREITAS DE OLIVEIRA GUIMARAES**FUNÇÃO:** PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 3078.06**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

GEOVANA FREITAS DE OLIVEIRA

Desenvolvedor: Beta Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matricula(s): [{"valor": "23527520", "descricao": "125761 / GEOVANA FREITAS DE OLIVEIRA GUIMARAES / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125762
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125762**CONTRATADO (A):** THAMIRIS SILVA TEIXEIRA**FUNÇÃO:** AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 25/01/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 2514.26**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 80 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

THAMIRIS SILVA TEIXEIRA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matrícula(s): [{"valor": "23527749", "descricao": "125762 / THAMIRIS SILVA TEIXEIRA / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125764
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125764**CONTRATADO (A):** CAMILLA FRANCCINNY PEDROSO**FUNÇÃO:** PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 4420.55**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

CAMILLA FRANCCINNY PEDROSO

Desenvolvedor: Beta Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matrícula(s): [{"valor": "23541258", "descricao": "125764 / CAMILLA FRANCCINNY PEDROSO / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125765
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125765**CONTRATADO (A):** BIANCA COELHO OLIVEIRA**FUNÇÃO:** AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 04/05/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 2514.26**CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR EM SAUDE BUCAL - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 180 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

BIANCA COELHO OLIVEIRA

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matricula(s): [{"valor": "23555066", "descricao": "125765 / BIANCA COELHO OLIVEIRA / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125767
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125767**CONTRATADO (A):** MARIELI DIAS DA SILVA**FUNÇÃO:** AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 1571.43**CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

MARIELI DIAS DA SILVA

Desenvolvedor: Beta Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matrícula(s): [{"valor": "23601273", "descricao": "125767 / MARIELI DIAS DA SILVA / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CONTRATO Nº 125768
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº:**CADASTRO Nº:** 125768**CONTRATADO (A):** SUELI CAMPOS DO NASCIMENTO DIAS**FUNÇÃO:** AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA**PERÍODO: DE** 06/11/2023 **A** 06/02/2024**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 1571.43**CARGA HORÁRIA: (150) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – É OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 3 de Novembro de 2023

CONTRATANTEMUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO

SUELI CAMPOS DO NASCIMENTO

Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Rio do Sul Sistema: Folha

Parâmetros: Matricula(s): [{"valor": "23611679", "descricao": "125768 / SUELI CAMPOS DO NASCIMENTO DIAS / TRABALHANDO"}]; Data Admissão: 06/11/2023

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 85/2023**

Publicação N° 5319248

PORTARIA N° 85/2023

Interrompe licença para tratar de interesses particulares.

LUIS FERNANDO ALMEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal, e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve

Art 1º Interromper em razão do interesse do serviço a LICENÇA para tratar de interesses particulares, sem remuneração, concedida pela Portaria nº 65/2022, de 07 de julho de 2022, a servidora LARISSA MENDES SOARES, matrícula 2196, lotada na Chefia de Administração, a partir de 06 de novembro de 2023.

Paragrafo único. A licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido, devido a motivação da interrupção da licença ser em razão do interesse do serviço.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06 de novembro de 2023.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 06 de novembro de 2023.

LUÍS FERNANDO ALMEIDA

Presidente

Lontras

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 1051/2023

Publicação N° 5301662

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1051/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM COM CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL DE 40 (QUARENTA) HORAS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

CONTRATADA: JOSEM CRIS SEMA, inscrita no CPF sob o nº 043.179.299-29.

Valor: R\$ 5.163,20 (cinco mil cento e sessenta e três reais e vinte centavos) por mês.

Prazo: 30/10/2023 a 30/12/2023.

Lontras, 03 de novembro de 2023.

Marcionei Hillesheim.

Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO 126/2023

Publicação N° 5301556

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 126/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:00 horas do dia 06/11/2023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 20/11/2023. INÍCIO DA DISPUTA: Às 09:01 horas do dia 20/11/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal de Licitações Bolsa Nacional de Compras, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br. Lontras, 03 de novembro de 2023. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2023

Publicação Nº 5319218

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2023

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART LTDA
CNPJ: 07.515.006/0001-40

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de tubos de concreto simples e armado que serão utilizados em obras de conserto, conservação e manutenção das vias públicas do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão na Forma Eletrônica para Registro de Preço nº 075/2023, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	92134 - Tubo circular de Concreto Armado, para águas pluviais, tipo macho e fêmea, diâmetro de 800 mm, comprimento 1.000mm classe de resistência PA-1, possuir encaixes tipo macho e fêmea com perfeito encaixe, eixo retilíneo perpendicular aos planos das duas extremidades, seção transversal circular, espessura uniforme, superfícies internas e externas suficientemente lisas, não possuir trincas, fraturas, retoques, rebocos ou pinturas, ter caracteres legíveis gravados no concreto o nome ou marca do fabricante, diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número ou lote para rastreamento de todas suas características de fabricação, conforme ABNT NBR: 8890/2007 e ABNT NBR: 15645/2008.	Un	propria tubos	5.000	229,90	1.149.500,00
Total (R\$):						1.149.500,00

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 075/2023, PROCESSO Nº 224/2023

Data de assinatura: 31 de outubro de 2023.

Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE MAFRA - SC não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.
Foro: Comarca de Mafra

Matos Costa

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2023 CONCURSO PUBLICO 01/2023

Publicação Nº 5319245

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2023
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público n.º 01/2023, publicado através do Decreto de Homologação n.º 083/2023 de 17 de Agosto de 2023, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, munido da documentação exigida, para fins de Nomeação/Posse no cargo para a qual foram classificados.
Em razão da solicitação da Secretaria Municipal de Governo.

CARGO: AGENTE DE DEFESA CIVIL

N º INSC.	NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLAS.
523	MARIA SEBASTIANA SEROISKA	59,00	7º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, que perderá o direito ao concurso de acordo com o item 11.10 do Edital, e será convocado o candidato imediatamente classificado na seq-ência do certame.

A Admissão/Nomeação e a Posse/ Exercício estão vinculados a apresentação prévia de toda a documentação citada no item 11.4. e subitens do Edital do Concurso Publico. A listagem também pode ser retirada no departamento de recursos humanos, dentro do prazo legal.

Matos Costa, 06 de Novembro de 2023.
PAULO BUENO DE CAMARGO
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 076-2023

Publicação Nº 5301552

DECRETO n.º 076/2023

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.898/2022, de 19 de outubro de 2022.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 466.512,98 (Quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e doze reais e noventa e oito centavos), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.02.0080 – Aplicações Diretas (291)	R\$ 466.512,98
Total	R\$ 466.512,98

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2022.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de outubro de 2023

EDER MATTOS

Prefeito municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 077-2023

Publicação Nº 5301554

DECRETO n.º 077/2023

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.898/2022, de 19 de outubro de 2022.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.1006 – Aquisição de Veículos, Ônibus e Equip. Funcionais	
4.4.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas (24)	R\$ 100.000,00
06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.451.1018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.01.0094 – Aplicações Diretas (121)	R\$ 200.000,00
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.01.0044 – Aplicações Diretas (129)	R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0045 – Aplicações Diretas (130)	R\$ 100.000,00
Total	R\$ 500.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de outubro de 2023
EDER MATTOS
Prefeito municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário Adm. e Finanças.

Modelo

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO/RETIFICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº. 001/2023 CONTRATO Nº 039/2023

Publicação Nº 5319236

TERMO ADITIVO Nº. 001/2023
CONTRATO Nº 039/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MODELO E O PRESTADOR DE SERVIÇOS JEOVANO MARCELO DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.832/001-11, com sua sede à Rua do Comércio, 1304, neste ato representado Prefeito Municipal o Sr. Dirceu Silveira, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado; a empresa JEOVANO MARCELO DA SILVA, brasileiro, casado, médico veterinário, portador da carteira de identidade nº 3.713.662 e do CPF/MF nº 033.311.479-58, residente e domiciliado na Avenida Porto Alegre, 2480, Casa, Bairro Pioneiro, na Cidade de Pinhalzinho – SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO:

Considerando a justificativa e requerimento apresentados pelo Departamento de Agricultura;
Considerando a necessidade da manutenção na prestação dos serviços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO:
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 31.12.2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
O valor originário permanece inalterado, ou seja, R\$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais) por mês.
O presente aditivo gera adição do valor total de R\$ 7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais)
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 29 de setembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira Prefeito Municipal - Contratante		JEOVANO MARCELO DA SILVA Contratado
--	--	--

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Mondaí

PREFEITURA

PORTARIA 679/2023

Publicação Nº 5301418

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 679 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resOLVE: Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 30 dias a EDER GRASSI, matrícula nº 2369, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 16/11/2023 a 15/12/2023, correspondentes ao período aquisitivo de 02/01/2022 a 01/01/2023, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 16/12/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

SIDINEI BASSORICI

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 680/2023

Publicação Nº 5301417

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 680 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resOLVE: Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 20 dias a servidora Sra. VANILDA ROHDE, matrícula nº 1939, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 20/11/2023 a 09/12/2023, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2023 a 17/02/2024, devendo a servidora retornar aos trabalhos normais no dia 10/12/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA 681/2023

Publicação Nº 5301419

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 681 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resOLVE: Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 30 dias a servidora Sra. ALZIRA DEVITTE KNECHT, matrícula nº 3459, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 18/12/2023 a 16/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 01/07/2022 a 30/06/2023,

devendo a servidora retornar aos trabalhos normais no dia 17/01/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA 682/2023

Publicação Nº 5301420

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 682 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 15 dias a servidora Sra. INES SEEFELD HEISER, matrícula nº 2755, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 20/12/2023 a 03/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 06/12/2022 a 05/12/2023, devendo a servidora retornar aos trabalhos normais no dia 04/01/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA 683/2023

Publicação Nº 5301421

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 683 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 30 dias a JACINTA MARIA KUFFEL MEIER, matrícula nº 3630, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 18/12/2023 a 16/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 19/06/2022 a 18/06/2023, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 17/01/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 684/2023

Publicação N° 5301422

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 684 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 30 dias a servidora Sra. NOILI NOEMIA SIMM ANTUNES, matrícula nº 3307, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período de 18/12/2023 a 16/01/2024, correspondente ao período aquisitivo de 01/04/2022 a 31/03/2023, devendo a servidora retornar aos trabalhos normais no dia 17/01/2024.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 03 de novembro de 2023.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal Em Exercício

GINTHER OTTO DREHER

Secretário Municipal de Saúde.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 227/2023

Publicação Nº 5319220

LEI COMPLEMENTAR Nº 227/2023, de 06 de novembro de 2023.

ALTERA A LEI Nº 1.284/2008 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ACRESCENTA FUNÇÃO DE GESTOR DE CONTRATOS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescentado ao ANEXO I da Lei nº 1284/2008 o cargo efetivo de GESTOR DE CONTRATOS, de forma que passará a vigorar da seguinte maneira:

ANEXO I

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGO: GESTOR DE CONTRATOS

SERVIÇO: Gestão, acompanhamento e fiscalização de instrumentos contratuais

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

ATRIBUIÇÕES: Competirá ao Gestor redigir e elaborar os Contratos, Convênios, Termos de Fomento, bem como demais instrumentos de modalidade semelhante firmados pelo Ente Público, com o acompanhamento e gestão da vigência de cada instrumento contratual; Controle e acompanhamento dos casos previstos de Prorrogação Contratual; Análise acerca da previsão orçamentária dos Contratos e seus aditamentos; Avaliação aos casos de Reajuste de Preços e suas datas bases; Os casos de Extinção dos Contratos; Abertura de Processo Administrativo com objetivo de aplicação de sanções, quando for o caso; A periodicidade de Pesquisa de Preços dos contratos vigentes; Os casos de acréscimos ou supressões do objeto contrato no limite previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21; Controle dos pagamentos devidos da empresa aos seus colaboradores quanto as obrigações trabalhistas e previdenciárias; Cobrança da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Contratada; No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cobrar da empresa o cumprimento das obrigações trabalhistas e quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Receber a nota fiscal/fatura conferindo os dados antes de atestá-las; Guardar e gerir, além dos Contratos, todas as Atas de Registros de Preços do município, incluindo acompanhamento, cumprimento das obrigações, vigências e todos os demais atos inerentes ao controle das referidas Atas; bem como demais atribuições fixadas na legislação vigente.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) 40 (quarenta) horas semanais

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, Direito, Engenharia Civil, Economia, Contabilidade, Administração e Administração de Empresas;

2 - Carteira Nacional de Habilitação AB ou B;

3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

Art. 2º - Fica acrescentado o cargo de GESTOR DE CONTRATOS junto ao ANEXO II da Lei nº 1284/2008, que passará a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

CARGO	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
GESTOR DE CONTRATOS	01	Portador de certificado de conclusão de ensino superior com registro no respectivo Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício profissional e habilitação conforme Grupo I do Anexo I.

Art. 3º - Fica acrescentado o cargo de GESTOR DE CONTRATOS junto ao ANEXO III da Lei nº 1284/2008, que passará a vigorar da seguinte forma:

ANEXO III

TABELA DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$	
GESTOR DE CONTRATOS	40	5.097,00	

Art. 4º - Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de novembro de 2023.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

LEI COMPLEMENTAR Nº 228/2023

Publicação Nº 5319222

LEI COMPLEMENTAR Nº 228/2023, de 06 de novembro de 2023,
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2014 (CÓDIGO DE OBRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do Art. 273 da Lei nº 021/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 273. Salvo exceções previstas nesta lei, toda habitação terá no mínimo 35,00 m² (trinta e cinco metros quadrados) de construção e um quarto, uma sala, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço e um local para guarda de veículos.”

Art. 2º Fica acrescentado à Lei nº 021/2014, o Art. 280-A, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 280-A. Conforme previsão na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal, serão permitidas unidades residenciais identificadas como “quitinete”.

§ 1º. A unidade residencial “quitinete” deverá atender aos seguintes parâmetros:

I - possuir área mínima de 20,00m² e inferior ao mínimo previsto no Art. 273, caput, contemplando obrigatoriamente os ambientes de dormitório, sala, cozinha e banheiro.

II – os ambientes poderão ser independentes ou integrados entre si, dispensando-se do atendimento às dimensões mínimas previstas na Tabela 01, Anexo 02 deste código, com exceção do banheiro, que deverá ser obrigatoriamente separado e fechado, com no mínimo de 2,20 m² de área e largura mínima de 1,00m.

III – possuir diâmetro inscrito mínimo de 2,40m;

§ 2º. A unidade residencial “quitinete” não poderá ser construída na forma isolada, devendo sempre constituir-se em uma das modalidades abaixo:

I - residências geminadas;

II - residências em série, paralelas ao alinhamento predial;

III - residências em série, transversais ao alinhamento predial;

IV – habitação coletiva.

§ 3º. Nas edificações compostas de unidades residenciais do tipo “quitinete” não serão exigidas as áreas de lazer coletivo e de recreação infantil previstas nesta lei.”

Art. 3º Fica alterado o inciso I, e acrescido Parágrafo Único ao Art. 287 da Lei nº 021/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 287. As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - a testada do lote de uso exclusivo de cada unidade terá no mínimo 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e 12,00m (doze metros);

II – a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal e para a zona onde se situarem.

Parágrafo único. Deverá ser prevista área de uso comum para locação das infraestruturas necessárias.”

Art. 4º Fica alterado o inciso III, e acrescido Parágrafo Único ao Art. 289 da Lei nº 021/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 289. As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - O acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo:

a) 4,20m (quatro metros e vinte centímetros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso, sendo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) destinados ao passeio;

b) 8,40m (oito metros e quarenta centímetros), quando as edificações estiverem dispostas em ambos os lados do corredor de acesso, sendo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) destinados ao passeio para cada lado;

II. Quando houver mais de 05 (cinco) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno, cujo diâmetro mínimo deverá ser igual a 8,00m (oito metros) de largura;

III. Possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de testada e 12,00m (doze metros) de profundidade;

IV. A taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são definidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal para a zona onde se situarem.

Parágrafo único. Deverá ser prevista área de uso comum para locação das infraestruturas necessárias.”

Art. 5º Fica alterada a Tabela 01, que constitui Anexo 01 da Lei nº 021/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

1 TABELA I - NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO		
2 CATEGORIA	3 TIPO	4 QUANTIDADE

5 6 Edificações 7 Residenciais 10	8 Residências	9 1 vaga para cada unidade residencial
	11 Quitinetes	12 Facultativo até 5 unidades, a partir de 6 unidades reservar 1 vaga para cada 3 unidades ou fração
13 14 Edificações de 15 Comércio Varejista e Comércio Atacadista 20 23	16 Comércio até 120,00m ²	17 Facultativo 18 1 vaga por unidade autônoma (mínimo) 19 1 vaga para cada 70,00m ² de área construída
	21 Comércio > 120,00m ²	22 1 vaga para cada 40,00m ² de área construída espaço de carga e descarga compatível com a atividade
	24 Centro Comercial, Shopping Center, Supermercado e Hiper-mercado, Comércio Atacadista em geral	25 1 vaga para cada 25,00m ² de área construída espaço de carga e descarga compatível com a atividade
26 Edificações para Indústria	27 Indústria em geral	28 1 vaga para cada 50,00m ² 100,00m ² de área construída e área de pátio de carga e descarga compatível com a atividade
29 Edificações de Prestação de Serviço 33	30 Exceto para os demais usos especificados nesta tabela	31 1 vaga por unidade autônoma (mínimo) 32 1 vaga para cada 50,00m ² 70,00m ² de área construída
	34 Restaurante, lanchonete, boite, clube noturno, discoteque, casa de show, danceteria, café concerto, salão de baile, restaurante dançante.	35 1 vaga para cada 25,00m ² de área construída
36 Edificações para fins culturais	37 Auditório, teatro, anfiteatro, cinema, salão de exposições, biblioteca e museu	38 1 vaga para cada 12,50m ² de área destinada aos espectadores
39 Edificações para fins recreativos e esportivos 42	40 Clube social/esportivo, ginásio de esportes, estádio, academia	41 1 vaga para cada 12,50m ² de área construída
	43 Cancha poliesportiva	44 1 vaga para cada 25,00m ² de área construída
45 Edificações para fins religiosos	46 Templo, capela, casa de culto e igreja	47 1 vaga para cada 25,00m ² de área construída
48 Edificações para fins educacionais 55	49 Pré-escolas, jardim de infância, ensino fundamental	50 Até 100,00m ² de área construída, será facultado. 51 Acima de 100,00m ² de área construída: 52 Área administrativa: 1 vaga a cada 80,00m ² de área construída; 53 Ônibus: 30% da área destinada a salas de aula; 54 Será obrigatória canaleta interna, para embarque e desembarque de veículos, com largura mínima de 2,50m e com área de acumulação (canaletas de espera) na proporção de 5,00m para cada 100,00m ² de área destinada a salas de aula, até 400,00m ² e 5,00m para cada 200,00m ² de área excedente
	56 Ensino médio, profissionalizante em geral	57 Até 100,00m ² de área construída será facultado. 58 Acima de 100,00m ² de área construída: 1 vaga para cada 80,00m ² de área construída. 59 Área administrativa: 1 vaga para cada 80,00m ² de área construída e 1 vaga para cada 50,00m ² de área destinada a sala de aula
60 65	61 Escola de artes e ofícios, ensino não seriado	62 Até 100,00m ² de área construída será facultado. 63 Acima de 100,00m ² de área construída: 1 vaga para cada 80,00m ² de área construída. 64 Área administrativa: 1 vaga para cada 80,00m ² de área construída e 1 vaga para cada 25,00m ² de área destinada a sala de aula
	66 Ensino superior	67 1 vaga para cada 12,50m ² da área construída
68 Alojamento	69 Hotéis	70 1 vaga para cada 3 unidades de alojamento
71 Entidades financeiras	72 Bancos	73 1 vaga para cada 12,50m ² 25,00m ² de área construída

Nota:

(1) Para fim de definição do número de vagas, deverão ser descontadas as áreas não computáveis, assim como as áreas de uso exclusivo para depósito e sanitários.

(2) As quantidades de vagas aqui estabelecidas poderão ser acrescidas por recomendação de Estudo de Impacto de Vizinhaça do empreendimento, conforme lei específica.

Art. 6º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 7º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de novembro de 2023.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2023

Publicação Nº 5319224

GOVERNO DE
MORRO DA FUMAÇA

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2023, de 06 de novembro de 2023.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 022/2014 (CÓDIGO DE
OBRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela 01, referente ao Anexo 04 da Lei nº 022/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

TABELA 1 - ZONA CENTRAL – ZC

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (M²/M)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (M)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (M)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar												
Habitação Coletiva ⁽¹⁾	Indústria 1 – Anexas a residência ⁽¹⁾	Habitação Transitória 1	360/12 ⁽²⁾	4 ⁽³⁾	5 ⁽⁴⁾	75	15	8 ⁽⁵⁾	10 ⁽⁴⁾	2 ⁽⁶⁾ (7)	H/6 min. 1,5 ⁽¹¹⁾	Facultativo no térreo ⁽¹⁰⁾ /mín. 1,5 ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾⁽¹²⁾
Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro		Comunidade 2									Facultativo para as duas divisas no térreo ⁽⁹⁾⁽¹²⁾	
Quitinete												
Comunitário 1 e 4 ⁽¹⁾												

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

(3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

- até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
- ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
- porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
- floreiras e sacadas.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



www.morrodafumaca.sc.gov.br



facebook.com/PrefeituraMF



@morrodafumaca



GOVERNO DE
MORRO DA FUMAÇA

- (4) A utilização de coeficiente de aproveitamento máximo 4 (quatro) e altura máxima de 10 (dez) pavimentos será através da utilização dos instrumentos de transferência de potencial construtivo e outorga onerosa de construir a critério do conselho de desenvolvimento municipal.
- (5) Os pavimentos destinados as áreas de garagem/estacionamento de veículos, com no máximo 2 (dois) pavimentos, não contarão para o cálculo de número de pavimentos.
- (6) O recuo frontal será de 2,00m (dois metros) até a altura máxima de 6,00m (seis metros). A partir da altura de 6,00m (seis metros) o recuo será de 4,00m (quatro metros).
- (7) Nos lotes de esquina, as edificações deverão ter um dos recuos com 4,00m (quatro metros). A testada será definida pelo órgão municipal competente.
- (8) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m.
- (9) Nas laterais do terreno, poderá ser construído junto a extrema em até 40% da profundidade do lote, não ultrapassando 80% a soma das duas laterais, com altura máxima de 6,00 metros.
- (10) Nos fundos do terreno, poderá ser construído junto a extrema com altura máxima de 4,70 metros.
- (11) Não serão permitidas construções com afastamento lateral e de fundo menor que 1,50m, podendo, entretanto, serem construídas junto a extrema.
- (12) Não será permitido construir pavilhões junto a extrema, devendo ser preservados todos os recuos mínimos da respectiva zona.

Obs.: O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

Art. 2º Fica alterada a Tabela 02, referente ao Anexo 04 da Lei nº 022/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

TABELA 2 - ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR1

USO			OCUPAÇÃO								AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (m)	LATERAL	FUNDOS
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA			
Habitação Unifamiliar		Habitação Transitória 1 ⁽¹⁾									H/6 min. 1,5 ⁽⁹⁾	Facultativo no térreo ⁽⁸⁾
Habitação Coletiva ⁽¹⁾		Indústria 1 – Anexas a residência ⁽¹⁾	360/12 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	4 ⁽⁴⁾	60	20	6 ⁽⁵⁾	8 ⁽⁴⁾	4	Facultativo para uma das divisas no térreo ^{(6) (7) (10)}	min. 1,5 ^{(6) (9) (10)}
Condomínio Horizontal		Comunitário 2 – Ensino e Culto Religioso										
Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro												
Quitinete												
Comunitário 1 e 4 ⁽¹⁾												

(13) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(14) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

(15) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

- a) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
- b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
- c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



www.morrodafumaca.sc.gov.br



facebook.com/PrefeituraMF



@morrodafumaca



d) floreiras e sacadas.

(16) A utilização de coeficiente de aproveitamento máximo 3 (três) e altura máxima de 8 (oito) pavimentos será através da utilização dos instrumentos de transferência de potencial construtivo e outorga onerosa de construir a critério do conselho de desenvolvimento municipal.

(17) Os pavimentos destinados as áreas de garagem/estacionamento de veículos, com no máximo 2 (dois) pavimentos, não contarão para o cálculo de número de pavimentos.

(18) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

(19) Na lateral do terreno, poderá ser construído junto a extrema em até 80% da profundidade do lote, com altura máxima de 6,00 metros.

(20) Nos fundos do terreno, poderá ser construído junto a extrema com altura máxima de 4,70 metros.

(21) Não serão permitidas construções com afastamento lateral e de fundo menor que 1,50m, podendo, entretanto, serem construídas junto a extrema.

(22) Não será permitido construir pavilhões junto a extrema, devendo ser preservados todos os recuos mínimos da respectiva zona.

Obs. O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

Art. 3º Fica alterada a Tabela 03, referente ao Anexo 04 da Lei nº 022/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

TABELA 3 - ZONA RESIDENCIAL 2 – ZR2

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar		Comércio e Serviço de Bairro									Min. 1,5 ⁽⁷⁾	
Condomínio Horizontal		Indústria 1 – Anexas a residência ⁽¹⁾	360/12 ⁽²⁾⁽³⁾	2 ⁽⁴⁾	-	60	25	4	-	4	Facultativo para uma das divisas no terreno ⁽⁴⁾⁽⁵⁾⁽⁸⁾	Facultativo no terreno ⁽⁶⁾⁽⁷⁾⁽⁸⁾
Comércio e Serviço Vicinal		Comunitário 2 – Ensino e Culto Religioso										
Comunitário 1e 4 ⁽¹⁾												
Quitinete												

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

(3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

e) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;

f) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;

g) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;

h) floreiras e sacadas.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



www.morrodafumaca.sc.gov.br



facebook.com/PrefeituraMF



[@morrodafumaca](https://twitter.com/morrodafumaca)



GOVERNO DE
MORRO DA FUMAÇA

- (4) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).
- (5) Na lateral do terreno, poderá ser construído junto a extrema em até 80% da profundidade do lote, com altura máxima de 6,00 metros.
- (6) Nos fundos do terreno, poderá ser construído junto a extrema com altura máxima de 4,70 metros.
- (7) Não serão permitidas construções com afastamento lateral e de fundo menor que 1,50m, podendo, entretanto, serem construídas junto a extrema.
- (8) Não será permitido construir pavilhões junto a extrema, devendo ser preservados todos os recuos mínimos da respectiva zona.

Obs.: O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo

Art. 4º Fica alterada a Tabela 04, referente ao Anexo 04 da Lei nº 022/2014, que passará a vigorar da seguinte forma:

TABELA 4 - ZONA RESIDENCIAL 3 – ZR3

USO			OCUPAÇÃO									
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	LOTE MÍNIMO TESTADA MÍNIMA (m²/m)	COEFICIENTE DE APROV		TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAVIMENTOS)		RECUEO FRONTAL (m)	AFASTAMENTO O DAS DIVISAS (m)	
				PERMITIDO	MÁXIMO			PERMITIDO	MÁXIMA		LATERAL	FUNDOS
Habitação Unifamiliar	Habitação Transitória 1	Comércio e Serviço de Bairro	360/12 ⁽²⁾	1 ⁽³⁾	-	60	25	2	-	4	min. 1,5 ⁽⁷⁾	Facultativo no terreno ⁽⁶⁾ / min. 1,5 ⁽⁶⁾ ^{(7) (8)}
Condomínio Horizontal		Indústria 1 – Anexos a residência ⁽¹⁾										
Comércio e Serviço Vicinal		Comunitário 2 – Ensino e Culto Religioso										
Comunitário 1e 4 ⁽¹⁾												
Quitinete												

(1) Deverá ser implantado o dispositivo de controle de coleta de águas pluviais e retenção de cheias.

(2) Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 10% (dez por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona e sua testada mínima será de 15 metros.

(3) Toda e qualquer área construída será considerada para cálculo do coeficiente de aproveitamento, com exceção de:

- a) até 100% (cem por cento) da área mínima exigida em regulamento específico para áreas de garagem/estacionamento de veículos situadas até o terceiro pavimento, desde que seja adotado a nível do projeto de microdrenagem, medidas de controle na fonte, que garantam a vazão original de saída;
- b) ático com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento;
- c) porão, em residência unifamiliar, com área igual ou inferior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;
- d) floreiras e sacadas.

(4) Para as atividades do Comunitário 1, 2 e 4, o afastamento mínimo das divisas deverá ser 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

(5) Na lateral do terreno, poderá ser construído junto a extrema em até 80% da profundidade do lote, com altura máxima de 6,00 metros.

(6) Nos fundos do terreno, poderá ser construído junto a extrema com altura máxima de 4,70 metros.

(7) Não serão permitidas construções com afastamento lateral e de fundo menor que 1,50m, podendo, entretanto, serem construídas junto a extrema.

(8) Não será permitido construir pavilhões junto a extrema, devendo ser preservados todos os recuos mínimos da respectiva zona.

Obs.: O afastamento entre edificações em um mesmo terreno deverá ser correspondente duas vezes o recuo lateral mínimo.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



www.morrodafumaca.sc.gov.br



facebook.com/PrefeituraMF



@morrodafumaca



Art. 5º Demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 6º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de novembro de 2023.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson - Rua 20 de Maio, 100 - CEP: 88830-000 Centro



www.morrodafumaca.sc.gov.br



facebook.com/PrefeituraMF



[@morrodafumaca](https://twitter.com/morrodafumaca)

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 219/2023 PREFEITURA

Publicação Nº 5301512

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D2E567541E69FBC02A31B6C56E96A883333B9C1A

PROCESSO Nº 219/2023

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 81/2023

Tipo: Maior Lance

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, INCLUSIVE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, ESTATUTÁRIOS, E CONTRATADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 20/11/2023 às 12h00min. Abertura dos Envelopes: dia 21/11/2023, às 08h00min.

ESTE PROCESSO É PAUTADO PELA REGRA GERAL (AMPLA CONCORRÊNCIA).

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 03 de Novembro de 2023

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Código registro TCE: D2E567541E69FBC02A31B6C56E96A883333B9C1A

Palmitos

PREFEITURA

3º TERMO APOSTILAMENTO PL 109/2022

Publicação Nº 5301560

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

3º Termo Apostilamento à Ata de Registro de Preço: nº 01/2023. Pregão Presencial: nº 42/2022. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS. Fornecedor: Posto Avenida Palmitense Ltda. Reajuste: item 3 de R\$ 6,01 passa a R\$ 6,14. Palmitos - SC 03/11/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

CONTRATO Nº 65/2023

Publicação Nº 5301536

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 227A5E8260071830EC0D4FBB5EAA4BFC98D8040D

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 65/2023. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE ASSENTAMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E BOCA DE LOBO E CAIXA COLETORA NA LINHA TRÊS PINHEIROS – TRECHO I, INTERIOR, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS. EMPRESA: RCR PAVIMENTAÇÕES LTDA. VALOR TOTAL R\$: 67.011,34. Vigência: Após autorização de execução, o prazo máximo para a execução será de 4 (quatro) meses. Palmitos-SC, 03/11/2023. Dair Jocely Enge – Prefeito.

DECRETO Nº 103/2023

Publicação Nº 5301491

DECRETO Nº. 103/2023 De 25 de outubro de 2023.	determina A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto um Crédito Adicional Suplementar, por conta da anulação parcial, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES

UNIDADE: 01.01 – Câmara de Vereadores

PROJ/ATIV: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00. 3071 (5) R\$ 200.000,00

FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios

TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), são os provenientes da anulação parcial de dotações, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES

UNIDADE: 01.01 – Câmara de Vereadores

PROJ/ATIV: 1.016 – Construção Reforma e ou Ampliação da Sede da Câmara

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00. 3071 (1) R\$ 200.000,00

FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios

TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Palmitos/SC, 25 de outubro de 2023.

DAIR JOCELY ENGE

PREFEITO DE PALMITOS

Registrado e Publicado em local de costume

Rodrigo Henrique Timm

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

HOMOLOGAÇÃO PL 95/2023

Publicação Nº 5301534

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A38A9CA1FB4F9C02DF8C333460D57579BA29F367

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2023
TOMADA DE PREÇO N.º 16/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE ASSENTAMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E BOCA DE LOBO E CAIXA COLETORA NA LINHA TRÊS PINHEIROS – TRECHO I, INTERIOR, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS.

CONTRATADA: RCR PAVIMENTAÇÕES LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 67.011,34.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2023.

Palmitos, 03 de novembro de 2023. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4218/2023

Publicação Nº 5301535

Lei nº. 4.218/2023. De 25 de outubro de 2023.	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	--

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2024, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2022/2025;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e,

VIII - as disposições gerais.

§ 1º - As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2024, bem como a aprovação e execução do orçamento do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos nesta Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2024 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I - Demonstrativo I - Demonstrativo de Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII – Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

IX – Anexo II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

X – Metodologia e memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário e Resultado Nominal;

XI – Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XIII – Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público.

III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2024

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais, físicas e financeiras estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 1º - As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas, quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual 2024.

§ 2º - Para o exercício de 2024, o cálculo das metas fiscais previstas, poderá ser reduzido até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas, e a variação no comportamento das variáveis macroeconômicas, conforme média móvel de arrecadação.

§ 3º - Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada bimestre em relação a meta bimestral prevista em 2024, inclusive as que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual 2024 e, a variação no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas para 2024.

§ 4º - Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

§ 5º As ações prioritárias constantes no anexo de prioridades que não estiverem contempladas no Plano Plurianual – PPA vigente, ficam automaticamente integradas ao mesmo.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Função, o que caracteriza da melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

II - Sub-função, o que caracteriza da melhor forma possível à identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

III - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

VII - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VIII - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

IX - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

X - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001, atualizada, Portaria nº 42/1999 e Tabelas e regras definidas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Manuais de Demonstrativos Fiscais e de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, em edição atualizada para o exercício de 2024, contendo os anexos da Lei.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2024 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (Art. 1º, §

1º, Art. 4º, I, "a", Art. 50, I e Art. 48 da LRF).

Parágrafo único. Para assegurar a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, § 2º, desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a variação no comportamento das variáveis macroeconômicas, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação do comportamento da receita de 2022 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, junto ao setor contábil, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida, considerar-se-á para base de cálculo, a receita arrecadada até a data da elaboração da proposta orçamentária 2024, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício, devendo esta, ser confirmada após o encerramento do exercício 2023.

Art. 13 Se a receita estimada para 2024, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Diárias de viagem;

VI - Festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - Despesas com publicidade institucional;

VIII - Horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º, do art. 9º, da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens.

§ 3º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

Art. 15 Se na execução do orçamento 2024, as metas fiscais, físicas e financeiras previstas, forem afetadas por motivo de situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município, capaz de violar a dignidade humana, (art. 1º, inciso III, CF), a garantia do direito à saúde (arts. 6º, caput, e 196, CF) os valores sociais do trabalho e a garantia da ordem econômica (arts. 1º, inciso I, 6º, caput, 170, caput, e 193), devem dar prioridade para a execução, criação e expansão de políticas públicas, para o atendimento de despesas necessárias ao enfrentamento do contexto.

Parágrafo único. Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho, enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo específico no Art. 2º, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 2º, da LRF).

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Anexo específico, no Art. 2º desta Lei (Art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

§ 2º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2024 cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 3º Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2024 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

Art. 18 Os orçamentos para o exercício de 2024 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, nos termos do artigo 9º desta lei, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV (Art. 5º, III, "b", da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2024, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único, e artigo 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da LRF).

§ 3º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

§ 4º Os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. (§ 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF)

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2024, constantes em anexo específico no Art. 2º desta lei, será demonstrada como dedução no cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I, da LRF).

Art. 23 Na transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de Convênio, Parcerias por Termo de Colaboração,

Fomento ou Cooperação, ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (Art. 4º, I, "f" e art. 26, da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Contas de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de Termo de Colaboração, Fomento ou Cooperação, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 24 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 25 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no inciso I, do Art. 24, da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 26 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados em Anexo específico no Art. 2º desta Lei. (Art. 45, parágrafo único, da LRF).

Art. 27 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 28 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a valores correntes.

Art. 29 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 atualizada.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI, da CF).

Art. 30 Durante a execução orçamentária de 2024, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 e constantes desta lei. (Art. 167, I, da CF).

Art. 31 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, será desenvolvido de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF).

Art. 32 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2024, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública para a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e art. 9º, § 4º, da LRF).

Art. 33 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar, a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento sobre as receitas correntes líquidas, apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (Art. 30, 31 e 32 da LRF), Art. 167, inciso III da Constituição Federal e Resoluções do Senado Federal.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, operações de créditos, precatórios judiciais, dívidas com a previdência social e outros, quando houver.

Art. 35 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I, da LRF).

Art. 36 Ultrapassado o limite de endividamento, conforme definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II, da LRF).

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, § 1º, II, da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2024 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos do Município, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados como dedução da receita orçada e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (Art. 14 da LRF).

Parágrafo único. A previsão de que trata o caput será regulamentada por Lei específica.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 43 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF).

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, Alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e, outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de

cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

IX – DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 44 As emendas parlamentares impositivas ao projeto da LOA 2024 de que trata o art.111-A, §1º, da Lei Orgânica do Município de Palmitos serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 45 As emendas parlamentares impositivas indicadas, constarão de anexo específico da LOA 2024, contendo no mínimo:

I – o número da emenda;

II – o nome da emenda (objeto);

III – o nome do parlamentar;

IV – a função, conforme Portaria nº 42, de 1999, do Ministério do Planejamento e Orçamento;

V – o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do beneficiário; e

VI – o valor da emenda.

Art. 46 As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas parlamentares impositivas, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos por meio de decreto do Prefeito Municipal, devendo o desembolso ser pago no respectivo exercício financeiro.

Art. 47 Nos casos de impedimento de ordem técnica, no empenho da despesa que integre a programação, serão adotadas medidas de acordo com art. 111-A, § 6º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

I – a não indicação do beneficiário;

II – a não realização de ajustes do plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após a comunicação;

III – a desistência da proposta por parte do autor ou a não apresentação dela no prazo de 30 (trinta) dias após comunicação;

IV – a falta de razoabilidade do valor proposto, e a incompatibilidade com a função orçamentária;

V – a não aprovação do plano de trabalho apresentado; e

VI – outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º As emendas parlamentares impositivas serão analisadas pelos setores do Poder Executivo responsáveis pela sua execução e os possíveis impedimentos identificados serão comunicados ao Poder Legislativo para providências.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até a data de 15/12/2023.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2023 para o exercício de 2024.

Art. 49 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no § 2º, art. 167 da Constituição Federal.

Art. 51 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2024.

Art. 52 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 53 Em consonância com o que dispõe o § 5º, do art. 166, da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações ao projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação pelas comissões do legislativo.

Art. 54 As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022–2025, com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei, dentro de cada fonte de recurso;

Art. 55 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do “caput” deste artigo.

Art. 56 Fica autorizado o pagamento de despesas realizadas sem as formalidades legais de assinatura do termo de contrato pela autoridade competente e de publicação do extrato no órgão oficial de imprensa como indenização ao credor, desde que constatada, em processo administrativo específico, a efetiva prestação dos serviços pelo contratado e este tenha agido de boa-fé e os preços sejam os de mercado, com concomitante instauração de processo administrativo para apuração das responsabilidades pelas irregularidades cometidas na execução da despesa pública (Prejulgado 1393 do TCE/SC).

Art. 57 A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotação própria para "Despesas de Exercícios Anteriores" (art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 58 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 25 de outubro de 2023.
Dair Jocely Enge
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Rodrigo Henrique Timm
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 4219/2023

Publicação Nº 5301537

Lei nº. 4.219/2023. De 25 de outubro de 2023.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	--

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por conta da anulação parcial, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES
UNIDADE: 01.01 – Câmara de Vereadores
PROJ/ATIV: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00. 3071 (5) R\$ 200.000,00
FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios
TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), são os provenientes da anulação parcial de dotações, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

ÓRGÃO: 01 – CAMARA DE VEREADORES
UNIDADE: 01.01 – Câmara de Vereadores
PROJ/ATIV: 1.016 – Construção Reforma e ou Ampliação da Sede da Câmara
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00. 3071 (1) R\$ 200.000,00
FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios
TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 25 de outubro de 2023.
Dair Jocely Enge
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Rodrigo Henrique Timm
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO LICITATORIO Nº 102/2023

Publicação Nº 5301193

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 188AC5FF1DC48DBC24FA5591CA8F785F5D65A324

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 102/2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 22/2023. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BALANÇA MECÂNICA PARA PESAGEM DE ANIMAIS. Data final para cadastro de propostas: 21/11/2023 até as 08:30 horas. Data da abertura da sessão de disputa: 21/11/2023 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 03 de novembro de 2023. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DE 2023

Publicação N° 5319252

ATA N° 048/2023

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023 ÀS 19:00 HORAS

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, às 19h00min, na 44ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura, os seguintes Vereadores: **Adolfo Geraldi, Alexandre Miguel Grabovski, Bernadete Wiliczinski, Ernildo Selinke, Jacqueline Tabalipa de Almeida Balena, Mariângela Silveira Senna, Sandra Aparecida da Silva e Valdecir Vaneski (Branco)**. Sob a Presidência da Vereadora Sandra Aparecida da Silva, foi verificado o horário regimental e *quórum* legal, invocando a proteção de Deus e em nome dos Poderes Constituídos, declarou aberta a presente Sessão. Na sequência, a Senhora Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Ata n. 047/2023, sendo **APROVADA**. Em seguida, foram lidos os demais expedientes sendo: Indicações n° 0153/2023 e n° 0154/2023 de iniciativa da vereadora Mariângela Silveira Senna; Convite oriundo do Governo do Município de Papanduva. Após a leitura os expedientes foram devidamente despachados pela presidente. **ORDEM DO DIA:** Nos termos regimentais foi declarada **APROVADA** a redação final da **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 0001/2023** de iniciativa do Poder Executivo Municipal que "**INCLUI O ART 205-A NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AO ART. 40, §1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**". **EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO OS SEGUINTE PROJETO DE LEIS:** Projeto de Lei Ordinária n° 0034/2023 de iniciativa do Poder Executivo Municipal que "**ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2024**", sendo **APROVADO**. Projeto de Lei Ordinária n° 0024/2023 de iniciativa da vereadora Sandra Aparecida da Silva que "**INSTITUI A TRANSMISSÃO AO VIVO E VIA INTERNET DAS LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**", sendo **APROVADO**. **Palavra Livre:** O vereador Ernildo Selinke parabenizou a organização do Campeonato Papanduvense de Futebol de Campo, que teve início no último fim de semana, contando com um grande número de torcedores. A vereadora Mariângela Silveira Senna apresentou informações complementares acerca das indicações que apresentou para serviços de melhorias na estrada da localidade do Pinhal, e para a substituição das manilhas que se encontram danificadas na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrando esta, marcou a próxima Sessão para às 19h00min, do dia 31 de outubro de 2023, na Sede da Câmara Municipal, em caráter **ORDINÁRIO**. Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2023.

[Assinado digitalmente]

Sandra Aparecida da Silva
Presidente

[Assinado digitalmente]

Alexandre Miguel Grabovski
1º Secretário

[Assinado digitalmente]

Moisés dos Passos
2º Secretário

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA Nº 198, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5302270

PORTARIA Nº 198, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE SAÚDE

- KAILANE PACHECO - período aquisitivo: 11/07/2022 a 10/07/2023.
- PAULO ERNESTO PELLANDA - período aquisitivo: 03/08/2021 a 02/08/2022.
- MARIANNA XAVIER DE LIMA – período aquisitivo: 09/03/2021 a 08/03/2022.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- LUCI PERES CABREIRA – período aquisitivo: 02/03/2022 a 01/03/2023.
- CLAUDETE DA SILVA OLIVEIRA – período aquisitivo: 20/12/2021 a 19/12/2022.
- JOELLE VIANA DE SOUZA – período aquisitivo: 03/01/2022 a 02/01/2023.

SECRETARIA DE FINANÇAS

- JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL – período aquisitivo: 22/12/2018 a 21/12/2019.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

- ÁGATA ANTÔNIO DE QUADROS: período aquisitivo: 13/02/2022 a 12/01/2023.

SECRETARIA DE TURISMO

- SILVANA CARDOSO JUSTO KJELLIN – período aquisitivo: 15/10/2021 a 14/10/2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- MARIVALDA HONORATO CUNHA – período aquisitivo: 01/03/2022 a 28/02/2023.
- ROSA PERPETUA JORGE SCHARDOSIM – período aquisitivo: 01/08/2021 a 31/07/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2023.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2023.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA N° 199, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5302271

PORTARIA N° 199, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA, A PEDIDO, TATIANE MELLO NUNES DO CARGO DE SERVENTE ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 – Fica exonerado (a), a pedido, TATIANE MELLO NUNES do cargo de SERVENTE ACT.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2023.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2023.

Antonio Scheffer Silveira

Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA N° 200, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5302272

PORTARIA N° 200, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

“EXONERA, MARA MACIEL DE SOUZA, DO CARGO DE CHEFE DEPTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS 4, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 – Fica exonerada, MARA MACIEL DE SOUZA, do cargo de CHEFE DEPTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS 4.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2023.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2023.

Antonio Scheffer Silveira

Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA N° 201, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5302273

PORTARIA N° 201, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

“EXONERA, PATRIC ZOLLIN BATISTA, DO CARGO DE MONITOR ESCOLAR ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 – Fica exonerado, PATRIC ZOLLIN BATISTA, do cargo de MONITOR ESCOLAR ACT.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2023.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2023.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 202, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5302274

PORTARIA Nº 202, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.
"NOMEIA SERVIDORES ACTs, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, em caráter temporário, os servidores abaixo relacionados:

MONITOR ESCOLAR - ACT

- FABIANA FABBRIN

- JOICE FERREIRA PANZENHAGEN

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – ACT

- PAULA ARIANA DE MIRANDA DE CARVALHO

SERVENTE DE ESCOLA – ACT

- TAMIRES NAZÁRIO DE MATOS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2023.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2023.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO 100 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 5319187



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
C.N.P.J.: 95.993.085/0001-62
Município: PASSOS MAIA

Página : 1 / 1

DECRETO Nº 100/2023, de 27 de Outubro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de PASSOS MAIA e autorização contida na Lei Municipal nº 917/2022, de 22 de Novembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 200.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.1201.2010-3.1.90.00.00.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	R\$200.000,00
1.500.1001.0000	Recursos não Vinculados de Impostos - Educação	200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -		
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)		
1.500.1001.0000	Recursos não Vinculados de Impostos - Educação	R\$200.000,00
		200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Outubro de 2023.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

FLAVIO ROBERTO ROSSI
Contador

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 195/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 55/2023

Publicação Nº 5301783

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Para Registro de Preços, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 195/2023 – Pregão Eletrônico nº 55/2023.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de doces para distribuição gratuita quando das festividades natalinas e outras datas comemorativas durante o ano, campanhas, atividades pedagógicas e demais atividades culturais, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 17/11/2023

HORÁRIO LIMITE: até às 09h30 – horário de Brasília – DF.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 17/11/2023.

HORÁRIO: às 09h31 - horário de Brasília – DF.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 196/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 56/2023

Publicação Nº 5301784

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 196/2023 – Pregão Eletrônico nº 56/2023.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material escolar para alunos da Rede Municipal de Ensino de Peritiba e do Projeto Aquarela, para o ano letivo de 2024, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 17/11/2023

HORÁRIO LIMITE: até às 14h – horário de Brasília – DF.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 17/11/2023.

HORÁRIO: às 14h01 - horário de Brasília – DF.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 194/2023 - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2023

Publicação Nº 5301777

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Aviso Dispensa de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

O Município de Peritiba torna público o presente AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Processo de Licitação nº 194/2023 – Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 08/2023.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de refletores de LED para o Ginásio Municipal de Esportes Arnildo Simon, aquisição e instalação de placar eletrônico e aquisição e instalação de parede em divisória leve para o Centro de Atividades Escolares Débora Camilli Finger e aquisição e instalação de parede em divisória leve para o Centro Administrativo, de acordo com a relação constante no Anexo I deste edital.

Data da sessão: 10/11/2023

Link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Horário da fase de lances: 08h às 14h

A proposta deverá ser cadastrada no Portal anteriormente à fase de lances.

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 197/2023 - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2023

Publicação Nº 5301786

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Aviso Dispensa de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

O Município de Peritiba torna público o presente AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, com base no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Processo de Licitação nº 197/2023 – Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 09/2023.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de pneu novo 245/50 R 20 Radial de primeira linha, para o veículo Ford Edge, placas MMH5H72, pertencente ao Gabinete, de acordo com a relação constante no Anexo I deste edital.

Data da sessão: 10/11/2023

Link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Horário da fase de lances: 08h10 às 14h10

A proposta deverá ser cadastrada no Portal anteriormente à fase de lances.

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2023

Publicação Nº 5301714

01/02

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.**ALTERA DISPOSITIVO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 1/2002**

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. – O Anexo único da Lei Complementar 01/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

CLASSE / CONSUMIDOR	CONSUMO kWh/MENSAL	ALÍQUOTA
Industrial	Até 300	4,80%
	Mais de 300 até 500	8,00%
	Mais de 500 até 1000	9,60%
	Mais de 1000	12,80%

CLASSE / CONSUMIDOR	CONSUMO kWh/MENSAL	ALÍQUOTA
Comercial	Até 300	4,80%
	Mais de 300 até 500	8,00%
	Mais de 500 até 1000	8,80%
	Mais de 1000	12,00%

CLASSE / CONSUMIDOR	CONSUMO kWh/MENSAL	ALÍQUOTA
Residencial	Até 50	Isento
	Mais de 50 até 100	4,40%
	Mais de 100 até 200	5,20%
	Mais de 200 até 300	5,60%
	Mais de 300 até 500	6,40%
	Mais de 500	9,60%

02/02

CLASSE / CONSUMIDOR	CONSUMO kwh/MENSAL	ALÍQUOTA
Consumo Próprio	Até 300	4,00%
	Mais de 300 até 500	7,20%
	Mais de 500 até 1000	10,00%
	Mais de 1000	12,00%

CLASSE / CONSUMIDOR	CONSUMO kwh/MENSAL	ALÍQUOTA
Poder Público	Até 300	4,00%
	Mais de 300 até 500	7,20%
	Mais de 500 até 1000	10,00%
	Mais de 1000	12,00%

Art. 2º. - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2023

Publicação Nº 5301721

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Institui o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) como medida de atualização monetária de tributos municipais, da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, dos serviços prestados pelo município aos contribuintes, dos contratos administrativos firmados com terceiros e dá outras providências.

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. – Fica instituído no âmbito do Município de Peritiba, o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) como medida de atualização monetária de tributos municipais, da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, dos serviços prestados pelo município aos contribuintes, dos contratos administrativos firmados com terceiros devendo sempre ser utilizado o índice de menor percentual.

Parágrafo único: em caso de deflação de qualquer os índices a UFRM não sofrerá reajuste, mantendo-se o valor nominal vigente.

Art. 2º. – A atualização monetária dos tributos municipais, da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM e dos serviços prestados pelo município aos contribuintes será fixada no mês de janeiro de cada ano, através de Decreto, tendo como base o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do exercício anterior, e compreende:

I – Tributos Municipais: Impostos, Taxas e Contribuições, multas e penalidades de qualquer natureza previstas no Código Tributário Municipal ou instituídos por Lei;

II – Serviços prestados pela municipalidade ou através de terceiros, de qualquer natureza, notadamente aqueles relacionados ao apoio ao desenvolvimento rural e urbano.

§ 1º - A atualização dos serviços de que trata o inciso II deste artigo não impede a revisão dos valores que compõe o custo operacional,

caso os valores praticados se encontrem defasados, para evitar prejuízo ao erário público.

§ 2º - Os serviços de horas maquinas serão atualizados de acordo com o previsto na Lei 2097/2016.

Art. 3º - Os contratos administrativos firmados com terceiros, prestadores de serviços ou execução de obras, entre outros, decorrentes de processos licitatórios terão como limite de atualização anual o IPCA, excetuando-se os casos de reequilíbrio de contratos previstos na Lei Federal nº 8.666/96, desde que plenamente justificados.

Art. 4º. - Fica revogada a Lei nº 2244, de 28 de setembro de 2021.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

LEI N° 2310/2023

Publicação N° 5301726

LEI N° 2310/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.**ALTERA A LEI ORDINÁRIA N° 1947, DE 06 DE JUNHO DE 2013 QUE “FIXA NOVO VALOR DAS DIÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA”**

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º O art. 7º da LEI ORDINÁRIA N° 1947, de 06 de junho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Cada servidor ou vereador terá direito utilizar-se de no máximo 06 (seis) diárias ao ano, podendo ser autorizado o aumento deste número, mediante requerimento do interessado e expressamente autorizado pelo Plenário.

Art. 2º O Anexo I da LEI ORDINÁRIA N° 1947, de 06 de junho de 2013 passa a vigorar com a redação do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I**TABELA DE DIÁRIAS DA LEI N.º 2310/2023**

CARGOS	Valores em R\$ (reais) No Estado e fora do Estado (exceto capitais)	Valores em R\$ (reais) Capitais das Unidades da Federação	Valores em R\$ (reais) Distrito Federal
Servidores	600,00	700,00	900,00
Vereadores	600,00	700,00	900,00

LEI Nº 2311/2023

Publicação Nº 5319213

LEI Nº 2311/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.**CRIA O PROJETO “VIAGEM HUMANIZADA” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído o projeto “Viagem Humanizada” no âmbito do Município de Peritiba, cuja finalidade é fornecer “kit lanche” aos pacientes e acompanhantes que utilizam do transporte do Município, exclusivamente para tratamento de saúde em outros Municípios, pautada na dignidade da pessoa humana.

Art. 2º. O “kit Lanche” de que trata o artigo primeiro será composto por no máximo 04 (quatro) itens à escolha e critério da Secretaria Municipal de Saúde e será distribuído a todos os pacientes no ato do embarque.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Saúde terá o apoio da Nutricionista para a definição dos itens que irão compor o “kit lanche”, especialmente para fins de disponibilizar uma alimentação balanceada.

Art. 4º. O “kit lanche” poderá ter sua composição alterada sempre que a Nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde julgar necessário, tanto para adequar a melhor alimentação para o horário e período da viagem, quanto a restrição alimentar de pacientes.

Art. 5º. Os pacientes que possuírem alguma restrição alimentar devido a existência de doenças, deverão, no ato de agendamento da

viagem, informar as devidas restrições para que, a nutricionista do município possa confeccionar um cardápio de alimentos que comporão o kit lanche, de acordo com a restrição informada pelo paciente

Art. 6º. O Kit Lanche também será disponibilizado ao acompanhante do paciente, limitado à 01 (um) acompanhante por paciente transportado.

Art. 7º. Não poderá haver nenhuma espécie de cobrança ou contraprestação pelos kits, por parte de quem quer que seja. É terminantemente proibida a venda, troca ou outro tipo de comercialização dos kits.

Art. 8º. Para viagens que durem o período integral do dia, será fornecido 2 (dois) kit lanche. E, para viagens de tiverem duração de meio período, será disponibilizado, 1 (um) kit lanche e, para viagens de durabilidade de mais de 1 (um) dia, também será fornecido 2 (dois) kit lanche.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 2312/2023

Publicação Nº 5319219

LEI Nº 2312/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
SUBSIDIAR O TRANSPORTE ESCOLAR A ALUNOS
DO MUNICÍPIO PARA VIAGEM DE ESTUDOS A
PORTO ALEGRE.**

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a subsidiar 100% (cem por cento) do transporte escolar de alunos e professores do ensino médio da Escola de Educação Básica Irmã Anunciata Sperandio de Peritiba/SC.

§1º O transporte escolar que trata este artigo corresponde à viagem de estudo de ida e volta à cidade de Porto Alegre/RS, com visita ao Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

§2º A Escola de Educação Básica Irmã Anunciata Sperandio de Peritiba/SC deverá apresentar relatório de viagem com a identificação de alunos e professores e a devida comprovação da visitação.

Art. 2º O transporte será realizado através de empresa devidamente habilitada, contratada através de processo licitatório.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta do orçamento vigente, classificada na funcional programática 5.000 – 5.010-12.362.4.2.109 – Operacionalização do Ensino Médio.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba (SC), em 03 de novembro de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11 2023 PMPB - PL Nº. 11 2023 PMPB ESOCIAL

Publicação Nº 5301195

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11/2023 PMPB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: RC SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA- CNPJ Nº 38.928.121/0001-70

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2023 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2023 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURANÇA, ENGENHARIA, MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL PARA ENVIO DO ESOCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: Organograma 03.001

Máscara 03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.00.00

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 18.120,00 (DEZOITO MIL, CENTO E VINTE REAIS)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2023

EXTRATO PL Nº. 38/2023 PMPB TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2023 PMPB

Publicação Nº 5301397

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2023 PMPB

TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2023 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo "menor preço global", objetivando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS (LAJOTAS) DA RUA LEANDRO THOMAS FRANCISCO – TRECHO 3, BAIRRO LARANJEIRAS, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.", conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 22/11/2023 às 09h00min. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br (site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Secretaria de Administração e Finanças situada a Rod. SC 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 01 de novembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2023 FMS TMADA DE PREÇOS Nº. 01/2023 FMS

Publicação Nº 5301532

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2023 FMS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2023 FMS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo ☐ menor preço global ☐, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SIQUEIRO, SITUADA NA AVENIDA ELIETE DE SOUZA, BAIRRO SIQUEIRO, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.", conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 23/11/2023 às 09h00min. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br (site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Secretaria de Administração e Finanças situada a Rod. SC 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 01 de novembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2023 PMPB PREGÃO ELETRONICO Nº. 23/2023 PMPB

Publicação Nº 5301408

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6DFC104D6F64FA6425D093A11CA5CCB1559BF24D

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2023 PMPB
PREGÃO ELETRONICO Nº. 23/2023 PMPB

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, por meio de seu Prefeito Municipal, Sr. Lourival de Oliveira Izidoro, informa que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo “menor preço global” visando a “A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE 11 (ONZE) ABRIGOS DE PASSAGEIROS EM ESTRUTURA METÁLICA COM FECHAMENTO EM POLICARBONATO, MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (www.comprasbr.com.br): entre 07/11/2023 às 8hs e 20/11/2023 às 08hs45min

- INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/11/2023 às 09h00min

O Edital encontra-se publicado no site: www.pescariabrava.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do telefone (048) 9 2001 9148 - Setor de Licitações, do e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br ou diretamente na sede da Secretaria de Administração e Finanças situada à Rodovia sc 437, Km 248, bairro Santiago, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava/SC, 03 de novembro de 2023.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

PREFEITO MUNICIPAL

Petrolândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39 2023 - BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA

Publicação Nº 5301273

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 97/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA COM TEXTURA FINA, PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Empresa: BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA, inscrita no CNPJ: 05.909.258/0001-29, valor R\$ 49.392,00. Data: 26/10/2023. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 06 de novembro de 2023. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal.

CONTRATO 76 2023 - DOCS CONSULTORIA EM RH LTDA

Publicação Nº 5301241

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D9ABC1DE11BB8028AF40B723B37DC463C27CA9BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2023

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a empresa DOCS CONSULTORIA EM RH LTDA, inscrita no CNPJ: 50.506.800/0001-57. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/SC. OS CARGOS ESTÃO DISPOSTOS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Data: 26/10/2023. Valor: R\$ 11.997,00. Vigência: 75 dias. Petrolândia, 06 de novembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

CONTRATO 77 2023 SENIOR ENGENHARIA AMBIENTAL E SANEAMENTO LTDA

Publicação Nº 5301263

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4DF948D11D1B8BF097D71FF17C1161B9DB2FA5AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2023

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a empresa SENIOR ENGENHARIA AMBIENTAL E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ: 45.463.059/0001-54. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL E SANITÁRIA, OS SERVIÇOS CONTEMPLADOS ESTÃO DESCRITOS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Data: 26/10/2023. Valor: R\$ 48.000,00. Vigência: 06 meses. Petrolândia, 06 de novembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

CONTRATO 78 2023 - ESTELA APARECIDA BECKER

Publicação Nº 5301370

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 57D0755369B07013E4129BB9BEDB18466B7F1F20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2023

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a empresa ESTELA APARECIDA BECKER 04798002941 inscrita no CNPJ: 40.398.47/0001-04. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO, DISPONDO DE JORNALISTA, PARA REALIZAR A CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DAS INFORMAÇÕES NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. Data: 03/11/2023. Valor: R\$ 23.160,00. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 06 de novembro de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 461/2023

Publicação Nº 5301454

PORTARIA Nº 461/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONTRATAR

MARIANA DIAS GOMES no cargo de Psicóloga - 24 hs, Grupo I do anexo III, Nível ANS I, código 1.13 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, com lotação na Secretaria da Assistência Social, pelo período de 25/10/2023 a 20/12/2023, com base no inciso I do artigo 42 da lei complementar municipal 009 de 28/06/2011.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 25 de outubro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 462/2023

Publicação N° 5301455

PORTARIA N° 462/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL
POR TEMPO DE SERVIÇO e DESEMPENHO

ao servidor RAIMUNDO STAROSCKY ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo III do anexo III, Nível TSA-VI, código 3.06 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, para Motorista código 3.06 Nível TSA-VIII, referente ao período aquisitivo de 25/10/2020 a 24/10/2023, com base no inciso I e § 2º do artigo 35 da Lei Complementar 009 de 28/06/2012.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 26 de outubro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 463/2023

Publicação N° 5301456

PORTARIA N° 463/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o item VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONCEDER E AUTORIZAR GOZAR
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

no período de 01/11/2023 a 30/12/2023, ao servidor RAIMUNDO STAROSCKY ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo III do anexo I, Nível TSA-VIII código 3.06 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, referente ao período aquisitivo de 25/10/2018 a 24/10/2023, com base no artigo 98 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 26 de outubro 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 464/2023

Publicação N° 5301458

PORTARIA N° 464/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

AUTORIZAR GOZAR FÉRIAS

no período de 09/10/2023 a 23/10/2023, à servidora ADRIANA ALVES ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Grupo II do anexo III, Nível ANM IV código 2.03 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, referente ao período aquisitivo de 24/04/2021 a 23/04/2022, com base no artigo 104 da lei complementar municipal 001/90 de 01/11/1990.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 30 de outubro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 465/2023

Publicação N° 5301459

PORTARIA N° 465/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

AUTORIZAR GOZAR FÉRIAS

no período de 16 a 15/10/2023, à servidora VANDERLÉIA DE FREYN ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, Grupo II do anexo III, Nível ANM II, código 2.11 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, referente ao período aquisitivo de 04/02/2021 a 03/02/2022, com base no artigo 104 da lei complementar Municipal 001/90 de 01/11/1990.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 30 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 466/2023

Publicação N° 5301460

PORTARIA N° 466/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR

ELIANE APARECIDA BIANCATO WEBER, do cargo efetivo de Professor, a contar de 31/10/2023, em virtude da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme comunicado expedido pelo referido órgão.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 30 de outubro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 467/2023

Publicação N° 5301461

PORTARIA N° 467/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONTRATAR

ADRIANA STAROSKY SIMAS para exercer o cargo de Professor CH 20 horas, grupo I nível I, anexo III, V e VI da Lei Complementar 002/2002 de 21/05/2002, na Secretaria de Educação e Cultura – CEI Cantinho de Luz, em vaga excedente, pelo período de 24/10/2023 a 19/12/2023, com base no inciso II do artigo 32, da Lei Complementar 002/2002.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 01 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 468/2023

Publicação N° 5301462

PORTARIA N° 468/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o item VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município e inciso I do artigo 12 da Lei Complementar 001/1990, resolve,

NOMEAR

ANGELITA DE ANDRADE AMARAL, para exercer o cargo efetivo de Merendeira, CH 40 horas, Grupo III do anexo III, Nível TSA-I, código 3.05 do anexo VII da Lei Complementar Municipal 009/2011 de 28/06/2011, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 001/2021

de 18 de outubro de 2021, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 01 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 469/2023

Publicação N° 5301463

PORTARIA N° 469/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONTRATAR

SHAIANE SIMAS para exercer o cargo de Professor CH 20 horas, grupo I nível I, anexo III, V e VI da Lei Complementar 002/2002 de 21/05/2002, na Secretaria de Educação e Cultura – CEI Pingo de Gente, em vaga excedente, pelo período de 01/11/2023 a 15/12/2023, com base no inciso II do artigo 32, da Lei Complementar 002/2002.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 01 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 470/2023

Publicação N° 5301464

PORTARIA N° 470/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONTRATAR

SCHIRLEI DANIELLI SAITZ para exercer o cargo de Professor CH 20 horas, grupo I nível II, anexo III, V e VI da Lei Complementar 002/2002 de 21/05/2002, na Secretaria de Educação e Cultura – CEI Pingo de Gente, em vaga excedente, pelo período de 01/11/2023 a 15/12/2023, com base no inciso II do artigo 32, da Lei Complementar 002/2002.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 01 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 471/2023

Publicação N° 5301465

PORTARIA N° 471/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, resolve,

CONCEDER E AUTORIZAR GOZAR FÉRIAS
C/ 1/3 DE ABONO PECUNIÁRIO

no período de 01/11/2023 a 03/11/2023, ao servidor ELIAS RICARDO RAUPP GARCIA ocupante do cargo efetivo de Professor – CH 40 hs, grupo I nível II, anexo III, V e VI da Lei Complementar 002/2002 de 21/05/2002, referente ao período aquisitivo de 04/10/2022 a 03/10/2023, com base no artigo 104 da Lei Complementar 001/90 de 01/11/1990.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 01 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 472/2023

Publicação Nº 5301466

PORTARIA Nº 472/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta o art. 85, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

RESOLVE:

Designar as servidoras abaixo relacionado, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e no Decreto Municipal nº 026/2023, para exercer a Fiscalização do Contrato nº 76/2023, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 01/2023, Processo Administrativo nº 99/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados para planejamento, organização e execução de Processo Seletivo Público para o preenchimento de vagas, da Prefeitura Municipal de Petrolândia/SC.

I - Fiscal Titular do Contrato: Sandra Regina Deuttner Monteiro

II – Fiscal Suplente do Contrato: Áurea Hillesheim Longen

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 03 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 473/2023

Publicação Nº 5301467

PORTARIA Nº 473/2023

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta o art. 85, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e no Decreto Municipal nº 026/2023, para exercer a Fiscalização do Contrato nº 77/2023, oriundo da Dispensa Eletrônica nº 02/2023, Processo Administrativo nº 101/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados para consultoria e assessoria ambiental e sanitária.

I - Fiscal Titular do Contrato: Felipe Weiduschat

II – Fiscal Suplente do Contrato: Luiz Carlos de Almeida Santos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 03 de novembro de 2023.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 06 2023 - PAVIMENTAÇÃO RUA FÉLIX ZIMMERMANN

Publicação Nº 5301324

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 105/2023 na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FÉLIX ZIMMERMANN, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E ANEXOS DO EDITAL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 21/11/2023, ocasião em que será iniciada a sessão. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo site oficial do Município www.petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 06 de novembro de 2023. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1F271CEB44823093A740CB0747AD95946D2B977

Pinheiro Preto

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 144/2023

Publicação Nº 5319223

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 144/2023
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2022

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo nº 003/2022, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Procuradoria Municipal, obedecida a ordem final de classificação, o candidato aprovado, abaixo relacionado:

IDENTIFICAÇÃO CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
089.044.629-67	LEODIR MÁRIO NEIS	ADVOGADO

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso) e registro no Órgão da Categoria Profissional;
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão civil: Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária Banco do Brasil;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- Carteira de Habilitação.
- Certificado de reservista;

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de novembro de 2023.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 617, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301528

PORTARIA Nº 617, DE 03 DE NOVEMBRO de 2023.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA FABIANE BOGONI.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 1.971/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora FABIANE BOGONI, ocupante do emprego público de Técnico de Enfermagem, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 06/06/2021 a 05/06/2022, cujo gozo se dará de 06/11/2023 a 05/12/2023, devendo retornar as suas atividades em 06/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 06 de novembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal, 03 de novembro de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 618, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301526

PORTARIA Nº 618, DE 03 DE NOVEMBRO de 2023.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA RAMONE DALL BOSCO KLEIN.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 2.344/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora RAMONE DALL BOSCO KLEIN, ocupante do cargo efetivo de Professora de Creche, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 12/01/2020 a 11/01/2021, cujo gozo se dará de 06/11/2023 a 25/11/2023, devendo retornar as suas atividades em 27/11/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 06 de novembro de 2023.

Centro Administrativo Municipal, 03 de novembro de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2023

Publicação Nº 5301441

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 005/2023 Pinheiro Preto, 03 de Novembro de 2023.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DE PROPOSTA DA POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PELO NOVO PAC SAÚDE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a proposta da possível construção de Unidade Básica de Saúde pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), conforme ata nº004/2023 do Conselho Municipal de Saúde do dia 03 de Novembro de 2023.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 03 de Novembro de 2023.

Maria Joana Perego Chelest
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

RESOLUÇÃO Nº 006/2023

Publicação Nº 5301444

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 006/2023 Pinheiro Preto, 03 de Novembro de 2023.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE .

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a projeto de Construção de Unidade Básica de Saúde no endereço da Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, interligando com a estrutura já existente, utilizando recursos em conta de acordo com remanejamento da gestão municipal e contabilidade do Fundo Municipal de Saúde. Aprovação de reforma na estrutura já existente com adequações necessárias à interligação dos prédios e readequações em ambiência. Aprovação para aquisição de mobiliário e equipamentos necessários às duas estruturas. As apreciações/aprovações estão descritas nas atas nº003/2023 (03/10/2023) e nº 004/2023 (03/11/2023) do Conselho Municipal de Saúde.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 03 de Novembro de 2023.

Maria Joana Perego Chelest
Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Pinheiro Preto - SC

PORTARIA N. 619 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301540



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

PORTARIA Nº 619, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 46/2023 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, **RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a licitação nº 46/2023, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE HIDRÁULICA E HIDROSSANITÁRIA PARA TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

I – ILAINE KONFLANZ DAMBROS inscrita no CNPJ/MF sob nº **41.103.264/0001-58** Vencedor do Pregão n., no valor total de R\$ 28.296,00 (vinte e oito mil duzentos e noventa e seis)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE NOVEMBRO DE 2023

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

PORTARIA N. 620 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301542



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

PORTARIA Nº 620, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023**DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na lei nº 14.133/21, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes funcionários para atuarem como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente do **Pregão 46/2023**:

I - Designar os seguintes funcionários para atuarem como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente do Pregão 46/2023:

- a) Heloize Chrystine Buryk, Auxiliar Administrativo, fiscal do contrato junto à Secretaria de Assistência Social.
- b) Michel Felipe Viecegli, Gestor de programas governamentais relacionados à educação, fiscal do contrato junto à Secretaria de Educação.
- c) Naiara Kercher Bueno, Diretora de Departamento de Agricultura, fiscal do contrato junto à Secretaria de Obras.
- d) Paola Volpato, Engenheira Civil, fiscal do contrato junto à Secretaria de Administração.
- e) Suzana dos Santos, Operária Braçal, fiscal do contrato junto à Secretaria de Urbanismo.
- f) Wallison Gabriel França Gonçalves, Auxiliar Administrativo, fiscal do contrato junto à Secretaria de Saúde.
- g) Pedro Henrique Batista Rohling, Engenheiro Agrônomo, fiscal do contrato junto à Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

Av. Mel. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 3º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 5º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 6º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

Art. 7º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 8º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Av. Maj. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 03 DE NOVEMBRO DE 2023

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

Av. Mel. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 1546/2023

Publicação N° 5319166

**Pomerode**
PREFEITURA**PORTARIA N° 1.546/2023****EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO, THAYNA HELENA EICHSTAEDT DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CLASSE.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, **JORGE LUIZ BUERGER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei n° 2819 de 17 de março de 2016, **EXONERAR** por término de contrato, **THAYNA HELENA EICHSTAEDT**, da função de **AUXILIAR DE CLASSE**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 1º novembro de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 1º de novembro de 2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/11/2023 13:52:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p654282405b169>
POR JORGE LUIZ BUERGER - (529.148.609-00) EM 01/11/2023 13:52



Assinado digitalmente por:
JORGE LUIZ BUERGER
01/11/2023 13:52:09

JORGE LUIZ BUERGER
Assinatura digital avançada com certificado digital não-CP
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 1547/2023

Publicação N° 5319164

**PORTARIA N° 1.547/2023****CESSA SUPLEMENTAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JOSIMERI ALICE REINKE LAURINDO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, **JORGE LUIZ BUERGER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 3364/18, em seu artigo 1°, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar n° 269/2014, **CESSAR SUPLEMENTAÇÃO** da carga horária da servidora **JOSIMERI ALICE REINKE LAURINDO**, ocupante do cargo de **Professor anos Iniciais**, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na EEBM Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de novembro de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 1º de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
JORGE LUIZ BUERGER
01/11/2023 13:52:28

JORGE LUIZ BUERGER

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/11/2023 13:52 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://ic.atende.net/p654282579394b>.
POR JORGE LUIZ BUERGER - (529.148.609-00) EM 01/11/2023 13:52



PORTARIA 1548/2023

Publicação Nº 5319163



PORTARIA Nº 1.548/2023

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR VINICIUS SPIGER.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, ao servidor **VINICIUS SPIGER**, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista Comunitário - Nível II, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18.02.2020 a 18.02.2023, no período de 16 a 30 de novembro de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, em 1º de novembro de 2023.



Assinado digitalmente por:
LIGIA HOEPFNER
01/11/2023 14:06:06

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LIGIA HOEPFNER
Secretária de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/11/2023 14:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p654285636940b>.
POR LIGIA HOEPFNER - (987.997.629-00) EM 01/11/2023 14:06



PORTARIA 1551/2023

Publicação Nº 5319161

**PORTARIA Nº 1.551/2023****PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR HAROLDO HORNBERG.**

O Secretário de Obras, **HORST LEMKE**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos da Lei Complementar nº 269/2014, ao servidor **HAROLDO HORNBERG**, ocupante do cargo de Servente, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 31 de outubro a 29 de dezembro de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 1º de novembro de 2023.

HORST LEMKE
Secretário de Obras

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/11/2023 20:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/pp6542dd08b#67d>
POR MUNICÍPIO DE POMERODE: 83102251000104 - (605.728.259-00) EM 01/11/2023 20:19



Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2023 - FMEDUCA

Publicação N° 5285254

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0AAB3C3087B7864A3884CD81B9E06B418E62B8C1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 012/2023 - Pregão Eletrônico N° 012/2023 - FMEDUCA

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços especializados em assessoria técnica e apoio operacional para construção de Política de Jovens e Adultos EJA, e adequação da matriz curricular, sem regularidade legal no momento, conforme especificações do anexo I, que faz parte integrante do edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até as 08h30min do dia 17/11/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026.

Porto Belo, 01 de novembro de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 106/2023 - PMPB

Publicação N° 5285250

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 58F37C3D3BD71FDD1D8894804945EB701653507F

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão N° 106/2023 - Pregão Eletrônico N° 106/2023 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de bancos em concreto armado, conforme o projeto, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 09h00min do dia 17/11/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026

Porto Belo, 01 de novembro de 2023.

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.839/2023

Publicação Nº 5301432

DECRETO Nº 1.839, de 1º de novembro de 2023.

Suspende a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo instituída pela Lei Municipal nº. 4.374/2015 para as unidades imobiliárias atingidas pelas cheias do Rio Iguaçu.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO as chuvas torrenciais que acometeram o Município, elevando o nível do Rio Iguaçu, atingindo residências e empresas obrigando o esvaziamento de referidas unidades imobiliárias;

CONSIDERANDO a edição do Decreto de Emergência nº 1.825 de 12 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO que a Taxa de Coleta de Lixo é a contraprestação financeira para remunerar serviços efetivamente prestados e que nas áreas atingidas pelas cheias do Rio Iguaçu não está ocorrendo a prestação dos serviços de coleta de lixo;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo instituída pela Lei Municipal nº 4.374/2015, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, dos proprietários, moradores, possuidores ou responsáveis pelas unidades imobiliárias cadastradas na Secretaria de Desenvolvimento Social que tenham sido afetadas pelas cheias e que por consequência não receberam a prestação dos serviços de Coleta de Lixo.

Parágrafo Único. As unidades imobiliárias atingidas deverão ser mapeadas pelo Setor de Tributação e Cadastro Imobiliário, juntamente com a Coordenação da Defesa Civil, visando delimitar as unidades que terão a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo suspensa.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Finanças do Município deverá elaborar demonstrativo de estimativa para eventual compensação de receitas em atendimento a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2023.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1.840/2023

Publicação Nº 5301433

DECRETO Nº 1.840 de 1º de novembro de 2023.

Estabelece normas e procedimentos para a realização do Censo Previdenciário dos servidores efetivos ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, de todos os poderes e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto União – Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto, as normas e os procedimentos para a realização do Censo Previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, de todos os poderes e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto União, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

§ 1º A submissão ao Censo Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os servidores públicos municipais elencados no caput, mesmo quando licenciados, cedidos ou afastados a qualquer título.

§ 2º O Censo Previdenciário se estende aos servidores municipais admitidos sem concurso público antes da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB e beneficiados pela estabilidade excepcional do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O Censo Previdenciário tem por finalidade a atualização e manutenção em caráter permanente de um banco de dados consistente, necessário para o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos RPPS - CNIS/RPPS e estudos relativos ao equilíbrio financeiro e atuarial, bem como para a adoção de práticas de gestão previdenciária que permitam a definição e introdução de estratégias com celeridade e eficiência.

Art. 3º O Censo Previdenciário constituir-se-á em um banco de dados único, constando as informações:

I- cadastrais: dados pessoais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, tais como número do Registro Geral - RG, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, estado civil, endereço, endereço eletrônico, número de contato telefônico, relação de dependentes, coleta de foto e dados biométricos;

II- funcionais: histórico funcional do segurado desde a sua admissão junto aos Entes Federativos, vínculos funcionais, tempos de contribuição, histórico funcional, cargos e carreiras, e/ou na iniciativa privada, mediante a apresentação de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC ou documento congênere;

III- financeiras: informações financeiras dos segurados ativos desde a data da sua admissão no Ente Federativo, base de cálculo, valor de contribuições previdenciárias e benefícios recebidos.

Art. 4º O Censo Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I- integração de sistemas e bases de dados;

II- inclusão dos dados cadastrais no Sistema de Gestão de Regime Próprio de Previdência Social - SIPREV/Gestão de forma progressiva periódica, mensal, mediante aprovação do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União;

III- realização permanente de Censo Previdenciário com a utilização do aplicativo SIPREV/Gestão;

IV- validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para o CNIS/RPPS;

V- tratamento das informações retornadas via aplicativo de informes gerenciais do Ministério da Previdência Social, denominado INFORME/CNIS/RPPS;

VI- melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Porto União, objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia na agilidade da concessão de benefícios previdenciários;

VII- ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte e o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União - IMPRESS, conjuntamente, serão os responsáveis pelo planejamento, definição de cronograma e monitoramento da fase de execução do Censo Previdenciário.

§ 1º A execução do Censo Previdenciário, de forma presencial, ficará a cargo do IMPRESS ou designado/contratado pelo mesmo sob fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Esporte.

§ 2º Compete ao IMPRESS ou designado/contratado pelo mesmo efetuar a reunião, atualização e validação dos dados cadastrais do público alvo, compreendendo o cadastramento de dados pessoais, coleta de fotos, coleta de impressões digitais, dados funcionais, dados financeiros, digitalização, armazenamento e importação dos dados.

Art. 6º O titular da Secretaria Municipal de Administração e Esporte e o Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União ficam autorizados a editar conjuntamente normas complementares a este Decreto, inclusive com a formação de Grupo de Trabalho e a definição do cronograma de atividades do Censo Previdenciário.

Parágrafo único. O Censo Previdenciário obedecerá ao plano de execução estipulado por Portaria Conjunta, na forma do caput deste artigo, com a definição dos polos de atendimento, datas e horários, assegurada a ampla divulgação na mídia eletrônica, televisiva, radiofônica e impressa, sem prejuízo de adoção de outros meios de divulgação.

Art. 7º O Censo Previdenciário é de caráter obrigatório e pessoal, devendo o servidor efetivo ativo, aposentado ou pensionista, e aqueles vinculados ao RGPS conhecidos como "estabilizados", efetuar prévio agendamento on-line através do telefone/whatsapp (42)3523-2632 e comparecer pessoalmente ao polo de atendimento agendado, para fazer prova de vida e atualizar suas informações cadastrais.

§ 1º Caso o servidor/segurado tenha alguma dificuldade em realizar o agendamento on-line, poderá contar com o auxílio da Central de Atendimento.

§ 2º O servidor/segurado deverá comparecer ao polo de atendimento na data agendada, munido obrigatoriamente dos documentos originais, ou das respectivas cópias autenticadas e legíveis, relacionados no Anexo I deste Decreto, inclusive os dos seus dependentes, quando houver.

§ 3º Para fins de inclusão de companheiro na relação de dependentes, será necessária a apresentação de escritura pública declaratória de união estável ou cópia de sentença judicial declaratória de união estável transitada em julgado.

§ 4º Caso o servidor/segurado não esteja portando todos os documentos obrigatórios, deverá reagendar a realização do Censo Previdenciário e retornar com a documentação exigida.

§ 5º O servidor/segurado que não comparecer à unidade de atendimento presencial terá o pagamento de sua remuneração ou proventos suspensos a partir do mês imediatamente posterior a conclusão do censo, ficando seu restabelecimento condicionado ao comparecimento ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União para sua regularização.

§ 6º O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento imediatamente posterior a do mês em que houve o recenseamento, assim como deverá ser incluso nesta folha o pagamento da diferença bloqueada.

§ 7º Após seis meses de suspensão do pagamento da remuneração ou dos proventos da aposentadoria ou pensão, por não realização do Censo Previdenciário, será aberto procedimento administrativo, no âmbito de cada Poder, para apuração da ausência injustificada, observando-se o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 8º O servidor/segurado que não puder comparecer ao local do Censo Previdenciário, por dificuldade de locomoção ou por motivo de doença devidamente comprovada por laudo médico, poderá agendar visita domiciliar para recenseamento, desde que informado o endereço completo com ponto de referência, na Cidade de Porto União/SC.

§ 9º Nos casos descritos no § 8º deste artigo, o servidor/segurado não sendo localizado será notificado por meio de correspondência ou edital, concedendo-lhe o prazo de trinta dias para a realização do Censo.

§ 10. Após o prazo de que trata o § 9º, a ausência não justificada acarretará a suspensão do seu pagamento, nos mesmos moldes do § 5º deste artigo.

§ 11. O servidor/segurado que se encontrar no exterior deverá encaminhar à Unidade Gestora do RPPS do Município de Porto União, além da documentação constante no Anexo I, declaração de vida emitida por consulado ou embaixada brasileira no país em que se encontrem.

Art. 8º O servidor ativo terá sua ausência ao trabalho abonada no horário agendado para a realização do Censo Previdenciário, mediante apresentação do comprovante de recenseamento fornecido na unidade de atendimento deste.

Parágrafo único. O órgão ou entidade de lotação do servidor, no interesse da Administração, poderá solicitar ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União o reagendamento do atendimento do servidor, visando a evitar a paralisação ou prejuízo dos serviços públicos.

Art. 9º O público alvo do Censo Previdenciário é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções

administrativas e penais por prestar informações falsas ou omitir dados pessoais, funcionais ou sobre dependentes, que necessitam ser declaradas.

Art. 10. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União devem cooperar, no âmbito das suas respectivas competências, com a execução do Censo, inclusive facilitando a divulgação e atendendo ao disposto neste Decreto.

§ 1º Os titulares de cada órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União indicarão um servidor do setor de recursos humanos que se reportará ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto União e aos funcionários do IMPRESS.

Art. 11. Para o cumprimento do disposto neste Decreto, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União ficam obrigados a fornecer:

- I- documentos funcionais dos servidores que estiverem em seus arquivos e forem requisitados pela coordenação geral do Censo;
- II- acesso às pastas funcionais dos servidores, pela coordenação-geral do Censo e pelos funcionários do IMPRESS, para consulta ou digitalização de documentos cadastrais, funcionais ou financeiros, caso necessário.

Art. 12. Para fins de análise financeira e atuarial, os vínculos funcionais prestados a outros regimes devem, obrigatoriamente, ser declarados pelos servidores efetivos ativos.

§ 1º O documento hábil à averbação do tempo de contribuição referente aos vínculos de que trata o caput deste artigo é a Certidão de Tempo de Contribuição - CTC.

§ 2º Ainda que o servidor ativo não pretenda averbar, de imediato, o tempo laboral prestado a outros regimes previdenciários, esse fica obrigado a declarar o período respectivo e a apresentar extrato comprobatório de tais vínculos.

Art. 13. Concluído o Censo Previdenciário de que trata este Decreto e atualizado o banco geral de dados dos servidores do Município de Porto União, será obrigatório o recadastramento anual de servidores ativos, com vistas à atualização de dados cadastrais, financeiros, funcionais e de seus dependentes, visando à permanente atualização das pastas funcionais, observando-se, ainda:

- I- o recadastramento de que trata o caput deste artigo será feito pelo setor de recursos humanos de cada órgão e entidade da Administração Direta e Indireta do Município;
- II- eventuais alterações de dados cadastrais, financeiros, e/ou funcionais serão obrigatoriamente implementados no SIPREV, para fins de subsidiar a análise financeira e atuarial.

Parágrafo único. O recadastramento anual de aposentados, de seus respectivos dependentes e de pensionistas segue o disposto em lei específica.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2023.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I
DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O CENSO
(TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER ORIGINAIS OU CÓPIAS LEGÍVEIS)

SERVIDORES ATIVOS	OBRIGATÓRIO
1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).	SIM
2. Documento oficial de identificação com foto: Cédula de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional reconhecida por Lei Federal como documento de identidade válido em todo território nacional; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de identidade do indígena; Passaporte brasileiro ou documento de identificação digital reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional.	SIM
3. Título de Eleitor, E-título ou Certidões Eleitorais.	Para quem tem entre 18 e 69 anos de idade.
4. Comprovante de Quitação com o Serviço Militar.	Para quem é do sexo masculino e tem entre 18 e 45 anos de idade.
5. Certidão de Nascimento, Casamento e União Estável, de acordo com o estado civil, podendo ser: a) Solteiro (a): Certidão de Nascimento; b) Casado (a): Certidão de Casamento; c) Viúvo (a): Certidão de Casamento + Certidão de Óbito ou Certidão de Casamento averbado com o Óbito; d) Divorciado (a): Certidão de Casamento + Certidão de Divórcio ou Certidão de casamento averbado com divórcio; e) Separado (a) Judicialmente: Certidão de Casamento + Certidão de Separação Judicial ou Certidão de casamento averbado com separação judicial; f) Separado (a) de Fato: Certidão de Casamento + Declaração de Separação de Fato (Anexo VI); ou g) União Estável: Escritura Pública de União Estável.	SIM
6. Comprovante de residência, datado de até 90 dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o servidor não possuir comprovante em seu nome, será aceito em nome do cônjuge/companheiro. Se em nome de terceiros, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM
7. Comprovante do último grau de escolaridade (Diploma, Certificado de conclusão de curso, Histórico ou Declaração Escolar).	SIM
8. Registro no Conselho Profissional de Classe.	SE HOUVER

9. Extrato — Previdenciário do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que poderá ser solicitado: a) Pelo site: https://meu.inss.gov.br/#/login ; b) Junto à agência do INSS; c) No autoatendimento do Banco do Brasil através da seguinte sequência: Menu Completo>Conta Corrente>Extrato> Extrato Diversos> Previdência Social; ou d) Pelo Internet Banking da Caixa Econômica Federal através da seguinte sequência: Internet Banking> FGTS e INSS>INSS> Extrato Previdenciário;	SIM
10. Espelho do nº PIS/PASEP.	NÃO
11. Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS).	SE HOUVER
12. Certidão de Tempo de Contribuição do INSS e/ou de outro RPPS.	SE HOUVER
13. Declaração de acúmulo de cargos do Anexo II.	SIM
14. Contracheque atualizado referente ao mês anterior à realização do Censo Previdenciário. Importante: caso o servidor esteja afastado sem remuneração, apresentar o último contracheque gerado.	SIM
15. Para servidores cedidos para exercício em outro órgão ou entidade: portaria de cessão publicada no Diário Oficial do Município e declaração de efetivo exercício assinada pelo chefe imediato no órgão cessionário.	SIM
16. Para servidores afastados para exercício de mandato eletivo: comprovação da data do afastamento do cargo efetivo. No caso de servidor investido no mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horário, apresentar também Termo de Opção de Remuneração.	SIM
17. Para servidores com deficiência: laudo médico datado, com identificação pessoal (nome, RG/CPF); código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e indicação das limitações funcionais decorrentes; além de autorização da PcD para tornar pública a sua condição.	SIM
18. Para servidores estrangeiros: Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).	SIM
19. Para servidores ocupantes de cargos de motorista: Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com as exigências legais.	SIM

SERVIDORES APOSENTADOS	OBRIGATÓRIO
1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).	SIM
2. Documento oficial de identificação com foto: Cédula de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional reconhecida por Lei Federal como documento de identidade válido em todo território nacional; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de identidade do indígena; Passaporte brasileiro ou documento de identificação digital reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional.	SIM
3. Título de Eleitor, E-título ou Certidões Eleitorais.	Para quem tem entre 18 e 69 anos de idade.
4. Certidão de Nascimento, Casamento e União Estável, de acordo com o estado civil, podendo ser: a) Solteiro (a): Certidão de Nascimento; b) Casado (a): Certidão de Casamento; c) Viúvo (a): Certidão de Casamento + Certidão de Óbito ou Certidão de Casamento averbado com o Óbito; d) Divorciado (a): Certidão de Casamento + Certidão de Divórcio ou Certidão de casamento averbado com divórcio; e) Separado (a) Judicialmente: Certidão de Casamento + Certidão de Separação Judicial ou Certidão de casamento averbado com separação judicial; f) Separado (a) de Fato: Certidão de Casamento + Declaração de Separação de Fato (Anexo VI); ou g) União Estável: Escritura Pública de União Estável.	SIM
5. Comprovante de residência, datado de até 90 dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o servidor não possuir comprovante em seu nome, será aceito em nome do cônjuge/companheiro. Se em nome de terceiros, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM
6. Contracheque atualizado referente ao mês anterior à realização do Censo Previdenciário.	SIM
7. Declaração de acúmulo de benefício do Anexo II.	SIM
8. Extrato Previdenciário do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que poderá ser solicitado: a) Pelo site: https://meu.inss.gov.br/#/login ; b) Junto à agência do INSS; c) No autoatendimento do Banco do Brasil através da seguinte sequência: Menu Completo> Conta Corrente> Extrato> Extrato Diversos> Previdência Social; ou Pelo Internet Banking da Caixa Econômica Federal através da seguinte sequência: Internet Banking> FGTS e INSS> INSS> Extrato Previdenciário;	SIM
9. Quando se tratar de servidor assistido/representado por curador: a) Termo de Curatela provisória ou definitiva, dentro do prazo de validade; b) CPF e Documento de Identificação oficial com foto do curador; c) Comprovante de residência do curador, datado de até 90 (noventa) dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o curador não possuir comprovante em seu nome, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM

DEPENDENTES DOS SEGURADOS*

OBRIGATÓRIO

1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).	SIM
2. Documento oficial de identificação com foto: Cédula de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional reconhecida por Lei Federal como documento de identidade válido em todo território nacional; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de identidade do indígena; Passaporte brasileiro ou documento de identificação digital reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional. Importante: Menores de até 05 anos poderão apresentar a Certidão de Nascimento em substituição ao documento oficial com foto.	SIM
3. Certidão de Nascimento dos filhos.	SIM
4. Termo de guarda, tutela ou curatela, quando for o caso.	SIM
5. Declaração de Dependência Econômica (Anexo V), nos casos de enteado, menor sob sua tutela, pais ou irmãos.	SIM
6. Laudo médico para PcD, quando for o caso.	SIM
7. Carteira de Vacinação para crianças com idade inferior a 7 anos.	SIM
8. Declaração de matrícula e frequência escolar dos dependentes entre 7 e 14 anos de idade.	SIM

* Conforme art. 7º da Lei Complementar nº 60, de 09 de dezembro de 2011 c/c Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 25 de fevereiro de 2022, são considerados dependentes do segurado:

1. O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, desde que menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido. Equiparam-se aos filhos, mediante o preenchimento pelo segurado da Declaração do Anexo IV e comprovação da dependência econômica, o enteado e o menor sob sua tutela.
2. Os pais, mediante o preenchimento da Declaração do Anexo IV e comprovação da dependência econômica.
3. O irmão não emancipado, de qualquer condição, desde que menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, mediante o preenchimento da Declaração do Anexo IV e comprovação da dependência econômica.

PENSIONISTAS	OBRIGATÓRIO
1. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).	SIM
2. Documento oficial de identificação com foto: Cédula de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional reconhecida por Lei Federal como documento de identidade válido em todo território nacional; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de identidade do indígena; Passaporte brasileiro ou documento de identificação digital reconhecido por Lei Federal como válido em todo território nacional. Importante: Menores de até 05 anos poderão apresentar a Certidão de Nascimento em substituição ao documento oficial com foto.	SIM
3. Título de Eleitor, E-título ou Certidões Eleitorais (obrigatório para quem tem entre 18 e 69 anos e facultativo para quem tem 70 anos ou mais)	SIM
4. Certidão de Nascimento, Casamento e União Estável, de acordo com o estado civil, podendo ser: a) Solteiro (a): Certidão de Nascimento; b) Casado (a): Certidão de Casamento; c) Viúvo (a): Certidão de Casamento + Certidão de Óbito ou Certidão de Casamento averbado com o Óbito; d) Divorciado (a): Certidão de Casamento + Certidão de Divórcio ou Certidão de casamento averbado com divórcio; e) Separado (a) Judicialmente: Certidão de Casamento + Certidão de Separação Judicial ou Certidão de casamento averbado com separação judicial; f) Separado (a) de Fato: Certidão de Casamento + Declaração de Separação de Fato (Anexo VI); ou g) União Estável: Escritura Pública de União Estável.	SIM
5. Certidão de Óbito do segurado.	SIM
6. Comprovante de residência, datado de até 90 dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o servidor não possuir comprovante em seu nome, será aceito em nome do cônjuge/companheiro. Se em nome de terceiros, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM
7. Contracheque atualizado referente ao mês anterior à realização do Censo Previdenciário.	SIM
8. Declaração de acúmulo de benefício do Anexo III.	SIM
9. Quando se tratar de pensionista assistido/representado por Curador: a) Termo de Curatela provisória ou definitiva, dentro do prazo de validade; b) CPF e Documento de Identificação oficial com foto do curador; c) Comprovante de residência do curador, datado de até 90 (noventa) dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o curador não possuir comprovante em seu nome, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM
10. Quando se tratar de pensionista assistido/representado por Tutor: a) Termo de Tutela provisória ou definitiva, dentro do prazo de validade; b) CPF e Documento de Identificação oficial com foto do tutor; c) Comprovante de residência do curador, datado de até 90 (noventa) dias, podendo ser faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e de instituições bancárias. Se o curador não possuir comprovante em seu nome, será aceito em nome do cônjuge/companheiro. Se em nome de terceiros, deverá preencher a Declaração de Residência do Anexo IV.	SIM
11. Quando se tratar de pensionista assistido/representado por Procurador: procuração pública específica para O censo previdenciário; CPF e Documento de Identificação oficial com foto do procurador (a).	SIM

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS,
FUNÇÕES E/OU EMPREGOS PÚBLICOS

Eu, _____, servidor(a) público(a) municipal, matrícula nº _____, lotado(a) na _____, no cargo de _____ em conformidade com o artigo 37, incisos XVI e XVII, § 10 e artigo 40, § 6º, da Constituição da República, DECLARO, para os devidos fins e sob pena de infringência ao art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

() não acumulo outro cargo, emprego ou função pública remunerada, abrangidas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

() acumulo legalmente o cargo supracitado com cargo, emprego ou função pública remunerada, abrangidas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, abaixo discriminado:

Órgão: _____;

Cargo/Emprego: _____;

Regime Jurídico: () Estatutário () CLT () Contrato temporário () Comissionado;

Matrícula: _____; Data de Admissão: _____;

Forma de ingresso: _____;

No caso de concursado, nº edital: _____;

Área que prestou o concurso: _____;

Carga Horária Semanal: _____;

Horário de trabalho: _____;

Exerce cargo de confiança ou função de confiança: _____;

Ato de nomeação: _____.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Assinatura do(a) declarante

Porto União/SC, ____ de _____ de _____.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE BENEFÍCIO

Eu, _____, servidor(a) público(a) municipal, matrícula nº _____, lotado(a) na _____, no cargo de _____ em conformidade com o artigo 37, incisos XVI e XVII, § 10 e artigo 40, § 6º, da Constituição da República, DECLARO, para os devidos fins e sob pena de infringência ao art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

() Não recebo proventos de aposentadoria/pensão decorrentes de outro cargo, emprego ou função pública remunerada, abrangidas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

() Recebo proventos de aposentadoria/pensão decorrentes de cargo, emprego ou função pública remunerada, abrangidas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, abaixo discriminado:

Órgão: _____;

Vínculo: () Aposentado () Pensionista;

Matrícula: _____.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Assinatura do(a) declarante

Porto União/SC, ____ de _____ de _____.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Nome:
CPF:
Vínculo: () ATIVO () APOSENTADO () PENSIONISTA () REPRESENTANTE LEGAL

Declaro, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal conforme o artigo 2º da Lei 7.115/83, para fins de comprovação de residência junto ao Censo Previdenciário 2023, que sou residente e domiciliado no seguinte endereço:

Logradouro:		
Nº:	Complemento:	Bairro:
Município/UF:		CEP:

Por ser a expressão da verdade e estar ciente de que constitui o crime de falsidade ideológica do artigo 299 do Código Penal brasileiro: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante", punível com reclusão de um a três anos e multa, FIRMO o presente instrumento para que produza os efeitos legais.

Assinatura do(a) declarante

Porto União/SC, ____ de _____ de _____.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

NOME DO SEGURADO:		MATRÍCULA:
CPF:	RG/ORGÃO EMISSOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
ENDEREÇO:		Nº:
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	MUNICÍPIO/UF:
CEP:	TELEFONE/CELULAR:	
EMAIL:		
ESTADO CIVIL:		

NOME DO DEPENDENTE:		DATA DE NASCIMENTO:
CPF:	RG/ORGÃO EMISSOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
ENDEREÇO:		Nº:
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	MUNICÍPIO/UF:
CEP:	TELEFONE/CELULAR:	
EMAIL:		
CONDIÇÃO: () Enteadado () Menor sob tutela () Pais () Irmão		

Declaro também que não existem outros dependentes com direito preferencial a benefícios previdenciários, responsabilizando-me, para todos os efeitos, pela verdade da presente afirmação, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, nos termos do artigo 299 do Código Penal.

Assinatura do(a) declarante

Porto União/SC, ____ de _____ de _____.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO

Eu, _____ servidor(a) público(a) municipal, matrícula nº _____, lotado(a) na _____, no cargo de _____ em conformidade com o artigo 37, incisos XVI e XVII, § 10 e artigo 40, § 6º, da Constituição da República, DECLARO para os devidos fins que estou separado/a de fato do senhor(a) _____, nascido(a) em: ____/____/____ data de separação ____/____/____.

() não recebo pensão alimentícia; ou

() recebo pensão alimentícia no valor de R\$ _____ mensais.

Por ser a expressão da verdade e estar ciente de que constitui o crime de falsidade ideológica do artigo 299 do Código Penal brasileiro: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa

da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”, punível com reclusão de um a três anos e multa, FIRMO o presente instrumento para que produza os efeitos legais.

Assinatura do(a) declarante

Porto União/SC, ____ de _____ de _____.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 146/2023 - 1º AO 5º ANOS INICIAIS - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 5301729

Edital de Convocação 146/2023

Chamada Pública nº. 003/2023

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) na Chamada Pública nº. 003/2023 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 07 de novembro de 2023, às 08h30min, para a escolha de vagas, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2021), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2023:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Carteira de Trabalho e Comprovante do PIS/PASEP;
- ☐ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ☐ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ☐ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ☐ Comprovante de vacinação contra o Coronavírus, conforme Decreto Municipal nº 1.310/2021
- ☐ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ☐ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ☐ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ☐ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ☐ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ☐ Comprovante de endereço atualizado;
- ☐ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.
- ☐ Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- ☐ Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
- ☐ Certidão Negativa Criminal 1º Grau pelo Poder Judiciário do Paraná;

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE 1º ao 5º Anos Iniciais

POS	NOME	ASSINATURA	DATA
44º	JESSICA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA		

Porto União (SC), 06 de novembro de 2023.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal de Porto União

Quilombo

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2023 – CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 5319198

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2023 – CONSELHO TUTELAR

O Prefeito do Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

Considerando o Ofício 81/2023, datado de 01/11/2023, da Secretária Municipal de Assistência Social – FMAS, protocolado sob nº 16467/2023, em 01/11/2023;

Considerando o Decreto nº 376/2023 – de 23 de outubro de 2023;

Considerando que o 12º classificada Sra. Juliana Andrade e o 13º classificado Sr. Sidinei Scatolin, que foram convocados através do Edital de Convocação 004/2023 publicado em 25/10/2023, não manifestaram interesse na vaga em tempo, sendo considerados desistentes conforme item 12.5 do respectivo Edital.

I. Ficam CONVOCADAS as Suplentes do Conselho Tutelar, para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Quilombo, sito à Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, conforme se especifica a seguir:

Nº DE CLASSIFICAÇÃO (SUPLÊNCIA)	CARGA HORÁRIA	NOME
14º (7º SUPLENTE)	25H SEMANAIS	CRISKELI SUTIL CACHOEIRA
15º (8º SUPLENTE)	25H SEMANAIS	IRACI LEMES DE MORAES

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Quilombo/SC, 01 de novembro de 2023.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 384/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301655

DECRETO Nº 384/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.**EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLO ANDREAS DALCANALE FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o pedido de exoneração do servidor público municipal **Carlo Andreas Dalcanale Filho**, protocolado sob Nº 16248/2023, solicitando a exoneração a partir do dia 01 de novembro de 2023.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado do Serviço Público Municipal, a partir do dia 01 de novembro de 2023, o Servidor Público Municipal **Carlo Andreas Dalcanale Filho** (matrícula 20588), ocupante do cargo de Assessor de Diretoria e Gerência, nomeado pelo Decreto nº 126/2023 de 16 de março de 2023.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em __/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 386/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301658

DECRETO Nº 386/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.**EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE RIGO MEZALIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 34 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o pedido de exoneração da servidora pública municipal **Eliane Rigo Mezalira**, protocolado sob Nº 16462/2023, solicitando a exoneração a partir do dia 01 de novembro de 2023.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada do Serviço Público Municipal, a partir do dia 01 de novembro de 2023, a Servidora Pública Municipal **Eliane Rigo Mezalira** (matrícula 20603), ocupante do cargo de Psicóloga, nomeada pelo Decreto nº 150/2023 de 12 de abril de 2023.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em __/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1450/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301703



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1450/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO
VIZENTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Bruno Vizentin** (20432), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, no dia 03 de novembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº16453/2023, de 30 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 188h34min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1451/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301725



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1451/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DIEGO
PIACENTINI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Diego Piacentini** (19843), ocupante do cargo de Professor de Educação Física (1º ao 5º ano), no dia 03 de novembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº16451/2023, de 30 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 10h23min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1452/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301736



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1452/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ADEMIR JOSÉ PICCOLLI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Ademir José Piccolli** (20419), ocupante do cargo de Gerente Executivo, nos dias 03, 06 e 07 de novembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº16452/2023, de 30 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 247h04min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1453/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301756



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1453/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ALVARO HANAUER E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Alvaro Hanauer** (19876), ocupante do cargo de Mecânico, no dia 07 de novembro de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº16463/2023, de 31 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 16h05min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA N°.1456/2023 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5301774



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA N°.1456/2023 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
PATRICIA GRISER E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal n°. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal **Patricia Grieser** (20561), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, por determinação médica e conforme atestado, por 14 (quatorze) dias, do dia 01 à 14 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, de 01 de novembro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1457/2023 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301781



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1457/2023 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RÉGIS
EDUARDO SETTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Régis Eduardo Sette** (19954), ocupante do cargo de Técnico em atividades Administrativas, no dia 13 de novembro de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº16461/2023, de 31 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 80h42min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº1449/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301673



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº1449/2023 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUILHERME
MOCELIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, **Guilherme Mocelin** (20548), ocupante do cargo de Enfermeiro, nos dias 09, 16, 23 e 30 de novembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo nº 16449/2023, de 30 de outubro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do referido servidor, na competência 11/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/11/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO EDITAL PE 0046 2023 - PMRA

Publicação Nº 5301531

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0046/2023 – PMRA - Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais e considerando o Processo Licitatório nº 0165/2023 na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 0046/2023 da PMRA, tendo como

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE 3.000 M³ DE PEDRA GRANÍTICA OU BASÁLTICA IRREGULAR, com fornecimento parcelado em atendimento a demanda das Secretarias, Departamentos do Município, e demais Órgãos vinculados, tudo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, edital Completo e Anexos.

RESOLVE:

I – Retificar o edital, conforme segue:

Onde se lê: ANEXO 01 DO EDITAL DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO

Fica EXCLUÍDA A LETRA “F” DA DECLARAÇÃO:

LOCALIZAÇÃO: Declaro que a sede da empresa está localizada a uma distância VIÁRIA de até 15 (quinze) quilômetros da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, situada a Rua____, nº ____, Bairro: _____CEP. _____, Município:_____.

II – Retificar a data de julgamento do processo.

Onde se lê: INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS E DEMAIS FASES: às 09h01min do dia 14/11/2023.

Leia-se: INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS E DEMAIS FASES: às 09h01min do dia 23/11/2023. Com possibilidade de incluir propostas e documentação até às 08:00 Horas do mesmo dia. Para as empresas que já anexaram a documentação de habilitação e a Proposta de Preço, às mesmas deverão atualizar na plataforma do Pregão.

III - Demais Cláusulas e Condições PERMANECEM INALTERADAS.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 min e as 17h30 min ou pelo email: licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202.

Rio das Antas (SC), 03 de Novembro de 2023.

João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal -

PORTARIA Nº 347/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301798

PORTARIA Nº 347/2023, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA SERVIDOR (A)

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Servidor	Cargo	Portaria de Nomeação	A partir de
ILIETE TESSARI	SECRETÁRIO MUNICIPAL	PORTARIA Nº 242/2022, DE 10 DE AGOSTO DE 2022.	31/10/2023

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 348/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301799

PORTARIA Nº 348/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora JOELMA OGG do cargo COMISSIONADO DIRETOR DE DEPARTAMENTO, DO DEPARTAMENTO DE MAQUINAS E TRANSPORTES na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOAO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 350/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301801

PORTARIA Nº 350/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 8º e item III do art 11 da LEI COMPLEMENTAR nº 3 de 30/09/93 e alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR EM COMISSÃO JOELMA OGG para o cargo comissionado (Agente Político) de SECRETÁRIO MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com os subsídios de lei.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOAO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 351/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301802

PORTARIA Nº 351/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR DE UM CARGO E NOMEAR PARA OUTRO CARGO COMISSIONADO o/a servidor(a) PRICILA COPPINI, EXONERA do cargo COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO de SMIPLA nomeada pela Portaria Nº 325/2023 de 03/10/2023 e NOMEIA-A para o cargo comissionado de DIRETOR EXECUTIVO DE ATENDIMENTOS DO PROCON-RA E ORIENTAÇÕES JURÍDICAS com remuneração de lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 352/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301803

PORTARIA Nº 352/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDORA PARA ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO RESPONDER PELA ATRIBUIÇÕES DE GESTOR DOS FUNDOS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 01, de 01/05/1991, com as alterações posteriores, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, DESIGNA:

I - A servidora de cargo comissionado JOELMA OGG, Secretária Municipal de Assistência Social, para além das atribuições normais de seu cargo, responder pelas atribuições totais da gestão dos fundos municipais: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, abreviadamente FUMAS, e, pelo FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, abreviadamente FIAM, a contar de 01 de novembro de 2023(inclusive), sem percepção de qualquer remuneração em decorrência dessas novas atribuições;

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 354/2023 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301805

PORTARIA Nº 354/2023 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 da Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO(S) SERVIDOR(ES)	PER. AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
1. GUSTAVO OLINQUEVICZ	01/04/2022 A 01/04/2023	13/11/2023 A 17/11/2023-05 DIAS
2. ANDREIA MARIA DALLAZEM	01/02/2022 A 01/02/2023	04/12/2023 A 09/12/2023-06 DIAS 02/01/2024 A 15/01/2024-14 DIAS
3. ADRIANA VANESSA CHIMBIDA SLOGO	01/04/2021 A 01/04/2022 01/04/2022 A 01/04/2023	11/12/2023 A 26/12/2023-16 DIAS 27/12/2023 A 09/01/2024-14 DIAS
4. VILSON ANDRE HECKEL	20/09/2022 A 20/09/2023	08/01/2023 A 07/02/2023-30 DIAS
5. ROMEU HUGO RAU	01/01/2023 A 01/01/2024	01/11/2023 A 30/11/2023-30 DIAS

I) Quando o período de férias iniciar em um mês e terminar em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos no mês que terminar o gozo de férias.

II) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº349/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301800

PORTARIA Nº349/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores para responderem pela guarda, conservação, e comunicação quanto à transferência de bens patrimoniais e demais assuntos correlatos a Atos Patrimoniais nas repartições municipais conforme abaixo:

- 1- AMANDA CAMILE NACONESKI, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE PROGRAMAS, pela edificação da garagem Municipal Secretaria Mun. de Obras e Serviços;
- 2- JOELMA OGG ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL, pela edificação ocupada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 3- LUCIMAR PAVIANI LIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para além das atribuições do cargo efetivo, responder pelo andar superior onde está lotado o Centro Municipal de Distribuição;
- 4- EDILAINE CRISTINA BERTOTTI SUTIL, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE DIVISÃO pela edificação da Unidade Básica de Saúde na Secretaria Municipal de Saúde.
- 5- NEUSA ANTUNES DA SILVA ocupante do cargo efetivo ENFERMEIRO, para além das atribuições do cargo efetivo responder pelo prédio onde está a Unidade Básica de Saúde em Ipoméia;
- 6- ANDIARA SERENA FRANZOI ocupante do cargo efetivo AGENTE DE ATIVIDADE DE APOIO III para além de suas atribuições do cargo efetivo responder pela edificação onde está lotada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- 7- ULIANA BOARETO SCAPINI ocupante do cargo comissionado DIRETOR DE DIVISÃO para responder pela Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Planejamento;
- 8- ANDREA CAROLINE DA SILVA ocupante do cargo efetivo PROFESSOR II para além de suas atribuições do cargo efetivo responder pela edificação onde está lotada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Multidisciplinar;
- 9- ROSELI MARIA MOREIRA DA SILVA ocupante do cargo efetivo AUXILIAR EDUCACIONAL para responder pela edificação onde está a Escola Nucleada Municipal Jacinta Nunes;
- 10- DANIELA CORREA VARGAS ocupante do cargo COORDENADOR PEDAGÓGICO para responder pela edificação onde está a Escola Nucleada Municipal Silva Paranhos;
- 11- GISELE ZARZEKA ocupante do cargo SUPERVISOR DE EDUCAÇÃO para responder pela edificação onde está alocado o CEIM Girassol;
- 12- JANETE APARECIDA TESSARI MARIANO ocupante do cargo COORDENADOR PEDAGÓGICO para responder pela edificação onde está alocado o CEIM Ipoméia;
- 13- ANDREIA APARECIDA BORGES ocupante do cargo COORDENADOR PEDAGÓGICO para responder pela edificação onde está alocado o CEIM Novo Horizonte;
- 14- PALOMA DE FATIMA LAPEANO DIAS ocupante do cargo DIRETOR DE DEPARTAMENTO para responder pela edificação onde está alocado o Museu;
- 15- ANDREIA MARIA DALLAZEM ocupante do cargo efetivo OFICIAL ADMINISTRATIVO para responder pela edificação onde fica o Paço Municipal;
- 16- TATIANA MUNIZ ocupante do cargo COORD DO CENTRO DE REF SOCIAL CRAS para responder pela edificação onde se encontra o CRAS;
- 17- PATRICIA DE OLIVEIRA ocupante do cargo PROFESSOR I para responder pela edificação onde se encontra o Projeto Saberes;
- 18- GELSON TREUK ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO para responder pelo DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO.
- 19- ANDREIA RAMOS DE SOUZA ocupante do cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO para responder pela edificação onde se encontra o Ginásio Municipal Nelson Lenardt.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº353/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301804

PORTARIA Nº353/2023, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023
EXONERA SERVIDORES

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30.09.93 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Servidor	Cargo	Portaria de contratação	A partir de
CRISTIANE FERNANDES THIBES	PROFESSOR I-40 HORAS	PORTARIA Nº 264/2023, DE 01 DE AGOSTO DE 2023	31/10/2023

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO - OBRAS - NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - 21 2023

Publicação Nº 5301449

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 21/2023 - Obras

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
010952/2023	14/09/2023	183725/2019	WILLIAN DEIVI FELIPE	066.***.***-19

Rio do Sul, 02 de novembro de 2023.

Secretaria Municipal de Infraestrutura	Diretoria de Fiscalização
--	---------------------------

EDITAL DE INTIMAÇÃO - OBRAS - NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - 22 2023

Publicação Nº 5301453

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 22/2023 - Obras

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
010896/2023	14/09/2023	184060/2019	MICHEL RODRIGO SANTOS	008.***.***-30

Rio do Sul, 02 de novembro de 2023.

Secretaria Municipal de Infraestrutura	Diretoria de Fiscalização
--	---------------------------

EDITAL DE INTIMAÇÃO - POSTURAS - NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - 11. 2023

Publicação Nº 5301447

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 11/2023 - Posturas

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO DE (15) QUINZE DIAS, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
935/2022	20/12/2022	DANIEL FELIPE CORRÊA	053.***.***-71

Rio do Sul, 03 de novembro de 2023.

Secretaria Municipal de Infraestrutura	Diretoria de Fiscalização
--	---------------------------

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.506, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 1.393, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE VALDIR LEITEMPERGHER E MARIA LEITEMPER

Publicação Nº 5301391

DECRETO Nº 3.506, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 1.393, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE VALDIR LEITEMPERGHER e MARIA LEITEMPERGHER, e dá outras providências.

RAFAEL NONES, Prefeito de Rio dos Cedros em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a RUA PIETRO ANTÔNIO OSTI, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de VALDIR LEITEMPERGHER, CPF 217.847.799-20, casado com MARIA LEITEMPERGHER, CPF 041.588.539-66, residente e domiciliado na cidade de Rio dos Cedros, deste Estado.

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida RUA PIETRO ANTÔNIO OSTI, tratando-se, portanto, de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), Lei Ordinária 2.218/2022, e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da Matrícula nº1.393, Livro 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

Área desapropriada para integração do patrimônio público municipal: RUA PIETRO ANTÔNIO OSTI.

ÁREA DESAPROPRIAR 01: 2.981,54m² (dois mil e novecentos e oitenta e um metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados)

PERÍMETRO: 736,48 metros.

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural, situado no lado par da Rua Pietro Antônio Osti, distando pelo lado direito (ponto PP), 315,00 metros da esquina formada com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher

EDIFICAÇÕES: Sem edificações.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA

DE DISTÂNCIA E ÁREA: UTM 22

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto P0, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, de coordenadas N 7.044.490,291m e E 671.847,412m; 49°16'20.9828" W e 26°42'36.9528" S, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, fazendo frente em linha reta com azimute de 231°08'37", em uma distância de 84,65m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P1 de coordenadas N 7.044.437,186m e E 671.781,496m; 49°16'23.3414" W e 26°42'38.7072" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 231°14'57", e com ângulo interno de 180°06'20" em uma distância de 89,88m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P2 de coordenadas N 7.044.380,925m e E 671.711,399m; 49°16'25.8496" W e 26°42'40.5660" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 250°17'17", e com ângulo interno de 199°02'21" em uma distância de 7,32m, confrontando com Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P3 de coordenadas N 7.044.378,457m e E 671.704,509m; 49°16'26.0977" W e 26°42'40.6492" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 272°49'55", e com ângulo interno de 202°32'37" em uma distância de 53,72m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P4 de coordenadas N 7.044.381,110m e E 671.650,858m; 49°16'28.0399" W e 26°42'40.5866" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 241°36'52", e com ângulo interno de 148°46'57" em uma distância de 122,73m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P5 de coordenadas N 7.044.322,764m e E 671.542,884m; 49°16'31.9174" W e 26°42'42.5297" S, deste segue à esquerda em linha reta pelo lado esquerdo com azimute de 155°30'09", e com ângulo interno de 93°53'17" em uma distância de 0,03m, confrontando com a Área Desapropriar 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P6 de coordenadas N 7.044.322,738m e E 671.542,896m; 49°16'31.9170" W e 26°42'42.5306" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 155°30'08", e com ângulo interno de 179°59'59" em uma distância de 5,00m, confrontando com o centro da Rua Pietro Antônio Osti; até o ponto P7 de coordenadas N 7.044.318,188m e E 671.544,969m; 49°16'31.8398" W e 26°42'42.6775" S, deste segue à esquerda em linha reta pelos fundos com azimute

de 61°36'43", e com ângulo interno de 86°06'35" em uma distância de 120,00m, confrontando com o centro da Rua Pietro Antônio Osti; até o ponto P8 de coordenadas N 7.044.375,240m e E 671.650,538m; 49°16'28.0486" W e 26°42'40.7774" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 155°29'22", e com ângulo interno de 273°52'39" em uma distância de 5,00m, confrontando com o centro da Rua Pietro Antônio Osti; até o ponto P9 de coordenadas N 7.044.370,691m e E 671.652,612m; 49°16'27.9713" W e 26°42'40.9243" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 61°36'52", e com ângulo interno de 86°07'30" em uma distância de 0,62m, confrontando com a Área 03 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P10 de coordenadas N 7.044.370,985m e E 671.653,154m; 49°16'27.9519" W e 26°42'40.9145" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 92°49'55", e com ângulo interno de 211°13'03" em uma distância de 46,18m, confrontando com Área 03 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P11 de coordenadas N 7.044.368,703m e E 671.699,278m; 49°16'26.2822" W e 26°42'40.9684" S, deste segue em linha reta com azimute de 92°49'55", e com ângulo interno de 180°00'00" em uma distância de 6,74m, confrontando com Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6; até o ponto P12 de coordenadas N 7.044.368,370m e E 671.706,005m; 49°16'26.0386" W e 26°42'40.9762" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 70°17'17", e com ângulo interno de 157°27'23" em uma distância de 10,99m, confrontando com Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6; até o ponto P13 de coordenadas N 7.044.372,077m e E 671.716,351m; 49°16'25.6662" W e 26°42'40.8513" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 51°14'57", e com ângulo interno de 160°57'39" em uma distância de 26,21m, confrontando com Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6; até o ponto P14 de coordenadas N 7.044.388,483m e E 671.736,792m; 49°16'24.9347" W e 26°42'40.3092" S, deste segue em linha reta com azimute de 51°14'57", e com ângulo interno de 180°00'00" em uma distância de 65,38m, confrontando com a Área 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P15 de coordenadas N 7.044.429,393m e E 671.787,763m; 49°16'23.1108" W e 26°42'38.9576" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 51°08'37", e com ângulo interno de 179°53'40" em uma distância de 81,57m, confrontando com a Área 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P16 de coordenadas N 7.044.480,569m e E 671.851,285m; 49°16'20.8380" W e 26°42'37.2670" S, deste segue à esquerda em linha reta pelo lado direito com azimute de 338°16'58", e com ângulo interno de 107°08'21" em uma distância de 10,46m, confrontando com a Rua Pietro Antônio Osti; até o ponto P0 de coordenadas N 7.044.490,291m e E 671.847,412m; 49°16'20.9828" W e 26°42'36.9528" S, deste segue à direita com ângulo interno de 72°51'39" com início da descrição do perímetro de 736,48 metros.

Vértice	Latitude	Longitude	Confrontante a vante	Distância a vante	Complemento
P0	26°42'36.9528" S	49°16'20.9828" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	84,65	
P1	26°42'38.7072" S	49°16'23.3414" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	89,88	
P2	26°42'40.5660" S	49°16'25.8496" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	7,32	
P3	26°42'40.6492" S	49°16'26.0977" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	53,72	
P4	26°42'40.5866" S	49°16'28.0399" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	122,73	
P5	26°42'42.5297" S	49°16'31.9174" W	Área Desapropriar 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	0,03	
P6	26°42'42.5306" S	49°16'31.9170" W	Centro da Rua Pietro Antônio Osti	5,00	
P7	26°42'42.6775" S	49°16'31.8398" W	Centro da Rua Pietro Antônio Osti	120,00	
P8	26°42'40.7774" S	49°16'28.0486" W	Centro da Rua Pietro Antônio Osti	5,00	
P9	26°42'40.9243" S	49°16'27.9713" W	Área 03 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	0,62	

P10	26°42'40.9145" S	49°16'27.9519" W	Área 03 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	46,18	
P11	26°42'40.9684" S	49°16'26.2822" W	Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6	6,74	
P12	26°42'40.9762" S	49°16'26.0386" W	Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6	10,99	
P13	26°42'40.8513" S	49°16'25.6662" W	Lorides Cattoni, Matrícula nº 8.238, Lº 2, CNS 10.416-6	26,21	
P14	26°42'40.3092" S	49°16'24.9347" W	Área 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	65,38	
P15	26°42'38.9576" S	49°16'23.1108" W	Área 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	81,57	
P16	26°42'37.2670" S	49°16'20.8380" W	Rua Pietro Antônio Osti	10,46	

ÁREA DESAPROPRIAR 02: 1.305,42m² (mil e trezentos e cinco metros e quarenta e dois décimos quadrados)

PERÍMETRO: 409,97 metros.

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural, situado no lado par da Rua Pietro Antônio Osti, distando pelo lado esquerdo (ponto P5), 673,3 metros da esquina formada com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher

EDIFICAÇÕES: Sem edificações.

SISTEMA GEODÉSICO

DE REFERÊNCIA: SIRGAS 2000

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA

DE DISTÂNCIA E ÁREA: UTM 22

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto P5, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, de coordenadas N 7.044.322,764m e E 671.542,884m; 49°16'31.9174" W e 26°42'42.5297" S; situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em linha reta com azimute de 242°20'10", em uma distância de 34,15m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P6 de coordenadas N 7.044.306,907m e E 671.512,634m; 49°16'33.0040" W e 26°42'43.0582" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 250°20'28", e com ângulo interno de 188°00'17" em uma distância de 43,01m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P7 de coordenadas N 7.044.292,437m e E 671.472,129m; 49°16'34.4623" W e 26°42'43.5461" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 244°28'48", e com ângulo interno de 174°08'20" em uma distância de 60,34m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P8 de coordenadas N 7.044.266,444m e E 671.417,682m; 49°16'36.4192" W e 26°42'44.4146" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 244°28'50", e com ângulo interno de 180°00'02" em uma distância de 0,57m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P9 de coordenadas N 7.044.266,197m e E 671.417,166m; 49°16'36.4378" W e 26°42'44.4228" S, deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 241°36'17", e com ângulo interno de 177°07'28" em uma distância de 62,19m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P10 de coordenadas N 7.044.236,622m e E 671.362,458m; 49°16'38.4025" W e 26°42'45.4077" S, deste segue à esquerda em linha reta pelos fundos com azimute de 151°36'38", e com ângulo interno de 90°00'21" em uma distância de 10,00m, confrontando com a Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P11 de coordenadas N 7.044.227,826m e E 671.367,212m; 49°16'38.2262" W e 26°42'45.6914" S, deste segue à esquerda em linha reta pelo lado direito com azimute de 61°37'12", e com ângulo interno de 90°00'34" em uma distância de 62,25m, confrontando com Município de Rio dos Cedros, Matrícula nº 28.941, Lº 2, CNS 10.416-6; até o ponto P12 de coordenadas N 7.044.257,414m e E 671.421,981m; 49°16'36.2593" W e 26°42'44.7060" S, deste segue à direita em linha reta com azimute de 61°37'13", e com ângulo interno de 180°00'01" em uma distância de 137,43m, confrontando com a Rua Pietro Antônio Osti; até o ponto P13 de coordenadas N 7.044.322,738m e E 671.542,896m; 49°16'31.9170" W e 26°42'42.5306" S, deste segue à esquerda em linha reta pela frente com azimute de 335°30'08", e com ângulo interno de 93°52'55" em uma distância de 0,03m, confrontando com a Área Desapropriar 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6; até o ponto P5 de coordenadas N 7.044.322,764m e E 671.542,884m; 49°16'31.9174" W e 26°42'42.5297" S; deste segue à esquerda com ângulo interno de 86°50'02" com início da descrição do perímetro de 409,97m.

Vértice	Latitude	Longitude	Confrontante a vante	Distância a vante	Complemento
P5	26°42'42.5297" S	49°16'31.9174" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	34,15	

P6	26°42'43.0582" S	49°16'33.0040" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	43,01	
P7	26°42'43.5461" S	49°16'34.4623" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	60,34	
P8	26°42'44.4146" S	49°16'36.4192" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	0,57	
P9	26°42'44.4228" S	49°16'36.4378" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	62,19	
P10	26°42'45.4077" S	49°16'38.4025" W	Área 02 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	10,00	
P11	26°42'45.6914" S	49°16'38.2262" W	Município de Rio dos Cedros, Matrícula nº 28.941, Lº 2, CNS 10.416	62,25	
P12	26°42'44.7060" S	49°16'36.2593" W	Centro da Rua Pietro Antônio Osti	137,43	
P13	26°42'42.5306" S	49°16'31.9170" W	Área Desapropriar 01 de propriedade de Valdir Leitempergher, Matrícula nº 1.393, Lº2, CNS 10.416-6	0,03	

Art. 2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2023.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 31 de outubro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito de Rio dos Cedros em Exercício

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 31 de outubro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 537 ATÉ 547_2023

Publicação Nº 5301809

PORTARIA Nº 537, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 50 e 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a partir desta data, de acordo com o Protocolo nº 7168/2023, auxílio natalidade a Servidora JENIFER LUANA DOS SANTOS VOCIECHOSKI – exercendo as atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, em virtude do nascimento de seu filho Manoel Felipe Coelho, conforme Certidão de Nascimento nº 10481001552023100541142020524239, e, em conformidade com o previsto no artigo 244, § 2º da Lei Complementar nº 001/1991.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 27 de Outubro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 27 de Outubro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 538, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPENSAR AGENTE PÚBLICO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo

artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 31/10/2023, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Ana Claudia Custodio	Técnico em Enfermagem	091/2006	30	40 h	31/10/2023

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 31 de Outubro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 31 de Outubro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 539, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, inciso II, letra "g", c/c a Seção II, artigo 103, inciso I, e Seção II, artigos 109 a 113 da Lei Complementar nº 001/91;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores abaixo relacionados:

Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Ademar Jose Kienen	13/10/2023	05 dias
Adilson Klitzke	26/09/2023	½ dia
Adilson Klitzke	27/09/2023	01 dia
Adriana Alves De Andrade	13/10/2023	03 dias
Adriana Alves De Andrade	27/09/2023	01 dia
Adriana Alves De Andrade	14/10/2023	09 dias
Adriana Campestrini	02/10/2023	½ dia
Adriana Campestrini	03/10/2023	½ dia
Adriana Campestrini	11/10/2023	01 dia
Aldeleia Da Silva Melo Hordina	19/09/2023	01 dia
Aline Eduarda Sandri	16/10/2023	01 dia
Aline Eduarda Sandri	11/10/2023	½ dia
Amanda Gonçalves De Jesus	06/10/2023	½ dia
Amanda Gonçalves De Jesus	10/10/2023	01 dia
Amanda Leticia Staack	28/09/2023	02 dias
Amarildo Elias Da Cruz	21/09/2023	01 dia
Amarildo Elias Da Cruz	02/10/2023	05 dias
Ana Carolina Meynaczyk	22/09/2023	01 dia
Ana Julia Silveira Rigoletto Souza	21/09/2023	02 dias
Ana Paula De Souza Blok	26/09/2023	03 dias
Ana Paula De Souza Blok	04/10/2023	½ dia
Ana R. Dalcanale Campestrini	21/09/2023	01 dia
Andrea Stolf Schwartz	28/09/2023	½ dia
Aparecida M. Barbosa Dos Santos	02/10/2023	14 dias
Aparecida M. Barbosa Dos Santos	16/10/2023	01 dia
Ariel Fabricio Salvador	02/10/2023	½ dia
Bruna Raissa Rosa	10/10/2023	01 dia

Bruna Raissa Rosa	13/10/2023	03 dias
Camila Kleinschmidt	25/09/2023	½ dia
Carina Kleinschmidt	25/09/2023	½ dia
Carine Rueckl	18/09/2023	03 dias
Carla Regina Vieira Prompt	22/09/2023	½ dia
Carla Sagas Ferreira Da Silva	20/09/2023	14 dias
Caroline Viviane Formigari	22/09/2023	01 dia
Daniela Klitzke	16/10/2023	02 dias
Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Darlene Diniz Vieira	26/09/2023	01 dia
Darlene Diniz Vieira	17/09/2023	02 dias
Darlene Diniz Vieira	03/10/2023	01 dia
Dayara Regina D. Ferreira Soares	16/10/2023	01 dia
Denilza Franco Dos Santos	25/09/2023	02 dias
Denilza Franco Dos Santos	27/09/2023	01 dia
Denise De Fatima Mendes Neves	02/10/2023	01 dia
Denise Teixeira Teodoro	13/10/2023	01 dia
Edilene Cristina Fachini Floriani	26/09/2023	½ dia
Edilene Cristina Fachini Floriani	03/10/2023	01 dia
Elaine Aparecida Dos Santos	09/10/2023	½ dia
Emanuella Karina Sandri	10/10/2023	½ dia
Emanuella Laisa Zanella	04/10/2023	04 dias
Fabiana Wollick Pegoretti	20/09/2023	½ dia
Francine Goulart Tavares Lobato	03/10/2023	½ dia
Gabriela De Barros Machado	18/09/2023	01 dia
Gabriela Olga Campestrini	05/10/2023	½ dia
Georgia Cristine Purin	11/10/2023	½ dia
Georgia Cristine Purin	18/09/2023	½ dia
Georgia Cristine Purin	29/09/2023	½ dia
Georgia Cristine Purin	10/10/2023	½ dia
Goreti A. M. De Chaves Cruz	26/09/2023	½ dia
Goreti A. M. De Chaves Cruz	02/10/2023	½ dia
Graciela Regina Dietrich	20/09/2023	½ dia
Graciela Regina Dietrich	26/09/2023	½ dia
Graciela Regina Dietrich	03/10/2023	01 dia
Graciela Regina Dietrich	05/10/2023	01 dia
Greice Motzeieski Odorizzi	04/10/2023	½ dia
Greice Motzeieski Odorizzi	19/09/2023	½ dia
Greice Motzeieski Odorizzi	28/09/2023	½ dia
Greice Motzeieski Odorizzi	03/10/2023	½ dia
Isaete C. Dos Santos Menestrina	26/09/2023	02 dias
Jaciele Barbara Da Veiga	10/10/2023	02 dias
Jaciele Barbara Da Veiga	06/10/2023	½ dia
Jaciele Barbara Da Veiga	09/10/2023	½ dia
Jackson Da Silva Pereira	18/09/2023	01 dia
Jackson Da Silva Pereira	19/09/2023	01 dia
Jaqueline Ida Formigari	11/10/2023	½ dia
Jaqueline Sandri	18/09/2023	½ dia
Jaqueline Sandri	25/09/2023	01 dia
Jaqueline Sandri	20/09/2023	½ dia
Jenifer L. Dos Santos Vociechoski	02/10/2023	01 dia
Jenifer L. Dos Santos Vociechoski	26/09/2023	½ dia
Jhonatan Pereira Bandeira	16/10/2023	01 dia
Joice Sandri Dobicz	16/10/2023	½ dia
Jordana Berti	20/09/2023	½ dia
Jose Roberto Furtado	05/10/2023	01 dia
Josimara F. Da Silva Schultz	03/10/2023	01 dia
Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Julia Cristina Busarello	06/10/2023	01 dia

Julia Cristina Busarello	16/10/2023	02 dias
Julia Cristina Busarello	11/10/2023	01 dia
Katia Suelen Perini Eising	06/10/2023	½ dia
Kletlin Beatriz Cziczek Bernardo	04/10/2023	½ dia
Kletlin Beatriz Cziczek Bernardo	20/09/2023	03 dias
Kletlin Beatriz Cziczek Bernardo	02/10/2023	02 dias
Laiza Cristina Rosario Dos Santos	11/10/2023	½ dia
Leticia Meyer	19/09/2023	04 dias
Lurdes C. Tomaselli Agostini	25/09/2023	05 dias
Lurdes C. Tomaselli Agostini	22/09/2023	01 dia
Maria Idalina Kleinschmidt	16/10/2023	½ dia
Maria Idalina Kleinschmidt	22/09/2023	½ dia
Marina Carla Bertoldi Bona	10/10/2023	½ dia
Marina Carla Bertoldi Bona	05/10/2023	½ dia
Maysa Sthefany Lima Dos Santos	16/10/2023	01 dia
Mercia Marli Boimler	10/10/2023	07 dias
Michele Da Silva Ferreira	11/10/2023	02 dias
Michele Da Silva Ferreira	21/09/2023	02 dias
Michele Vicenzi Fussi	03/10/2023	½ dia
Miguel Tavares	18/09/2023	½ dia
Monike Dalmonico	28/09/2023	02 dias
Nadege Caroline Giovanella	02/10/2023	01 dia
Natalia Gabriela Correa	13/10/2023	½ dia
Natalia Isabeli Viebrantz	06/10/2023	½ dia
Natalia Isabeli Viebrantz	27/09/2023	½ dia
Oldoni Antonio Agustini	04/10/2023	½ dia
Patricia De Fatima Oliva Schultz	09/10/2023	05 dias
Patricia Naiara Teske Gonsalves	09/10/2023	½ dia
Priscila Pereira Cardoso	20/09/2023	01 dia
Rafael Spiess	09/10/2023	½ dia
Rafaela De Fatima Leandro	16/10/2023	01 dia
Regiane Maria Formigari	05/10/2023	02 dias
Regiane Maria Formigari	04/10/2023	01 dia
Rejane Susan Frare Sommer	20/09/2023	½ dia
Rejane Susan Frare Sommer	03/10/2023	½ dia
Richelle Raissa Campestrini	10/10/2023	½ dia
Richelle Raissa Campestrini	27/09/2023	01 dia
Riquelmi Belegante Trombelli	09/10/2023	½ dia
Riquelmi Belegante Trombelli	06/10/2023	½ dia
Riquelmi Belegante Trombelli	25/09/2023	½ dia
Riquelmi Belegante Trombelli	20/09/2023	½ dia
Rosane Justino Struck	18/09/2023	½ dia
Roseane Maria Bertram Klemz	09/10/2023	½ dia
Rosely Dos S. De Souza Martins	10/10/2023	01 dia
Silmara Da Silva Lorenz	25/09/2023	01 dia
Silmara Da Silva Lorenz	26/09/2023	½ dia
Silvana Kemper	04/10/2023	½ dia
Servidor(a)	Data do Afastamento	Período
Simone De Mates Tamanini	05/10/2023	½ dia
Sirlene F. Santos Lopes Ramos	18/09/2023	02 dias
Sofia Luiza Mett	10/10/2023	01 dia
Stefany Gabriely D-ckel	03/10/2023	½ dia
Susane Maria Berri Busarello	19/09/2023	½ dia
Tainara De Oliveira Vieira	04/10/2023	½ dia
Tainara Susane Hardt	28/09/2023	01 dia
Tania Marisa Jansen De Cordova	04/10/2023	15 dias
Thais Tenorio Ribeiro	16/10/2023	½ dia
Victoria Leticia Gretter	21/09/2023	01 dia
Vithoria Costa Oliveira	16/10/2023	½ dia

Viviane De Jesus Borges De Lima	03/10/2023	½ dia
Viviane De Jesus Borges De Lima	19/09/2023	½ dia
Wanderlei Krevonis	22/09/2023	01 dia

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 540, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

HOMOLOGA OS PEDIDOS DE FÉRIAS JÁ DEFERIDOS PELAS RESPECTIVAS CHEFIAS IMEDIATAS DOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º. Homologar, conforme o quadro abaixo, e determinar o respectivo registro e cadastro, junto às fichas funcionais dos respectivos servidores, no Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Rio dos Cedros, as férias já deferidas pelas Chefias Imediatas.

Nome Funcionário	Período Aquisitivo	Período de Fruição
Anderson Brum	13/03/2022 a 12/03/2023	23/10/2023 a 21/11/2023
Dilma Cristofolletti	19/02/2020 a 18/02/2021	23/10/2023 a 21/11/2023
Emily Stefanelli	06/09/2022 a 05/09/2023	23/10/2023 a 21/11/2023
Jonas Jeremias Corrente	17/03/2019 a 16/03/2020	06/11/2023 a 05/12/2023
Marisane Teresinha Hoffmann	08/06/2022 a 07/06/2023	04/10/2023 a 02/11/2023

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 541, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPENSAR AGENTE PÚBLICO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 01/11/2023, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Karoline Vitoria Desplanches	Assistente Educacional	164/2009	25	40 h	01/11/2023

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 542, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPENSAR AGENTE PÚBLICO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Dispensar, a pedido, com efeitos a partir de 01/11/2023, o(a) Agente Público(a) contratado(a) abaixo nominado(a):

Nome	Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho	Data da Dispensa
Daniela De Lara Libman	Assistente Educacional	164/2009	25	40 h	01/11/2023

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 543, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR Nº 012/2023 VINCULADA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Cinara Ricardo Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	091/2006	05	40 h	01/11/2023	14/12/2023 ou no retorno da titular Rosilene Fatima Formigari que esta afastada em auxílio-doença, o que ocorrer primeiro.

§1º – A presente contratação temporária se faz na forma da classificação na Chamada Pública Suplementar Nº 012/2023 vinculada ao

Processo Seletivo Simplificado N° 001/2021, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais n° 1.577/2008, n° 1.652/2010 e n° 1.756/2012.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA N° 544, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR N° 012/2023 VINCULADA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Zulmira Felixtrowich Lusa	Agente Comunitário de Saúde	091/2006	05	40 h	01/11/2023	14/12/2023 ou no retorno da titular Simone Withoeft Ruda que esta afastada em auxílio-doença, o que ocorrer primeiro.

§1º – A presente contratação temporária se faz na forma da classificação na Chamada Pública Suplementar N° 012/2023 vinculada ao Processo Seletivo Simplificado N° 001/2021, e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais n° 1.577/2008, n° 1.652/2010 e n° 1.756/2012.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA N° 545, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Cleide Apolinario	Auxiliar de Serviços Gerais	068/2005	14	44 h	01/11/2023	14/12/2023

§1º – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 546, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Daara De Paula Tisano Jansen	Monitor de Educação	068/2005	25	40 h	01/11/2023	14/12/2023

§1º – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 547, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETIRA VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL NONES, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas

pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Retirar, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita:

Servidor(a)	Vantagem Retirada	Data da Retirada
Simone De Mates Tamanini	Gratificação no importe de 31%, nos termos do art. 40, da LC. 091/2006, alterada pela LC nº 168/2009.	03/11/2023

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 03 de Novembro de 2023.

RAFAEL NONES

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 03 de Novembro de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 5301525

TERMO DE CANCELAMENTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispensa de Licitação 013/2022

TERMO DE CANCELAMENTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE DIREITO DE EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO E CASCALHO COM PASSAGEM DE VEÍCULOS ATÉ O LOCAL DE EXPLORAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como OUTORGANTE o ESPÓLIO DE ALCIDES HILLER, brasileiro, separado judicialmente, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Garibaldi/Rio Ada, neste Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, CPF nº 382.832.809/10, Carteira de Identidade nº 1.048.842-1, neste ato representado pelas suas únicas Herdeiras Sra. LÉIA DAIANE FRONZA, brasileira, casada, autônoma, portadora da cédula de identidade nº5.326.610, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº067.738.159-08, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio Ada, s/nº, Bairro Rio Ada, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, CEP 89121-000 e LAURA CRISTINA HILLER FORMIGARI, brasileira, casada, costureira, portadora da cédula de identidade nº4.682.144, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº006.608.149-19, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio Ada, s/nº, Bairro Rio Ada, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, CEP 89121-000, e de outro, como OUTORGADO o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, entidade pública, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 205, cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Prefeito Senhor Jorge Luiz Stolf, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Rio dos Cedros - SC., entre si ajustaram e contrataram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Tendo em vista o que disciplina o Art. 65 inciso II, Letra "b" da Lei 8.666/93, verifica-se a possibilidade de alterar o contrato ou termo aditivo, por acordo entre as partes, in verbis: Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) II - por acordo das partes: (...) b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS JUSTIFICATIVAS

Tendo em vista o equívoco na formalização do termo aditivo quanto ao acréscimo no valor de R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais). Levando-se em conta a necessidade de cancelamento do segundo termo aditivo firmado em 24 de julho de 2023 (24/07/2023), com vistas a desonerar a OUTORGADA de efetuar o pagamento do referido valor, tendo em vista o equívoco no firmamento do termo em questão.

CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO

3.1. Em razão do revogação/cancelamento do Segundo Termo Aditivo firmado em 24 de julho de 2023 (24/07/2023), a OUTORGADA fica desonerada de efetuar o pagamento no valor de R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais).

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS.

4.1. Permanecem em vigor as demais disposições lançadas no contrato 014/2022.

4.2. O presente termo aditivo será publicado na forma regulamentar.

E, por estarem às partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias

de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Rio dos Cedros, 03 de novembro de 2023.

LAURA CRISTINA HILLER FORMIGARI
Outorgante

LÉIA DAIANE FRONZA
Outorgante

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
Rafael Nones – Prefeito em Exercício
Outorgado

Testemunhas:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB Nº 018/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3847/2022

Publicação Nº 5301394

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
REURB Nº 018/2023**

Processo Administrativo nº 3847/2022

O **MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, CEP 89121-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, neste ato representado pela Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Valdicléia Maia Lisboa Paiva e Silva, vem, na forma como disciplina o Decreto Municipal nº 3.265/2021, de 4 de outubro de 2021, combinado com a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, através deste edital **NOTIFICAR** os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, classificado na modalidade de **REURB-E**, proposto pelo(s) requerente(s) abaixo identificado(s) da(s) área(s) a ser(em) regularizada(s) com a(s) seguinte(s) descrição(ões) resumidas:

Matrículas dos imóveis de origem das áreas a serem regularizadas, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó – Estado de Santa Catarina – nº **16.450**, Livro nº **02** e nº **33.500**, Livro nº **02**.

TITULARES DE DOMÍNIO: Ruth Lueders – CPF nº 399.381.829-68; Curt Spiess – CPF nº 076.541.549-68 e Anita Spiess – CPF nº 833.038.209-53.

RESUMO DA ÁREA A SER REGULARIZADA**PERÍMETRO DO NÚCLEO URBANO INFORMAL DENOMINADO PINHEIRINHO 2**

Área REURB-E total: 16.663,32 m²;

Localização: Terreno Urbano, situado no lado par da Rodovia Municipal – RCD 456, Bairro Alto Cedros, Município de Rio dos Cedros/SC, no perímetro Urbano do município de Rio dos Cedros, no lado par da Rodovia Municipal - RCD 456, distante (do vértice D23) 205,12m com o lado par da Rodovia Municipal RCD-410, com **área total de 16.663,32m²**, as edificações serão representadas no memorial de cada lote. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **D5 (N 7.055.310,687m e E 658.723,773m)**, fazendo **frente** em quinze linhas somando um total de 191,51m de distância, a primeira linha em 0,34m e azimuth 67°38'26" até o vértice

Página 1 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000



D6 (N 7.055.310,818m e E 658.724,092m), a segunda linha do vértice **D6**, em 16,68m e azimute 103°31'22" até o vértice **D7 (N 7.055.306,916m e E 658.740,314m)**, a terceira linha do vértice **D7**, em 13,98m e azimute 94°30'30" até o vértice **D8 (N 7.055.305,818m e E 658.754,246m)**, a quarta linha do vértice **D8**, em 9,21m e azimute 131°28'36" até o vértice **D9 (N 7.055.299,721m e E 658.761,143m)**, a quinta linha do vértice **D9**, em 8,84m e azimute 93°42'41" até o vértice **D10 (N 7.055.299,148m e E 658.769,969m)**, a sexta linha do vértice **D10**, em 10,87m e azimute 70°49'49" até o vértice **P11 (N 7.055.302,719m e E 658.780,241m)**, a sétima linha do vértice **P11**, em 19,28m e azimute 75°25'01" até o vértice **P12 (N 7.055.307,573m e E 658.798,897m)**, a oitava linha do vértice **P12**, em 16,06m e azimute 136°43'48" até o vértice **D13 (N 7.055.295,876m e E 658.809,908m)**, a nona linha do vértice **D13**, em 5,57m e azimute 185°30'13" até o vértice **D14 (N 7.055.290,334m e E 658.809,374m)**, a décima linha do vértice **D14**, em 5,02m e azimute 124°15'46" até o vértice **D15 (N 7.055.287,508m e E 658.813,522m)**, a décima primeira linha do vértice **D15**, em 8,52m e azimute 45°52'07" até o vértice **D16 (N 7.055.293,442m e E 658.819,640m)**, a décima segunda linha do vértice **D16**, em 5,20m e azimute 80°27'50" até o vértice **D17 (N 7.055.294,303m e E 658.824,764m)**, a décima terceira linha do vértice **D17**, em 9,38m e azimute 147°40'07" até o vértice **P18 (N 7.055.286,380m e E 658.829,779m)**, a décima quarta linha do vértice **P18**, em 58,64m e azimute 93°25'35" até o vértice **P19 (N 7.055.282,875m e E 658.888,311m)**, a décima quinta linha do vértice **P19**, em 3,92m e azimute 97°34'54" até o vértice **D20 (N 7.055.282,358m e E 658.892,199m)**, todas as linhas confrontando com o **Rio dos Cedros**; **lateral direita** em sete linhas somando um total de 123,37m de distância, a primeira linha do vértice **D20**, em 16,20m e azimute 161°11'29" até o vértice **D21 (N 7.055.267,019m e E 658.897,423m)**, a segunda linha do vértice **D21**, em 6,39m e azimute 130°20'32" até o vértice **D22 (N 7.055.262,880m e E 658.902,297m)**, a terceira linha do vértice **D22**, em 39,37m e azimute 164°02'12" até o vértice **C23 (N 7.055.225,030m e E 658.913,124m)**, a partir da primeira linha até a terceira linha confrontando com o **Vertedouro**, a quarta linha do vértice **D23**, em 7,37m e azimute 141°54'03" até o vértice **C114 (N 7.055.219,232m e E 658.917,670m)**, confrontando com lado par da **Rodovia Municipal RCD - 456**, a quinta linha do vértice **C114**, em 8,31m e azimute 167°30'45" até o vértice **C115 (N 7.055.211,120m e E 658.919,466m)**, a sexta linha do vértice **C115**, em 43,03m e azimute 184°09'23" até o vértice **C116 (N 7.055.168,206m e E 658.916,348m)**, a sétima linha do vértice **C116**, em 2,70m e azimute 123°25'09" até o vértice **C117 (N 7.055.166,722m e E 658.918,598m)**, a partir da quinta linha até a sétima linha confrontando com o **Vertedouro**; **fundos** em três linhas somando um total de 161,15m de distância, a primeira linha do vértice

Página 2 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000

C117, em 8,36m e azimute 212°16'17" até o vértice **C118 (N 7.055.159,652m e E 658.914,133m)**, confrontando com a **Barragem do Pinhal**, a segunda linha do vértice **C118**, em 141,81m e azimute 292°06'17" até o vértice **C108 (N 7.055.213,016m e E 658.782,744m)**, confrontando com a **Área Remanescente (Transcrição nº 516-Of, fl. 106, Lº3)**, a terceira linha do vértice **C108**, em 10,98m e azimute 302°53'13" até o vértice **P3 (N 7.055.218,978m e E 658.773,525m)**, confrontando com lado ímpar da **Rodovia Municipal RCD - 456; lateral esquerda** em cinco linhas somando um total de 110,43m de distância, a primeira linha do vértice **P3**, em 0,59m e azimute 355°49'28" até o vértice **D1 (N 7.055.219,563m e E 658.773,482m)**, a segunda linha do vértice **D1**, em 5,61m e azimute 267°20'06" até o vértice **D2 (N 7.055.219,302m e E 658.767,875m)**, a terceira linha do vértice **D2**, em 3,83m e azimute 279°26'42" até o vértice **D3 (N 7.055.219,930m e E 658.764,100m)**, a quarta linha do vértice **D3**, em 5,15m e azimute 305°04'14" até o vértice **D4 (N 7.055.222,887m e E 658.759,888m)**, a quinta linha do vértice **D4**, em 26,71m e azimute 332°07'36" até o vértice **C119 (N 7.055.246,503m e E 658.747,398m)**, a sexta linha do vértice **C119**, em 29,73m e azimute 335°30'18" até o vértice **D53 (N 7.055.273,554m e E 658.735,073m)**, a sétima linha do vértice **D53**, em 38,81m e azimute 343°04'23" até o ponto inicial desta descrição, todas as linhas confrontando com lado par da **Rodovia Municipal RCD-456**.

Neste imóvel fica reservado a área total de 5.651,66m², destinada à Área de Preservação Permanente - APP constante da faixa de distância entre o nível máximo operacional da Barragem do Pinhal e a cota máxima maximorum - 2,05m, conforme artigo 62 da Lei nº 12.651 de 25/05/2012, faz frente ao Norte, em 15 linhas irregulares somando um total de 191,51m, a primeira linha em 0,34m e azimute 67°38'26", a segunda linha em 16,68m e azimute 103°31'22", a terceira linha em 13,98m e azimute 94°30'30", a quarta linha em 9,21m e azimute 131°28'36", a quinta linha em 8,84m e azimute 93°42'41", a sexta linha em 10,87m e azimute 70°49'49", a sétima linha em 19,28m e azimute 75°25'01", a oitava linha em 16,06m e azimute 136°43'48", a nona linha em 5,57m e azimute 185°30'13", a décima linha em 5,02m e azimute 124°15'46", a décima primeira linha em 8,52m e azimute 45°52'07", a décima segunda linha em 5,20m e azimute 80°27'50", a décima terceira linha em 9,38m e azimute 147°40'07", a décima quarta linha em 58,64m e azimute 93°25'35", a décima quinta linha em 3,92m e azimute 97°34'54", às 15 linhas com o Rio dos Cedros; fundos, ao Sul, em 10 linhas irregulares somando um total de 184,79m, a primeira linha em 14,86m e azimute 269°16'16", a segunda linha em 5,01m e azimute 277°34'54", a terceira linha em 60,76m e azimute 273°25'35", a quarta linha em 11,04m e azimute 225°52'07", a quinta linha em 40,86m e azimute 304°15'46", a sexta linha em 9,52m e azimute 250°49'49", a sétima linha em 25,18m

Página 3 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio AmbienteRua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050

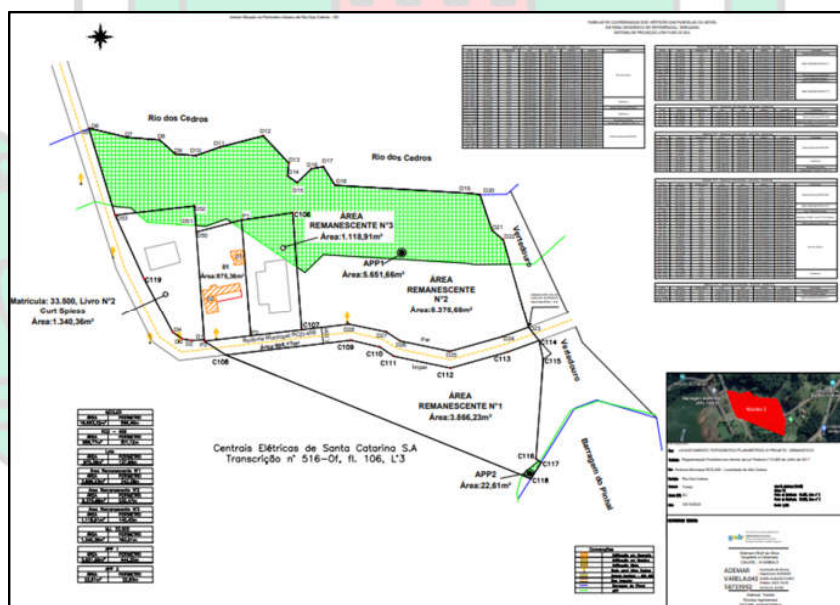
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000



e azimuth $273^{\circ}42'41''$, a oitava linha em 9,44m e azimuth $311^{\circ}28'36''$, a nona linha em 6,31m e azimuth $274^{\circ}30'30''$, a décima linha em 1,81m e azimuth $283^{\circ}31'22''$, as 10 linhas com as terras do próprio Núcleo; lado esquerdo ao Oeste, em 34,56m e azimuth $343^{\circ}04'22''$, com o lado par da Rodovia Municipal RCD - 456, e lado direito ao Leste, em 3 linhas irregulares somando um total de 33,36m, a primeira linha em 16,20m e azimuth $161^{\circ}11'29''$, a segunda linha em 6,39m e azimuth $130^{\circ}20'32''$, a terceira linha em 10,77m e azimuth $164^{\circ}02'12''$, as 3 linhas com o Vertedouro.

Neste imóvel fica reservado a área total de 22,61m², destinada à Área de Preservação Permanente - APP constante da faixa de distância entre o nível máximo operacional da Barragem do Pinhal e a cota máxima maximorum - 2,05m, conforme artigo 62 da Lei nº 12.651 de 25/05/2012, faz frente ao Norte, em 2 linhas irregulares somando um total de 9,41m, a primeira linha em 1,61m e azimuth $37^{\circ}02'45''$, a segunda linha em 7,80m e azimuth $49^{\circ}32'57''$, a terceira linha em 25,02m e azimuth $47^{\circ}52'16''$, às 2 linhas com a Barragem do Pinhal; fundos, ao Sul, em 8,36m e azimuth $212^{\circ}16'17''$, com a Barragem do Pinhal; lado esquerdo ao Oeste, em 3,77m e azimuth $292^{\circ}06'17''$, com as terras de Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A Transcrição N°516 – Of. fl. 106, Livro nº 3, e lado direito ao Leste, em 1,26m e azimuth $123^{\circ}25'09''$, com o Vertedouro.



Página 4 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000



Com o presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar **IMPUGNAÇÃO** no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente no Diário Oficial de Municípios, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, sendo que o fornecimento de fotocópias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Comunica-se que, de acordo com os documentos e informações constantes dos autos, trata-se de ocupação média de mais de 05 (cinco) anos, considerando-se que até a presente data não foi possível realizar, de qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a **Legislação** vigente à época de sua implantação ou regularização. Outrossim, as áreas a serem regularizadas, acima descritas contam com a infraestrutura necessária, tal como: **a)** fornecimento de energia elétrica; **b)** água é fornecida através da poços; **c)** a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; **d)** o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; **e)** o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos no ESF; **f)** a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil, ensino fundamental.

SERVE O PRESENTE EDITAL PARA NOTIFICAR

Ruth Lueders – Matrícula nº 16.450, Livro nº 02 do 1º Serviço Registral da Comarca de Timbó – SC;

Curt Spiess e Anita Spiess – Matrícula nº 33.500, Livro nº 02 do 1º Serviço Registral da Comarca de Timbó – SC;

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Transcrição nº 516-Of, fl. 106 Livro nº 03 do 1º Serviço Registral da Comarca de Timbó – SC;

Página 5 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL

CNPJ nº 83.102.806/0001-18 | Fone (47) 3386-1050
riodoscedros.sc.gov.br | E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89121-000



Município de Rio dos Cedros – Rodovia Municipal RCD-456, bem como terceiros interessados no presente processo de Regularização Fundiária.

Não havendo manifestação em contrário no período de **30 (trinta) dias**, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pelos requerentes e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio dos Cedros, 3 de novembro de 2023.

VALDICLEIA MAIA LISBOA PAIVA E SILVA
Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RIO DOS CEDROS

Página 6 de 6

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Rua Dr. Nereu Ramos, nº 205, sala nº 05, térreo, Centro, CEP 89121-000
(47) 3386-1050, ramal 2009 | (47) 3380-5802 | (47) 9 9106-1289

Riqueza

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 03/11

Publicação Nº 5301817



Estado de Santa Catarina
Município de Riqueza
Departamento de Licitações, Compras e Contratos

MUNICÍPIO DE RIQUEZA EXTRATO DO CONTRATO

Contrato nº: 120/2023
Expropriado: SELMO LUIZ MORO – CPF: 589.665.959-87 e NOILI HUVE – CPF: 065.566.839-06
Objeto: Desapropriação do domínio útil da área total de 1.000m² (Um mil metros quadrados), da matrícula nº 14214, objetivando a construção de Centro de Educação (escola), melhorando a infraestrutura e o atendimento da educação municipal, conforme Lei municipal nº 4768 de 09 de outubro de 2023. O imóvel está situado na Rua da Harmonia, Distrito de Cambucica, município de Riqueza, Estado de Santa Catarina.
Emissão: 03 de novembro de 2023.

Contratada: ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RIQUEZA LTDA – CNPJ: 31.306.611/0001-96
Objeto: SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2022, referente à repactuação do preço do combustível passando para R\$ 6,30 (seis reais e trinta centavos) por litro
Emissão: 03 de novembro de 2023.

Rua João Mari, 55 – Centro – CEP: 89.895-000 - Riqueza – SC - CNPJ: 95.988.309/0001-48
Fone/Fax (0xx49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023

Publicação Nº 5301539

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7C04FE22ED718E76F3CDB1169389AB036AFD5957



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023
Exclusivo ME/EPP/MEI**1 PREÂMBULO**

1.1 O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000, por meio de seu gestor o Prefeito, Exmo. Sr. Renaldo Mueller, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo os trabalhos conduzidos pela Pregoeira, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 Data de apresentação das propostas: até as 08 horas do dia 20/11/2023;

1.4 Data de abertura da sessão: 20/11/2023 às 08h 10min;

1.5 Início da sessão de disputa de preços: Imediatamente após aceitação das propostas;

1.6 Tempo de disputa: 10 minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

1.6.1 Formalização de consultas: observando o prazo legal, a licitante poderá consultar por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número do pregão eletrônico;

1.6.2 Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

OBS.: A licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de Puffs, conforme demais especificações no **Anexo "A"**.

2.2 O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação exclusivamente as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que preencherem as condições de credenciamento, que satisfaçam todas as exigências, inclusive quanto a documentação constantes neste edital e anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.3.1 Com falência decretada;

3.3.2 Em consórcio.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

3.4 Não poderão participar deste Processo Licitatório empresa que tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.5 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

3.6 A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br;

4.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.2 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, contendo marca, valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.3 A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a licitante, sob pena de desclassificação.

5.1.4 Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como “marca própria”.

5.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.2.1 As Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

5.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretam na alteração de data de abertura do certame, cabe aos licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação e proposta de preço já cadastrada, caso julgar necessário.

5.8 Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no Anexo “A” deste Edital, serão desconsiderados.

5.9 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

5.9.1 Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos, e, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

5.9.2 Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalíssimas;

5.9.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia;

5.9.4 Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 48, §3º do Decreto Federal nº 10.024/2019 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura do Pregão, estabelecida no item 01 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;

5.9.5 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.10 Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.

5.11 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital;

6.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

6.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

6.8 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- 6.9** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 6.10** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.11** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 6.12** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 6.13** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.14** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 6.15** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 6.16** Após o encerramento de cada item, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o *chat* informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado);
- 6.17** Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o *chat*. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir dos benefícios deverão dar seus lances;
- 6.18** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro;
- 6.19** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 6.20** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 6.21** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 6.22** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 6.23** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 6.24** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;
- 6.25** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 6.25.1** Produzidos no país;
- 6.25.2** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 6.25.3** Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

6.25.4 Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;

6.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;

6.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

6.29 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019;

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta;

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

7.6 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.10 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.21 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela

Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:101232960242515:::>).

7.21.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

7.21.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

7.21.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

7.21.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

7.21.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

7.21.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

7.21.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

7.21.5 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço por item e valor estimado para a contratação.

8 DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão os documentos **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com a proposta, em formato digital, sob pena de inabilitação;

8.1.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.1.2 Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

8.2 Deverão ser encaminhados, via sistema, os seguintes documentos:

DA HABILITAÇÃO:

8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.2.1.1 Os documentos descritos no subitem “8.2.1” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado.

OUTRAS COMPROVAÇÕES:

8.2.3 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações. (Conforme Anexo “B” do Edital).

8.2.4 Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 27 inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações. (Conforme modelo do Anexo “C” do Edital).

8.2.5 Declaração emitida pela empresa de que a mesma não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal. (Conforme modelo do Anexo “D” do Edital).

8.2.6 Alvará municipal válido.

8.2.7 Declaração de Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento. (Conforme modelo do Anexo “E” do Edital).

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.8 Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda.

8.2.9 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.2.10 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

8.2.11 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.2.12 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, consulta através do site www.tst.jus.br/certidao.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.13 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.3 Do Cadastro de Fornecedores

8.4 As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br, deverão encaminhar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. **Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido**

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

emitida(s) no ano de 2023 ou superior. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial;

8.5 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais;

8.5.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

8.6 As certidões e documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura dos invólucros;

8.7 A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes;

8.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.10 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

8.10.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.10.2 Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.10.3 Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.10.4 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2 Caso a licitante não encaminhe o arquivo solicitado no item 9.1.1, deverá encaminhar a proposta final conforme modelo disponibilizado pela Plataforma Portal de Compras Públicas no prazo definido pela pregoeira;

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

9.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

9.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

9.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

10.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

10.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

10.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

11.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DOS VALORES ORÇADOS PELO MUNICÍPIO E PREÇOS MÁXIMOS

13.1 O valor total para a aquisição do item, objeto desta licitação, está descrito no **Anexo “A”** deste edital e deverá ser considerado como **preço máximo por item admitido no presente**.

14 DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

14.1 O item, objeto deste edital, deverá ser prestado conforme solicitado pela Secretaria requisitantes do Município de Riqueza/SC.

14.2 A contratada deverá observar os prazos, a forma de entrega do objeto, de acordo com as especificações do Termo de Referência constante no anexo “A” deste edital.

14.3 A comunicação da Secretaria solicitante do objeto desta licitação poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail da contratada indicado na proposta de preço.

15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após a entrega do objeto, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável;

15.2 As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, contendo o número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato com a respectiva descrição do objeto e dados bancários para pagamento;

15.3 **Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.**

15.4 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

I – CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Cultura	03
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Cultura	0013
Atividade	Manutenção Departamento de Cultura	2.014
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.20.00.00 – Material de Cama, Mesa e Banho		

15.5 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso de a conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

16 DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**16.1** Não haverá reajustes.**17 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

17.1 Até 03(três) dias úteis que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão;

17.1.1 A impugnação poderá ser protocolada no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, em via original, ou enviada(s) para o e-mail contratos@riqueza.sc.gov.br que a encaminhará devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão;

17.1.2 Serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail, desde que sejam acompanhados do contrato social da empresa e procuração se for o caso;

17.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

17.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail contratos@riqueza.sc.gov.br;

17.4 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

17.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

17.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

17.7 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA

18.1 Após a homologação do resultado, a vencedora será notificada e convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Item 20**, deste Edital;

18.2 A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de doze meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

18.3 Caso a Ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

19 DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preço decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização;

19.2 A rescisão contratual poderá ser:

19.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

19.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

20 DAS PENALIDADES

20.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 18.1** do presente instrumento convocatório.

20.2 Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Registro de Preço, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

20.2.1 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

20.2.2 Pela inexecução total ou parcial deste Registro de Preço, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço;

20.2.3 Entende-se por valor total do Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados;

20.3 As penalidades de multa, previstas no **item 20** deste edital, poderão ser aplicadas, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o artigo 7, do mesmo diploma legal.

20.4 O Município de Riqueza/SC poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

21 DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A fiscalização do cumprimento do contrato será de competência e responsabilidade à Sra. Eleni Rutzen Endrigo.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Riqueza no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3675-3200, de segunda à sexta-feira, das 07h 45min às 11h 45min e das 13h 30min às 17h 30min;

22.2 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.024/2019, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria;

22.3 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.4 O Município de Riqueza reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie;

22.5 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Mondai/SC, excluído qualquer outro.

23 DOS ANEXOS DO EDITAL

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

23.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) **Anexo “A”** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) **Anexo “B”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- c) **Anexo “C”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) **Anexo “D”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- e) **Anexo “E”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- f) **Anexo “F”** – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Riqueza – SC, 03 de novembro de 2023.

RENALDO MUELLER

Prefeito de Riqueza

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023****ANEXO “A”****TERMO DE REFERÊNCIA****DADOS DO SOLICITANTE:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA JOÃO MARI, 55, CENTRO – RIQUEZA/SC
TEL: 49 3675-3212

OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência na aquisição do bem em questão, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o menor preço por Item.

JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

Justificativa da Contratação: Tendo em vista o repasse de recursos oriundos da União, de acordo com a Lei Complementar nº 195 de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19.

Desta forma, será restaurada a Sala de Cinema já existente na Casa dos Imigrantes, sediada no município de Riqueza.

Os Puffs são móveis versáteis, funcionais e confortáveis, que se adequam a qualquer espaço e ambiente, proporcionando bem-estar aos visitantes, justificando assim a necessidade de aquisição do objeto.

Justificativa da composição da média: Foram solicitados 03 (três) orçamentos em empresas do ramo, para obter o teto máximo do Processo Licitatório com valores praticados no mercado.

Justificativa da Exclusividade: A presente licitação será exclusiva a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 48 da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, “Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PUFFS.

PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital.

JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNL.	QUANT. ESTIM.	VALOR UNITARIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Puff	Unid	18	R\$ 109,60	R\$ 1.972,80


Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Material: suede ou couro Forma: quadrado Altura X comprimento 40cm 40 cm Cor: Marrom Conforme modelo abaixo:  Puff Quadrado Suede 40x40 Valor:				
TOTAL				R\$ 1.972,80

A descrição do objeto do edital, bem como a realização dos orçamentos prévios são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Sendo assim, eventuais dúvidas sobre o objeto do presente certame poderão ser sanadas diretamente com a responsável pela Secretaria através do telefone (49) 3675-3212. O valor máximo aceito está baseado nos valores dos orçamentos previamente realizado pela Secretaria estão em anexo ao processo licitatório.

DAS RESPONSABILIDADES

A empresa e vencedora obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se inteiramente por despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura.
- b) Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.
- c) Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre o fornecimento do bem.
- d) Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante o fornecimento do objeto contratado bem como o custo para a reparação dos mesmos.

DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

- a) O objeto desta licitação deverá ser entregue no Município de Riqueza, sito à Rua João Mari, nº 55, centro, na cidade de Riqueza – SC, no horário das 07h 45min às 11h 45min e 13h 30min às 17 horas, de segunda a sexta-feira;
- b) O valor ofertado deverá incluir todos os demais custos, seja de deslocamento ou outro qualquer.
- c) O prazo de entrega do objeto desta licitação será de no máximo 10 (dez) dias após a solicitação do departamento ou recebimento da ordem de fornecimento de acordo com a necessidade do Departamento requisitante e conforme o andamento dos eventos;
- d) O pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório;
- e) Caso os produtos não apresentem as especificações exigidas pelo edital de seus anexos, não serão recebidos pelo ente contratante;
- f) A contratada deverá aguardar, no momento da entrega, a conferência dos produtos que será feita pelo contratante.
- g) O recebimento do objeto deverá ser realizado:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
 CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constante do Edital e da Proposta;

Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta, e sua consequente aceitação;

h) Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital;

PAGAMENTO

O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após a entrega do bem, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

a) As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, contendo número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato com a respectiva descrição do objeto e dados bancários para depósito.

b) Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.

c) As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

<i>I – CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>CÓDIGO</i>
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Cultura	03
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Cultura	0013
Atividade	Manutenção Departamento de Cultura	2.014
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.20.00.00 – Material de Cama, Mesa e Banho		

Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso de a conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

À Administração Pública Municipal é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização pela respectiva responsável da Secretaria da Educação, Sra. Eleni Rutzen Endrigo ou quem venha substituí-los nos cargos.

ASSINATURA:**ELENI RUTZEN ENDRIGO**

Matrícula 1580-6

Secretária da Educação

Riqueza/SC, 03 de novembro de 2023.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023**ANEXO “B”****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 47/2023, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2023****ANEXO “C”****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Município de Riqueza - SC

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, DECLARA, para fins que em atendimento ao Inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezois seis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 47/2023 - ADM, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, ____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2023****ANEXO “D”****DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO**

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº/.....-....., com sede na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., neste ato representada pelo Sr., **DECLARA**, sob as penas da Lei, **que não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Riqueza.**

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2023****ANEXO “E”****DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede, n.º, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., neste ato representada pelo Sr(a)., DECLARA, para fins de atendimento ao que consta no edital do referido Pregão Eletrônico - Registro de Preços, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer objeto/serviço de qualidade, sob as penas da Lei.

Que é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato decorrente da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Que se sujeita às condições estabelecidas no Edital do Pregão e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2189/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023****ANEXO “F”****MINUTA CONTRATO MINUTA TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº _____/2023**

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000, por meio de seu gestor o Prefeito, Exmo. Sr. **RENALDO MUELLER**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, nos termos das Leis nº. 10.024/2019 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório 2189/2023, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 47/2023, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição do bem, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente ajuste tem por objeto registro de preços para eventual e futura aquisição de Puffs, conforme demais especificações no **Anexo “A”**.

1.1.1 Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 2189/2023, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 47/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Riqueza não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Pelo fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____).

Item	Und.	Descrição do Objeto	Quant	Valor Unt.	Valor Total

3.2 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

<i>I – CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>CÓDIGO</i>
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Cultura	03
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Cultura	0013
Atividade	Manutenção Departamento de Cultura	2.014
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.20.00.00 – Material de Cama, Mesa e Banho		

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30 (trinta) dias após a entrega do bem, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

4.2 As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF. Ainda, deverá constar na nota fiscal o número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato, descrição do objeto e dados bancários para depósito.

4.3 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

4.4 **Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.**

4.5 Qualquer pagamento somente será realizado quando a empresa contratada estiver regular em relação aos documentos constantes no Item 8 deste edital.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES

5.1 Não haverá reajuste de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

6.1 O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**7.1 Compete à CONTRATANTE:**

7.1.1 Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

7.1.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

7.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do produto anotando em registro próprio as falhas detectadas;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.1.4 Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.5 Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.

7.2 Compete à CONTRATADA:

7.2.1 Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

7.2.2 Assinar a Ata de Registro de Preços;

7.2.3 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no edital e neste Instrumento;

7.2.4 Fornecer os itens, conforme descrito no edital, e demais condições descritas no Termo de Referência – Anexo “A”, do Edital;

7.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da entrega do objeto;

7.2.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.2.7 Manter durante toda a vigência da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus Anexos;

7.2.8 Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Pelo Município de Riqueza/SC, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando;

b) o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, Edital ou da Ordem de Compra;

c) o FORNECEDOR não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido, e o Município de Riqueza/SC não aceitar sua justificativa;

d) o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a critério Município de Riqueza/SC;

e) houver inexecução total ou parcial da ATA (ou instrumento equivalente) decorrente do Registro de Preços, se assim for decidido pelo Município de Riqueza/SC;

f) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;

g) houver motivo de interesse público devidamente demonstrados e justificados pelo Município de Riqueza/SC; e

h) houver solicitação por escrito, e o FORNECEDOR comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (caso fortuito ou de força maior) e desde que aceitas as justificativas pelo Município de Riqueza/SC.

8.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste edital e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento, juntando-se comprovante ao processo que deu origem ao Registro de Preços;

8.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Santa Catarina, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

8.4 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da data do efetivo cancelamento,

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

facultado ao Município de Riqueza/SC a aplicação das penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, caso não aceite as razões do pedido de cancelamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a ata no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-lo.

9.2 Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

9.2.1 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2.2 Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata.

9.2.3 Entende-se por valor total deste instrumento o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

9.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações;

9.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3 O Município de Riqueza poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa local ou nos meios oficiais de divulgação, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE na pessoa do responsável da Secretaria da Educação, Sra. Eleni Rutzen Endrigo, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Mondai - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente instrumento. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Riqueza - SC, ____ de ____ de 2023.

RENALDO MUELLER

Prefeito de Riqueza

Contratada

TESTEMUNHAS:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br

Romelândia

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO N 203/2023 -CIGA

Publicação N° 5319178

EXTRATO DE CONTRATO N° 203/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Romelândia

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Romelândia

CNPJ: 04.828.184/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 3/2020

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.194,64 (seis mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 17 de outubro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

RELAÇÃO DE CLASSIFICADOS NA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023

Publicação Nº 5301182

RELAÇÃO DE CLASSIFICADOS NA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE- CIACA DE BRAÇO DO NORTE – ESTADO DE SANTA CATARINA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 06.081.945/0001-61 com sede Rua Augusta Aguiar Danielski, Nº 739, Bairro São Januário, Braço do Norte, Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. NERI VANDRESEN, Prefeito do Município de Rio Fortuna, resolve tornar pública a relação de classificados do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado ao preenchimento de vagas e cadastro reserva, conforme edital, para empregos de EDUCADOR SOCIAL, AUXILIAR DE EDUCADORA SOCIAL e AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PONTUAÇÃO EDUCADOR SOCIAL	
NOME	PONTOS
ANDRÉIA CRISTINA NUNES DE OLIVEIRA	12
LUCIANA PACHECO	7
EVA GRAZIELA ESTEVÃO	6
DAIANE BORGERT BATISTA	5
GISELI DE SOUZA DE OLIVEIRA	2
GABRIELA PINTER BORGERT	2
NICOLLE EDUARDA MAÇANEIRO	1
DANIEL DE SOUZA MACHADO	0
RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA	0

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PONTUAÇÃO AUXILIAR DE EDUCADOR SOCIAL	
NOME	PONTOS
EVA GRAZIELA ESTEVÃO	6
NICOLLE EDUARDA MAÇANEIRO	1

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PONTUAÇÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
NOME	PONTOS
GENI NUNES DE OLIVEIRA	2
VALDIRENE NETO VIEIRA	0

Braço do Norte, 01 de novembro de 2023.

NERI VANDRESEN
Presidente do CIACA

MARLISE DA SILVA NAZARIO ELIZEU
Coordenadora do CIACA

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 - PR SAMAE

Publicação Nº 5319180

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA ROSA DO SUL - SAMAE

PROCESSO DE LICITAÇÃO 006/2023 – PR 006/2023

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Rosa do Sul - SC, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 006/2023, Edital de Pregão Presencial Nº 006/2023, Objeto: a presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de coleta e transporte de efluentes sanitários da rede coletora de esgoto e serviços de hidrojateamento de acordo com as necessidades do SAMAE. Credenciamento e Limite p/ Recebimento de Propostas e habilitação: 17/11/2023 até 13:30 horas e abertura das Propostas: 17/11/2023 as 13:45 horas, Edital e anexos disponível no www.santarosadosul.atende.net, maiores informações pelo telefone: 0xx48-35341113, no Depto de Licitações, no horário de expediente, site da Prefeitura de Santa Rosa do Sul – SC.

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº341/2023 – DE 02 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301316

CANCELA AS AULAS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO as chuvas intensas chuvas que têm atingido o Município de Santiago do Sul e os municípios vizinhos;

CONSIDERANDO que as fortes chuvas ocorridas nos últimos dias na região ocasionaram alagamentos e destruição das estradas vicinais municipais, prejudicando sobremaneira e até mesmo impossibilitando o deslocamento de alunos,

DECRETA:

Art. 1º. FICAM CANCELADAS no dia 03 de novembro de 2023 as aulas em toda rede de ensino municipal em todos os níveis e modalidades.

Art. 2º A reposição das aulas canceladas será planejada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no decorrer do ano letivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 02 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello

Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

DECRETO Nº342/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301362

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL/COVETIVA – CHUVAS INTENÇAS. COBRADE 1.3.2.1.4 CONFORME PORTARIA 260/2022 de 02/02/2022.

JAIME PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

Considerando que:

No dia 02 de novembro de 2023, ao amanhecer, por volta das 5h, o Município de Santiago do Sul/SC, de forma rápida, foi acometido por Tempestade Local/Convectiva-Chuvas Intensas, ocasionando danos e prejuízos, com alagamento no centro da cidade e muitos estragos nas estradas do interior do Município;

O grande volume de chuva distribuído sobre as bacias do interior do município causou um aumento repentino no volume dos rios, atingindo residências, comércios e prédios públicos e estragos incalculáveis nas estradas municipais, bueiros e pontes do interior do Município.

O protocolo da Defesa Civil Municipal junto ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC - SC-F-4215695-13214-20231102 pelo Desastre de Tempestade Local/Convectiva-Chuvas Intensas;

Como consequências deste desastre resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informação de Desastre FIDE, anexo a este Decreto;

A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como CONFORME PORTARIA 260/2022 de 02/02/2022. COBRADE 1.3.2.1.4

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COOMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COOMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. A vigência do presente Decreto é de 180 dias.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello

Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

DECRETO Nº343/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301483

RETIFICA O ART. 6º DO DECRETO N. 342/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

JAIME PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o art. 6º do Decreto 342/2023, de 03 de novembro de 2023 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, e inciso VIII do artigo 75 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, se aplicada a Lei 8.666/93 ou em até um ano se aplicada a Lei 14.133/21, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 03 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello

Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

DECRETO Nº344/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301757

Dispõe sobre a Homologação da Classificação do Processo de Credenciamento 01/2023.

jaime Pereira, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em de conformidade com o Edital de Processo de Credenciamento Nº001/2023,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação do Processo de Credenciamento Nº001/2023, conforme relação a seguir:

Ordem de classificação	Leiloeiro
01	ANDERSON LUCHTENBERG
02	FÁBIO MARLON MACHADO
03	PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA
04	MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR
05	RODOLFO DA ROSA SCHONTAG
06	OSMAR SÉRGIO COSTA
07	NEILA ROSANE RIBEIRO DOS SANTOS
08	MAGNUN LUIZ SERPA
09	DIEGO WOLF DE OLIVEIRA
10	ROGER WENNING
11	DIÓRGENES VALÉRIO JORGE
12	VANESSA P. BRASSIANI
13	ITAMAR CORACI XAVIER DE LIZ
14	SIMONE WENNING
15	CÉSAR LUIS MORESCO
16	RAFAEL CERETTA ALEGRANZZI
17	PAULO ROBERTO WORN
18	MARILEIA MAY
19	RODRIGO SCHMITZ
20	ARÍDINA DO AMARAL
21	JULIO RAMOS LUZ
22	JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA
23	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO
24	JOSÉ FERNANDO DE QUINA
25	EDUARDO SCHIMITZ

Art. 2º Caso haja interesse por novos profissionais, os mesmos poderão encaminhar a documentação exigida na forma do edital de Credenciamento 01/2023, ao Município, para que sejam recebidos e processados, e desde que atendidas as exigências contidas no referido edital, serão automaticamente relacionados no final da lista de classificação dos inscritos, atualizada no momento da publicação da homologação de seu credenciamento;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2023.

jaime Pereira
Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

PORTARIA Nº377/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301495

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº377/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Complementa férias do Servidor Público Municipal ARCEMINO ANDRÉ KREUTZFELD FRANSOZI e dá Outras Providências.

JAIME PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal ARCEMINO ANDRÉ KREUTZFELD FRANSOZI, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 01 (um) dia, ou seja, no dia 03 de novembro de 2023.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 01 (um) dia de férias, interrompidas pela PORTARIA Nº353/2023 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2023, sem receber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração

PORTARIA Nº378/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301497

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº378/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispensa do serviço público a Servidora abaixo mencionada, nos termos do art. 2º conforme Decreto nº295/2023 – de 04 de setembro de 2023 e dá outras providências.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSA a Servidora DEGEANE TRESSOLDI BALDISSERA, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do serviço público no dia 03 de novembro de 2023, durante todo o dia, por motivo da mesma ter trabalhado na eleição do Conselho Tutelar de Santiago do Sul/SC, no dia 01 de outubro de 2023, conforme Decreto nº295/2023 – de 04 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração

PORTARIA N°379/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação N° 5301573

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°379/2023 – DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal LUCELIA RISSI e dá outras providências.

JAIME PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal LUCELIA RISSI, ocupante do Cargo de ASSISTENTE TECNICO PEGADÓGICO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 06 (seis) dias, ou seja, do dia 03 de novembro de 2023 a 08 de novembro de 2023, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2023.

JAIME PEREIRA Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Departamento – Sec. Administração.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 208/2023

Publicação Nº 5319221

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DE193CAF356801EAB05D06935132377C6CA7BB2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 208/2023

O Chefe de Gabinete, Secretário de Educação, Secretário de Planejamento e Urbanismo, Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Secretário de Agricultura e meio Ambiente, Secretário de Saúde, Diretora Presidente da Fundação Cultural, Diretor Presidente da Fundação de Desporto, Secretário de Assistência Social e Secretário de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 208/2023, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE PNEUS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, FUNDAÇÃO CULTURAL, FUNDAÇÃO DE DESPORTO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO, para a empresa SO PNEUS COMERCIAL AUTOMOTIVO LTDA totalizando em R\$ 113.753,04 para os itens 11, 14, 15, 16, 19, 21, 24, 25, 28, 31, 36, 38, 49, para a empresa GERMANO PNEUS LTDA totalizando em R\$ 288.205,20 para os itens , 3, 4, 5, 7, 8, 13, 23, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 47, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 61, para a empresa JN PNEUS LTDA totalizando em R\$ 222.837,90 para o itens 12, 18, 20, 27, 30, 32, 33, 39, 41, 44, 45, 46, 48, para a empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA totalizando em R\$ 8.267,20 para os itens 6,9,10,22, para empresa - CPX DISTRIBUIDORA S/A totalizando em R\$ 71.700,00 para o item 57 e para empresa I. BORDIGNON PNEUS EIRELI totalizando em R\$ 9.504,60 para o item 42. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 03 de Novembro de 2023.

JOSE DORIVAL DUMS
CHEFE DE GABINETE

JOSE ERMINIO GREIN
SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

JOSIAS TERRES
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

BRUNO SEEFELD
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

LUIZ NERI PEREIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

MARCELO MARQUES
SECRETARIO DE SAÚDE

BARBARA SIMONE DA SILVA
DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

LUCIANO WEIDNER
DIRETOR PRESIDENTE FUNDAÇÃO DE DESPORTO

GILMAR LUIS POLLUM
SECRETÁRIO DE ASSISTENCIA SOCIAL

MAYKEL ROBERTO LAUBE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 2362/2023

Publicação Nº 5301282

DECRETO Nº 2362, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma em que especifica abaixo.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4885, de 3 de novembro de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento municipal, para criação no exercício de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390480000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

DECRETO Nº 2363/2023

Publicação Nº 5301285

DECRETO Nº 2363, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), na forma em que especifica abaixo.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4887, de 3 de novembro de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

Fonte de Recurso: 160470000054 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias;

Valor: R\$ 594.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação da fonte 160470000054 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, no valor de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

DECRETO Nº 2364/2023

Publicação Nº 5301288

DECRETO Nº 2364, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em INGRESSO DE RECURSOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE EMENDA INDIVIDUAL no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na forma em que especifica abaixo.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4888, de 3 de novembro de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, com base em ingresso de recursos financeiros através de emenda individual, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 160031100005 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Emenda Parlamentar 25000.147339/2023-02 36000509108202300 Caroline de Toni

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será utilizado recurso proveniente do ingresso de recursos financeiros através de emenda individual, na especificação de fonte 160031100005 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

DECRETO Nº 2365/2023

Publicação Nº 5301290

DECRETO Nº 2365, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 5.875.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), na forma em que especifica abaixo.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4889, de 3 de novembro de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 5.875.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 das seguintes dotações orçamentárias:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390140000 - Diárias - civil

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 30.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 50.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 50.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 5.500.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390080000 - Outros benefícios assistenciais

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 15.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 200.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0304.0017.2109

Atividade: Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 275370000006 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 2.200.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0304.0017.2109

Atividade: Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

Elemento de Despesa: 4490520000 - Equipamentos e material permanente

Fonte de Recurso: 275370000006 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

Valor: R\$ 30.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3190130000 - Obrigações patronais

Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde

Valor: R\$ 395.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio
Elemento de Despesa: 4490510000 - Obras e instalações
Fonte de Recurso: 150010020002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde
Valor: R\$ 3.250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

DECRETO Nº 2366/2023

Publicação Nº 5301292

DECRETO Nº 2366, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em INGRESSO DE EMENDA DE BANCADA no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), na forma em que especifica abaixo.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4890, de 3 de novembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, com base em ingresso de emenda de bancada, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), no orçamento municipal, para reforço no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 160031200006 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incremento PAP - Bancada -25000.147473/2023-0336000516248202300

Valor: R\$ 200.000,00

Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 17.001 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 17.001.0010.0301.0017.2107

Atividade: Ações Voltadas à Atenção Básica - Custeio

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 160031200006 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incremento PAP - Bancada -25000.147473/2023-0336000516248202300

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do ingresso de emenda de bancada, na especificação da fonte 160031200006 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incremento PAP - Bancada -25000.147473/2023-0336000516248202300, no valor de R\$ R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

DECRETO Nº 2367/2023

Publicação Nº 5301293

DECRETO Nº 2367, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO.

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4891, de 3 de novembro de 2023, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), para

reforço no exercício financeiro de 2023 da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação

Funcional Programática: 07.001.0012.0365.0007.2022

Atividade: Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

Elemento de Despesa: 3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 155070000158 - Transferência do Salário-Educação

Valor: R\$ 61.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada:

Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação

Funcional Programática: 07.001.0012.0361.0007.2023

Atividade: Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 155070000158 - Transferência do Salário-Educação

Valor: R\$ 61.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

DECRETO N° 2368/2023

Publicação N° 5301297

DECRETO N° 2368, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa para responder

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar JEFERSON NOSSOL, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil, para responder, interinamente, pelo expediente da Defesa Civil, no período de 6 de novembro de 2023 a 15 de novembro de 2023, período este de férias do titular da pasta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIAS N° 9737/2023 A 9751/2023

Publicação N° 5301299

PORTARIA N° 9737, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo n° 30336/2023,

DEMITE:

A partir de 6 de outubro de 2023, SANDRA DE ANDRADE CONTEZINI, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9738, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, § 7º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de novembro de 2023, aposentadoria por invalidez proporcional ao tempo de contribuição ao segurado SERGIO MIGUEL DE MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe B, matrícula nº 40941, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 8161/2023, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9739, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de novembro de 2023, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado CACILDO JOSÉ TREML, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, Grupo Ocupacional 05, Nível II, Classe K, matrícula nº 5820, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 27258/2023, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete
---	---

PORTARIA Nº 9740, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c § 5º do art. 40, da Constituição Federal, e disposições do art. 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de novembro de 2023, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição

à segurada MARGARIDA KRIEGER ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil, Nível II, Classe I, matrícula nº 36646, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 27251/2023, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9741, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de novembro de 2023, aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição à segurada ROSELI STAFFEN HABECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe E, matrícula nº 36342, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 27255/2023, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo				
--	---	--	--	--	--

PORTARIA Nº 9742, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de novembro de 2023, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado ORLANDO MARETH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, Grupo Ocupacional 04 – em extinção, Nível I, Classe J, matrícula nº 18390, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 27230/2023, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NO-VASKI Assessor de Governo				
--	--	--	--	--	--

PORTARIA Nº 9743, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, considerando a decisão judicial no Mandado de Segurança nº 5007645-65.2023.8.24.0058;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, e disposições do art. 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada JANETE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe E, matrícula nº 34330, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 1º de novembro de 2023.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 24565/2023, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Poderá ser descontado do valor da remuneração ou proventos, no caso de pagamento administrativo ou judicial indevido, inclusive na hipótese de cessão do benefício pela revogação da decisão judicial, nos termos da Lei que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 1º de novembro de 2023.
São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NO-VASKI Assessor de Governo				
--	--	--	--	--	--

PORTARIA Nº 9744, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta no Processo nº 30350/2023, Considerando o que consta nos Memorandos nº 949/2023 – RH e nº 253/2023 – SEPLU,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 6 de novembro de 2023, ALIANE SEIDL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 008/2022, homologado em 13 de março de 2023, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9745, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta no Processo nº 30350/2023, Considerando o que consta nos Memorandos nº 949/2023 – RH e nº 031/2023 – SEMUS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 6 de novembro de 2023, JOANA MUCHAU, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 008/2022, homologado em 13 de março de 2023, para exercer o cargo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40

(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9746, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta no Processo nº 30350/2023, Considerando o que consta nos Memorandos nº 949/2023 – RH e nº 031/2023 – SEMUS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 6 de novembro de 2023, RICARDO SMAGA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 008/2022, homologado em 13 de março de 2023, para exercer o cargo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 9747, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 007/2022 e considerando que JOÃO LINDOMAR BATISTA encontra-se em licença tratamento de saúde – auxílio doença e o que consta no Processo nº 30475/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, PAULO FELLIPE CIPRIANI, para atuar na EBM Professor Carlos Doetsch (20 horas semanais) e na EBM Antonio Tremel (20 horas semanais), na função de Professor de Educação Física, totalizando a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 6 de novembro de 2023, pelo período que perdurar a vacância do cargo, com a data limite de 21 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 9748, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 007/2023 e considerando o que consta no Processo nº 30475/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ELIANE RIBEIRO ANTUNES, para atuar na EBM Alexandre Pfeiffer (40 horas semanais), na função de Auxiliar de Operações, a partir 6 de novembro de 2023 até 5 de novembro de 2024.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 9749, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ROSANGELA THEILE, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00114/19-5, de 3 anos, 6 meses e 16 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 30450/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		
--	---	--	--

PORTARIA Nº 9750, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA CRISTINE HASTREITER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00180/18-0, de 5 anos, 6 meses e 17 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 30414/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		
--	---	--	--

PORTARIA Nº 9751, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Auxílio Escolar à servidora LUANA CAROLINA KRUCZKIEWICZ LINZMEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 20 de outubro de 2023, conforme Processo nº 29061/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 20 de outubro de 2023.

São Bento do Sul, 3 de novembro de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo		
--	---	--	--

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 019/2023**

Publicação Nº 5301561

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6134DA92F10B3141448FB78A4620189DB5BD08D

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO 019/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO**

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, torna público a homologação do Processo Licitatório/ Pregão Eletrônico nº 019/2023, tendo como objeto à Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, especializada, inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, do respectivo estado de inscrição, para a prestação do serviço de assessoramento e fiscalização técnica preferencialmente diária, salvo casos excepcionais devidamente justificados, da reforma do telhado do prédio do Poder Legislativo Municipal de São Bento do Sul/SC, a qual será realizada posteriormente a contratação em tela, conforme memorial descritivo -ANEXO VI - acostado ao presente feito, para a EMPRESA - VX PRE MOLDADOS LTDA, sobre inscrição de CNPJ nº 50.147.433/0001-42, com valor total de R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais) que serão pagos em 02 (duas) parcelas, após firmar termo contratual de prestação de serviços. Para mais informações acesse: <https://camarasaobentodosul.atende.net>

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2023

Zuleica Voltolini - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA Nº 75 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301344

PORTARIA Nº 075, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA COMISSÃO AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Teodomiro Krzesinski, Djoni Cleber Pinheiro, Marco Rodrigo Redlich e Auriannye Marques - representante de órgão não governamental, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de bens inservíveis pertencentes a Câmara Municipal de Vereadores, para futura alienação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2023.

ZULEICA VOLTOLINI
Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DIVULGA CANDIDATOS INSCRITOS CHAMAMENTO 01/2023

Publicação Nº 5319250

ATO Nº 01
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2023
Dispõe sobre a divulgação dos candidatos inscritos no Processo de Habilitação destinado a prorrogação em caráter temporário da carga horária de 20 para 40 horas semanais para o ano letivo de 2024.

O Município de São Bernardino/SC, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Dalvir Luiz Ludwig, juntamente com a Comissão do Chamamento Público nº 001/2023, tornam pública a lista dos candidatos inscritos no Processo de Habilitação destinado a prorrogação em caráter temporário da carga horária de 20 para 40 horas semanais para o ano letivo de 2024, de acordo com o que segue:

Área de atuação: Pedagogia		
Inscrição	Nome do candidato (a)	Situação
02	Denise Maria Jantsch Albert	Deferida
03	Tatiana Maria Pioner	Deferida
04	Silmara Walker Motter	Deferida
05	Maiara Schneider	Deferida

Área de atuação: Educação Física		
Inscrição	Nome do candidato (a)	Situação
01	Katiane Rhoden	Deferida
06	Patricia Fritzen	Deferida

Fica estabelecido o prazo de até às 17h00min do dia 06/11/2023 para a interposição de recursos, para os candidatos que possuem a inscrição como indeferida ou que se inscreveram, mas não constam na lista.
São Bernardino/SC, 06 de novembro de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal
COMISSÃO:

São Francisco do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL - RELAÇÃO DE INSCRITOS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA - PUBLICIDADE E PROPAGANDA E DATA DO SORTEIO

Publicação Nº 5286139

EDITAL de PUBLICAÇÃO da relação de inscritos ao sorteio dos membros para composição da Subcomissão Técnica de análise das Propostas Técnicas para contratação de serviços de Publicidade e Propaganda pela Câmara Municipal de São Francisco do Sul - SC, e da data e horário da realização do respectivo sorteio.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL e a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos dos §§ 2º e 4º, do art. 10, da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 20210, que Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, fazem saber, a quem possa interessar, a relação de inscritos, com e sem vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul - SC, ao sorteio dos membros para composição da Subcomissão Técnica de análise das Propostas Técnicas para contratação de serviços de Publicidade e Propaganda pela Câmara Municipal de São Francisco do Sul, conforme segue:

Profissionais COM vínculo:	Órgão
ALLAN VIANES DA FONSECA	Assessoria de Imprensa Câmara Municipal de SFS/SC
ALEXANDRE VILAIM BRAGA	Gerência de Comunicação Prefeitura Municipal de SFS/SC
IVAN DE LEONE AVOGLIO	Gerência de Comunicação Prefeitura Municipal de SFS/SC
LUCAS ROBERTO SIMÕES DIAS	Gerência de Comunicação Prefeitura Municipal de SFS/SC
MARIA JULIA MAGALHÃES E SILVA	Gerência de Comunicação Prefeitura Municipal de SFS/SC
MICHELE FONTES FRANÇA	Gerência de Comunicação Prefeitura Municipal de SFS/SC
Profissionais SEM vínculo:	Formação/Experiência Profissional
DANIEL GUSTAVO DA SILVA CARDOSO	Publicitário Agência: Full House Propaganda & Marketing
MAYKON ROBERTO HACK	Jornalista Página: São Chico Online
RAMIRES RONCHI FERREIRA	Diretor de Marketing Monitor Marketing e Tecnologia MKT+Tech MBA em Marketing pela Escola Superior de Publicidade e Marketing - ESPM
JAIME JOEL AVENDANO JARA	Jornalista "Freelancer" Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdades Integradas Alcântara Machado, com diploma registrado pela USP
GRAZIELE SCHNEIDER	Consultora Bacharela em Administrativo com Habilitação em Marketing pela Faculdade Cenecista de Joinville - FCJ, com diploma registrado pela Universidade Tuiuti do Paraná

Pelo presente Edital cumpre-nos, também, informar que o sorteio dos membros para composição da Subcomissão Técnica de análise das Propostas Técnicas para contratação de serviços de Publicidade e Propaganda pela Câmara Municipal de São Francisco do Sul - SC, ocorrerá no dia 22 de novembro de 2023, quarta-feira, às 16h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Alameda Ipiranga, 179, centro, nesta, com transmissão "ao vivo" pelos canais digitais do Legislativo Municipal.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2023.

LEONARDO AUGUSTO DE CAMARGO
Presidente da Mesa Diretora
da Câmara Municipal

MAXIMILIAN SCHARMITZEL
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

HELENA PURES ROLDÃO Membro da Equipe de Apoio da Comissão Permanente de Licitação	DAIANA CAROLINA DA SILVA DO ROSÁRIO Membro da Equipe de Apoio da Comissão Permanente de Licitação
--	--

São João do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 300/2023

Publicação Nº 5301269

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 300 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 881/2005, Lei Municipal Nº 1.929/2022 e Art. 37, Inciso II da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear por concurso o Sr. RICARDO SCHNEIDER, matrícula funcional nº 1518, inscrito no CPF sob nº 022.***.***-78, por imperativo de Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público 002/2022 de 25 de maio de 2022, em razão do advento da Lei Municipal 1.929 de 20 de abril de 2022, a exercer o Cargo Efetivo de OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, de acordo com a categoria ANF-04 e o nível IV do Quadro I do Anexo VI – Tabela de níveis de vencimento, observadas as atribuições específicas da Função descritas no Anexo VII da Lei retro mencionada.

Art. 2º. Autoriza o servidor ora nomeado, a conduzir veículos da municipalidade.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor no dia 06 de novembro de 2023.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 03 de novembro de 2023.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal.

São Joaquim

PREFEITURA

EDITAL SMECD Nº 001/2023 DE MATRÍCULAS. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES DE REMATRÍCULA, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS, PARA O ANO LETIVO DE 2024, NAS INSTITUIÇÕES VINCULADAS A SMECD- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE SÃO JOAQUIM

Publicação Nº 5301596

EDITAL SMECD Nº 001/2023 DE MATRÍCULAS.

Dispõe sobre as diretrizes de matrícula, matrícula e transferência de alunos, para o ano letivo de 2024, nas instituições vinculadas a SMECD- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de São Joaquim.

O Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto, Fabiano Padilha no uso das atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece as diretrizes para o processo de matrícula, matrícula de alunos para a Educação Infantil, Pré Escola ao Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Joaquim- SC para o ano letivo de 2024.

1. Da Fundamentação Legal:

1.1 Conforme o previsto na Constituição Federal/88, EC Nº 53/06, EC Nº 59/09, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/96, Lei Nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.700/08 que dispõe sobre a garantia de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir de 04 (quatro) anos de idade, Lei Nº 4.534/2018 que cria o Sistema Municipal de Ensino, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula para Educação Infantil/ Ano Letivo 2024.

2. Da Apresentação:

2.1 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

2.2 Nas Escolas de Educação Infantil será ofertada matrículas:

I - Etapa creche para crianças de 04 meses até 03 anos e 11 meses de idade;

II -Etapa Pré-Escola 1, para crianças de 04 anos e 11 meses de idade;

2.3 Nas Escolas de Educação Básica será ofertada matrículas:

I- Etapa Pré-Escola 2, para crianças de 05 anos e 11 meses de idade;

II- Ensino Fundamental, para crianças de 06 anos de idade (completos até 31/03) a 14 anos de idade que compõe o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5ºano) e Anos Finais (6º ao 9º ano);

3. Dos Objetivos:

3.1. Este Edital tem por objetivo geral orientar a matrícula, matrícula e transferência de alunos (as), nas instituições vinculadas à Rede Municipal de Ensino de São Joaquim.

3.2. Deverá ser salvaguardado o direito da criança a Educação Básica, em idade própria, respeitada a idade de ingresso estabelecida nos respectivos sistemas de ensino, sendo para a rede pública municipal: 06 anos completos ou a completar até 31/03/2024.

3.3 Deverão ser matriculados na Educação Infantil Etapa Pré Escola 1 todas as crianças que completar 4 (quatro) anos de idade até 31/03/2024, sendo que a vaga deverá ser oferecida na escola pública de educação infantil mais próxima de sua residência salvaguardado os casos de inexistência de vaga na U.E próxima de sua residência.

3.4 O Edital de Matrícula tem como objetivos específicos:

3.4.1 Divulgar este Edital à direção, aos docentes e demais funcionários da instituição, aos pais ou responsáveis e extensivo a toda a comunidade, para fins de matrícula matrícula e transferência do público alvo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

3.4.2 Garantir a renovação de matrícula de forma presencial nas unidades de escolares municipais dos estudantes que frequentam as Escolas de Educação Infantil e as Escolas Básicas Municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os alunos das Escolas de Educação Infantil poderão ser matrículas três vezes durante o ano letivo havendo a vaga nas fases I, II, III e IV, sendo necessária a comprovação de atividade laboral dos pais e ou responsável legal.

3.4.3 Efetuar a matrícula de estudantes novos, cumprindo o que dispõe este Edital.

3.4.4 Fazer a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais.

3.4.5 Realizar, sempre que houver vaga, a matrícula do estudante transferido de instituição vinculada à Rede Municipal de Ensino de São Joaquim. Antes mesmo da oferta de matrículas novas no que se refere à Educação Municipal.

3.4.6 Diretores (as) Coordenadores (as) deverão organizar a distribuição de vagas disponíveis nas instituições que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais.

3.4.7 Cadastrar e atualizar os dados dos alunos no Sistema Betha ao início do ano letivo de 2024.

3.4.8 Informar à família da responsabilidade de atualizar os dados da ficha cadastral e/ou matrícula a cada mudança de endereço residencial, telefone e local de trabalho.

4. Dos Critérios de Matrícula e da Composição e Organização de Turmas:

4.1 Conforme Sistema de Ensino Municipal Lei Complementar 4.534/2018, Art.40, os alunos (as) deverão ser agrupadas seguindo o estabelecido como primeiro critério para o ingresso da criança no grupo a idade; seguindo a data corte de 31 de março para a Educação Infantil, e para o Ensino Fundamental seguir a data que preconiza a lei.

- I – Fase I- crianças de 04 meses até 11 meses de idade;
- II - Fase II - crianças de 01 ano a 01 ano e 11 meses de idade;
- III – Fase III - crianças de 02 anos a 02 anos e 11 meses de idade;
- IV – Fase IV – crianças de 03 anos a 03 anos e 11 meses de idade;
- V – Fase V – crianças de 04 anos a 04 anos e 11 meses de idade;
- VI – Fase VI e ou Pré - Escolar – crianças de 05 anos a 05 anos e 11 meses de idade;
- VII – 1º Ano do Ensino Fundamental 06 anos de idade completo até 31/03/2024;
- VIII – 2º Ano do Ensino Fundamental 07 anos de idade;
- IX -3º ano do Ensino Fundamental 08 anos de idade;
- X -4º ano do Ensino Fundamental 09 anos de idade;
- XI -5º ano do Ensino Fundamental 10 anos de idade;
- XII -6º ao 9º ano do Ensino Fundamental 11 a 14 anos de idade;

4.2 Com relação entre o número de alunos por agrupamento ou turma e o número de professores (as) varia de acordo com a faixa etária/série/turma, sendo que quantidade máxima de estudantes por agrupamento ou turma é proporcional ao espaço físico das salas e qualidade no atendimento educacional.

4.3. A efetivação da matrícula somente será feita na Unidade Escolar após apresentação de todos os documentos necessários.

5. Dos Procedimentos para:

5.1. Solicitação de Transferência;

5.1.2 A solicitação de transferência dar-se-á mediante o pedido da família na U.E onde o educando está regularmente matriculado, através do preenchimento da solicitação de transferência, desde que a aluno (a) esteja frequentando a instituição respeitando a lista de espera caso haja.

5.2 Rematrículas;

5.2.1 – Para o ano letivo de 2024 em todos os estabelecimentos de ensino os alunos regularmente matriculados nas Escolas de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica Municipal, serão rematrículas de forma presencial devido à necessidade de atualizações cadastrais.

5.3 Matrículas por transferência;

Na existência da vaga, a transferência será assegurada mediante documentação completa:

Educação Infantil:

- Certidão de nascimento;
- Carteira de vacinação;
- Comprovante de residência;
- RG e CPF dos Pais;
- Contato telefônico;
- Cartão do SUS;
- RG e CPF da criança;
- Declaração de transferência da U.E;
- Avaliação descritiva do aluno;

Ensino Fundamental:

- Certidão de nascimento;
- Carteira de vacinação;
- Comprovante de residência;
- RG e CPF dos Pais;
- Contato telefônico;
- Cartão do SUS;
- RG e CPF da criança;
- Histórico escolar;
- Boletim com as notas numéricas;
- Boletim com as notas parciais;

5.3.1 A transferência não se efetivará no caso caracterizado como abandono de vaga.

5.3.2 As demais matrículas por transferência na Educação Infantil serão efetivadas no ano em curso, em instituições vinculadas a Rede Municipal de Ensino de São Joaquim, condicionada à existência da vaga. Sendo que serão permitidas duas transferências ao ano.

5.4 Ampliação e redução de período de atendimento na Educação Infantil;

5.4.1 Mediante a existência de vaga, terá prioridade na ampliação de período de atendimento, a criança que já está matriculada, havendo necessidade da apresentação do comprovante da jornada de trabalho dos pais ou responsável legal.

5.4.2 Nas escolas de ensino fundamental a transferência entre as redes de ensino particular ou estadual para as unidades escolares municipais só deverão acontecer até o início do mês de setembro, salvaguardando os alunos que não tinham residência fixa na cidade de São Joaquim ao início do ano letivo;

5.5. Matrículas novas para o ano letivo de 2024 em todas as U.E s municipais;

5.5.1 As matrículas novas serão efetuadas pelos pais ou responsável legal dos (as) alunos (as), mediante a existência de vaga em turma e turno, por meio de preenchimento da ficha cadastral na referida escola de sua preferência, conforme o modelo padrão da Rede Municipal de Ensino de São Joaquim, Sistema Betha.

5.6. Frequência das crianças na Educação Básica;

5.6.1 Comparecimento;

5.6.1.1 Comunicar, por escrito, no ato da matrícula, ao responsável legal pela criança, que as ausências a partir de 05 (cinco) dias consecutivos devem ser justificadas;

5.6.1.2 A Direção e ou Coordenação, entrará em contato com o responsável legal do aluno para esclarecimentos, após 05 (cinco) dias de faltas consecutivas, e ou 07 (sete) dias alternados;

5.6.1.3 Será cancelada a matrícula da criança que frequenta Educação infantil, esgotada as tentativas de contato com a família, decorridos 05 (cinco) dias de faltas consecutivas, e ou 07 (sete) dias alternados nas fases I, II, III e IV sendo que nas fases obrigatórias Pré Escola 1 e Pré Escola 2 registra-se APÓIA/MPSC.

5.6.2 Afastamentos;

5.6.2.1 O afastamento do educando para tratar da saúde, fica resguardado a vaga, desde que o atestado seja apresentado até o quinto dia de ausência nas escolas onde estão regularmente matriculados.

5.7. Cancelamento da Matrícula;

5.7.1 É o desligamento definitivo da criança da instituição de educação infantil em que está matriculada. O cancelamento da matrícula decorre da iniciativa da família (pai, mãe ou responsável legal), devendo os interessados preencher solicitação do cancelamento de matrícula junto UE.

5.7.2 Não poderá a família ou responsável legal pela criança cancelar a matrícula na faixa etária obrigatória e no ensino fundamental, ou seja, a partir dos quatro (04) anos de idade.

5.8. Abandono de Vaga;

5.8.1 Ocorre nas situações em que o aluno da educação infantil (etapa creche) apresenta 05 (cinco) dias de faltas consecutivas, e ou 07 (sete) dias alternados, sem que a família informe a instituição o motivo da ausência, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração, registrando os contatos com a família com data e horário do contato, caracterizando então, abandono de vaga.

6. Da Documentação;

6.1 O (a) responsável pelo Sistema Betha na UE será responsável pela regularidade da documentação das crianças matriculadas nas suas unidades escolares, cabendo-lhe também a constante atualização dos registros na ficha cadastral a cada início de ano letivo.

6.1.2 Em toda a documentação escolar do aluno (a), deverá ser registrado o seu nome completo, sem abreviações.

6.1.3 No ato da matrícula é indispensável apresentação da documentação necessária conforme este Edital.

6.1.4 Toda documentação legal deverá ser apresentada em via original ficando a cópia na U.E

6.1.5 A renovação de matrícula será realizada na UE, pelos pais ou responsável legal, através do preenchimento da ficha específica, visando à atualização e renovação de cadastro com assinatura do responsável pela matrícula.

6.6 Da documentação necessária para a efetivação de matrícula nova;

- Certidão de nascimento (fotocópia);
- Carteira de vacinação atualizada (fotocópia da página das vacinas recebidas);
- CPF, RG do pai, da mãe e/ou do responsável legal;
- Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude, para as crianças que convivem com responsáveis;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de trabalho dos pais ou responsável legal;
- Se beneficiária do Programa Bolsa Família, apresentar declaração contendo o Número de Identificação Social.
- Cartão do SUS da criança.
- RG E CPF da criança.

6.7 Cabe à escola verificar a necessidade de reapresentação e atualização dos documentos mencionados acima, a fim de manter regular a documentação dos alunos.

6.8 A criança que tenha algum problema de saúde, a família deverá comprovar através de atestado e/ou documento médico.

6.9. Em caso haja negligência nas informações será de extrema responsabilidade dos pais e ou responsável legal pelo educando.
6.9.1 A matrícula será confirmada mediante apresentação da Carteira de Vacinação atualizada e com visto da Secretaria da Saúde.

7. Do cronograma deste edital de matrículas, transferências e matrículas novas para o ano letivo de 2024:

Rematrículas: 13/11 e 14/11/2023;
Matrículas por Transferências: 16/11 e 17/11
Matrículas Novas: 22/11/2023 à 15/12/2023

8. Da Divulgação:

8.1 A Secretaria Municipal de Educação e as instituições que atendem os alunos das Escolas de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica Municipal são responsáveis pela ampla divulgação deste edital e também em suas redes sociais.

9. Da lista de espera alunos da Educação Infantil;

9.1. Para os alunos das Escolas de Educação Infantil nas idades de 04 meses a 03 anos e 11 meses, serão seguidos os critérios habilitados no Sistema Betha Cloud e divulgados na página da Prefeitura Municipal de São Joaquim.

9.2. No caso de criança com deficiência, transtorno ou síndromes, apresentar laudo médico atualizado, ao concluir o cadastro, o responsável receberá o comprovante da inscrição, o qual deverá ser guardado para fins comprobatórios no ato da matrícula, quando convocado. O responsável pelo cadastro poderá optar pela inscrição em até três locais (turnos integral, matutino ou vespertino). Depois de efetuada a matrícula o candidato é eliminado da lista de espera dos outros estabelecimentos os quais estavam inscritos.

10. Classificação da lista de espera alunos da Educação Infantil;

10.1 A classificação ocorrerá de forma eletrônica pelo Sistema BETHA e na página da Prefeitura Municipal no momento da abertura da vaga será chamado por ordem de classificação o candidato, respeitando a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada unidade.

10.2 A inscrição realizada no novo Sistema não é uma garantia de vaga ou de opção de local, mas por meio dele, os cadastros serão classificados para o preenchimento das vagas disponíveis nas Unidades de Ensino.

10.3 As famílias que já possuem cadastro na fila de espera na Secretaria de Educação desejando permanecer na concorrência das vagas devem realizar novo cadastro e gerar nova inscrição no Sistema BETHA para o ano letivo de 2024.

11. Chamada por abertura de vaga para alunos da Educação Infantil.

11.1. Compete aos pais e/ou responsáveis legais, no prazo de 48 horas, a contar da convocação, dirigir-se à Unidade Escolar para efetuar a matrícula.

11.2 É de inteira responsabilidade dos pais informar e manter atualizado e ativo o número de telefone para contato.

13. Das Disposições Gerais:

13.1 A realização da matrícula e a frequência da criança nas instituições, não poderão ser vinculadas à exigência de qualquer tipo de cobrança.

13.2 Os pais ou representantes legais das crianças com necessidades especiais deverão no ato da matrícula apresentar laudo médico atualizado para que; juntamente com a avaliação pedagógica da equipe de ensino da SMECD, possa ser avaliado a melhor forma de atendimento para esta criança no ano seguinte.

13.3 É responsabilidade do Diretor (a) Coordenador (a) da instituição, cadastrar e manter atualizados os dados no Sistema Betha na UE.

13.4 Os pais ou responsáveis deverão informar no ato de matrícula e atualizar sempre que necessário à informação de problemas de saúde, de medicação e restrições dos alunos.

13.5- Haverá reorganização das turmas nas U.E.S para o ano letivo de 2024 sob coordenação da Diretoria do Ensino Fundamental da SMECD, referente ao número de alunos por turma e turno, desdobro de turma sendo que a quantidade de alunos por turma deve obedecer a quantidade de aluno constantes no sistema de ensino Art.40 e citado neste edital.

13.6 Somente poderão ocorrer o desdobro de turmas através de autorização da SMECD pela Diretoria de Ensino. Devendo o (a) diretor adequar às salas de aula, mapear a quantidade de alunos com frequência, pois os educandos evadidos não poderão contar para o referido desdobro.

13.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor (a) das Escolas de Educação Infantil e das Escolas de Educação Básica Municipal em primeira instância, em segunda instância pela equipe de ensino da SMECD e pelo Secretário (a) Municipal de Educação Cultura e Desporto, como último recurso.

13.8- O diretor (a) da U.E deverá antes de iniciar as matrículas novas deverão apresentar seu plano de oferta das vagas para o ano letivo de 2024 a Diretoria do Ensino Fundamental.

Este edital entra em vigor na data da sua publicação, revogando os efeitos do Edital 004/2022.

São Joaquim, 03 de novembro de 2023.

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

ROBERTA KARINE AMARANTE ARRUDA TOMAZ
Diretora do Ensino Fundamental

LUCIANA ZANDONADI DA ROSA
Diretora da Educação Infantil

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 035/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319228

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 035/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, Decreto nº 8.091, de 28 de junho de 2023, e Decreto nº 8.259, de 27 de outubro de 2023.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Adriana Biazussi Lolatto 96665106934, CNPJ nº 39.861.580/0001-47.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em virtude da realização do evento denominado "Recital da Escola de Dança Inspirar", a ser promovido em 18 de novembro de 2023, pela permissionária.

Valor: R\$ 224,22 (duzentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos), correspondendo a 1,5 UFRMs (um vírgula cinco Unidades Fiscais de Referência Municipal), conforme estabelecido no Decreto nº 8.259 de 27 de outubro de 2023.

Pagamento: depósito em conta corrente do Instituto Cultural de São Lourenço, com vencimento até o dia 13 de novembro de 2023.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2023.

Vigência: 16 a 18 de novembro de 2023.

Signatários: Agustinho Assis Menegatti (Prefeito Municipal) - pelo permitente e Adriana Biazussi Lolatto - pela permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 036/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5319240

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 036/2023, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2023.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, Decreto nº 8.091, de 28 de junho de 2023, e Decreto nº 8.260, de 27 de outubro de 2023.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: Instituto Federal de Santa Catarina, CNPJ nº 11.402.887/0001-60.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em virtude da realização do evento denominado "Formatura dos cursos técnicos do Instituto Federal de Santa Catarina", a ser promovido em 21 de dezembro de 2023, pela permissionária.

Valor: a permissão de uso é gratuita, ficando isenta de todas as custas, conforme disposição do art. 13, caput, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2023.

Vigência: 21 a 23 de novembro de 2023.

Signatários: Agustinho Assis Menegatti (Prefeito Municipal) - pelo permitente e Daniel Fernando Carossi - pela permissionária.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PORTARIA 276/2023

Publicação N° 5301312

PORTARIA N°. 276/2023

=====

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI BONALDO, prefeito municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

=====

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a partir do dia 31/10/2023, o Sr. SILAS DAVID PARISOTTO, nascido em 13/03/1988, inscrito no CPF sob nº. 010.177.589-05, ocupante do cargo de PROCURADOR GERAL, Matrícula Funcional nº. 868, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/10/2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,
01 de novembro de 2023.

DANIELA DE MATTOS VANDERLEI BONALDO
Coordenadora de RH Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA 277/2023

Publicação N° 5301313

PORTARIA 277/2023

=====

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

=====

Art. 1º - CONTRATAR a Sra. TAINARA VANESSA BLOSS, inscrita no CPF 041.*****, para ocupar o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Matrícula Funcional nº. 923, a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município.

Art. 2º. A contratação será temporária, com base no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, ao 03 de novembro de 2023.

DANIELA DE MATTOS VANDERLEI BONALDO
Coordenadora de RH Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA 278/2023

Publicação Nº 5301317

PORTARIA 278/2023

=====

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

=====

Art. 1º - CONTRATAR a Sra. ANGELA KUHN DALMAGRO, inscrita no CPF 001.*****, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Matrícula Funcional nº. 924, a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município.

Art. 2º. A contratação será temporária, com base no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, ao 03 de novembro de 2023.

DANIELA DE MATTOS VANDERLEI BONALDO

Coordenadora de RH Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 10_162_HOMOLOGA_O_REGIMENTO_INTERNO_DO_FORUM_MUNICIPAL_DE_EDUCACAO_DE_SAO_MIGUEL_DO_OESTE

Publicação Nº 5301387

DECRETO Nº 10.162/2023

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, pela Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012, e,

CONSIDERANDO a tramitação do Memorando nº 41.997/2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação de São Miguel do Oeste/SC, constante no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

SISSE ABDALLA VELOZO

Secretária Municipal de Educação

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REGIMENTO INTERNO

Das Atribuições

Art.1º - O Fórum Municipal de Educação – FME do Município de São Miguel do oeste /SC, instituído pelo Decreto Municipal n.º 7.679 de 04 de abril de 2013 e que teve seus membros nomeados pelo Decreto 10.142, de 16 de outubro de 2023, tem as seguintes atribuições:

I – Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações.

II – Elaborar o regimento da Conferência Municipal de Educação.

III – Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação.

IV- Planejar e organizar espaços de debates sobre a política da educação.

V – Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro: O FME, com as atribuições descritas no caput deste artigo, caracteriza-se como órgão do Sistema Municipal de Ensino sendo uma instância de articulação entre governo municipal e sociedade civil organizada, espaço de consulta pública e articulação, instância deliberativa de propostas e políticas municipais de educação e como órgão permanente do município.

Parágrafo Segundo: O FME constitui-se enquanto Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação de 2023 e subseqüentes no que concerne à etapa municipal.

Da Composição

Art. 2º - O Fórum Municipal de Educação, composto por representantes de instituições, entidades, órgãos públicos, movimentos sociais e outros, terá a indicação de seus representantes formalizada por meio de decreto, a partir da composição do decreto 7.679/2013.

Art. 3º - Os representantes designados pelas instituições, entidades, órgãos, movimentos ou outros, indicados para compor o FME, não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades de relevante interesse público.

Parágrafo único: Os membros do FME terão mandato de dois (2) anos podendo ser renovado, uma única vez, por igual período.

Art. 4º - Até o momento da escolha do coordenador do FME, a coordenação/organização do mesmo será realizada pelo(a) Secretário(a) de Educação.

Art. 5º - A eleição dos próximos coordenadores com mandato de dois anos será realizada em reunião ordinária do FME, por aclamação, convocada para esse fim, com sua pauta divulgada entre os membros.

Parágrafo Primeiro: O mandato referido no caput é da instituição/entidade/órgão/movimento ou outro, e caso haja substituição de representante, o(a) indicado(a) cumprirá o restante do mandato.

Parágrafo Segundo: O(A) coordenador(a) contará com o apoio técnico administrativo de uma Secretaria Executiva, nomeada pelos membros do Fórum, cuja perda de mandato pode se dar por declaração de desistência, desligamento do candidato do segmento que representava ou por ausências consecutivas sem justificativa prévia por duas reuniões.

Art. 6º - O Fórum Municipal de Educação será sempre composto por membros que representam as entidades que têm interface com a educação e, representação da sociedade civil, constituindo-se num órgão de discussão e fiscalização permanente, bem como, de avaliação do cumprimento das metas do Plano Decenal de Educação na esfera municipal.

Parágrafo Primeiro: São considerados segmentos da educação: estudantes, pais e/ou responsáveis dos estudantes, profissionais da educação (professores, corpo técnico e serviços de apoio que atuam diretamente nas escolas) e gestores/dirigentes dos órgãos educacionais e instituições educativas e conselheiros da educação;

Parágrafo Segundo: São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade civil as(os): Conselho Tutelar, Conselho da Alimentação Escolar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, Conselho do FUNDEB; Conselho de Assistência Social/CRAS; Movimentos Sociais; Núcleos de Cultura; Sindicatos, entre outros.

Art. 7º - A critério da plenária, a composição do FME poderá ser alterada com a inclusão de outras instituições, órgãos, entidades, movimentos ou outros da comunidade educacional ou sociedade civil, observando:

I - Amplo reconhecimento público da instituição, órgão, entidade, movimento ou outros em, pelo menos, um segmento ou setor da sociedade conforme disposto no Art. 6º.

Parágrafo Primeiro: A solicitação de ingresso no FME deverá ser feita por meio de ofício encaminhado à Coordenação do mesmo, justificando com base nos critérios acima dispostos;

Parágrafo Segundo: O ingresso de novas instituições, entidades, órgãos, movimentos ou outros será deliberado, em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença da maioria dos membros do FME.

Art. 8º - As reuniões do FME serão compostas pelos membros em exercício de titularidade, convidados especiais e observadores.

Parágrafo Primeiro: Poderão participar das reuniões do FME, como convidados especiais, a critério da plenária, personalidades, pesquisadores, presidentes de entidades, órgãos e movimentos, técnicos e representantes de instituições de direito público ou privado e representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre outros com direito a voz.

Parágrafo Segundo: Será observador (a), sem direito a voz e voto, qualquer cidadão(ã) brasileiro(a) que se fizer presente nas reuniões da plenária do FME.

Do Funcionamento

Art. 9º - A estrutura e os procedimentos operacionais estão definidos neste Regimento Interno e foram aprovados em reunião convocada para esse fim.

Art. 10º - O FME do Município de São Miguel do Oeste/SC, bem como as Conferências Municipais de Educação que ocorrerem no âmbito municipal organizar-se-ão seguindo as orientações e os procedimentos estabelecidos pelo Fórum Nacional de Educação.

Parágrafo Único: Os Regimentos Internos das Conferências Municipais de Educação que vierem a acontecer em âmbito municipal terão como base o regimento das conferências em âmbito estadual e nacional.

Art. 11º - O FME terá funcionamento permanente e reunir-se-á ordinariamente semestralmente, ou extraordinariamente, por convocação da sua coordenação, ou ainda por requerimento de um terço dos seus membros.

Art. 12º - O FME e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculados à Secretaria de Educação do município e, receberão o suporte técnico e administrativo, para garantir o seu funcionamento.

Art. 13º - As deliberações do FME buscarão a definição consensual dos temas apreciados.

Parágrafo Primeiro: Quando não houver consenso, as decisões serão encaminhadas ao debate e à votação e serão aprovadas por maioria simples dos votos, exceto quando for exigido quórum qualificado, que corresponde ao número mínimo de dois terços dos membros votantes presentes;

Parágrafo Segundo: As discordâncias serão registradas em ata, quando solicitada a declaração de voto;

Parágrafo Terceiro: Mediante requerimento fundamentado, qualquer membro do FME poderá solicitar à plenária um prazo de até 30 (trinta) dias para proceder e apresentar os resultados de consulta às entidades que representam para subsidiar

as decisões de voto.

Art. 14º - São direitos e deveres dos membros do FME:

I. Participar com direito a voz e a voto das reuniões do Fórum e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;

II. Cumprir e zelar pelo cumprimento dos objetivos e atribuições do Fórum;

III. Sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FME, mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos e;

IV. Deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento.

Art. 15º - As despesas referentes à participação dos membros nas atividades do FME correrão por conta da Secretaria de Educação do

Município.

Art. 16º - Cabe à Coordenação do FME:

- I. Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do FME, expedindo a convocação para os membros e para cada um dos órgãos, entidades e movimentos representados, com antecedência mínima de (05) cinco dias;
- II. Viabilizar espaço físico e condições/materiais adequados e necessários para a realização das reuniões em parceria com a Secretaria Municipal de Educação;
- III. Coordenar as reuniões do FME;
- IV. Elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros;
- V. Submeter à aprovação do Fórum as atas das reuniões;
- VI. Cumprir e fazer cumprir este regimento;
- VII. Coordenar todos os trabalhos advindos ao FME, dar suporte as atividades administrativas, realizando as tarefas e encaminhamentos necessários para o fiel cumprimento das atribuições deste;
- VIII. Representar oficialmente o FME ou designar representante.

Art. 17º - A Plenária é a instância máxima deliberativa do FME.

Parágrafo único: Compete a plenária aprovar/reformular o regimento interno, eleger coordenador, aprovar planos de trabalho, discutir e decidir sobre propostas ou matérias submetidas pelas comissões, apreciar relatórios de atividades do FME ou das comissões, indicar representantes para encontros regionais, estaduais, nacionais de educação, criar comissões quando necessário, decidir sobre casos omissos neste regimento, entre outros que couberem à plenária conforme decisão da maioria de seus membros.

Art. 18º - Na sua estrutura, o Fórum Municipal de Educação terá Comissões Permanentes e uma Secretaria Executiva para dar suporte administrativo ao seu funcionamento.

Art. 19º - A Plenária do FME, quando necessário, poderá criar Grupos de Trabalho

GT's (organizados para atender urgências, com uma determinada missão específica e tempo limitado à conclusão de sua missão), com indicação de seus respectivos membros e as seguintes especificações:

Parágrafo Primeiro: Cada Grupo de Trabalho poderá designar uma coordenação e uma relatoria.

Parágrafo Segundo: Os GT's terão sempre caráter temporário, e seu cronograma será organizado em conjunto com a coordenação do FME.

Parágrafo Terceiro: Cabe à coordenação dos GT's providenciar o encaminhamento das atividades e à relatoria, elaboração de documentos e/ou pareceres emitidos pelos grupos de trabalho.

Art. 20º - São Comissões Permanentes do FME: a Comissão de Monitoramento e Sistematização e a Comissão de Mobilização e Divulgação, com atribuições definidas neste Regimento.

Art. 21º - São atribuições da Comissão de Monitoramento e Sistematização:

a) Acompanhar a implementação das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, mediante

- I. Monitoramento do processo de implementação, avaliação e revisão do Plano Municipal de Educação e dos planos decenais subsequentes;
- II. A articulação e/ou a promoção de debates sobre conteúdos da política nacional, estadual e municipal de educação, deliberados nas Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação.

b) Acompanhar Indicadores Educacionais, organizando um observatório para este fim, mediante

- I. Acompanhamento dos Indicadores da educação básica e superior;
- II. Acompanhamento dos Indicadores de qualidade da educação básica e superior;
- III. Acompanhamento dos Indicadores de equidade educacional (renda, etnia, gênero, geracional, condições físicas, sensoriais e intelectuais e campo/cidade e outros).

c) Articular-se com observatórios de monitoramento e de indicadores educacionais.

d) Desenvolver metodologias e estratégias para a organização das Conferências Municipais de Educação e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação, por meio

- I. Da coordenação do processo de definição do temário e de sistematização do conteúdo das Conferências Municipais de Educação;
- II. Da promoção de debates sobre resultados e desafios da política municipal de educação;
- III. Do desenvolvimento e da disponibilização de subsídios para o acompanhamento da tramitação e implementação dos planos decenais de educação.

e) Coordenar o processo de elaboração e revisão do Regimento Interno "ad referendum" das Conferências Municipais de Educação e o Regimento Interno do Fórum e das demais normas de seu funcionamento, através

- I. Da elaboração da proposta de Regimento Interno das Conferências Municipais de Educação;
- II. Da coordenação da discussão e sistematização das contribuições sobre Regimento Interno e demais documentos disciplinadores de funcionamento do Fórum Municipal de Educação;

f) Coordenar o processo de elaboração e revisão das publicações do FME, mediante

- I. Levantamento de informações e a definição da forma, bem como formatos de acessibilidade, conteúdo e periodicidade das publicações do FME;
- II. A produção e/ou seleção de matérias para as publicações;
- III. A elaboração do plano de distribuição das publicações.

Art. 22º - São atribuições da Comissão de Mobilização e Divulgação:

a) Mobilizar a comunidade local para a organização/participação no FME e nas Conferências Municipais de Educação, por meio

I. Da elaboração de orientações para a organização das Conferências Municipais de Educação;

II. Da promoção e da participação em ações que colaborem com a organização e fortalecimento do FME.

b) articular os meios e garantir a infraestrutura para viabilizar o Fórum Municipal de Educação e a Conferência Municipal de Educação, mediante

I. A proposição de formas de suporte técnico e de apoio financeiro ao Fórum Municipal de Educação e às Conferências Municipais de Educação;

II. Planejamento e acompanhamento da logística para a realização das CONAE's;

III. A elaboração das atas e a organização dos arquivos do Fórum Municipal de Educação;

IV. Acompanhamento da publicação de portarias sobre o FME.

Art. 23º - São atribuições da Secretaria Executiva do FME:

I. Promover apoio técnico-administrativo e colaborar no desenvolvimento das atividades do FME;

II. Planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do FME;

III. Tornar públicas as deliberações do FME;

IV. Responsabilizar-se pela guarda dos documentos do FME junto à Secretaria Municipal de Educação apresentando e disponibilizando-os quando necessário;

V. Manter a atualizar cadastros;

VI. Acompanhar e assessorar o recolhimento e o processamento de dados estratégicos referentes às políticas públicas da educação;

VII. Divulgar atividades, produções e informações, registrar em ata as reuniões e plenárias, entre outros.

Parágrafo único: O(A) coordenador(a) FME encaminhará o processo de escolha da

Secretaria Executiva do FME.

Das Disposições Gerais

Art. 24º - A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada;

Art. 25º - O Regimento Interno do FME poderá ser alterado em reunião específica, desde que, ao tempo de sua convocação, conste como item da pauta.

Parágrafo único. Para a modificação do Regimento Interno é necessário o voto favorável de dois terços dos membros do Fórum Municipal de Educação.

Art. 26º - Os casos omissos deste Regimento Interno serão deliberados pela plenária do FME.

Art. 27º - Este Regimento Interno entrará em vigor a partir de sua aprovação pela plenária do Fórum Municipal de Educação, e será encaminhado para apreciação e homologação do Executivo Municipal.

São Miguel do Oeste/SC, 16 de outubro de 2023.

Ariane Angelita de Oliveira

Coordenador do FME

PORT_1944_DULCE_PRANTE_KRESTZEL_DESIGNACAO_TEMPORARIA_PARA_2024_APOIO_PEDAGOGICO

Publicação Nº 5301331

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1944/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a Instrução Normativa n. 01/2023 do Conselho Municipal de Educação, que institui o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens nas escolas da rede pública municipal, denominado "Apoio Pedagógico", que oferecerá um conjunto de ações voltadas a recuperação e fortalecimento das atividades dos estudantes no contraturno escolar;

Considerando o Memorando 41.840/2023, com a solicitação de designação temporária da servidora efetiva Dulce Prante Krestzel, lotada na EMEIEF São João Batista de La Salle, para passar a atuar no Apoio Pedagógico na EMEIEF São João Batista de La Salle e EMEIEF José Veronese;

Considerando o parecer favorável da Secretária Municipal de Educação, para que a servidora seja designada temporariamente para atuar na EMEIEF São João Batista de La Salle e EMEIEF José Veronese no ano letivo de 2024;

Considerando os princípios da eficiência e do interesse público, aplicados à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR TEMPORARIAMENTE a servidora pública municipal efetiva DULCE PRANTE KRESTZEL, ocupante do cargo de Professor, na área do ensino Fundamental Anos Iniciais, 40 horas semanais, para passar a atuar no Projeto "Apoio Pedagógico" na EMEIEF São João Batista de La Salle e EMEIEF José Veronese, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 29 de janeiro de 2024 até o final do ano letivo de 2024.

Art. 2º O atendimento aos alunos da EMEIEF José Veronese será feito nas dependências da EMEIEF Teonísio Wagner.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 01 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1945_NADIA_LUZIA_CORTE_CONCEDER_GOZO_DE_LICENCA_PREMIO

Publicação Nº 5301336

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1945/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 37.515/2023 com a solicitação de gozo de licença prêmio da servidora pública municipal efetiva Nadia Luzia Corte;

Considerando que a Portaria SAGP/DDP n. 1644 de 12 de setembro de 2023, concedeu o direito a 2ª licença prêmio referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro 2017 a 07 de setembro de 2023 à servidora Nadia Luzia Corte.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30 (trinta) dias da 2ª licença prêmio, à NADIA LUZIA CORTE, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação, concedido o direito conforme Portaria SAGP/DDP n. 1644 de 12 de outubro de 2023, a serem gozados de 04 de dezembro de 2023 a 02 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 01 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Sandra Beatriz Kreuzberg

Técnico Administrativo

PORT_1946_PATRICIA_MARIA_DREHMER_SANGALLI_EXONERAR_A_PEDIDO

Publicação Nº 5301342

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1946/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Protocolo 18.817/2023, com o pedido de exoneração da servidora Patricia Maria Drehmer Sangalli.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora pública municipal contratada PATRÍCIA MARIA DREHMER SANGALLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 01 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Sandra Beatriz Kreuzberg

Técnico Administrativo

PORT_1947_ARLEI MARIA_NAVA_EXONERAR_DO_CARGO_DE_COORDENADOR_DO_CREAS_E_DESIGNAR_CANTINHO_ACOLHEDOR

Publicação Nº 5301751

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1947/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando o Memorando 41.287/2023, com a solicitação de exoneração do cargo de Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da servidora efetiva Arlei Maria Nava;

Considerando o Memorando 41.296/2023 com a solicitação de designação da servidora efetiva Arlei Maria Nava para passar a atuar no Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor;

Considerando os princípios da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços e do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR do cargo de Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a servidora pública municipal efetiva ARLEI MARIA NAVA, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva ARLEI MARIA NAVA, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria SAFGP/DDP n.º 0359, de 18 de março de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz kreuzberg
Técnico Administrativo

PORT_1948_SANDRA_REGINA_CARDOSO_NOMEAR_COORDENADOR_DO_CREAS

Publicação Nº 5301752

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1948/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando o Memorando 41.287/2023, com a solicitação de nomeação da senhora Sandra Regina Cardoso, para ocupar o cargo de Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Considerando os princípios da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços e do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora SANDRA REGINA CARDOSO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, pelo Regime Estatutário, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz kreuzberg
Técnico Administrativo

PORT_1949_MARTA_REGINA_SOTILLI_DESIGNAR_PARA_ATUAR_NO_CRAS_I

Publicação Nº 5301758

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1949/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 41.296/2023, com a solicitação de designação da servidora Marta Regina Sotilli para passar a atuar junto ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS I;

Considerando os princípios da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços e do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva MARTA REGINA SOTILLI, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS I, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Sandra Beatriz kreuzberg

Técnico Administrativo

PORT_1950_LUIZ_CARLOS_PEROTTO_ALTERAR_LOCAL_DE_READAPTACAO

Publicação Nº 5301760

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1950/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que fora emitida a Portaria SAGP/DDP n. 1635/2023, alterada pela Portaria SAGP/DDP n. 1711/2023 de readaptação do servidor Luiz Carlos Perotto, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, respeitando as restrições do atestado médico e laudo exarado pela junta médica oficial do Município;

Considerando o Memorando 42.122/2023, da Secretaria Municipal de Educação, com a solicitação de alteração de local de readaptação do servidor Luiz Carlos Perotto para passar a atuar na EMEIEF Teonísio Wagner.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os efeitos da portaria SAGP/DDP n.1635/2023, alterada pela Portaria SAGP/DDP n. 1711/2023, que readaptou o servidor público municipal efetivo LUIZ CARLOS PEROTTO, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, 40 horas semanais, quanto ao local de readaptação que passa a ser junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, respeitando as restrições do atestado médico e laudo exarado pela junta Médica Oficial do Município, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º A readaptação perdurará até 21 de março de 2024.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1951_DAIANA_DEGASPERI_EXONERAR_POR_TERMINO_DE_CONTRATO

Publicação Nº 5301763

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1951/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a senhora Daiana Degasperi fora contratada para ocupar o cargo de Assistente Social, junto ao Centro de Referência de Assistência Social, CRAS I, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, em substituição a servidora efetiva Arlei Maria Nava, conforme Portaria SAGP/DDP n. 1609/2023 de 06 de setembro de 2023;

Considerando o retorno ao cargo efetivo da servidora titular Arlei Maria Nava, em 06 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a servidora pública municipal contratada DAIANA DEGASPERI, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz Kreuzberg
Técnico Administrativo

PORT_1952_CONCEDER_FERIAS_JAQUELINE_RODRIGUES_DA_SILVA

Publicação Nº 5301766

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1952/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 42.045 de 01 de novembro de 2023, com a solicitação de férias da servidora Jaqueline Rodrigues da Silva.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal efetiva JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo 2022/2023, no período de 06 de novembro de 2023 a 20 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz Kreuzberg
Técnico Administrativo

PORT_1953_BARBARA_TUNIE_CHAGAS_ROSA_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5301769

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1953/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 42.086/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Barbara Tunie Chagas Rosa;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva BARBARA TUNIE CHAGAS ROSA, ocupante do cargo de Enfermeiro, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 04 de novembro de 2020 a 04 de novembro de 2023, a partir de 04 de novembro de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAINA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1954_EMMANUELLE_CRISTINE_ZANELLA_CAPRA_APROVAR_NO_ESTAGIO_PROBATORIO

Publicação Nº 5301772

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1954/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto nos artigos 33, 34, 35, 36 e 37, da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto dos Servidores) que trata da Avaliação do Estágio Probatório;

Considerando o Decreto Municipal 9.724/2021, e alterações, que nomeia as comissões para avaliação da aptidão e capacidade no desempenho do cargo dos servidores em Estágio Probatório;

Considerando o Processo Administrativo Probatório Saúde 1Doc 024/2021 onde a Comissão informa o resultado da avaliação e a aprovação no Estágio Probatório da servidora Emmanuelle Cristine Zanella Capra;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º APROVAR NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, a servidora pública municipal efetiva EMMANUELLE CRISTINE ZANELLA CAPRA, ocupante do cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria SGPT/DDP n. 0748/2020, atuando junto a Secretaria Municipal de Saúde, finalizando o período do estágio probatório em 04 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1955_GILSO_BERTUOL_CAVALIN_CONCEDER_RETORNO_DA_LICENCA_SEM_REMUNERACAO_A_PEDIDO

Publicação Nº 5301794

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1955/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Protocolo 18.791/2023, com a solicitação de retorno ao trabalho do servidor efetivo Gilso Bertuol Cavalin, interrompendo a licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, concedida pela Portaria SAGP/DDP nº 1459/2023.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER O RETORNO A PEDIDO, da licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, à GILSO BERTUOL CAVALIN, ocupante do cargo de Operador de Máquina, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras, a partir de 06 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 03 de novembro de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA_0609_DESIGNAR_FISCAL_KARINA_BEAL_E_KARINE_LAZAROTTO_PL_85_2023

Publicação Nº 5301543

PORTARIA Nº 0609/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Ofício protocolado sob nº 1.912/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora KARINA BEAL, portadora da matrícula funcional nº 21386103, ocupante do cargo de Nutricionista e a servidora KARINE LAZAROTTO, portadora da matrícula funcional nº 220028001, ocupante do cargo de Nutricionista, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa para aquisição por estimativa de gêneros alimentícios para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, destinados aos alunos da educação fundamental, da educação infantil (pré-escolas e creches), do Atendimento Educacional Especial do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte Processo Licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0085/2023, Pregão Eletrônico nº 0057/2023 da Prefeitura Municipal, Contrato nº 0203/2023.

Art. 2º As servidoras ora designadas trabalharão sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 30 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAÍS JALINE SIPPert COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0610_DESIGNAR_FISCAL_ADRIANO_STURMER_PL_57_2023

Publicação Nº 5301544

PORTARIA Nº 0610/2023
DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.442/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ADRIANO STURMER, portador da matrícula funcional nº 22055802, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa para locação de software de modernização e operacionalização de fluxos documentais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0054/2023, Pregão Eletrônico nº 0037/2023 da Prefeitura Municipal, Contrato nº 0255/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAÍS JALINE SIPPert COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0611_DESIGNA_FISCAL_MARLA_DARIDSA_BERGER_PL_22_2023

Publicação Nº 5301545

PORTARIA Nº 0611/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Ofício protocolado sob nº 2.475/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARLA DARIDSA BERGER, portadora da matrícula funcional nº 21883902, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa, para fiscalizar e acompanhar a contratação de empresa para prestação de serviços de acolhimento institucional em instituição de longa permanência destinado A G.S., conforme decisão judicial nos autos nº 0900092-73.2018.24.0067, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I - Processo Licitatório nº 0022/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2023 do Fundo Municipal de Assistência Social, Contrato nº 0035/2023.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAÍS JALINE SIPPERT COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0612_DESIGNA_FISCAL_CATIA_REGINA_SILVA_POMPERMAYER_LOCH_PL_256_2022

Publicação Nº 5301546

PORTARIA Nº 0612/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Ofício protocolado sob nº 2.464/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CATIA REGINA SILVA POMPERMAYER LOCH, portadora da matrícula funcional nº 21838920, ocupante do cargo de Diretora de Unidade Escolar, para fiscalizar e acompanhar a contratação de empresa para aquisição de 10 conjuntos para refeitório empilhável juvenil, 01 mesa e 02 bancos, destinados ao uso dos alunos da EMEIEF Atílio Calza da Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I - Processo Licitatório nº 0256/2022, Pregão Eletrônico nº 0162/2022 da Prefeitura Municipal, Contrato nº 0257/2023.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]

THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0613_DESIGNA_FISCAL_RAQUEL_STORCH_REGINATTO_DEYSE_POTRICH_E_VANESSA_GROTH_ATA_271_A_287_2023_PL_109_2023

Publicação Nº 5301548

PORTARIA Nº 0613/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,
CONSIDERANDO o Ofício protocolado sob nº 2.406/2023, o qual indica servidor para fiscalização de Ata de Registro de Preços.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora RAQUEL STORCH REGINATTO, portadora da matrícula funcional nº 219948/1, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, a servidora DEYSE MARIA POTRICH, portadora da matrícula funcional nº 22024802, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa e a servidora VANESSA SERIGHELI GROTH, portadora da matrícula funcional nº 22069102, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa e a servidora CELONI DONADA BALKE, portadora da matrícula funcional nº 19786605, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, para fiscalizar e acompanhar a execução do registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente destinados a suprir as necessidades de consumo das Secretarias e Entidades do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Atas de Registro de Preços nº 0271/2023 a 0287/2023, Processo Licitatório nº 0109/2023, Pregão Eletrônico nº 0075/2023 da Prefeitura Municipal.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]

THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0614_DESIGNAR_FISCAL_JOSE_PAULO_MEDEIROS_PL_20_2023

Publicação Nº 5301549

PORTARIA Nº 0614/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.444/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JOSÉ PAULO MEDEIROS, portador da matrícula funcional nº 205097, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Proteção da Infância e Juventude, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais destinados à manutenção e conservação da água do poço do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0020/2023, Pregão Eletrônico nº 0008/2023 do Fundo Municipal de Assistência Social, Contrato nº 0034/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]

THAÍS JALINE SIPPert COSTA

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0615_DESIGNAR_FISCAL_MAICO_GAMBATTO_PL_105_2023

Publicação Nº 5301550

PORTARIA Nº 0615/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.399/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MAICO ALÉX GAMBATTO, portador da matrícula funcional nº 70736593/1, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa por estimativa para prestação de serviços de manutenção elétrica predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0105/2023, Pregão Eletrônico nº 0072/2023 do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Contrato nº 0009/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0616_DESIGNAR_FISCAL_MAICO_GAMBATTO_PL_105_2023

Publicação Nº 5301551

PORTARIA Nº 0616/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.413/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MAICO ALÉX GAMBATTO, portador da matrícula funcional nº 70736593/1, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa por estimativa para prestação de serviços de manutenção elétrica predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0105/2023, Pregão Eletrônico nº 0072/2023 do Fundo Municipal de Saúde, Contrato nº 0075/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0617_DESIGNAR_FISCAL_MAICO_GAMBATTO_PL_105_2023

Publicação Nº 5301553

PORTARIA Nº 0617/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.394/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MAICO ALÉX GAMBATTO, portador da matrícula funcional nº 70736593/1, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa por estimativa para prestação de serviços de manutenção elétrica predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a fim de atender as necessidades das Secretarias e Entidades do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0105/2023, Pregão Eletrônico nº 0072/2023 da Prefeitura Municipal, Contrato nº 0254/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]

THAIS JALINE SIPPET COSTA

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0618_DESIGNAR_FISCAL_MAICO_GAMBATTO_PL_105_2023

Publicação Nº 5301553

PORTARIA Nº 0618/2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o trâmite do Ofício protocolado sob nº 2.397/2023, o qual indica servidor para fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MAICO ALÉX GAMBATTO, portador da matrícula funcional nº 70736593/1, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para fiscalizar e acompanhar a execução da contratação de empresa por estimativa para prestação de serviços de manutenção elétrica predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a fim de atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do Edital, oriundo do seguinte processo licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0105/2023, Pregão Eletrônico nº 0072/2023 do Fundo Municipal de Assistência Social, Contrato nº 0033/2023.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0619_NOMEACAO_AVALIADOR_STRAPASSON_IMOVEIS

Publicação Nº 5301557

PORTARIA Nº 0619/2023
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso III, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega ao Secretário Adjunto de Finanças as atribuições dos Incisos VIII, XIV, XVI, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO a tramitação do Protocolo nº 17.881/2023;

CONSIDERANDO o Memorando Interno nº 52/2023 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, o qual solicita nomeação de perito avaliador representante do mercado imobiliário.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como perito avaliador representante do Mercado Imobiliário, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis STRAPASSON IMÓVEIS LTDA, CRECI/SC nº 3529-5, para aferição do valor de mercado, para fins de aferição de valor para compra e venda do imóvel:

I – Chácara nº 82, num total de área de 63,730,00 m², sito bloco no I, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste/SC, matriculado no CRISMO sob nº 11.531, de propriedade de Paulo Roberto Baldissera e outros.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos o perito avaliador deverá emitir laudo técnico da avaliação.

Art. 2º O trabalho desempenhado pelo perito ora nomeado será remunerado mediante pagamento do valor de R\$ R\$ 643,22 (seiscentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 31 de outubro de 2023.

[assinado digitalmente]
ELIZETE XAVIER DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Finanças

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 23/2023 - SOCIAL

Publicação Nº 5286233

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 31591CD1145FBAFE7D8818A0864884D02D8981F0

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

O Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Secretária de Assistência Social Sra. Andreia Rebelato, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE ESPANHOL, EM CURSO PRESENCIAL DESTINADO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PLANO DE AÇÃO PARA ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES E PORTARIA MDS Nº 893/20023, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CIDADANIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 07 de novembro de 2023 até às 08h15 do dia 22 de novembro de 2023.

Abertura da sessão pública: Às 08h30 do dia 22 de novembro de 2023.

Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631-2006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 01 de novembro de 2023.

ANDREIA REBELATO

Secretária de Assistência Social

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5301265

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2023
PROCESSO (GERR) Nº 32/2023
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objeto a execução de plano de trabalho apresentado e aprovado, com apoio financeiro oriundo de emenda parlamentar, destinada à aquisição de fantasias e fantoches para execução do Projeto: Brincar, Conviver e Aprender, objetivando contribuir na melhoria da qualidade do trabalho cognitivo dos educandos, correspondente ao ano de 2023, na abrangência do Município de São Miguel do Oeste/SC e na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2023

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL EMMA BALKE.

ASSINA pelo MUNICÍPIO: THAÍS JALINE SIPPET COSTA

ASSINA pela ENTIDADE: CEDENIR LUIZ SOCOL

São Miguel do Oeste/SC, 03 de novembro de 2023.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 30/2023-FMS

Publicação Nº 5284789



MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 30/2023-FMS

Dispensa nº. 28/2023 - FMS - Processo nº. 41/2023-FMS

Contratante: **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: **ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.327.100/0001-80, estabelecida na Rua Pedro Kossmann nº 133, Centro, na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.899-000

Objeto: Aquisição de coletes para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Vigilância em Saúde (Agente de Endemias, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária) de acordo com o Termo de Referência, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	<p>COLETE - AGENTE DE ENDEMIAS</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Caqui (Ref. pantone 15-1216 TCX - HEX #BFAF92 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor caqui, com abertura em zíper reforçado (na cor caqui); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura; d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor caqui);</p> <p>f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor caqui), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Vigilância em Saúde" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "AGENTE DE ENDEMIAS"- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição "Município de Schroeder / SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanhos: P - M - G - GG - XG (medidas especificadas no termo de referência)</p>	4	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 600,00
2	<p>COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref. Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com</p>	64	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 9.600,00

	<p>5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição “Estratégia Saúde da Família” e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição “Município de Schroeder / SC”- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Tamanhos: P – M – G – GG – XG – XGG (medidas especificadas no termo de referência)</p>				
3	<p>COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Tamanho especial</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref.Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição “Estratégia Saúde da Família” e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>Detalhes costas:</p>	2	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 300,00

	<p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição “Município de Schroeder / SC”- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanho: Plus Size - Busto: mínimo 195 cm; Largura (lado a Lado): mínimo 98 cm; Comprimento: mínimo 99 cm.</p>				
4	<p>COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - IMUNIZAÇÃO</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Blueberry (Ref.Pantone: 2718 C - HEX #5c88da ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-Blueberry, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-Blueberry); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-Blueberry); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-Blueberry), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição “VIGILÂNCIA EM SAÚDE” e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições “VIGILÂNCIA EM SAÚDE”, cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome “VIGILÂNCIA EM SAÚDE”, deverá ser bordada a inscrição “IMUNIZAÇÃO”- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição "Município de Schroeder/SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Nos tamanhos: P – M – G – GG – XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)</p>	20	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
5	<p>COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FISCALIZAÇÃO</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Verde Bandeira (Ref.Pantone: 349 C - HEX #046a38 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor verde-bandeira, com abertura em zíper reforçado (na cor verde-bandeira); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à</p>	10	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00

	<p>proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor verde-bandeira); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor verde-bandeira), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", e "FISCALIZAÇÃO", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição "Município de Schroeder/SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Nos tamanhos: P - M - G - GG - XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)</p>				
6	<p>COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPIDEMIOLOGIA</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop - 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Marinho (Ref.Pantone: 2757 C - HEX #001e60 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-marinho, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-marinho); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-marinho); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-marinho), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "EPIDEMIOLOGIA", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser</p>	10	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00

	bordado a inscrição "Município de Schroeder/SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Nos tamanhos: P – M – G – GG – XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)				
TOTAL R\$					16.500,00

Valor: **R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais)**

Data da Assinatura: **01/11/2023** Vigência: **12 (doze) meses**

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°. 31/2023–FMS

Publicação N° 5285965

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 31/2023–FMS
Dispensa nº. 29/2023 –FMS - Processo nº. 42/2023-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: DORA UM DRUGSTORE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.752.401/0001-12, estabelecida na Rua Jose Theodoro Ribeiro nº. 3143, Bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.258-468


Objeto: Contratação de empresa fornecedora de insumos para atender demanda judicial, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	FRALDA TAMANHO JUVENIL - BIGRAL DERMPLUS C/10	120	Unidade	26,85	3.222,00
TOTAL R\$					3.222,00

Valor: R\$ 3.222,00 (três mil duzentos e vinte e dois reais)

Data da Assinatura: 01/11/2023 Vigência: 31/12/2023

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500

OUTRAS MODALIDADES

3/2023

Nº Processo: 132/2023

Data Processo: 27/09/2023

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO 2/2023

Reuniram-se no dia 01/11/2023 as 08:10, no(a) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade OUTRAS MODALIDADES destinado a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA UTILIZAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

A comissão reuniu-se após transcorrido o prazo, para apresentação e correção da documentação, estipulado em ata anteriormente. Fica marcado para o dia 06 de novembro de 2023 às 15h30min a continuação do certame com verificação da documentação apresentada.

A presidente encerra a sessão e pede que seja entregue cópia da ata aos participantes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

DANIELA SAMULESCKI

PRESIDENTE

VALQUIRIA H. EING

MEMBRO

VANDERLEIA CRISTINA FISCHER

MEMBRO

DISPENSA 28/2023-FMS

Publicação Nº 5284663

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDERRua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 28/2023**Processo:** 41/2023
Data Processo: 01/11/2023**Fornecedor:** ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CPF/CNPJ:** 10.327.100/0001-80**Endereço:** PEDRO KOSMANN**Cidade:** Iporã do Oeste

Inscrição Estadual:

OBJETO DE COMPRA: Aquisição de coletes para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Vigilância em Saúde (Agente de Endemias, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária) de acordo com o Termo de Referência, para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	4,000	UN	"COLETE - AGENTE DE ENDEMIAS 1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar; 2. Cor: Caqui (Ref. pantone 15-1216 TCX - HEX #BFAF92 ou similar) 3. Detalhes frente: a) Acabamento em viés (rip stop) na cor caqui, com abertura em zíper reforçado (na cor caqui); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura; d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor caqui); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor caqui), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Vigilância em Saúde" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete. 4. Detalhes costas: a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "AGENTE DE ENDEMIAS"- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder / SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Tamanhos: P – M – G – GG – XG (medidas especificadas no termo de referência)" - "COLETE - AGENTE DE ENDEMIAS 1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar; 2. Cor: Caqui (Ref. pantone 15-1216 TCX - HEX #BFAF92 ou similar) 3. Detalhes frente: a) Acabamento em viés (rip stop) na cor caqui, com abertura em zíper reforçado (na cor caqui); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura; d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor caqui); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor caqui), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h)	150,00	600,00

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 28/2023 Processo: 41/2023 Data Processo: 01/11/2023
---	--	---

2	64,000	UN	<p>Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Vigilância em Saúde" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "AGENTE DE ENDEMIAS"- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição "Município de Schroeder / SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanhos: P – M – G – GG – XG (medidas especificadas no termo de referência)"</p> <p>"COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref.Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Estratégia Saúde da Família" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição "Município de Schroeder / SC"- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanhos: P – M – G – GG – XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)"</p> <p>"COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref.Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa</p>	150,00	9.600,00
---	--------	----	--	--------	----------

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
 CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2023

Processo: 41/2023
Data Processo: 01/11/2023

3	2,000	UN	<p>refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Estratégia Saúde da Família" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição "Município de Schroeder / SC"- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanhos: P – M – G – GG – XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)"</p> <p>"COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Tamanho especial</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref.Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Estratégia Saúde da Família" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição "Município de Schroeder / SC"- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Tamanho: Plus Size - Busto: mínimo 195 cm; Largura (lado a Lado): mínimo 98 cm; Comprimento: mínimo 99 cm." - "COLETE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Tamanho especial</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Royal (Ref.Pantone 2935 C - HEX #0057b8 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-royal, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-royal); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-royal); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-royal), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso</p>	150,00	300,00
---	-------	----	---	--------	--------

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
 Prefeito

 <p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER</p> <p>Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500</p>	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 28/2023
	Processo: 41/2023 Data Processo: 01/11/2023

superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "Estratégia Saúde da Família" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.

4. Detalhes costas:

a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", cor branca, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black na cor branca; b) Abaixo do nome "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", deverá ser bordada a logo da Estratégia Saúde da Família, com 15 cm de comprimento por 15 cm de largura, atendendo a proporcionalidade relativa às medidas do colete; c) Abaixo da logo da Estratégia da Família, deverá ser bordada a inscrição "Município de Schroeder / SC"- em linha reta, cor branca, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.

Tamanho: Plus Size - Busto: mínimo 195 cm; Largura (lado a Lado): mínimo 98 cm; Comprimento: mínimo 99 cm."

4	20,000	UN	<p>"COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - IMUNIZAÇÃO</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Blueberry (Ref.Pantone: 2718 C - HEX #5c88da ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-Blueberry, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-Blueberry); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-Blueberry); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-Blueberry), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "IMUNIZAÇÃO"- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder/SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.</p> <p>Nos tamanhos: P – M – G – GG – XG – XGG (medidas especificadas no termo de referência)" - "COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - IMUNIZAÇÃO</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Blueberry (Ref.Pantone: 2718 C - HEX #5c88da ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-Blueberry, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-Blueberry); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-Blueberry); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-Blueberry), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa</p>	150,00	3.000,00
---	--------	----	--	--------	----------

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito

 <p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER</p> <p>Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500</p>	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 28/2023	
	Processo: 41/2023 Data Processo: 01/11/2023	

refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.

4. Detalhes costas:

a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "IMUNIZAÇÃO"- em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder/SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.

Nos tamanhos: P - M - G - GG - XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)"

5	10,000	UN	"COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FISCALIZAÇÃO	150,00	1.500,00
---	--------	----	---	--------	----------

1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;

2. Cor: Verde Bandeira (Ref.Pantone: 349 C - HEX #046a38 ou similar)

3. Detalhes frente:

a) Acabamento em viés (rip stop) na cor verde-bandeira, com abertura em zíper reforçado (na cor verde-bandeira); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor verde-bandeira); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor verde-bandeira), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.

4. Detalhes costas:

a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição ""VIGILÂNCIA SANITÁRIA"", e ""FISCALIZAÇÃO"", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder/SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Nos tamanhos: P - M - G - GG - XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)" - "COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FISCALIZAÇÃO

1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;

2. Cor: Verde Bandeira (Ref.Pantone: 349 C - HEX #046a38 ou similar)

3. Detalhes frente:

a) Acabamento em viés (rip stop) na cor verde-bandeira, com abertura em zíper reforçado (na cor verde-bandeira); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor verde-bandeira); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor verde-bandeira), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 28/2023

Processo: 41/2023

Data Processo: 01/11/2023

			<p>Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição ""VIGILÂNCIA SANITÁRIA"", e ""FISCALIZAÇÃO"", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder/SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Nos tamanhos: P - M - G - GG - XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)"</p>		
6	10,000	UN	<p>"COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPIDEMIOLOGIA</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Marinho (Ref.Pantone: 2757 C - HEX #001e60 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-marinho, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-marinho); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-marinho); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-marinho), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p> <p>a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição ""EPIDEMIOLOGIA"", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição ""Município de Schroeder/SC"", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm. Nos tamanhos: P - M - G - GG - XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)" - "COLETE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPIDEMIOLOGIA</p> <p>1. Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referência Santista ou similar;</p> <p>2. Cor: Azul Marinho (Ref.Pantone: 2757 C - HEX #001e60 ou similar)</p> <p>3. Detalhes frente:</p> <p>a) Acabamento em viés (rip stop) na cor azul-marinho, com abertura em zíper reforçado (na cor azul-marinho); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura d) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), em velcro, com porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; e) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor azul-marinho); f) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor azul-marinho), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; g) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; h) Brasão de Schroeder/SC, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; i) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. j) Acima do Brasão de Schroeder/SC, fora do bolso, deverá ser bordada em fonte (vinte e três) arial Black na cor branca a inscrição "VIGILÂNCIA EM SAÚDE" e a logomarca do SUS em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete.</p> <p>4. Detalhes costas:</p>	150,00	1.500,00

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK

Prefeito

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER**

Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2023**

Processo: 41/2023
Data Processo: 01/11/2023

a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; b) Abaixo do nome "VIGILÂNCIA EM SAÚDE", deverá ser bordada a inscrição "EPIDEMIOLOGIA", em linha reta, cor branca, em fonte 160 (cento e quinze) arial na cor branca c) Logo abaixo, deverá ser bordado a inscrição "Município de Schroeder/SC", cor branca, em fonte 115 (cento e sessenta) arial na cor branca; d) Faixa refletiva branca de 4,0 cm de largura, na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro; e) Para ajuste, na cintura deverá existir regulagem com tira de tecido e fivela de metal para ajuste de 2,5 cm.
Nos tamanhos: P – M – G – GG – XG - XGG (medidas especificadas no termo de referência)"

Total: 16.500,00

Valor da despesa: R\$ 16500,00

Pagamento: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

JUSTIFICATIVA:

Essa dispensa está sendo encaminhada devido a revogação do Processo de Compra nº 04/2023, por ausência de participantes (em anexo a nota de revogação). A aquisição de novos kits de materiais para agente de endemia, para o COMBATE A DENGUE, faz-se necessário devido os desgastes do materiais utilizado atualmente, tendo em vista que a última compra foi realizado em 2013. Esses materiais para são utilizados tanto pelos agentes de endemias quanto pelas agentes comunitárias de saúdes, que auxiliam no combate a dengue.

RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8666/1993 - É dispensável a licitação.**

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito

DISPENSA 29/2023-FMS

Publicação Nº 5285356

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER**Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder - SC
CEP: 89275-000 CNPJ: 83.102.491/0001-09 Telefone: (47) 3374-6500**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2023****Processo:** 42/2023
Data Processo: 01/11/2023**Fornecedor:** DORA UM DRUGSTORE LTDA**CPF/CNPJ:** 40.752.401/0001-12**Endereço:** JOSE THEODORO RIBEIRO**Cidade:** Jaraguá do Sul

Inscrição Estadual:

OBJETO DE COMPRA: Contratação de empresa fornecedora de insumos para atender demanda judicial.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	120,000	UN	FRALDA TAMANHO JUVENIL - BIGRAL DERMPLUS C/10 - FRALDA TAMANHO JUVENIL - BIGRAL DERMPLUS C/10	26,85	3.222,00
				Total:	3.222,00

Valor da despesa: R\$ 3222,00

Pagamento: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

JUSTIFICATIVA:

Conforme determinação de Ordem Judicial (anexo) é necessária a contratação de empresa fornecedora do insumo Fralda tamanho Juvenil - Bigral Dermalplus, para o paciente M.V.S

RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8666/1993 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 01 de Novembro de 2023

LAURO TOMCZAK
Prefeito

Seara

PREFEITURA

CONTRATO N° 385/2023

Publicação N° 5301206

CONTRATO N° 385/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 268/2023.

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 090/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SEARA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ sob o n° 83.024.505/0001-13, com sede na Avenida Anita Garibaldi, n° 371, centro, Município de Seara/SC – CEP 89.770-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n° 11/R.380.367, CPF n° 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n° 201, apto. 03, centro, Seara, SC;

CONTRATADO: (15253) Casarotto Comércio de Doces Ltda, CNPJ n° 00.715.702/0001-51, estabelecida na Rua Sete de Setembro, n° 406, bairro Centro, Seara, SC, neste ato representada pelo, Sr. Osmar Casarotto, brasileiro, empresário, CPF n° 827.817.619-15;

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Contrato, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n° 14.133/2021 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto e seus elementos característicos:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de 3000 kits de doces contendo 5 balas (com no mínimo 5 gramas a unidade), 03 pirulitos (com no máximo 12 gramas a unidade) e 02 bombons, embalados com plástico transparente com decoração em tema natalino e amarração com fitilho verde ou dourado. Abaixo segue tabela com itens, quantidades a serem adquiridos e seu respectivos valores.

Item	Produto/Descrição.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	Kits de doces contendo 5 balas (com no mínimo 5 gramas a unidade), 03 pirulitos (com no máximo 12 gramas a unidade) e 02 bombons, embalados com plástico transparente com decoração em tema natalino e amarração com fitilho verde ou dourado.	3000	R\$3.00	R\$ 9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao ato autorizador da contratação direta e à respectiva proposta:

Este contrato é vinculado ao Processo Licitatório n° 268/2023 – Modalidade Dispensa de Licitação n° 090/2023, estando adstrito à proposta final apresentada pela CONTRATADA, que se obriga a fornecer o objeto nos parâmetros indicados, bem como sujeito aos termos do ato que autorizou a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da legislação aplicável à execução do contrato:

§1º A execução do contrato administrativo segue o regime previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos n°14.133/2021, reglando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§2º Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA QUARTA – Do regime de execução dos serviços, preço e condições de pagamento:

§ 1º. O montante total do objeto é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sendo que o valor unitário para cada Kit é de R\$ 3.00 (três reais). O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos itens, e posterior emissão da Nota Fiscal correspondente, e deverão observar às disposições contidas na Instrução Normativa da RFB n.º 1.234, de 12 de janeiro de 2012, e posteriores alterações, alertando que os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o estabelecido na norma supramencionada serão recusados para fins de liquidação de despesa e pagamento.

§ 2º. No ato do pagamento haverá retenção na fonte de parcela correspondente ao:

- Imposto de Renda, em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa da RFB n.º 1.234, de 12 de janeiro de 2012, e alterações.

§ 3º. Os recursos para execução do objeto deste Edital estão classificados conforme termo de abertura do Processo Licitatório n°. 268/2023 – Dispensa de Licitação n°. 090/2023 e cláusula 6ª do presente contrato.

§4º A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovantes de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc), no endereço eletrônico nota@seara.sc.gov.br;

§5º Após apresentação do pedido, caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;

§6º A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pelo CONTRATANTE devendo apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

- comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- comprovante da regularidade para com o FGTS;
- comprovante da regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

§7º A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei, sendo que eventuais retenções serão feitas no pagamento.

§8º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida, será notificada para regularização no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de extinção contratual, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades cabíveis.

§9º O pagamento será efetuado até o trigésimo dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a emissão da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente e observado o disposto no artigo 141 e seguintes da Lei 14.133/2021.

§10º O pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do CONTRATADO, preferencialmente em conta do Banco do Brasil.

§11º Para fins de liquidação definitiva do serviço, a Administração verificará a compatibilidade dos procedimentos técnicos com o objeto do certame, bem como funções específicas e desempenho, funcionalidade e adequação e simetria das características as exigências do instrumento convocatório.

§12º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA QUINTA – Do reajustamento de preços, equilíbrio econômico financeiro e critérios de atualização monetária:

§1º Durante o período de vigência deste contrato, não serão concedidos reajustes aos preços pactuados, admitindo-se a repactuação para restabelecer a relação inicialmente acordada entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a ser apurado conforme provas materiais colacionadas ao processo.

§ 2º O valor relativo ao objeto contratado será reajustado após o intervalo de 12 (doze) meses a contar da formalização do contrato, mediante utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no lapso temporal.

§ 3º O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15(quinze) dias a contar do requerimento ou da última diligência requisitada pela Administração.

§ 4º No caso de eventual extrapolção do prazo previsto no item anterior, os valores serão corrigidos monetariamente mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no interstício temporal delimitado entre o adimplemento das obrigações e a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – Do crédito orçamentário:

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente com a seguinte classificação:

= 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;
= 01 – Departamento de Turismo e Eventos;
= 2259 – Ações de Desenvolvimento e realizações de eventos e exposições;
= 246 - Aplicações Diretas;
= 333903203 – Complemento do elemento – Gêneros alimentícios.

CLAUSULÁ SÉTIMA – Dos direitos e responsabilidades das partes:

§ 1º - Constituem direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e, da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- Promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
- Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento dos serviços, respeitada a ordem cronológica de credores;
- Subsidiar os serviços com as informações que forem solicitadas.
- Controlar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos na imprensa oficial.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Executar os serviços contratados nas condições ajustadas, correspondendo ao fornecimento dos materiais descritos no objeto deste contrato sujeitando-se à fiscalização pelo CONTRATANTE;
- Atender os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do presente contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Assumir a responsabilidade pela execução do contrato com eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência, dolo ou irregularidades cometidas na execução do contrato;
- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
- Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, se for o caso;
- Atender as exigências e especificações instituídas pelo CONTRATANTE.
- A contratada deverá emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n.º 1.234/2012, alertando que os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o estabelecido na norma supra mencionada serão recusados para fins de liquidação de despesa e pagamento;

§4º O regime jurídico dos contratos confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

- risco à prestação de serviços essenciais;
- necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Das Infrações e sanções administrativas:

§1º Pela prática de qualquer das condutas descritas no art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas

infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§2º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§3º Sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021, o responsável pelas infrações administrativas está sujeito à sanção pecuniária nas seguintes hipóteses:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento), sem prejuízo da reparação integral do dano;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento)

d) Dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte não cumprida.

§4º A sanção pecuniária tem natureza moratória e seu adimplemento não exime a reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados decorrente da infração contratual.

§5º A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§6º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§7º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e a competência para sua aplicação é do secretário municipal do departamento ao qual o contrato esteja vinculado.

§8º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

§9º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§10 A aplicação das sanções previstas na cláusula oitava não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§11 O procedimento para aplicação das sanções deverá observar o previsto no artigo 157 e seguintes da Lei 14.133/2021 e regulamentos.

CLÁUSULA NONA - Da matriz de alocação de riscos contratuais:

§ 1º A alocação dos riscos contratuais se baseará na definição dos riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadoras do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

§ 2º No presente contrato administrativo os eventos supervenientes, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, com possibilidade de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência, são os seguintes:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Álea econômica extraordinária, fato do príncipe ou fato da administração que impactem nos custos bases dos insumos necessários para execução do objeto contratual;

c) Evento imprevisível ou previsível com consequências incalculáveis que desequilibre a equação econômico financeira inicialmente pactuada.

§ 3º São riscos considerados de responsabilidade da Administração Pública:

a) Erros ou defeitos no termo de referência e estudo técnico preliminar, quando for o caso;

b) Alteração de diretrizes técnicas por decisão do poder concedente;

c) Riscos decorrentes de fato do príncipe ou fato da administração;

d) Mudança de legislação ou regulamentação;

§ 4º Caracterizam-se como riscos inerentes a execução contratual de responsabilidade da CONTRATADA:

a) Retardamento na entrega por razões de fato atribuíveis unicamente a CONTRATADA;

b) Falência da CONTRATADA;

c) Uso de material inadequado ou de má qualidade;

d) Aumento extraordinário dos custos de insumos;

e) Custos trabalhistas;

f) Defeito latente na prestação dos serviços;

g) Processos de Responsabilidade Civil;

§ 5º Dos riscos compartilhados:

a) Paralisação contratual por motivos de caso fortuito ou força maior;

b) Atraso no início da operação;

c) Extinção Contratual Consensual;

d) Término por caso fortuito ou força maior.

§ 6º Na presente contratação administrativa a parte CONTRATADA terá direito a inovar nas soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, nos termos de modificação das soluções previamente delineadas no projeto básico, nas seguintes situações: necessidade de prestação de serviços que compreendam assessoria em outras áreas administrativas que o município indicar no decorrer da execução contratual

§ 7º Nas seguintes frações do objeto não haverá liberdade da CONTRATADA para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em

obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida na proposta apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA – Hipóteses de extinção do contrato:

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.

§2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses prevista no §2º do artigo 137 da Lei 14.133/2021.

§3º A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§5º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§6º A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais, as consequências previstas no artigo 139 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da gestão contratual e fiscalização:

§1º As contratações públicas submetem-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação e subordinação ao controle social.

§2º A gestão contratual abrange o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

§3º O titular da unidade requisitante será o gestor operacional dos contratos administrativos e convênios, entendida aquela como o órgão integrante da estrutura da administração que tenha por atribuição gerir as atividades correlatas com o objeto do instrumento pactuado.

§4º A fiscalização é o conjunto de atividades da Administração para controle, acompanhamento e monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

§5º A fiscalização do contrato é realizada pelos fiscais técnico e administrativo, e nos casos de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverá haver a designação de fiscal demandante. Contratações com dedicação exclusiva de mão de obra poderão ensejar a nomeação de fiscais setoriais, caso assim entenda o gestor.

§6º A CONTRATADA deve, após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, formalizar a designação de preposto para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber e encaminhar questões técnicas, legais e administrativas referentes ao contrato e responder a elas.

§7º A comunicação entre os gestores ou fiscais da Administração Pública e o preposto da CONTRATADA, no que tange a gestão contratual, ocorrerá por meio de correio eletrônico, mensagens de texto, ligações telefônicas ou contato presencial, visando a verificação de conformidade na execução, nos parâmetros do termo de referência, e proposta.

§8º A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para corrigir quaisquer incorreções na execução do objeto, contados a partir da data da cientificação da inconformidade, prazo que poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa e aceite da Administração Pública.

§9º As inadequações na prestação do serviço ou fornecimento poderão ser constatadas a qualquer tempo, durante a fiscalização do objeto contratual, independente de o serviço ou entrega ter sido concluído.

§10 A fiscalização técnica e administrativa do presente contrato ficará a cargo da servidora Sra. Elaine Fátima Aigner Benetti, Superintendente de Cultura.

§11 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§12 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§13 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§14 A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos prazos:

§1º Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até a data de 31/12/2023;

II – de execução: Os materiais deverão ser entregues em local indicado pela administração até a data de 24/11/2023;

§2º O encerramento contratual dá-se em razão do término do prazo de vigência no caso de contrato de serviço continuado, ou em razão do cumprimento da execução dos serviços contratados, respeitado o tempo próprio para o cumprimento e a prática do ato processual pertinente, nas condições previstas neste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das alterações contratuais:

§1º O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

§2º Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do foro eleito:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Seara/SC, 01 de novembro de 2023

MUNICÍPIO DE SEARA. Edemilson Canale Contratante.	Osmar Casarotto. Casarotto Comércio de Doces Ltda. Contratado(a).
Elaine Fátima Aigner Benetti. Superintendente de Cultura. Fiscal.	
Thiago Taffarel Benetti. (CPF 071.032.179-12). Testemunha.	Luiz Dalago Junior. (CPF 062.085.979-27). Testemunha.

CONTRATO Nº 386/2023

Publicação Nº 5301214

Contrato nº 386/2023 - Locação de Imóvel- Processo Licitatório nº 270/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 042/2023.

Locatário: Município de Seara, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº. 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº. 11/R.380.367, CPF nº. 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº. 201, apto. 03, centro, Seara, SC.

Locadora: Valdir da Silva Guinchos - ME, CNPJ nº. 85.375.533/0001-00, com sede na Rodovia SC 283, s/nº, km 1, interior, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Valdir da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº.14/R 1.557.109, CPF nº. 611.806.610-87;

Cláusula 1ª. - Do Objeto: O presente contrato tem por objeto locação de terreno e pavilhão para guarda e estadia de veículos recebidos da Receita Federal, até que se regularizem os tramites burocráticos para venda via leilão.

Cláusula 2ª. – Do Prazo da Locação:

§1º Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até a data de 30/10/2024;

§2º Os prazos previstos no item anterior podem ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal,

§3º O encerramento contratual dá-se em razão do término do prazo de vigência no caso de contrato de serviço continuado, ou em razão do cumprimento da execução dos serviços contratados, respeitado o tempo próprio para o cumprimento e a prática do ato processual pertinente, nas condições previstas neste instrumento contratual.

Cláusula 3ª. – Do preço e condições de Pagamento:

§ 1º. - O valor mensal do aluguel é de R\$ 700,00, (setecentos reais), que será pago mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, e posterior emissão da Nota Fiscal correspondente, e deverão observar às disposições contidas na Instrução Normativa da RFB n.º 1.234, de 12 de janeiro de 2012, e posteriores alterações, alertando que os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o estabelecido na norma supramencionada serão recusados para fins de liquidação de despesa e pagamento.

§ 2º. - Imposto de Renda, em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa da RFB n.º 1.234, de 12 de janeiro de 2012, e alterações.

§ 3º. - Os recursos para execução do objeto deste Edital estão classificados conforme termo de abertura do Processo Licitatório nº. 270/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº. 042/2023 e cláusula 5ª do presente contrato.

Cláusula 4ª. – Do reajuste: Durante o período de vigência deste contrato não será concedido reajuste aos preços.

Convencionam as partes que, havendo renovação do contrato, poderá haver reajuste após o interstício de 12 (doze) meses, com base no INPC-IBGE acumulado no período, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Cláusula 5ª. – Dos recursos orçamentários: Os recursos para pagamento desta locação estão classificados no orçamento com a seguinte dotação:

= 03 – Secretaria Municipal da Administração

= 01 – Departamento de Administração

= 2.216 – Ações de Modernização e Otimização Administrativa

= 42 – Aplicações Diretas

= 33903910 – Compl. Elemento

Cláusula 6ª. – Das responsabilidades:

§ 1º. - São responsabilidades do Locatário:

I - Pagar pontualmente o aluguel e os encargos de locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado;

II - servir-se do imóvel para o uso compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu e mantê-lo em todas as suas dependências em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza;

III - restituir o imóvel finda a locação, no estado em que o recebeu, tendo como base o laudo de vistoria estabelecido na sub-cláusula primeira da cláusula primeira, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal;

IV - levar imediatamente ao conhecimento do Locador surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações, provocados por si, seus usuários, visitantes ou postposos;

VI - não modificar a forma interna ou externa do imóvel, bem como fazer quaisquer reformas, acessões, melhorias ou modificações, sem prévio consentimento por escrito do Locador, sob pena de rescisão do contrato e exigência de reposição de tudo ao estado anterior, além da multa por infração contratual (não modificar);

VII - entregar imediatamente ao Locador intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que emitida pelo Município;

VIII - permitir a vistoria do imóvel pelo Locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros na hipótese prevista no art. 27 da Lei 8.245/91;

§ 2º. - São responsabilidades do Locador:

I - entregar ao Locatário o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina;

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

IV - responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V - fornecer ao Locatário caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

VI - fornecer ao Locatário recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica, dispensado esse quando do pagamento direto em conta bancária do Locador;

VII - exibir ao Locatário, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

VIII - efetuar o pagamento do IPTU do imóvel.

IX - efetuar o pagamento das tarifas de serviços públicos, sendo estes, taxas de luz e água que recair sobre o imóvel.

X - A contratada deverá emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n.º 1.234/2012, alertando que os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o estabelecido na norma supra mencionada serão recusados para fins de liquidação de despesa e pagamento;

Cláusula 7ª. - Do acompanhamento e da fiscalização:

§1º As contratações públicas submetem-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação e subordinação ao controle social.

§2º A gestão contratual abrange o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

§3º O titular da unidade requisitante será o gestor operacional dos contratos administrativos e convênios, entendida aquela como o órgão integrante da estrutura da administração que tenha por atribuição gerir as atividades correlatas com o objeto do instrumento pactuado.

§4º A fiscalização é o conjunto de atividades da Administração para controle, acompanhamento e monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

§5º A fiscalização do contrato é realizada pelos fiscais técnico e administrativo, e nos casos de contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverá haver a designação de fiscal demandante. Contratações com dedicação exclusiva de mão de obra poderão ensinar a nomeação de fiscais setoriais, caso assim entenda o gestor.

§6º A CONTRATADA deve, após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, formalizar a designação de preposto para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber e encaminhar questões técnicas, legais e administrativas referentes ao contrato e responder a elas.

§7º A comunicação entre os gestores ou fiscais da Administração Pública e o preposto da CONTRATADA, no que tange a gestão contratual, ocorrerá por meio de correio eletrônico, mensagens de texto, ligações telefônicas ou contato presencial, visando a verificação de conformidade na execução, nos parâmetros do termo de referência, e proposta.

§8º A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para corrigir quaisquer incorreções na execução do objeto, contados a partir da data da identificação da inconformidade, prazo que poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa e aceite da Administração Pública.

§9º As inadequações na prestação do serviço ou fornecimento poderão ser constatadas a qualquer tempo, durante a fiscalização do objeto contratual, independentemente de o serviço ou entrega ter sido concluído.

§10 A fiscalização técnica e administrativa do presente contrato ficará a cargo da servidora Jerson Antônio Brusamarello, Secretário da Fazenda.

§11 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§12 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§13 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§14 A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

Cláusula 8ª. - Da inexecução e rescisão contratual

§1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021.

§2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses prevista no §2º do artigo 137 da Lei 14.133/2021.

§3º A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§5º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados

que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§6º A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais, as consequências previstas no artigo 139 da Lei 14.133/2021.

Cláusula 9ª. – Das alterações contratuais:

§1º O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

§2º Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Cláusula 10ª. – Proteção Dados Pessoais:

1.1) Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada.

1.2) O Município de Seara/SC e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11º, 14º da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Seara, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que o Município de Seara será responsável por obter o consentimento dos titulares.

d) quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

d.1) quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

1.3) É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 ("LGPD").

1.4) Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da Contratante, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

1.5) No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela Contratada, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 2505/2022, que regulamenta a LGPD.

1.6) A Contratada oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao Contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

1.7) A Contratada deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

1.8) A Contratada deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a Contratada e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

1.9) A Contratada deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da Contratante, assinaram Acordo de Confidencialidade com a Contratada.

1.10) Ainda a Contratada treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Município de Seara.

1.11) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

1.12) Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

1.13) A critério do Encarregado de Dados do Município de Seara, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

1.14) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a Contratada interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Município de Seara, eliminará

completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

1.14.1 Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

1.15 Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

1.16 A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta pela Contratante e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela Contratada de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

Cláusula 11ª. – Das sanções ao locador - Os contratantes se obrigam mutuamente a respeitar o presente contrato, ficando a parte infratora sujeita ao pagamento de multa contratual de 10% sobre o valor do presente, seja qual for o prazo decorrido.

§ 1º. - As despesas para sanar os estragos causados ao imóvel e suas instalações ou para executar eventuais modificações feitas no imóvel pelo Locatário, desde que devidamente autorizadas na forma deste contrato, correrão por sua conta, não se incluindo na multa acima estipulada.

§ 2º. - A eventual tolerância do Locador para com qualquer infração contratual, atraso no pagamento dos aluguéis e demais encargos decorrentes deste contrato, não constituirá motivo para que o Locatário alegue novação.

Cláusula 12ª. - Do foro – Fica estabelecida o Foro da Comarca de Seara, SC, por mais privilegiado que qualquer outro seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados o Locatário e o Locador, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Seara, SC, 01 de novembro de 2023.

Edemilson Canale
Município de Seara
Locatário

Valdir da Silva.
Valdir da Silva Guincho.
Locadora

Jerson Antônio Brusamarello.
Secretário da Fazenda
Fiscal

Testemunhas:

Nome: Thiago Taffarel Benetti
CPF: 071.032.179-12

Nome: Taís Cristina Dreon
CPF: 108.454.189-04

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 25/2023**

Publicação Nº 5301229

PORTARIA Nº 25/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023

Designa servidores responsáveis para envio de informações ao e-SFINGE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

CONSIDERANDO QUE, a Instrução Normativa N.TC-28/2021, de 08 de março de 2021, institui a versão on-line do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-SFINGE on-line), e dispõe sobre a remessa de dados e informações por meio informatizado, pelas unidades gestoras do Estado e dos Municípios de Santa Catarina, pertinentes ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC);

CONSIDERANDO QUE, os servidores estão atuando no envio das informações on-line desde a obrigatoriedade.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, como responsáveis pelo envio de informações relativas ao Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-SFINGE on-line), do Tribunal de Contas do Estado:

I - Marisa Scussel, matrícula 46 - Atos Jurídicos;

II - Marinês Miranda, matrícula 5 - Atos de Pessoal;

III - Lésio Luvisa, matrícula 1 - Execução e Alterações Orçamentárias e Registros Contábeis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO MARIANI

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 26/2023

Publicação Nº 5301231

PORTARIA Nº 26/2023, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme art. 129 §4º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, RESOLVE:

Conceder, conforme requerido em 17 de outubro de 2023, protocolo nº 20735, férias à servidora SIRLEI ANTUNES, matrícula 88, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Controlador Interno, Nível 35, referente ao período aquisitivo de 21 de junho de 2022 a 20 de junho de 2023, por 20 (vinte) dias, a contar do dia 06 de novembro de 2023.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCO MARIANI

Presidente da Mesa

Siderópolis

PREFEITURA

LEI Nº 2.522, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5301657

LEI Nº 2.522, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREAS DE TERRA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 86 da Lei Orgânica, a conceder o direito real de uso objetivando promover o assentamento urbano a população de baixa renda, das áreas de terra abaixo identificadas:

I. Terreno Urbano, localizado na Rua 9, Bairro Rio Fiorita, com área de 333,74 m², de propriedade do Município de Siderópolis, Matrícula nº20.263.

II. Terreno Urbano, localizado na Rua 9, Bairro Rio Fiorita, com área de 333,74 m², de propriedade do Município de Siderópolis, Matrícula nº20.264.

§1º - Os assentados beneficiados por esta Lei ficarão obrigados a iniciar a obra no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da publicação da Lei, e a concluí-la dentro de 24 (vinte e quatro) meses.

§2º - Caso os Concessionários não cumpram o prazo estipulado no parágrafo primeiro, os imóveis automaticamente retornarão ao patrimônio do Município, sem que haja qualquer tipo de indenização a ser paga aos mesmos.

Art. 2º Aos Concessionários beneficiados pela presente Lei, vedar-se-á:

I – Locar o imóvel;

II - alienar o imóvel;

III - gravar com ônus real de garantia;

IV - dar destinação diversa da prevista no nesta Lei.

Art. 3º A presente concessão será realizada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação desta Lei, podendo ser prorrogada, sucessivamente, por igual período.

Parágrafo único. Ao final do prazo de vigência, tendo os Concessionários cumprindo todas as finalidades da presente lei, poderão os mesmo requerer a transferência definitiva.

Art. 4º Os encargos e obrigações relativos à concessão de direito real de uso serão objeto de contrato, devendo no contrato constar, obrigatoriamente, cláusula de reversibilidade das áreas concedidas e das benfeitoras nelas construídas, caso não seja utilizada para os fins previstos nesta Lei.

Parágrafo Único - A Concessão de Direito Real de Uso será feita com as cláusulas de impenhorabilidade, inalienabilidade e preempção ou preferência, as quais deverão constar da escritura pública, sob pena de nulidade, cujo não cumprimento acarretará na retrocessão do imóvel ao patrimônio do município.

Art. 5º O concessionários ficam responsáveis pela conservação e manutenção do referido imóvel, bem como sobre todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os mesmos.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Setembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 14 de Setembro de 2023.

LEI Nº 2.523, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301660

LEI Nº 2.523, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DO SALÁRIO BASE DOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E AUXILIARES DE ENFERMAGEM, AO PISO SALARIAL NACIONAL DA CATEGORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Aos servidores ocupantes dos cargos e empregos públicos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, da Prefeitura Municipal de Siderópolis, fica garantido como salário base o piso nacional previsto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.

Art. 2º. Os pisos salariais dos servidores municipais mencionados no art. 1º desta lei ficam fixados da seguinte maneira:

I – Enfermeiro de todos os níveis, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, fica assegurado o salário real de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) mensais;

II - Técnico de Enfermagem de todos os níveis, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, fica assegurado o salário real de R\$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais) mensais;

III - Auxiliar de Enfermagem de todos os níveis, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, fica assegurado o salário real de R\$ 2.375,00 (dois mil, trezentos e setenta e cinco reais) mensais.

Art. 3º. O valor do piso corresponde à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Parágrafo Único - Para os enfermeiros e técnicos de enfermagem que atuam como plantonista com recebimento por hora trabalhada fica assegurada o pagamento proporcional do valor hora conforme o piso.

Art. 4º. Na relação do Quadro de Função de Provimento Efetivo, constante no anexo II da Lei nº 1.892/2010, passa a constar os salários descritos no Art.2º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Maio de 2023.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 03 de Outubro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 03 de Outubro de 2023.

LEI Nº 2.524, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301663

LEI Nº 2.524, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PROTETORES SOLARES AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer gratuitamente protetores solares aos seus funcionários que, em horário laboral, mantiverem-se expostos à radiação solar.

Parágrafo único - A relação oficial dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão, de contratados e de ACT's da Prefeitura Municipal de Siderópolis, que serão beneficiados por meio da presente Lei, deverá ser publicada por Portaria.

Art. 2º O protetor solar passa a ser considerado "Equipamento de Proteção Individual" - EPI do funcionário público a ser beneficiado com a presente Lei.

§ 1º - O protetor solar a ser distribuído deve ser de Fator de Proteção Solar-FPS maior ou igual a 20 (vinte).

§ 2º - A distribuição do produto deverá ser de quantidade suficiente para aplicabilidade em intervalo de 03 (três) horas.

§ 3º - Entende-se por exposição à radiação solar todo o trabalhador que se manter ao ar livre por um tempo maior ou igual a 30 (trinta) minutos.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 03 de Outubro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 03 de Outubro de 2023.

Sul Brasil

PREFEITURA

PROCESSO Nº 063-2023 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 037-2023 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E FARDAMENTO ESPORTIVO

Publicação Nº 5301245

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47BBDD0378897358398D9C2115CB2228179BDA7C

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
Aviso de Licitação

Processo N.º 063/2023 – Pregão Presencial nº 37/2023

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 37/2023– decorrente do PROCESSO 063/2023, visando a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E AGASALHOS PARA USO DOS ATLETAS MUNICIPAIS EM COMPETIÇÕES, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e as propostas de preços dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 13H15MIN DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 13H20MIN DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 01 de novembro de 2023. Maurílio Ostroski - Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 064-2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 038-2023 AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SUL BRASIL-SC

Publicação Nº 5301592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6332BB9BFB37FC6EF7C31C45263EE630FC6A132

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
Aviso de Licitação

Processo N.º 064/2023 – Pregão Presencial nº 38/2023

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES do Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 38/2023– decorrente do PROCESSO 064/2023, visando a AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SUL BRASIL, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e as propostas de preços dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08H00MIN DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 08H05MIN DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2023, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 03 de novembro de 2023. Maurílio Ostroski - Prefeito Municipal

Taió

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA N. 93-2023

Publicação Nº 5319152



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 93/2023

CONTRATANTE
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TAIÓ

OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATTERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, RENAVAL CAT0120KJJAP06716, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. A CONTRATAÇÃO SE TRATA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DEVIDO DECRETO DE CALAMIDADE PUBLICA N. 8.421, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023 ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 24.460,10

PERÍODO DE PROPOSTAS

De **07/11/2023** às **8h**
Até **09/11/2023** às **17h**

PERÍODO DE LANCES

De **10/11/2023** às **8h**
Até **10/11/2023** às **10h**



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 93/2023**

Torna-se público que o Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro – Taió/SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso I e VIII, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentação municipal e demais legislação aplicável.

Data da sessão:

Link: <https://comprasbr.com.br/>.

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 10:00 horas, do dia 10.11.2023.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATTERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, RENAVAL CAT0120KJJAP06716, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. A CONTRATAÇÃO SE TRATA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DEVIDO DECRETO DE CALAMIDADE PUBLICA N. 8.421, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023 ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO.

2.2. A contratação será dividida em itens, sendo lote único, conforme descrito no termo de referência no anexo II.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 3.1.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica utilizado pelo município, disponível no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/>.
- 3.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível pela plataforma, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 3.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 3.2.3.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
 - 3.2.4. Sociedades cooperativas.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 4.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 4.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 4.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.10.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 4.10.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.10.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 4.10.7. O valor apresentado poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

5. FASE DE LANCES

- 5.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.
- 5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, o qual deverá encaminhar na plataforma eletrônica em **até 02 (duas) horas, após finalizar a sessão de lances**.
- 7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

- 7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada conforme previsto no anexo I.
- 7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

- 7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

- 8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no <https://comprasbr.com.br/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores na plataforma eletrônica, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

- 10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 10.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- 10.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 10.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
- 10.13.4. ANEXO IV – Modelo proposta de preços;

Taió/SC, 03 de novembro de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 93/2023**

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014,



Município de Taió

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4 Qualificação Técnica

- 4.1 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 93/2023**

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

A secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais necessita realizar procedimento de licitação para conserto da bomba e bico injetor da motoniveladora caterpillar, modelo 120K, Ano 2014, Renavam CAT0120KJJAP06716. Dano causado pelo desgaste natural das peças. Em virtude da necessidade urgência do conserto do motoniveladora para auxiliar a secretaria nas tarefas diárias desenvolvidas, será realizado a dispensa de licitação na forma eletrônica, com base no art. 75, inciso I e VIII da lei n. 14.133/2021.

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação na forma eletrônica, visando a contratação de empresa especializada para conserto da motoniveladora para auxiliar na recuperação das vias públicas e estradas vicinais, em regime de emergência decorrentes do estado de Calamidade Pública conforme Decreto Municipal nº 8.419, de 11 de outubro de 2023, reconhecido pelos órgãos competentes e devidamente publicado, em face dos estragos provocados pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos dias no território do Município, causando a maior enchente da história na cidade.

2. OBJETO

Contratação por dispensa de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONSERTO DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, RENAVAL CAT0120KJJAP06716, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. A CONTRATAÇÃO SE TRATA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DEVIDO DECRETO.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

DE CALAMIDADE PUBLICA N. 8.421, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023 ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO:

Lote	Item	Descrição	Qtde	Und
01	01	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL.	01	Und
02	01	AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL.	01	Und

2.1 - Condições gerais:

- 2.1.1. A motoniveladora a ser consertada encontra-se a disposição das empresas interessadas no certame para verificação da sua atual condição. Fica vedado a movimentação do equipamento por qualquer meio sob pretexto de verificação da condição de peças ou estruturas;
- 2.1.2. A motoniveladora encontra-se no pátio da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais, no Perímetro urbano do Município de Taió -SC;
- 2.1.3. A visita ao equipamento fica condicionada a agendamento prévio mínimo de 24 horas, a ser realizado com os atendentes da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais, através do telefone (47) 3562-8365;
- 2.1.4. A manutenção objetiva permitir o uso da motoniveladora ao atendimento da secretaria de obras na recuperação das estradas vicinais, de forma que as peças utilizadas devem ser de primeira linha (original), haja vista as condições de



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

emprego do equipamento;

- 2.1.5. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) arcar com os custos de transporte da motoniveladora e peças da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais até o ponto onde será realizada a manutenção, bem como do retorno deste até a secretaria;
- 2.1.6. O transporte deverá ser realizado através de plataforma específica para transporte de veículos ou outro meio compatível, por empresa capacitada para tal, sendo vedado o tráfego do veículo (mesmo após a manutenção) pelas ruas antes da sua entrega a secretaria;
- 2.1.7. Os prazos para a realização dos serviços e fornecimento das peças contratadas passam a valer a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) empresa(s) vencedora(s) e não da retirada do caminhão para a execução;
- 2.1.8. O fiscal do contrato poderá realizar vistorias no caminhão a qualquer tempo a fim de verificar o andamento da execução da manutenção, podendo se valer de até 2 auxiliares para a inspeção;
- 2.1.9. Após a entrega do objeto, o fiscal do contrato emitirá um termo de recebimento provisório, devendo em até 20 dias emitir o Termo de Recebimento Definitivo, ou apontar as alterações necessárias para a empresa fornecedora através de Termo de Recusa;
- 2.1.10. Mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a(s) empresa(s) fica(m) obrigada(s) pelo período de garantia dos itens contratados conforme prevê a legislação para tal fato, excetuando itens de consumo ou caracterizado mau uso ou falha de terceiros;
- 2.1.11. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, em até 30 dias, sem qualquer ônus para o Município de Taió.

2.2 Da manutenção mecânica e fornecimento de peças

- 2.2.1. As peças utilizadas na manutenção mecânica, seja no motor ou seus



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

periféricos, bem como de itens de segurança, deverão ser peças originais da mesma marca e modelo utilizados na montagem do equipamento;

2.2.2. Deverão ser substituídas, no mínimo, as seguintes peças durante a manutenção mecânica, sendo que os valores de serviços e mão-de-obra necessários para substituição e manutenção dessas peças deverão estar inclusos no valor do Lote apresentado pela(s) empresa(s) vencedora(s):

Código Universal	Descrição do Item e Serviço	Quantidade
1905019	ESFERA UNIDADE CAT C7 / C9 / 3126	6 unidades
476-C7C9C	VALVULA POPPET C7/C9	2 unidade
204-1458	VALVULA DE VEDAÇÃO DE CABEÇOTE DA BOMBA	7 unidades
1528346	VALVULA SPOOL CAT C7/C9	2 unidades
41060678	REPARO BBA ALTA PRESSÃO CAT C7/C9 (HEUI)	1 unidade
41061009	REPARO UNID HEIU CATERPILLAR C9 COMPLETO	6 unidades
C800T	SOLENOIDE INJETORA CAT C7-C9 – 2388091C7C9	6 unidades
	VALOR TOTAL PEÇAS	R\$ 18.630,10

2.2.1. Deverão ser realizados os serviços de mecânica discriminados abaixo, sendo que os valores de serviços e mão-de-obra necessários para substituição e manutenção dessas peças deverão estar inclusos no valor apresentado pela(s) empresa(s) vencedora(s):

Código Universal	Descrição do Item e Serviço	Quantidade
SERVIÇOS	DESLOCAMENTO E MÃO DE OBRA MECANICA	12 horas
	LIMPEZA DAS PEÇAS INTERNAS	1 hora
	TESTAR E REVISÃO DA BOMCA CATERPILLAR HEUI	1 hora



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

	TESTAS E REGULAS UNIDADE HEUI C7/C9 CAT	6 horas
	VALOR TOTAL SERVIÇOS	R\$ 5.830,00

2.2.3.A relação de códigos prevista nas tabelas acima objetiva facilitar a identificação das peças para as empresas concorrentes. Caberá ao fiscal do contrato a verificação de conformidade com a previsão das peças a serem substituídas, e a decisão caso haja código diverso do adequado;

2.2.4.Deverá estar incluso no valor da proposta feita pela(s) empresa(s) vencedora(s) os parafusos compatíveis, buchas, juntas, adesivos, graxa, colas ou quaisquer outros itens de consumo que sejam necessários para a instalação e manutenção das peças acima;

2.2.5.Se durante a manutenção for verificado que é necessário realizar a manutenção ou troca de outra(s) peça(s) não arroladas acima, a empresa deverá informar o fiscal do contrato, demonstrando a peça defeituosa (através de fotos, por exemplo), e a estimativa do valor de mercado da mesma;

2.2.6.A empresa não deve realizar a manutenção ou troca de peças com defeito sem autorização por escrito do fiscal do contrato, sob pena de não receber o valor correspondente à peça/serviço prestado além do contratado;

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

A forma de julgamento será a de menor preço por lote. Será considerada vencedora do certame a sociedade empresarial que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para a execução será de até 10 (dez) dias, sendo estes iniciados assim que a empresa vencedora receba a Autorização de Fornecimento para a execução.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

O local de retirada e entrega será na secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais. Informações poderão ser obtidas no telefone: (47) 3562-8365, no horário compreendido entre 08:00h e 12:00h. e das 13:30h as 17:30h.

5. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O prazo de garantia para conserto da motoniveladora deverão estar por ocasião da entrega com vigência plena assegurado pelo fabricante, ficando a(s) contratada(s), independentemente de ser ou não o fabricante, responsável por efetuar a substituição dos produtos que apresentarem algum defeito de fabricação ou com divergências pelas especificações fornecidas no ato da entrega a secretaria de obras, sem qualquer ônus adicional.

As garantias de todas as peças utilizadas, incluindo todos os materiais novos substituídos, será de no mínimo de 03 (três) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante do mesmo, se por prazo superior. Os serviços relacionados à garantia deverão ser realizados pela empresa contratada ou representante autorizado pela mesma.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Permitir acesso dos empregados da empresa vencedora às dependências da secretaria, para a visita técnica de avaliação do caminhão e suas partes.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa vencedora qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos.

Solicitar a substituição dos produtos com defeitos ou especificações discrepantes às exigidas neste procedimento.

Atestar a(s) Nota(s) Fiscal (is) correspondente(s), por intermédio do servidor designado para esse fim.

Fornecer o Caminhão e todas as informações necessárias para que a contratada possa analisar e reproduzir o implemento com suas respectivas partes.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a entregar/prestar os serviços ora licitados conforme este Termo de Referência.

Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos/prestação de serviços, tais como: salários; seguros de acidente; taxas. Impostos e contribuições; indenizações; e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da secretaria de obras.

Manter os seus empregados identificados, quando no recinto da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais.

Responder por quaisquer danos causados diretamente aos produtos ou a outros bens de propriedade da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a entrega do material.

Fornecer os produtos/serviços de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos equipamentos fornecidos.

Comunicar ao(s) Fiscal(is), qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos itens transformados com seus respectivos materiais, de acordo com este termo de referência e os esclarecimentos julgados necessários.

Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A(s) empresa(s) interessada(s) deverá se habilitar através de documento comprovando sua capacidade técnica que será definida no edital.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

9. DAS ENTREGAS TÉCNICAS

A contratada para a execução do objeto deverá realizar a entrega técnica diretamente para o fiscal do contrato e seus auxiliares. A entrega será realizada na sede da secretaria de obras, serviços urbanos e estradas vicinais.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato será válido a partir da data de sua assinatura e terão validade de 06 (seis) meses.

11. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do Município de Taió, com a apresentação das devidas justificativas.

12. DO REAJUSTAMENTO

Os preços propostos na presente licitação não serão reajustados.

13. DO FISCAL DO CONTRATO

O fornecimento do objeto do termo de referência será acompanhado e fiscalizado pela pessoa do Sr Anderson Zanghelini, sendo que as informações entre as partes será realizada sempre através de ofício, com cópia enviada por e-mail a ser definido também em contrato, que anotarás em registro próprio as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

14. DO PAGAMENTO

A(s) Nota(s) Fiscal(is), será(ão) encaminhada(s) para pagamento somente após a aprovação/atesto do objeto pelo fiscal e secretário de obra.

Taió, 03 de novembro de 2023

Acelino Zanghelini
Secretário de obras, serviços urbanos e estradas vicinais



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 93/2023**

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
SERVIÇO N.º XX, CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE TAIÓ E XX.**

O Município de Taió (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Horst Alexandre Purnhagen, com sede à Avenida Luiz Bertoli, 44, inscrito no CNPJ/MF n.º 82.765.488/0001-02, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º ..., com sede à Rua xx, n.º xx, Bairro xx, município de xx/xx, neste ato representado pelo Sr. xx, inscrito no CPF sob o n.º xx, doravante denominada **CONTRATADA**, tudo de conformidade com o processo de Dispensa de licitação, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONSERTO DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, RENAVAL CAT0120KJJAP06716, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. A CONTRATAÇÃO SE TRATA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DEVIDO DECRETO.

1.1.1 . As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo I – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO



Município de Taió

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

2.1 A **CONTRATADA** prestará os serviços a **CONTRATANTE** conforme as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência), comprometendo-se a **CONTRATADA** a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.

2.2 Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a **CONTRATADA**, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo I, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

2.3 A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor e os gestores desta contratação o Secretário ACELINO ZANGUELINI.

2.4 A **CONTRATADA** deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.

2.5 A **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.

2.6 A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo **CONTRATANTE**.

2.7 A prestação de serviços executada pela **CONTRATADA** estará sujeita à aceitação do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo I, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.

2.8 O aceite do serviço será formalizado pelo **CONTRATANTE**, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.

2.9 A **CONTRATADA** ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo I (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo **CONTRATANTE**.

2.10 Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CONTRATADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas na Dispensa de Licitação e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.

2.11 A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do **CONTRATANTE**, mediante autorização do **CONTRATANTE**.

2.12 A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do **CONTRATANTE** salvo se de outra forma for determinado pelo **CONTRATANTE**, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à **CONTRATADA**.



**Município
de Taio**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taio - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

2.2 CABE AINDA A CONTRATADA:

- a) Realizar os serviços, através de pessoal técnico, sem qualquer ônus adicional para a contratante;
- b) Realizar os serviços estabelecidos no presente Contrato de acordo com a proposta apresentada, e na forma e condições estabelecidas no ato convocatório e neste Contrato;
- c) Apresentar toda a documentação e informações necessárias à assinatura do termo de contrato;
- d) Não prestar informações ou declarações sem previa autorização do contratante, a respeito do presente contrato e dos serviços a ela inerentes, que possam comprometer a qualidade e o resultado dos serviços, excetuando-se aquelas características de propaganda comercial de interesse da contratada;
- e) Executar todos os serviços ajustados nas condições pactuadas em contrato, através de profissionais devidamente qualificados e regularizados;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Contrato;
- g) Atender eventuais acréscimos de serviços solicitados pela Administração;
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante na execução dos serviços;
- i) Responsabilizar-se objetivamente por eventuais prejuízos causados à contratante e/ou terceiros na execução dos serviços objeto deste Contrato;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas ligadas à prestação dos serviços em tela, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto do contrato;
- k) Cumprir integralmente todos os encargos e obrigações trabalhistas fixados na legislação vigente;
- l) Apresentar a documentação necessária ao pagamento;
- m) Assumir todas as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação quando da permanência no Município para a prestação de serviços contratados, se necessário;
- n) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

- 3.1 Importa o presente Contrato no valor total de, de acordo com a proposta anexa ao processo, para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda.
- 3.2 Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária.
- 3.2.1 O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

pelo CONTRATANTE.

3.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela **CONTRATADA**, instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.

3.3.1 A **CONTRATADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao **CONTRATANTE**, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.

3.3.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à **CONTRATADA** até que seja suprida a exigência.

3.4 A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CONTRATADA** (artigo 92, inciso V, da Lei 14.133/21).

3.5 Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CONTRATADA** em razão de infração ocorrida durante o contrato.

3.6 O índice a ser adotado para critério do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), salvo se a **CONTRATADA** utilizar-se de índice menos oneroso para o **CONTRATANTE**, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, sempre no sentido de obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

3.7 O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 3.6.

3.7.1 Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 3.7, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo.

3.7.2 Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a apresentação da proposta de preços ou do último reajuste concedido.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

4.1 O prazo de vigência do presente contrato será até de de 2024, contados da assinatura.

4.2 As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no Anexo I (Termo de Referência), sendo que a empresa deverá executar os serviços em até 10 (dez) dias, após emissão da autorização de fornecimento.

4.2.1 O ônus de prestar os serviços é exclusivo da **CONTRATADA**. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao **CONTRATANTE**, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2 O **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.

5.2.1 A **CONTRATADA** deverá acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

5.3 O acompanhamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz as responsabilidades da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

5.4 Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a **CONTRATADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente Contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

6.2 Nas alterações unilaterais pela Contratante, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1 As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** encontram-se as



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

estabelecidas neste contrato e no Anexo I (Termo de Referência).

7.2 O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.3 Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa.

7.4 Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a **CONTRATADA** obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência).

7.5 A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

7.5.1 O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CONTRATADA**.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 8.206/23:

I - advertência;

II - multa de mora, no percentual de 1 % (um por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10 % (dez por cento) do valor do presente Contrato;

III - multa pela inexecução total ou parcial do Contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20 % (vinte por cento) do valor total do Contrato ou do empenho;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

8.2 As multas previstas no item 8.1, II e III, podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

9.1 - O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1 Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a **CONTRATADA**:

- a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;
- b) quebrar o sigilo profissional;
- c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;
- d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2 Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

9.3 A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1 O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de processo licitatório ou ser contratado pela Administração.

10.1.1 As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

n.º 13.709/2018).

10.2 O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei 13.709/18.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

11.1 Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

11.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido à Prefeitura Municipal de Taió, localizada na Avenida Luiz Bertoli, n.º 44, Centro, município de Taió (SC), em dias de expediente, segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas. CNPJ: 82.765.488/0001-02 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por

ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo licitatório. Quando os serviços forem adquiridos pelo Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social as notas fiscais deverão ser emitidas nos seus respectivos CNPJs, que serão informados na ordem de compra.

11.3 Quando for emitido o documento fiscal, a **CONTRATADA** deverá enviar e-mail (nfeletronica@taio.sc.gov.br; liquidacao@taio.sc.gov.br) do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Secretaria de Administração e Finanças, aos cuidados do Setor de Contabilidade (Fone: (47) 3562-8300).

11.4 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a **CONTRATADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2023, conforme a seguinte **dotação**:

Órgão: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

Ambiente Unidade: 001 – Departamento de
Administração, Finanças, Tributos e Fiscalização

Proj./Ativ.: 2008 – Manutenção das Ações da Secretaria de administração, Finanças,
Tributos e Fiscalização

Dotação: 488 – 33903905000000000000 - Serviços técnicos profissionais

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

13.1 O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, notodo ou em parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

14.2 Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Taió/SC e enviada, por meio de correio eletrônico, à **CONTRATADA** para assinatura digital.

14.2.1 Se houver, a via física original da **CONTRATADA** ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

15.1 O presente termo de contrato é ajustado independentemente de licitação, com fundamento no art. 75, da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

15.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia,

aos costumes e aos princípios gerais do direito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 O foro do presente Contrato será o da Comarca de Taió/SC, excluído qualquer outro.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Taió/SC, data.

**PREFEITO
CONTRATANTE**

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

De Acordo:

Nome:
OAB:



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 93/2023
ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;**

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DA BOMBA E BICO INJETOR DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR, MODELO 120K, ANO 2014, RENAVAL CAT0120KJJAP06716, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. A CONTRATAÇÃO SE TRATA DE UMA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA DEVIDO DECRETO

MODELO DA PROPOSTA

Processo de Licitação n. _____ - Edital de Dispensa N. _____/2023.

Razão Social: _____.

CNPJ: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____.

E-mail: _____.

ITEM	QUANT	ITEM	VALOR MÁXIMO	VALOR PROPOSTO
01	01		R\$	R\$
02	01			
		VALOR TOTAL	R\$	



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8315
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

Validade da proposta: _____.

Forma e prazo de entrega: _____.

Local e data: _____.

Assinatura do representante da empresa proponente

Tijucas

PREFEITURA

PORTARIA 1788/2023

Publicação Nº 5301310



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC

Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388

E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1788 DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

VILSON JOSÉ PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o Decreto nº 81/2005 de 18/10/2005 e Decreto nº 679/2012 de 02/03/2012 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir do dia 11/10/2023, o(a) Sr.(a), LETICIA LAMAS PINHEIRO, Técnica em Enfermagem, matrícula nº 13852-1, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde ESF Centro, desde município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11/10/2023, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSÉ PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1799/2023

Publicação Nº 5301334

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Coronel Büchelle, 01 - Centro - 88200-000 - Tijucas - SC
Fone: (48) 3263-8131 Fax: (48) 3263-0388
E-mail: adm@tijucas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1799 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a senhora JOSIANE DE AMORIM, matrícula 13941-2, ocupante do cargo de Assessor para Assuntos de Saúde, para responder interinamente pelas atividades de Secretária de Saúde, em substituição ao Titular, Vilson José Porciúncula, no período de 31/10/2023 e 29/11/2023, em função de concessão de férias.

Art. 2º O substituto será remunerado pelo cargo do substituído e perderá durante o tempo da substituição os vencimentos de seu cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 190.2023 FME - QUATRO D ENGENHARIA LTDA**

Publicação Nº 5301643

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2023 FME
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023 FME

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa QUATRO D ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 46.482.251/0001-50, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações.

DATA: até 13/11/2023.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 03 de novembro de 2023.

PATRICIA CONZATTI ARNDT

Central de Licitações

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 45-02.2021 PMT - VIA PREFERENCIAL

Publicação Nº 5301646

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45-02/2021

CREDENCIAMENTO Nº 45/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: VIA PREFERENCIAL SERVIÇOS EIRELI, CNPJ n.º 21.462.382/0001-45.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Credenciamento nº 45-02/2021, conforme vigência do Edital de Credenciamento nº 45/2020, ou seja, até 31/12/2023.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2023.

CARLOS PIAZZA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 45-01.2020 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 5301645

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45-01/2020

CREDENCIAMENTO Nº 45/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ nº 07.516.335/0001-06.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Credenciamento nº. 45-01/2020, conforme vigência do Edital de Credenciamento nº 45/2020, ou seja, até 31/12/2023.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2023.

CARLOS PIAZZA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-07.2020 PMT - TERRABASE

Publicação Nº 5301649

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05-07/2020
CREDENCIAMENTO Nº 05/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP, CNPJ Nº 12.535.370/0001-02.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Credenciamento nº 05-07/2020, conforme vigência do Edital de Credenciamento nº 05/2017, até 31/12/2023.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2023

CARLOS PIAZZA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-05.2019 PMT - VPA

Publicação Nº 5301647

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05-05/2019
CREDENCIAMENTO Nº 05/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI – ME, CNPJ Nº 07.516.335/0001-06.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Credenciamento nº 05-05/2019, até 31/12/2023, conforme vigência do Edital de Credenciamento nº 05/2017 e de acordo com previsão na Cláusula Quarta do instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2023

CARLOS PIAZZA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

TERMO HOMOLOGAÇÃO TP 05.2023 FME - QUATRO D ENGENHARIA LTDA

Publicação Nº 5301642

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, designada através das Portarias nº's: 1263/2023 e 1265/2023 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº 05/2023 FME, o participante:

Vencedor (Valores expressos em R\$)					
10337270 - QUATRO D ENGENHARIA LTDA					
Item	Qtd.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	Produto
1	1	SERVIÇO	51.850,00	51.850,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA/ ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO PARA AMPLIAÇÃO DE 300 METROS QUADRADOS PRA INSTALAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES MAIS AJUSTES NECESSÁRIOS NAS OBRAS EXISTENTES
Total: QUATRO D ENGENHARIA LTDA - R\$ 51.850,00					

Timbó/SC, 03 de novembro de 2023.

MARCIO ELISIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.201 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5301610

DECRETO N. 5.201, de 31 de outubro de 2023.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, FIXA OS VALORES DAS DIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE, Prefeita Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A concessão de diárias para secretários municipais de Três Barras deverá ser precedida de requerimento, comprovação do interesse público da respectiva viagem e agenda pertinente com a Secretaria.

§ 1º Considera-se agenda pertinente para justificar a concessão de diária evento, reunião ou curso que trate de assunto inerente à respectiva Secretaria.

§ 2º A comprovação prévia prevista no caput não exime da necessidade de prestação de contas posterior, em conformidade com as regras constante no setor competente municipal e da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Art. 2º Estabelece novos valores de diárias para os servidores públicos do Poder Executivo Municipal, conforme segue:

I – Viagem com pernoite: R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

II – Viagem sem pernoite:

a) para cidades até 150 km de distância de Três Barras: R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) para cidades acima de 151 km e até 250 km de distância de Três Barras: R\$ 100,00 (cem reais);

c) para cidades acima de 251 km de distância de Três Barras: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 3º O motorista designado para acompanhar o Prefeito(a) Municipal, o Vice-Prefeito(a) ou Secretários Municipais, em viagem e na mesma hospedagem, terá o valor de sua diária equiparada ao valor pago para os referidos agentes políticos.

Parágrafo único – A regra prevista no caput aplica-se, também, para outros servidores públicos que acompanhem as referidas autoridades em viagem com agenda de compromisso técnico, em área de atuação do servidor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto n. 5.044, de 17 de março de 2022.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 31 de outubro de 2023.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCO ANTONIO DE SOUZA

Advogado

Treze de Maio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 098/2023

Publicação Nº 5302264

DECRETO 098/2023
HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS
EDITAL EMERGENCIAL CHAMADA PÚBLICA Nº 052/2023

O MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.928.672/0001-26, localizado na Avenida Sete de Setembro, 20, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. JAILSO BARDINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/1988 e Leis Municipais: LC nº 319/1999 e suas alterações, LC 334/2000 e suas alterações, torna público o RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO EMERGENCIAL destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público em específico da Secretaria Municipal de Educação.

CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
Auxiliar de Sala	Izabel Maria Bueno da Silva	1º
	Joseane dos Santos Sena	2º
	Naiane Loch Borati	3º
	Graziele Darabas	4º
	Kataryne Francisco da Silva	5º
Serviços gerais/Merendeira	Silvania Kelly Rodrigues dos Santos	1º
Professor(a) de Arte	Jucilene Formaeski Cardozo	1º
	Luana Pirolla Inacio Nandi	2º

Treze de Maio (SC), 26 de outubro de 2023.

Jailso Bardini
Prefeito Municipal

Camila Nandi Zanela
Secretária de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO - 44/2023

Publicação Nº 5286292

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Extrato de Processo Licitatório nº 132/2023 – Dispensa De Licitação - 44/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e reforma de cadeiras com material incluso na Creche e Berçário Primeiros Passos Gabriela Grander.

Motivação/Justificativa: A manutenção e reforma das cadeiras faz-se necessário, pois as mesmas se encontram sem condições adequadas de uso, precisando de pequenos reparos, troca de peças e troca do estofado.

A empresa que apresentou o menor orçamento para sacramentar a aquisição do objeto, foi: Regis Micael da Silva Mocinho, com sede na Rua José Duram Abal, nº 576, cidade de Erechim/RS, CEP: 99.712-228, regularmente inscrita no CNPJ nº 33.069.241/0001-46, no valor de R\$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta reais), eis que não apresenta peculiaridades que influenciem na escolha, vinculando esta única e exclusivamente à verificação do critério do menor preço (dentre os orçamentos apresentados), bem como o caráter exclusivo do objeto pleiteado, e, ainda, a escolhida possui habilitação jurídica e regularidade fiscal, tudo de acordo com os documentos juntados aos autos.

Treze Tílias/SC, dia 06 de novembro de 2023.

Tubarão

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.337, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 28.408,00 (VINTE OITO MIL QUATROCENTOS E OITO REAIS

Publicação Nº 5301678

DECRETO Nº 7.337, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMEN-
TÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 28.408,00 (VINTE OITO MIL QUATROCENTOS E OITO REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO - SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.844/2022, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de excesso de arrecadação totalizando o valor de R\$ 28.408,00 (Vinte oito mil quatrocentos e oito reais), a saber:

Proj/Ativ.: 2.073 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Elem.:	3.3.90	2.600.0000.3091	FNS - DESPESAS DI- VERSAS (INC. FIN. VIG. EM SAÚDE) – EXERCÍ- CIO anterior	Aplicação Direta	R\$ 28.408,00
--------	--------	-----------------	---	------------------	---------------

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 28.408,00 (Vinte oito mil quatrocentos e oito reais) correrá por conta anu-
lação de superavit financeiro conforme abaixo discriminadas:

Proj/Ativ.: 2.073 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Elem.: 3.1.90	2.600.0000.3091 - FNS - DESPESAS DIVERSAS (INC. FIN. VIG. EM SAÚ- DE) – EXERCÍCIO anterior	Aplicação Direta	R\$ 28.408,00
---------------	--	------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 31 de outubro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.339, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 1.230,87 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

Publicação Nº 5301685

DECRETO Nº 7.339, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.
AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 1.230,87 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO - SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.969/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito adicional suplementar totalizando o valor de R\$ 1.230,87
(Um mil duzentos e trinta reais e oitenta e sete centavos), a saber:

Entidade: Fundação Municipal de Saúde					
Proj/Ativ.: 2.031 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC					
Elem:	3.3.50	1.600.0000.1185	Transposição saldos finan- ceiro anteriores a 2018 Portaria GM / MS nº 443 de 20/04/2023 – APAE	R\$ 1.230,87	

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 1.230,87 (Um mil duzentos e trinta reais e oitenta e sete centavos), correrá
por conta da anulação de dotação orçamentária conforme abaixo discriminadas:

Entidade: Fundação Municipal de Saúde

Proj/Ativ.: 2.029 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

Elem:	3.3.90	1.600.0000.1104	FNS - Rendimento Bloco Manutenção (Custeio)	R\$ 214,29
Elem:	3.3.90	1.600.0000.3098	FNS - PAB - Capitação Ponderada (Inc. Fin. da APS)	R\$ 1.016,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 31 de outubro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.348, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023. AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

Publicação Nº 5301691

DECRETO Nº 7.348, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO - SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei nº 5.973/2023, DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar, por conta de anulação parcial de dotação, totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a ser adicionado nas seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

UNI. ORÇ.: 31.001 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Proj/Ativ.: 2014 – PROMOÇÃO DO TURISMO

Elem.: 3.3.50 (1.500.0000.0200) - Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos
. R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), ocorrerá por conta de anulação parcial de dotação, conforme abaixo discriminada:

ENTIDADE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DES. SOCIAL DE TUBARÃO

UNI. ORÇ.: 02.001 – GABINETE DO PREFEITO

Proj/Ativ.: 2.076 – MANUTENÇÃO DA FUNDO MUNICIPAL TUBARÃO 180º

Elem.: 3.3.50 (1.500.0000.0200) - Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos
. R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 01 de novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.349, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023. NOMEIA GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TUBARÃO

Publicação Nº 5301697

DECRETO Nº 7.349, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TUBARÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 122, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, KELLY BOTECA FORTUNATO DELPIZZO, CPF nº 018.390.999-25, Secretária de Desenvolvimento Social e Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 04 de outubro de 2023, como ordenadora de despesas do Fundo

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tubarão, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo, conforme disposto no art. 90, da Lei Complementar nº 122, de 30 de setembro de 2015.

Parágrafo único. A Fundação Municipal de Desenvolvimento Social, ao qual o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tubarão está vinculado administrativamente, é a responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 7.290, de 04 de outubro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 01 de novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.350, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.NOMEIA GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO

Publicação Nº 5301707

DECRETO Nº 7.350, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUBARÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão e de acordo com a Lei 1.587, de 16 de dezembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, MARCELO CESAR RIBEIRO, CPF nº 003.477.909-41, Secretário de Saúde e Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Saúde, a contar desta data, como gestor e ordenador de despesa do Fundo Municipal de Saúde de Tubarão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 03 de novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

ERRATA PE 04/2023/FME

Publicação Nº 5301442

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E139A51A96A6079874B052122A2760A990954A83

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023
_PRIMEIRA ERRATA _

Comunicamos que o edital de Pregão Eletrônico nº 04/2023, expedido pelo Município de Tubarão, por intermédio da Fundação Municipal de Educação, cujo objetivo é REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de Eletrodomésticos para atender as demandas advindas da Fundação Municipal de Educação de Tubarão e de toda rede de ensino municipal de Tubarão, sofreu alteração no prazo de impugnação constante no preâmbulo do Edital, passando este a ser às 19:00 do dia 10/11/2023.

Tais alterações integram os autos.

TCE/SC E139A51A96A6079874B052122A2760A990954A83 – Ocorrência 64A9AE3420091145970EA60449A5CE779C6D7010

Tubarão/SC, 03 de novembro de 2023.

Anete Dacoréggio Volpato Wilbert
Diretora-Presidente

LEI ORDINÁRIA Nº 5.969, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 1.230,87 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)

Publicação Nº 5301722

LEI ORDINÁRIA Nº 5.969, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTALIZANDO O VALOR DE R\$ 1.230,87 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC: FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito adicional suplementar totalizando o valor de R\$ 1.230,87 (Um mil duzentos e trinta reais e oitenta e sete centavos), a saber:

Entidade: Fundação Municipal de Saúde				
Proj/Ativ.: 2.031 – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				
Elem:	3.3.50	1.600.0000.1185	Transposição saldos financeiro anteriores a 2018 Portaria GM / MS nº 443 de 20/04/2023 – APAE	R\$ 1.230,87

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 1.230,87 (Um mil duzentos e trinta reais e oitenta e sete centavos), correrá por conta da anulação de dotação orçamentária conforme abaixo discriminadas:

Entidade: Fundação Municipal de Saúde				
Proj/Ativ.: 2.029 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA				
Elem:	3.3.90	1.600.0000.1104	FNS - Rendimento Bloco Manutenção (Custeio)	R\$ 214,29
Elem:	3.3.90	1.600.0000.3098	FNS - PAB - Capitação Ponderada (Inc. Fin. da APS)	R\$ 1.016,58

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 31 de outubro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

LEI ORDINÁRIA Nº 5.973, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

Publicação Nº 5301718

LEI ORDINÁRIA Nº 5.973, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito suplementar, por conta de anulação parcial de dotação, totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), a ser adicionado nas seguintes dotações orçamentárias:	
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO UNI. ORÇ.: 31.001 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Proj/Ativ.: 2014 – PROMOÇÃO DO TURISMO Elem.: 3.3.50 (1.500.0000.0200) - Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00	
Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), ocorrerá por conta de anulação parcial de dotação, conforme abaixo discriminada:	
ENTIDADE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DES. SOCIAL DE TUBARÃO UNI. ORÇ.: 02.001 – GABINETE DO PREFEITO Proj/Ativ.: 2.076 – MANUTENÇÃO DA FUNDO MUNICIPAL TUBARÃO 180º Elem.: 3.3.50 (1.500.0000.0200) - Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 01 de novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
Prefeito Municipal

TARCÍSIO HEMKEMEIER
Secretário de Gestão Municipal

REVOGAÇÃO PE 30/2023

Publicação Nº 5301440

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BA264EB7E5A722FB39CB5EEEA2E89133ACA5827B

MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC
PREGÃO ELETRÔNICO 30/2023
TERMO DE REVOGAÇÃO

Fica REVOGADO o processo licitatório 98/2023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2023, o qual tem como objeto a aquisição e instalação completa de 02 cancelas, com 02 sensores refletivos, 30 (trinta) controles remotos para cada cancela, para utilização do Complexo da Polícia Civil de Tubarão, com fulcro no Art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, na Súmula 473 do STF, e no item 19.1 do edital, diante de manifestação no Memorando 1Doc 41-8.573/2023, conforme fundamentos que integram os respectivos autos.
TCE/SC Ocorrência 2A3B1B94F70D2E2DD08F7945B740B6E292ED5F7C

Tubarão (SC), 03 de novembro de 2023.

Jairo dos Passos Cascaes
Prefeito

JUST. DL 13-2023 JUCEMAR

Publicação Nº 5302261

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**Rua Felipe Schmidt., 108 - Centro - Tubarão - SC
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000**DISPENSA DE
LICITAÇÃO 13/2023****Processo:** 106/2023
Data Processo: 03/11/2023**Fornecedor:** JUCEMAR FONTANA SIMÃO-ME**CPF/CNPJ:** 09.335.893/0001-09**Endereço:** BR 101 KM 349**Cidade:** Jaguaruna

Inscrição Estadual: 255550618

OBJETO DE COMPRA: Aquisição de 02 (duas) bombas hidráulicas para utilização nas tomadas de força dos tratores agrícola, usados para retirar água das áreas alagadas, como nos bairros do Revoredo, Km 60, Km 63, Campestre, Madre, e até nos bairros urbanos de forma conjunta, de acordo com a necessidade.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid	Especificação
1	2,000	UN	Bomba hidráulica 300 mm (com rotor em contato com a água, sem válvula de fundo) com 3,50 metros de

Pagamento: 30 dias após o recebimento da nota fiscal

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8666/1993 – É dispensável a licitação.**

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Agricultura e Interior, anexa ao ao Despacho 8 do Memorando 1Doc 27.306/2023, e, ainda, conforme Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal, anexo ao ao Despacho 20, o qual opina pela possibilidade da presente contratação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Menor orçamento comparado ao de dois outros fornecedores, anexos ao Despacho 8 do Memorando 1Doc 27.306/2023.

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Tubarão, 03 de Novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO

JUST. DL 14-2023

Publicação Nº 5302262

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**Rua Felipe Schmidt., 108 - Centro - Tubarão - SC
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000**DISPENSA DE
LICITAÇÃO 14/2023****Processo:** 107/2023
Data Processo: 03/11/2023**Fornecedor:** PLANENGE ENGENHARIA EIRELI**CPF/CNPJ:** 24.353.608/0001-68**Endereço:** JANUARIO ALVES GARCIA**Cidade:** Tubarão

Inscrição Estadual:

OBJETO DE COMPRA: Locação de 02 (duas) RETROESCAVADEIRAS COM OPERADOR para utilização na recuperação das estradas, drenagens, limpezas, carregamento de material, colocação de tubos, limpeza de valos de drenagem e irrigação, serviços dentro de propriedades rurais, conforme a justificativa anexa ao Memorando 27.568/2023.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid	Especificação
2	1,000	MÊS	ALUGUEL DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA COM OPERADOR

Pagamento: 30 dias após o recebimento da nota fiscal

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8666/1993 – É dispensável a licitação.**

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Agricultura e Interior, anexa ao ao Despacho 8 do Memorando 1Doc 27.568/2023, e, ainda, conforme Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal, anexo ao ao Despacho 14, o qual opina pela possibilidade da presente contratação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Menores dois orçamentos.

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Tubarão, 03 de Novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**

Rua Felipe Schmidt, 108 - Centro - Tubarão - SC
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000

**DISPENSA DE
LICITAÇÃO 14/2023**

Processo: 107/2023
Data Processo: 03/11/2023

Fornecedor: BRESSAN TERRAPLANAGEM LTDA

CPF/CNPJ: 17.939.905/0001-24

Endereço: Rua Olívio José Bressan

Cidade: Tubarão

OBJETO DE COMPRA: Locação de 02 (duas) RETROESCAVADEIRAS COM OPERADOR para utilização na recuperação das estradas, drenagens, limpezas, carregamento de material, colocação de tubos, limpeza de valos de drenagem e irrigação, serviços dentro de propriedades rurais, conforme a justificativa anexa ao Memorando 27.568/2023.

1 1,000 MÊS Locação de RETROESCAVADEIRAS COM OPERADOR.

Pagamento: 30 dias após o recebimento da nota fiscal

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8666/1993 – É dispensável a licitação.**

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Agricultura e Interior, anexa ao ao Despacho 8 do Memorando 1Doc 27.568/2023, e, ainda, conforme Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal, anexo ao ao Despacho 14, o qual opina pela possibilidade da presente contratação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Menores dois orçamentos.

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedi Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da L alterações posteriores.

Tubarão, 03 de Novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO

JUST. DL 15-2023

Publicação Nº 5302263

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO**Rua Felipe Schmidt, 108 - Centro - Tubarão - SC
CEP: 88701-180 CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000**DISPENSA DE
LICITAÇÃO 15/2023****Processo:** 108/2023
Data Processo: 03/11/2023**Fornecedor:** MARTHE'S DISTRIBUIDORA LTDA**CPF/CNPJ:** 36.350.374/0001-84**Endereço:** MARTINHO GHIZZO**Cidade:** Tubarão**OBJETO DE COMPRA:** Aquisição de material de higiene e limpeza para atender as pessoas e famílias afetadas pelo evento climático – CHUVAS INTENSAS - o qual ocorreu no município de Tubarão, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2023.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid	Especificação
1	400,000	GL	ÁGUA SANITÁRIA: solução aquosa, composta de hipoclorito de sódio e água, com teor de cloro ativo de 2,0 a
2	400,000	GL	DESINFETANTE: com ação bactericida frente a Salmonella choleraesuis e Staphylococcus aureus, indicado para
3	400,000	CX	SABÃO EM PÓ: para lavagem de roupas, com tensoativos biodegradáveis, a base de tensoativo aniônico,

Valor da despesa: R\$8.388,00

Pagamento: 30 dias após o recebimento da nota fiscal

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8666/1993 – É dispensável a licitação.**

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Considerando a imprevisibilidade de situação de emergência e existência de risco em potencial de agravamento da situação enfrentada pelas pessoas e famílias afetadas e ciente do dever da política pública de assistência social de promover o apoio à população atingida por situações de emergência com a disponibilização de atenções e provisões materiais conforme as necessidades detectadas com o objetivo de minimizar os danos ocasionados.

Os materiais serão destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social identificadas pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial para atendimento excepcional em virtude da situação de Emergência (Decreto Nº 7.30/2023) através da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social.

Além do PARECER JURÍDICO, anexo ao Despacho 19 do Memorando 1Doc 26.623/2023, o qual opina pela possibilidade da presente contratação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Disponibilização imediata dos itens;
Apresentação de preços compatíveis aos apresentados no mercado;
Menor orçamento comparado a dois outros fornecedores.

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Tubarão, 03 de Novembro de 2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO

JUST. DL 4-2023 FMDS

Publicação Nº 5302260

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDAÇÃO MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TUBARÃORua Lauro Muller, 500 - Centro - Tubarão - SC
CEP: 88701-100 CNPJ: 13.659.950/0001-74 Telefone: (48) 3906-1036**DISPENSA DE**
LICITAÇÃO 4/2023**Processo:** 13/2023
Data Processo: 03/11/2023**Fornecedor:** DELIGHTS NATURAL LTDA**CPF/CNPJ:** 22.915.965/0001-47**Endereço:** SAO MANOEL**Cidade:** Tubarão**OBJETO DE COMPRA:** Aquisição de alimento pronto em forma de marmitas para atender as pessoas e famílias afetadas pelo evento climático - CHUVAS INTENSAS que ocorreu no município de Tubarão nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2023.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid	Especificação
1	300,000	UNI	Refeição tipo marmita

Pagamento: 30 dias após o recebimento da nota fiscal

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8666/1993 – É dispensável a licitação.**

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Considerando a imprevisibilidade de situação de emergência e existência de risco em potencial de agravamento da situação enfrentada pelas pessoas e famílias afetadas e ciente do dever da política pública de assistência social de promover o apoio à população atingida por situações de emergência com a disponibilização de atenções e provisões materiais conforme as necessidades detectadas com o objetivo de minimizar os danos ocasionados.

As refeições serão destinados às famílias e/ou pessoas acolhidas nos abrigos provisórios identificadas pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial para atendimento excepcional em virtude da situação de Emergência (Decreto Nº 7.30/2023) através da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social.

E, ainda, conforme Parecer Jurídico anexo ao Despacho 16 do Memorando 27.226/2023, o qual opina pela possibilidade da presente contratação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Preços compatíveis aos apresentados no mercado;
Menor orçamento comparado ao apresentado por outros dois fornecedores.

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Tubarão, 03 de Novembro de 2023.

KELLY BOTECA FORTUNATO DELPIZZO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 13-2023

Publicação Nº 5302266

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2023	
	CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000 Endereço: Rua Felipe Schmidt., 108 - Centro CEP: 88701-180 - Tubarão	Processo Adm.: 106/2023 Data do Processo: 03/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 106/2023
b) **Nr. Licitação:** 13/2023 – DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de 02 (duas) bombas hidráulicas para utilização nas tomadas de força dos tratores agrícola, usados para retirar água das áreas alagadas, como nos bairros do Revoredo, Km 60, Km 63, Campestre, Madre, e até nos bairros urbanos de forma conjunta, de acordo com a necessidade.*

Participante: JUCEMAR FONTANA SIMÃO-ME

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Bomba hidráulica 300 mm (com rotor em contato com a água, sem válvula de fundo) com 3,50 metros de comprimento.	2,000	UN	35.850,00	71.700,00
Total do Participante:					71.700,00
Total Geral:					71.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	02.001.06.182.0005.2007.3.3.90.00.00	R\$ 71.700,00

Tubarão, 03 de Novembro de 2023

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 14-2023

Publicação Nº 5302267

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000 Endereço: Rua Felipe Schmidt., 108 - Centro CEP: 88701-180 - Tubarão	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 14/2023
	Processo Adm.: 107/2023 Data do Processo: 03/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 107/2023
b) **Nr. Licitação:** 14/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Locação de 02 (duas) RETROESCAVADEIRAS COM OPERADOR para utilização na recuperação das estradas, drenagens, limpezas, carregamento de material, colocação de tubos, limpeza de valos de drenagem e irrigação, serviços dentro de propriedades rurais, conforme a justificativa anexa ao Memorando 27.568/2023.*

Participante: BRESSAN TERRAPLANAGEM LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de RETROESCAVADEIRAS COM OPERADOR.	1,000	MÊS	13.500,00	13.500,00
Total do Participante:					13.500,00

Participante: PLANENGE ENGENHARIA EIRELI

2	ALUGUEL DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA COM OPERADOR	1,000	MÊS	13.800,00	13.800,00
Total do Participante:					13.800,00
Total Geral:					27.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	02.001.06.182.0005.2007.3.3.90.00.00	R\$ 27.300,00


Tubarão, 03 de Novembro de 2023

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 15-2023

Publicação Nº 5302276

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2023	
	CNPJ: 82.928.656/0001-33 Telefone: (48) 3621-9000 Endereço: Rua Felipe Schmidt, 108 - Centro CEP: 88701-180 - Tubarão	Processo Adm.: 108/2023 Data do Processo: 03/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, IV e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 108/2023
b) **Nr. Licitação:** 15/2023 – DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de material de higiene e limpeza para atender as pessoas e famílias afetadas pelo evento climático – CHUVAS INTENSAS – o qual ocorreu no município de Tubarão, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2023.*

Participante: MARTHE'S DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA: solução aquosa, composta de hipoclorito de sódio e água, com teor de cloro ativo de 2,0 a 2,5%, embalados em frasco plástico, com alça lateral para transporte, frasco de 5 litros empilháveis e embalados em caixas de papelão reforçado, fechadas com fita adesiva e dimensionadas de modo a suportar empilhamento máximo recomendado. Produto conforme portaria da ANVISA/MS 89, com validade mínima de 06 (seis) meses. O produto deve ser entregue com no máximo 30 (trinta) dias da sua data d	400,000	GL	7,99	3.196,00
2	DESINFETANTE: com ação bactericida frente a Salmonella choleraesuis e Staphylococcus aureus, indicado para qualquer superfície lavável, diversas fragrâncias de acordo com a solicitação, composto de amônio, conservante, tensoativo não iônico, corante essência e veículo, com princípio ativo cloreto dialquil dimetil benzil amônio, produto deve ser usado puro para desinfecção de ambientes, para limpeza de ambientes o produto pode ser diluído em até 1:10. Embalado em galão plástico contendo 5 litros,	400,000	GL	7,99	3.196,00
3	SABÃO EM PÓ: para lavagem de roupas, com tensoativos biodegradáveis, a base de tensoativo aniônico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvante, branqueador óptico, corante, enzimas, agente anti-redepositante, fragrância e água, com componente ativo de linear alquil benzeno sulfonato de sódio, com matéria ativa aniônica mínima de 11,00, embalado em caixa de papelão contendo 1 kg, as informações sobre o produto e fabricante deverão ser gravadas na embalagem. Possuir registro e/ou notificação	400,000	CX	4,99	1.996,00

Total do Participante: 8.388,00**Total Geral: 8.388,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	02.001.06.182.0005.2007.3.3.90.00.00	R\$ 8.388,00

Página: 2 / 2

Tubarão, 03 de Novembro de 2023

JAIRO DOS PASSOS CASCAES
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 4-2023 FMDS

Publicação Nº 5302265

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TUBARÃO CNPJ: 13.659.950/0001-74 Telefone: (48) 3906-1036 Endereço: Rua Lauro Muller, 500 - Centro CEP: 88701-100 - Tubarão	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2023
	Processo Adm.: 13/2023 Data do Processo: 03/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 13/2023
b) **Nr. Licitação:** 4/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** Aquisição de alimento pronto em forma de marmitas para atender as pessoas e famílias afetadas pelo evento climático - CHUVAS INTENSAS - o qual ocorreu no município de Tubarão, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2023.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
DELIGHTS NATURAL LTDA				
1 - Refeição tipo marmita - Marca:	UNI	300,000	14,6000	R\$ 4.380,00
Total geral:				R\$ 4.380,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	35.001.08.244.0010.2078.3.3.90.00.00	R\$ 4.380,00

Tubarão, 03 de Novembro de 2023

.....
KELLY BOTEGA FORTUNATO

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 32/2023 FMS

Publicação Nº 5301477

CONTRATO Nº 32/2023

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominada simplesmente Contratante, e de outro lado, empresa AMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, estabelecida na Avenida Santa Helena, nº 100, sala 01, Centro, no Município de Descanso/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 33.837.965/0001-92, neste representado pelo senhor Rafael Nicolodi, inscrito no CPF nº 086.081.529-32, doravante denominado CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.2. O presente contrato decorre de procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 07/2023 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Sobre aviso 30 Min. (Valor Fixo, cobrado independente da utilização do serviço).	Mês	12	3.500,00	42000,00
2	Transporte c/ veículo ambulância tipo A (somente motorista)	Km rodado	10.000	2,37	23700,00
3	Transporte c/ veículo ambulância tipo B (motorista+enfermeiro)	Km rodado	18.000	3,25	58500,00
4	Transporte c/ Veículo Ambulância tipo D (motorista + enfermeiro + médico)	Km rodado	3.000	8,61	25830,00
TOTAL				150.030,00	

2.1- Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, através do REGISTRO DE PREÇOS visando a Contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviço com sobre aviso, serviços de transporte eletivo, remoção e transporte de emergência em Ambulância, sendo veículo devidamente equipado com assistência profissional médica e de enfermagem para remoção de pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde desta municipalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E REAJUSTE

O pagamento será efetuado até o décimo dia do mês posterior a competência de referência da Nota Fiscal/Fatura e seu recebimento; A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, e competência (mês da prestação do serviço) em conformidade com a proposta da contratada.

3.3 Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como do Pregão Presencial e o número da conta bancária da empresa. A nota Fiscal/Fatura deve ser emitida até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente a prestação do serviço; Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual (apenas realização de apostilamento), depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IPCA acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecido. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A contratada deverá se responsabilizar pela realização da comunicação do paciente (informação da viagem, esclarecimento de dúvidas etc.) com central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, ampliando a janela de comunicação com o paciente que atualmente encerra funciona das 07:30 às 17:15 horas, horário de funcionamento da secretaria de saúde impossibilitando por muitas vezes a comunicação adequada do paciente. Este serviço visa aumentar a assiduidade dos pacientes, melhora no processo de comunicação para dúvidas e avisos em tempo oportuno, aumento da assertividade e fluidez nas filas do SUS; O transporte deverá ser de uso exclusivo de pacientes e acompanhantes de pacientes do SUS, funcionar em horário adequado que garanta conforto e humanização aos pacientes, que atualmente por questões de infraestrutura e recurso humano municipais são muitas vezes encaminhados de transporte rodoviário convencional, tendo o paciente que pernoitar no ônibus, se deslocar dentro do destino de maneira própria quando necessário utilizar algum outro serviço (farmácia), ficando sem assistência adequada;

Considerando que o transporte é de uso exclusivo de pacientes e acompanhantes, este deverá realizar paradas estratégicas para alimentação, uso de banheiro, ou conforme necessidades fisiológicas de cada paciente, proporcionando maior conforto e humanização;

A empresa VENCEDORA deverá realizar assistência ao paciente durante todo período, desde o momento do embarque, o deslocamento do paciente na cidade de Florianópolis-SC/Cascavel -PR em razão de sua necessidade de saúde e durante o retorno;

A empresa VENCEDORA deverá proporcionar serviço humanizado e adequado às necessidades de cada paciente; O transporte deverá ser de uso exclusivo de pacientes e acompanhantes de pacientes do SUS, funcionar em horário adequado que garanta conforto e humanização aos pacientes, que atualmente por questões de infraestrutura e recurso humano municipais são muitas vezes encaminhados de transporte rodoviário convencional, tendo o paciente que pernoitar no ônibus, se deslocar dentro do destino de maneira própria quando necessário utilizar algum outro serviço (farmácia), ficando sem assistência adequada; Os agendamentos dos pacientes junto aos prestadores de serviço (locais de atendimento fora do território do município) é realizado após a regulação do risco e necessidade pela regulação municipal e ou estadual, sob responsabilidade do município.

Para agendamento de transporte do paciente, a Secretaria de Saúde irá realizar "reserva" de vaga no veículo em sistema disponibilizado pela CONTRATADA;

A Secretaria Municipal de Saúde não considerará quantidade de veículos da CONTRATADA, tendo esta como obrigação de realização da viagem independente da quantidade de pacientes;

A Secretaria Municipal de Saúde informará a empresa CONTRATADA por meio de plataforma web de sistema de informação (ferramenta que deverá ser fornecida pela empresa CONTRATADA) os dados de agendamento do paciente (Nome do paciente, idade, acompanhante, telefone atualizado, local, data e hora do agendamento, procedimento ou consulta à ser realizada e profissional responsável), para que seja organizado a logística de transporte pela empresa CONTRATADA;

Considerando que o transporte não é de uso exclusivo do município, para organização logística eficiente o município garantirá a inclusão do paciente no sistema da CONTRATADA no prazo máximo de até 3 (três) dias anteriores a data da consulta, procedimento, exame ou cirurgia do paciente ou acompanhante de forma a garantir o adequado processo de logística;

Desrespeitando este prazo fica a CONTRATADA desobrigada da prestação do serviço quando não conseguir garantir transporte adequado dentro das normas;

Em caso de exclusão do cidadão da lista de transporte no sistema de informação da CONTRATADA por parte do município, será garantido o pagamento quando o mesmo for realizado em menos de 24 (vinte e quatro) horas anteriores da data e horário de embarque;

O mesmo se aplica ao paciente que não comparecer na data e horário de embarque tendo a CONTRATADA realizado o processo de aviso adequado;

Em caso da não realização do processo de aviso adequado, fica o Município desobrigado do pagamento; Após receber as informações do paciente por meio do sistema de informação, a empresa CONTRATADA fica responsável por comunicar o paciente da sua viagem, confirmando a vaga do mesmo, repassando informações de horário de embarque e retorno, além de orientações gerais sobre a viagem; A comunicação deverá ser realizada por qualquer meio que comprove que o paciente recebeu a informação e está ciente do agendamento, de forma que seja possível a fiscalização por meio da Secretaria Municipal de Saúde em caso de necessidade;

Em caso de indisponibilidade do paciente para a viagem no dia marcado, a empresa CONTRATADA deverá comunicar por meio da plataforma a indisponibilidade do paciente para que a Secretaria Municipal de Saúde providencie o cancelamento ou realocação de outro quando possível.

A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento gratuito via 0800 e, plataforma online, de forma que possibilite que os pacientes entrem em contato com a prestadora de serviço quando necessário durante 24 horas por dia para obter informações, tirar dúvidas, realizar denúncias, sugestões ou reclamações, cancelar vaga na viagem entre outros, além de número WhatsApp para comunicação devido à falta de disponibilidade de linha telefônica de alguns municípios que residem no interior;

A empresa deverá fixar em local visível internamente nos veículos adesivos com os números para central de atendimento e fornecer cartão com contatos da empresa e motorista quando deixado paciente no destino, facilitando a comunicação do mesmo;

As ligações para registro de denúncias, sugestões ou reclamações devem avisar o paciente que não é necessário à sua identificação;

A empresa CONTRATADA deverá dispor de equipe de atendimento ao cidadão qualificada, capaz de repassar todas as informações sobre os transportes aos pacientes, sendo de extrema importância que todas as comunicações entre a empresa CONTRATADA e o paciente sejam registradas de forma que seja possível a sua consulta e verificação caso seja necessário;

Os avisos de agendamento aos pacientes deverão ser realizados no mesmo dia que são incluídos no sistema de transporte da CONTRATADA, permitindo que este melhore a organização pessoal para o comparecimento no dia da viagem, como também deverá ser realizado um novo contato com o paciente no prazo MÁXIMO de até 24 (vinte e quatro) horas antes do embarque informando o local de saída e horário do veículo buscando maior assiduidade dos pacientes nos transportes;

Em casos excepcionais, onde o município realiza o aviso em período menor de 24 (vinte e quatro) horas anterior a data do atendimento, será permitido o aviso do paciente pela empresa CONTRATADA dentro do prazo de início do embarque sem penalidades;

Em caso de falta de sucesso no contato do paciente após várias tentativas (no mínimo 2 (duas) com intervalo de 60 (sessenta) minutos) a empresa CONTRATADA poderá considerar o contato como falho, mediante comprovação de tentativa de contato que deve ser realizada em horários alternados do dia (turno matutino, vespertino e noturno), devendo então avisar a Secretaria Municipal de Saúde para tentativa de realocação da vaga do paciente;

A empresa CONTRATADA deverá avisar a secretaria municipal de saúde do município em caso de desistência de qualquer paciente ou falta de sucesso de contato para que a mesma tenha possibilidade de tentar contato ou realocação de outro paciente para a viagem; O local de embarque será fixo, podendo ter vários pontos, definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

Os veículos deverão estar no local de embarque prontos para dar início a viagem, sem necessidade de realizar manutenções abastecimento ou preparação do veículo após o embarque dos passageiros;

Os veículos não poderão transportar mercadorias, produtos ou qualquer objeto que não faça parte do objetivo da viagem em exceção dos malotes da saúde;

Em caso de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde para retirada de produtos, envelopes, resultados de exames, receitas de pacientes entre outros, (malotes), será lavrado um termo de solicitação que conterá os dados do remetente e destinatário, além dos objetos presentes nos pacotes/envelopes, sendo inserido a demanda no sistema de informação;

Não será solicitado a captura de objetos que não façam parte do processo de assistência à saúde dos pacientes do município de Tunápolis; É de responsabilidade da empresa CONTRATADA realizar o transporte seguro dos passageiros, respeitando todas os limites e normas de trânsito vigentes;

É de responsabilidade da empresa CONTRATADA realizar o transporte de cada paciente da origem (embarque no local definido no município) até seu destino (local específico de atendimento de cada paciente);

Caso o paciente tenha mais de um destino é dever da empresa CONTRATADA realizar a logística mais eficiente além do transporte deste paciente de forma que o mesmo consiga ser atendido em todos os seus destinos;

Em caso de necessidade, deverá o motorista do veículo realizar o acompanhamento do paciente até o local de realização de seu procedimento, consulta, exame etc., adentrando no estabelecimento e entregando o paciente junto a recepção do local;

A empresa após o término da viagem, fará o desembarque em local seguro definido pela Secretaria Municipal de Saúde, não sendo permitido o deslocamento do veículo fora do trajeto, exceto em casos excepcionais de pacientes com necessidades especiais;

O Município de Tunápolis, não se responsabiliza por custos de combustível, manutenção, alimentação, despesas trabalhistas, indenizações, impostos custos operacionais ou quaisquer que venham incidir sobre este objeto de prestação de serviço; Os veículos disponibilizados pela empresa CONTRATADA deverão possuir no máximo 5 (cinco) anos de uso contados da data de fabricação no momento da assinatura de contrato;

Os veículos deverão possuir ar-condicionado;

Os veículos deverão possuir película ou cortina para conforto dos usuários;

Os veículos deverão possuir bancos reclináveis;

Os veículos deverão ser de fácil acesso aos pacientes, contendo todas as funcionalidades exigidas pela regulação de trânsito como também, degraus, suportes, cadeirinhas para crianças, suportes de apoio para facilitar o embarque de pacientes com necessidades especiais;

Os veículos deverão estar identificados como veículo de transporte de pacientes, contendo emblemas que referenciem o serviço de saúde;

Os veículos deverão estar identificados possuindo identificação que informe exclusividade para transporte de pacientes e proibição da carona;

Os veículos não poderão fornecer "carona" ou transitar com qualquer outro ocupante que não esteja na lista de passageiros, sendo proibido "carona", acompanhante de passageiros que não se façam necessário ou que não estejam na lista de passageiros, ou outros profissionais da empresa que não se façam necessários para a viagem;

Em se tratando de veículos para transporte e assistência aos pacientes, todos os veículos deverão possuir kit de primeiros socorros para qualquer eventualidade básica com os pacientes durante o trajeto;

Os veículos deverão possuir seguro contra terceiros, de Acidentes Pessoais de Passageiros e RCO (Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatório);

A empresa deverá possuir registro no DETER e realizar para todas as viagens seguro DETER;

Os veículos (quando aplicável) deverão possuir seguro contra terceiros, de Acidentes Pessoais de Passageiros RCO (quando transporte coletivo) ou seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros (quando de passeio) podendo realizar a utilização apenas do RCO caso as coberturas atendam ao disposto no item anterior;

A empresa deverá possuir registro no DETER (quando aplicável);

Os veículos deverão possuir como item obrigatório equipamento de GPS para o rastreamento e comprovação do percurso de cada viagem executada, como também da comprovação de cumprimento do horário de saída dos veículos dos locais de embarque, possibilitando a fiscalização do percurso executado em cada viagem para fins de fiscalização de denúncias ou outras situações necessárias;

A fiscalização será executada pelo fiscal do contrato determinado pelo município conforme necessidade;

A fiscalização busca coibir irregularidades no processo de transporte de pacientes do SUS, garantir a informação em casos de acidentes ou situações envolvendo pacientes do município;

Os veículos devem possuir sistema de videomonitoramento com áudio e vídeo para filmagem interna (todos os assentos) e externa (em direção à frente do veículo), sendo iniciada de maneira automática no momento da ignição do veículo, que possa ser utilizado para averiguação de denúncias e reclamações como também para identificação de falhas humanas em casos de acidentes

A fiscalização ocorrerá sempre que houver denúncia por parte dos usuários (pacientes e acompanhantes) e/ou de terceiros, buscando a qualidade do serviço, averiguação de denúncias, entre outros que possam ser identificados como conduta irresponsável por parte da CONTRATADA;

As gravações deverão ser armazenadas pela empresa por um período mínimo de 60 dias, e só deverão ser fornecidas e utilizadas para fins judiciais ou conforme solicitação formal do município;

O armazenamento e segurança dos arquivos de áudio e vídeo são responsabilidade da contratada devendo ela garantir a segurança das mesmas e aplicação da legislação aplicável para guarda e utilização;

Os veículos deverão conter identificação interna visível para conhecimento da gravação de áudio e vídeo;

Os veículos deverão estar adequadamente higienizados ao início de cada transporte, devendo constar em local visível documento que comprove sua última higienização;

Levando em consideração que o transporte de usuários da saúde exige maiores cuidados na higienização dos veículos, é necessário que a empresa possua protocolo adequado de higienização que esteja de acordo com as normas sanitárias atuais visando a segurança dos usuários transportados;

Em caso de pacientes sintomáticos gripais deverá ser ofertado o uso de máscara a todos os pacientes do veículo;

A empresa deverá disponibilizar em seus veículos, álcool gel para higienização de mãos e máscaras descartáveis para substituição ou entrega aos usuários quando necessário coibindo situações fora das exigências sanitárias da época; Os motoristas deverão possuir CNH e cursos compatíveis com o objeto do serviço devendo:

Possuir CNH da categoria necessária para transporte do paciente sendo necessária minimamente a categoria D;

Possuir curso de transporte coletivo para transporte de passageiros;

Se tratando de transportes de pacientes SUS, onde muitas vezes alguns pacientes se encontram em situações de extremo cuidado, ou ainda em situações de saúde de risco, ou ainda podem necessitar de auxílio durante o transporte os profissionais motoristas deverão possuir curso de BLS (Basic Life Support) (suporte básico de vida), e primeiros socorros, que deverá ser comprovado por meio de certificação válida;

Os motoristas devem estar sempre uniformizados e com crachá de fácil leitura do paciente;

A empresa CONTRATADA deverá realizar o faturamento do procedimento de registro do transporte de pacientes e acompanhantes no Boletim de Produção Ambulatorial - BPA nos padrões necessários para possibilitar que o município efetue o registro de produção junto ao ministério da saúde;

O arquivo deve ser enviado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente; O município fornecerá através de inserção em sistema de

informação que deverá ser disponibilizado pela empresa CONTRATADA as informações dos pacientes com a respectiva data e local de atendimento;

A empresa deverá fornecer a Secretaria Municipal de Saúde acesso a plataforma web (sistema de informação / ambiente digital / ferramenta) que proporcione a comunicação e o acompanhamento da gestão do serviço de forma a facilitar o processo entre a Secretaria Municipal de Saúde e a empresa CONTRATADA, proporcionando ainda uma melhor forma de fiscalização do serviço;

A plataforma deverá possibilitar a Secretaria Municipal de Saúde por meio de acesso web multiusuário a realizar as seguintes ações:

Inserir os pacientes pós regulados agendados para realização do transporte;

Solicitar Alteração de pacientes para realização de transportes;

Solicitar o cancelamento de pacientes inseridos em transporte;

Acompanhar as confirmações e faltas dos pacientes nas viagens;

Acompanhar registros de viagens contendo veículo data e horário de saída da origem (local de embarque), veículo e motorista empregado no transporte, passageiros (nome, data de nascimento, destino (local de agendamento do paciente), telefone, documento (CNS, CPF), horário de retorno ao município, quilometragem total do trajeto;

Emissão de relatórios por data, por destino, por veículo, por motorista, e por paciente, que supram a necessidade do município para que se possa acompanhar a logística do transporte;

CLÁUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este contrato vincula-se ao Edital de pregão presencial nº 07/2023 e seus anexos, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na lei n. 8666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (15) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2023.

CLÁUSULA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO:

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 a 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas.

A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

a) A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
b) O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

c) Constituem motivos para rescisão do Contrato:

c.1 - O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projeto ou prazos;

c.2 - O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projeto ou prazos;

c.3 - A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

c.4 - O atraso injustificado no início dos serviços;

c.5 - A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

c.6 - A subcontratação parcial do seu projeto sem a prévia autorização da CONTRATANTE, a associação do Contratado com outrem, a cessão, ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cessão ou incorporação;

c.7 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

c.8 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1., do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666, de 21/06/93, atualizada.

c.9 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

c.10 - A dissolução da sociedade ou a falência da CONTRATADA;

c.11 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

c.12 - O protesto de título ou emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência do Contratado.

c.13 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

c.14 - A não liberação, por parte da administração, da área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais;

c.15 - A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE:

Nos termos da Legislação, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do edital de PREGÃO PRESENCIAL, indenizando a contratada pela parte dos serviços até então executada.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, a serem registradas junto ao SICAF, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

Obs.: A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E VIGENCIA.

10.1 O presente contrato tem sua vigência a partir do dia 03 de novembro de 2023 até dia 03 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993, desde que haja interesse entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

11.1.2. Por acordo entre as partes;

11.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis- SC 03 de novembro de 2023

ROSELI GABRIEL BONAVIGO GESTORA DO FUNDO CONTRATANTE CPF: 024.659.219-24 DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo	AMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA Rafael Nicolodi CPF nº 086.081.529-32 CONTRATADA
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas: Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Fundo Municipal da Saúde CNPJ n.º 12.273.240/0001-49, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa AMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, estabelecida na Avenida Santa Helena, nº 100, sala 01, Centro, no Município de Descanso/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 33.837.965/0001-92, considerada doravante CONTRATADA. Em razão do CONTRATO Nº 32/2023, firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 2311; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ao contrato supracitado firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO firmado, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

§ 1º A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e

contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO firmado.

§ 8º A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO firmado.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as partes. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 32/2023 firmado entre as partes.

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO firmado;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO firmado;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de Itapiranga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Tunápolis- SC 03 de Novembro de 2023

De acordo.

CONTRATANTE

Roseli Gabriel Bonavigo,

CPF sob nº 02.465.921.924

CNPJ nº 12.273.240/0001-49

CONTRATADA

AMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ nº 33.837.965/0001-92

SUCESSO AO CADASTRAR O REGISTRO NO TCE: PROCESSO: 162/2023; SEQUENCIAL: 36; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 8FE7C6F0AAFF523E7C5EEED34038F8E896BB760D

Publicação Nº 5301565

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FE7C6F0AAFF523E7C5EEED34038F8E896BB760D

PARECER JURIDICO Nº 115/2023

PROCESSO DE COMPRA Nº 162/2023

Dispensa de licitação Nº 36/2023

Dispensa de Licitação art. 24, inc. II da Lei n. 8.666/93

ASSUNTO: Pagamento de transporte dos delegados para Conferencia Estadual de Assistência Social.

SOLICITANTE: Setor de Serviço Social.

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

A pedido da responsável pelo Setor Social, em face de justificativa apresentada, passaremos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de pagamento de transporte para Conferencia Estadual de Assistência Social com espeque no art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93.

Referida contratação se mostra necessária, visto a necessidade de transporte dos participantes.

Certo é, a despeito de qualquer discussão técnico-jurídica que se possa travar a respeito das razões de fato que suscitaram o pedido de contratação de cursos para formação continuada dos profissionais, que não se pode negar que ela caracteriza uma situação perfeitamente enquadrada no melhor e mais aperfeiçoado entendimento legal, que torna possível, numa primeira análise, a dispensa de licitação com espeque art. 24, II da Lei Federal 8.666/93, visto os orçamentos que se juntam a presente solicitação.

Destarte, passa-se a analisar os aspectos jurídicos legais que cingem o caso em epígrafe.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

No caso em tela, entende-se que o vínculo que se pretender firmar, com as estipulações de obrigações recíprocas, deverá efetivar-se por intermédio de contrato administrativo, sendo aquele formado entre a Administração e particular, regulado pelo Direito Público, tendo no objeto alguma finalidade que traduza o interesse Público.

Portanto, tem-se que tal contrato administrativo deverá ser formado mediante processo licitatório, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal em seu art. 37 e a Lei Federal 8.666/93.

A licitação nos contratos demonstra-se como regra no ordenamento jurídico, porém, a Lei Federal 8.666/93 apresenta situações excepcionais onde poderá haver a dispensa de licitação nas contratações realizadas pela Administração.

A dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei de Licitações supramencionada.

Nas Lições de Marçal Justen Filho, acerca dos fundamentos ensejadores da dispensa da licitação:

"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."

Entende-se que quando a Administração Pública pretende contratar serviços visando atender as necessidades públicas, o administrador poderá dispensar o procedimento licitatório e contratar de forma direta, ex vi do art. 24, II da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Logo, por haver preço compatível com o do valor do mercado, tal procedimento (dispensa) encontra devido amparo legal em seu escopo. Uma vez que a dispensa de licitação deriva da impossibilidade do interesse público ser atingido através da contratação que está sendo realizada para que a mesma possua as especificidades necessárias para satisfazer as necessidades do contratante público.

Antes da contratação, necessário atentar-se ao preenchimento de requisitos necessário para legalidade da dispensa em casos como o em tela. São eles:

1. Necessidade do serviço para desempenho das atividades administrativas;
2. Adequação do serviço técnico para satisfação do interesse público específico;
3. Compatibilidade de preço dentro dos parâmetros exercidos no mercado.

Diante da análise dos autos, verificam-se preenchidos os requisitos acima delineados. Uma vez que tal objetivo justifica-se na determinação da contratação do serviço para atender o interesse Público e a finalidade supramencionada no objeto.

Portanto, quanto à realização de dispensa de licitação para contratação do objeto sub examine, na análise desta Assessoria Jurídica, não vislumbra qualquer irregularidade ou óbice para o procedimento.

DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pelo responsável técnico da Secretaria solicitante, ocasião em que o mesmo demonstra a necessidade de contratação de transporte dos representantes do município junto a conferência.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Destarte, quanto à justificativa da contratação, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pelo responsável.

A escolha recaiu na contratação de uma empresa, por apresentar disponibilidade e qualificação técnica capaz de atender as exigências necessárias, aliado aos menores preços ofertados.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço praticado igual aos de mercado no geral.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas na legislação, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos as licitações, ou os procedimentos pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos inerentes foram devidamente cumpridos no presente feito, pelo que somos de parecer favorável a compra, via dispensa de licitação.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na Lei nº 8.666/93.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do Município de Tunápolis – SC.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados.

É o Parecer.

À consideração superior.

Tunápolis, 03 de novembro de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.520

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito

Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de pagamento de transporte dos delegados para Conferencia Estadual de Assistência Social, o município busca respeitar devidamente os princípios legais é que nos dirigimos a este departamento.

Diante da necessidade constatada pelo responsável, mostra imprescindível a contratação do citado serviço.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária e justificativas) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 03 de novembro de 2023

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal

Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação por com fulcro no artigo 24, inc. II da Lei n. 8.666/93, para pagamento de transporte dos delegados para Conferencia Estadual de Assistência Social da forma apresentada pela documentação que segue em anexo.

Atenciosamente,

Tunápolis, 03 de novembro de 2023.

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal

Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para pagamento de inscrição para participação de representantes na Conferencia de Assistência Social, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que ora se junta

aos presentes autos.

Respeitosamente.

Tunápolis, 03 de novembro de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

HOMOLOGAÇÃO Nº 162/2023

Publicação Nº 5301775

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2023	
	CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Processo Adm.: 162/2023 Data do Processo: 03/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 162/2023
b) **Nr. Licitação:** 36/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Adjudicação:** 03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** O objeto desta despesa se refere ao pagamento de transporte dos delegados para Conferencia Estadual de Assistência Social.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
TUNÁPOLIS TUR LTDA				
1 - Passagem para Florianópolis/SC - Marca:	UN	3,000	360,0000	R\$ 1.080,00
Total geral:				R\$ 1.080,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Proteção Social Básica - CRAS	08.001.08.244.0003.2033.3.3.90.00.00	R\$ 360,00

Tunápolis, 03 de Novembro de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO Nº 28/2023 FMS

Publicação Nº 5301457

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS CNPJ: 12.273.240/0001-49 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua Albino Frantz, 67 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2023
	Processo Adm.: 28/2023 Data do Processo: 10/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 28/2023
b) **Nr. Licitação:** 7/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Adjudicação:** 03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, através do REGISTRO DE PREÇOS visando a Contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviço com sobre aviso, serviços de transporte eletivo, remoção e transporte de emergência em Ambulância, sendo veículo devidamente equipado com assistência profissional médica e de enfermagem para remoção de pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde desta municipalidade.

f) Fornecedores e Resumo de Lotes Vencedores:

AMAN SERVICOS MEDICOS LTDA

Número	Descrição do lote	Total do lote
1	LOTE 01	R\$150.030,00
Total do fornecedor:		R\$150.030,00
Total Geral:		R\$150.030,00

Tunápolis, 03 de Novembro de 2023

.....
ROSELI GABRIEL BONAVIGO
Secretária de Saúde

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0487/2023

Publicação Nº 5301209

Retificação - Conforme publicado no DOM no dia 31/10/2023 leia-se: Extrato do Contrato n. 0487/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCIMAR PEREIRA DA SILVA CORREA

CPF: 019.111.619-03

OBJETO: Admissão para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, em substituição a servidora MARISTELA CONCEIÇÃO CARLESSO que se encontra em gozo de sua licença prêmio conforme portaria nº 778/23. (Processo Seletivo: 7/2023 - PMV; Classificação da Contratada: 157º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 05 de junho de 2024, conforme Decreto nº 20.193/23).

VIGÊNCIA: 05 de outubro de 2023 até 29 de dezembro de 2023.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.329,30 (um mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0490/2023

Publicação Nº 5301202

Retificação - Conforme publicado no DOM no dia 31/10/2023 leia-se: Extrato do Contrato n. 0490/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALEXANDRO SOUZA

CPF: 008.471.799-82

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria. (Processo Seletivo: 1/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 16º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº de Prorrogação 18.522/21.).

VIGÊNCIA: 06 de outubro de 2023 até 06 de junho de 2024.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 6.380,73 (seis mil, trezentos e oitenta e setenta reais e três centavos)

LEI COMPLEMENTAR Nº 0315/23

Publicação Nº 5301152

LEI COMPLEMENTAR Nº 0315/23, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

Altera a Lei nº 251/2020, que Dispõe sobre normas de polícia administrativa relativas às edificações no Município de Videira, Estado de Santa Catarina - Código de Edificações - e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera os incisos XC e CVI do art. 6º, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para efeito deste código, são adotadas as seguintes definições:

(...)

XC – Pavimento térreo – acesso principal à edificação, sendo admitido cota máxima de +1,40 m (mais um metro e quarenta centímetros) acima do nível determinado (nível de acesso do passeio ao lote).

(...)

CVI - Subsolo – pavimento situado abaixo do pavimento térreo, que se encontra total ou parcialmente situado em nível inferior a via.

(...)”

Art. 2º Fica revogado o art. 84-A, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Altera o inciso I, do art. 91, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91 (...)

I - Ter gabarito máximo de dois pavimentos, sendo admitido dois pavimentos de subsolo.

(...).”

Art. 4º Fica revogado o inciso II e o Parágrafo Único do art. 91, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 5º Altera o art. 101, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101 Todas as unidades das edificações deverão dispor de instalações sanitárias nas seguintes quantidades mínimas:

I - Para áreas construídas de até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) será obrigatória a construção de, no mínimo, um sanitário (sendo um vaso sanitário e um lavatório) em conformidade com a NBR 9050/20 ou a que vier a substituí-la;

II - Para as demais áreas, a cada 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) será obrigatória a construção de, no mínimo, dois sanitários (sendo um vaso sanitário e um lavatório por sanitário), constituindo um de uso masculino e um de uso feminino, sendo exigido no máximo a construção de 6 (seis) unidades, respeitando a NBR 9050/20 ou a que vier a substituí-la;

III - quando se tratar de conjunto de lojas ou salas comerciais autônomas em um mesmo pavimento poderá ser feito um agrupamento das instalações sanitárias, observando a obrigatoriedade de no mínimo dois sanitários (sendo um vaso sanitário e um lavatório), constituindo um de uso masculino e um de uso feminino, respeitando NBR 9050/20 ou a que vier a substituí-la;

IV - Nos casos de sanitários unissex, o mesmo será considerado somente uma unidade no cômputo das quantidades;

V - Quando se tratar de uso regulamentado pela NR-24 (Portaria nº 1.066, de 23 de setembro de 2019), deverá ser atendida integralmente.

§1º Nos casos previstos no incisos III deste artigo, ou estabelecimentos comerciais que se enquadram na Lei 17.688/2019, estabelecimentos comerciais de grande porte aqueles que têm área total, compreendida por loja e estacionamento, igual ou superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados), será obrigatória a construção de, no mínimo 01 (um) sanitário familiar destinado a crianças acompanhadas do respectivo responsável, com uma antessala composta de no mínimo 1 (um) fraldário com instalação especial destinada à troca de fraldas e à amamentação de crianças.

§2º Quando não houver local reservado, o fraldário deverá ser instalado dentro dos banheiros feminino e masculino ou no unissex.

Art. 6º Inclui o art. 109-A, na Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 109-A Nas instalações industriais é obrigatório o afastamento lateral conforme zoneamento em uma das divisas laterais do lote, sendo permitido ocupar o afastamento lateral e fundos com altura máxima de pé direito da edificação de 6,50m (seis metros e cinquenta centímetros), desde que respeitados recuo frontal, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade para a zona, bem como ventilação e insolação conforme Código de Edificações.

Parágrafo Único – O restante da edificação, fora do afastamento lateral, ou caso respeite os afastamentos laterais de ambas as divisas, tem altura máxima definida pelos parâmetros conforme zoneamento.”

Art. 7º Inclui o art. 166-A, na Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 166-A Será admitida a ventilação e iluminação artificiais em compartimentos de utilização prolongada (exceto em ambientes de permanência prolongada de uso residencial), desde que seja executado dispositivo técnico gerador de renovação e graduação da ventilação e iluminação artificiais, com o emprego de gerador próprio, devendo ser apresentada ART ou RRT do sistema de ventilação e iluminação.”

Art. 8º Fica revogado o art. 176-A da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 9º Altera o caput do art. 213, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 213. No mesmo lote, fica permitido o rebaixamento de dois acessos do meio fio por testada, observados os seguintes critérios: (...)

Art. 10 Altera o art. 221, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 221 Serão toleradas guaritas e/ou abrigo de pedestres no alinhamento de muro quando:

I - Não excedam 4,50m² (quatro metros e cinquenta centímetros) quadrados;

II - As coberturas sobre o portão de acesso possuam a profundidade máxima de 2,00m (dois metros);

III - Não haja elementos construtivos sobre o passeio;

IV – Constituir elemento isolado, como lixeiras e casa de gás.”

Art. 11 Inclui incisos VII, VIII e IX, no art. 224, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 224 (...)

(...)

VII – Desde que não formem pórtico que configure área construída, as marquises e beirais até 1,20m e saliências até 0,80m, poderão se constituir em elemento avançado da edificação sobre os afastamentos e recuos exigidos, sem que ocorra a diminuição dos vãos de ventilação e iluminação através de círculo inscrito;

VIII – Nenhum elemento da edificação poderá ultrapassar as linhas limítrofes do lote, exceto as marquises e elementos de abertura e proteção, com altura superior a 3,00 metros sobre o passeio público;

IX – Nos pavimentos superiores das zonas onde houver obrigatoriedade de recuo frontal, será permitido avanço da edificação e sacadas nas seguintes condições:

a) 1,50 m para recuo de 4,00m ou mais;

b) 0,60 m para recuo de 2,00m;

c) Atender a altura mínima de 2,70 metros em relação ao piso do pavimento térreo;

Art. 12 Altera os incisos IX e X, do art. 241, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 241 (...)

(...)

IX – Rampa com inclinação de até 25,0% (vinte e cinco por cento), permitido rampa iniciando no alinhamento do imóvel; acima de 25,0% (vinte e cinco por cento) até 30,0% (trinta por cento), a rampa deve iniciar após recuo de no mínimo 1,50 m do alinhamento; não será permitido rampa com inclinação superior a 30,0% (trinta por cento);

X – O corredor será de no mínimo 3,00m (três metros).”

Art. 13 Altera o art. 246, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 246 Nas edificações que possuem estacionamento frontal dentro dos limites do imóvel, estas vagas podem estar dispostas na posição 45º graus (quarenta e cinco graus) em relação a pista, locadas no mesmo sentido de fluxo do trânsito, ou caso dispostas na posição de 90º graus deverá a edificação ter recuo mínimo mínima de 6,00m (seis metros) da edificação, conforme croqui constante no anexo III.

§1º Sendo no mesmo lote, fica permitido o rebaixamento de dois acessos do meio-fio por testada, mantendo vaga pública de 5,00m (cinco metros) em cada uma das testadas do lote.

§2º Adotada esta opção de locação de vagas, deverá ser resguardado a calçada, que acontecerá na frente das vagas como forma de priorizar a segurança do pedestre, atendendo as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas e resoluções do CONTRAN.

§3º Nas edificações comerciais com subsolo e térreo ou térreo e primeiro pavimento, sendo o subsolo ou primeiro pavimento de utilização única e exclusiva para garagem, será admitido somente duto para previsão de futura instalação de elevador, caso o projeto contemple locação de vaga acessível (térreo, recuo frontal ou locada em um raio inferior a 100 m (cem metros) regulamentada pelo Órgão Municipal de Trânsito, conforme exigido para edificações não residenciais.”

Art. 14 Altera o art. 249, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 249 Os edifícios garagem, multifamiliares, comerciais, entre outros, para sua instalação deverão atender as seguintes condições:

I – Deverá haver, no pavimento de acesso, passagem exclusiva para pedestres em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

II – Nos projetos deverão constar, obrigatoriamente, as indicações gráficas referentes a localização de cada vaga de veículo e do sistema de circulação das áreas necessárias aos locais de estacionamento, as rampas, numeração, passagens e circulação;

III – Vaga de estacionamento para cada carro, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

IV – O corredor de circulação deverá ter a largura mínima de 3,00m (três metros);

V – Rampa com inclinação de até 25,0% (vinte e cinco e meio por cento) permitido rampa iniciando no alinhamento do imóvel; acima de 25,0% (vinte e cinco e meio por cento) até 30,0% (trinta por cento); a rampa deve iniciar após recuo de no mínimo 1,50 m do alinhamento. Não será permitido rampa com inclinação superior a 30,0% (trinta por cento).

VI – Considerar área de manobra desimpedida de no mínimo 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) independente da configuração ou angulação das vagas.”

Art. 15 Altera o §2º, do art. 273, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 273 (...)

(...)

§2º O depósito coletor para edificações deverá ter área mínima de 0,15m³ (quinze centímetros cúbicos) relativo às medidas de (0,50 largura x 0,50 profundidade x 0,60 altura) por unidade, devendo ainda constar a área mínima de 0,15m³ (quinze centímetros cúbicos) de volume por unidade para lixo reciclável e mais 0,15m³ (quinze centímetros cúbicos) de volume por unidade para lixo não reciclável, quando existir mais de 6 unidades na edificação, fica o volume reduzido para 0,10m³ (dez centímetros cúbicos).

(...)”

Art. 16 Fica revogado o art. 329-A da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 17 Fica revogado o Anexo II, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 18 Altera o Anexo III, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

CROQUI ESQUEMÁTICO PARA DISPOSIÇÃO DE VAGAS RECUO FRONTAL
EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

Art. 19 Revoga o Anexo IV, da Lei Complementar nº 251/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 20 Essa Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 4.184/23

Publicação Nº 5301153

LEI Nº 4.184/23, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Desafetar e Permutar imóvel de propriedade do Município com imóvel pertencente à Nelson Schroeder e Marli Singer Schroeder e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado, passando a integrar a categoria dos bens dominicais, o seguinte imóvel de propriedade do Município:

I - Um terreno urbano, com área de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados), parte integrante de uma área maior de 5.474,82m² (cinco mil quatrocentos e setenta e quatro metros e oitenta e dois decímetros quadrados), constante da Área Institucional do Loteamento “Casagrande”, situado na Rua A e Rua B, no Bairro Solar, Município de Videira/SC, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 31.929, de propriedade do Município de Videira

Art. 2º Fica o Prefeito Municipal autorizado a permutar, o imóvel descrito no art. 1º desta Lei, com o imóvel pertencente à Nelson Schroeder e Marli Singer Schroeder, com as seguintes características:

I – Um terreno rural, com área de 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), situado no Novo 15 de Novembro, no Distrito de Anta Gorda, denominado Imbuial, Município de Videira/SC, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 12.267, de propriedade de Nelson Schroeder e Marli Singer Schroeder, compreendendo as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no marco denominado □1□ de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SIRGAS2000, Este (X) 480.642,70 m e Norte (Y) 7.023.042,48 m referentes ao meridiano central 51°00', daí, confrontando com Município de Videira, Matricula 42.090, com azimute de 94°56'42" e distância de 176,45 m, segue até o marco '2' de coordenada Norte (Y) 7.023.027,27 m, Este (X) 480.818,49 m; daí, confrontando com Município de Videira, Matricula 42.090, com azimute de 91°48'07" e distância de 13,36 m, segue até o marco □3□ de coordenada Norte (Y) 7.023.026,85 m, Este (X) 480.831,84 m; daí, confrontando com Paulo Geraldo Adada, Matricula 41.222, com azimute de 195°57'39" e distância de 51,06 m, segue até o marco ZDUB-M-1368 de coordenada Norte (Y) 7.022.977,76 m, Este (X) 480.817,80 m; daí, confrontando com Paulo Geraldo Adada, Matricula 41.222, com azimute de 198°50'30" e distância de 95,80 m, segue até o marco □5□ de coordenada Norte (Y) 7.022.887,09 m, Este (X) 480.786,86 m; daí, confrontando com Nelson Schroeder e outros,

Matricula 0667, com azimuth de 268°36'36" e distância de 207,75 m, segue até o marco □6□ de coordenada Norte (Y) 7.022.882,05 m, Este (X) 480.579,17 m; daí, confrontando com Município de Videira, Matricula 42.090, com azimuth de 22°15'31" e distância de 17,45 m, segue até o marco □7□ de coordenada Norte (Y) 7.022.898,20 m, Este (X) 480.585,78 m; Finalmente do marco □7□ segue até o marco □1□, início da descrição, confrontando com Município de Videira, Matricula 42.090, com azimuth de 21°31'47", e distância de 155,10 m, fechando assim o perímetro acima descrito.

Art. 3º A permuta, devidamente precedida das avaliações dos imóveis envolvidos, nos termos legais, destina-se ao desenvolvimento econômico e industrial do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de novembro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0862/2023

Publicação Nº 5301305

PORTARIA nº 0862/2023
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 34891/2023;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses ao servidor GILSON LIRIA, Auxiliar Operacional de Vigilância, no período de 1º de dezembro de 2023 até 1º de março de 2024, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2016 até 28 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2023.

Videira, 31 de outubro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0864/2023

Publicação Nº 5301149

PORTARIA nº 0864/2023

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 36144/2023;

RESOLVE

Art. 1º Remover, por permuta, com a servidora Thais Bandt, a partir de 6 de novembro de 2023, o servidor LUIZ ULISSES MASSOCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de novembro de 2023.

Videira, 31 de outubro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0865/2023

Publicação Nº 5301150

PORTARIA nº 0865/2023

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 36145/2023;

RESOLVE

Art. 1º Remover, por permuta, com o servidor Luiz Ulisses Massoco, a partir de 6 de novembro de 2023, a servidora, THAIS BANDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal da Fazenda para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de novembro de 2023.

Videira, 31 de outubro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0866/2023

Publicação Nº 5301151

PORTARIA nº 0866/2023

Remove Servidora Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 36902/2023;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a pedido, a partir de 1º de novembro de 2023, a servidora MAYNARA GUILL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL 004-23-EDU

Publicação Nº 5301308

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL 004/2023 - EDU – MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições, torna público o primeiro termo aditivo de retificação ao EDITAL 004/2023 – EDU - MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos seguintes termos:

I – Altera a tabela de organização das turmas conforme item 3.1.2 do Edital 004/2023- EDU MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Organização das turmas 2024	
Berçário I	Nascidos após 31/03/2023
Berçário II	Nascidos de 01/04/2022 a 31/03/2023
Maternal I	Nascidos de 01/04/2021 a 31/03/2022
Maternal II	Nascidos de 01/04/2020 a 31/03/2021
Pré I	Nascidos de 01/04/2019 a 31/03/2020
Pré II	Nascidos de 01/04/2018 a 31/03/2019

II – As demais disposições do Edital 004/2023- EDU - Matrículas e Rematrículas da Rede Municipal de Educação permanecem inalteradas.

Videira, 31 de outubro de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMOS ADITIVOS N° 162/2023 E 163/2023

Publicação N° 5285959

Termo Aditivo n°: 162/2023

Termo de Outorga de Permissão de Espaço Público: 219/2022

Fornecedor: EMUVI LTDA

Licitação: Concorrência n° 07/2022

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 09/11/2023 até 08/11/2024, bem como reajustar o valor contratual, aplicando-se o IGP-M (FGV) acumulado, no percentual de (-4,5729%)

Valor: R\$ 4.580,52 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos).

Data: 01/11/2023

Termo Aditivo n°: 163/2023

Termo de Outorga de Permissão de Espaço Público: 218/2022

Fornecedor: ANA PAULA ARIOTTI 00462335984

Licitação: Concorrência n° 04/2019

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 09/11/2023 até 08/11/2024, bem como reajustar o valor contratual, aplicando-se o IGP-M (FGV) acumulado, no percentual de (-4,5729%)

Valor: R\$ 40.193,88 (quarenta mil, cento e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

Data: 01/11/2023

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0016/2023

Publicação Nº 5301304

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PATROCÍNIO

Processo Licitatório nº 0260/2023 - Edital de Chamamento nº 0016/2023

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o edital de Chamamento Público para receber propostas de empresas interessadas em patrocinar a publicidade da EXPO FEMI 2024 que será realizada no período de 24 de fevereiro a 03 de março de 2024, conforme edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 30 de novembro de 2023, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares no Setor de Licitações através do telefone: (49) 3441-8542, e-mail licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 03 de novembro de 2023. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0017/2023

Publicação Nº 5301392

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Licitatório nº 0261/2023 - Edital de Chamamento nº 0017/2023

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ torna público para conhecimento dos interessados que está aberto o processo de Chamamento Público, que tem por objeto a concessão do uso transitório e exploração de espaço público a título precário, disponibilizando a concessão de 16 (dezesesseis) espaços, para a exploração comercial, exposição e apresentações de artes visuais e artesanatos do Setor Cultural de Xanxerê, para o período da Festa Estadual do Milho – XX EXPOFEMI 2024, nos dias 24 de fevereiro a 03 de março de 2024. O recebimento dos envelopes as propostas será até às 08h45min do dia 28 de novembro de 2023, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone (49) 3441-8542. E-mail licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 03 de novembro de 2023. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101/2023

Publicação Nº 5301785

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0101/2023, tendo como objeto a Autorização de uso de espaço público para realização, organização e exploração da área da Arena de Shows, durante a realização da XX Edição da EXPO FEMI - 2024, no período de 24 de fevereiro a 03 de março de 2024, em conformidade com edital, Termo de Referência e demais anexos. O recebimento das propostas será até às 13h45min do dia 17 de novembro de 2023, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14h00min do mesmo dia na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 06 de novembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 375/2023

Publicação Nº 5301468

DECRETO Nº 375, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Altera Membro do Conselho Municipal do Plano Diretor, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado membro suplente do Conselho Municipal do Plano Diretor, constante nos incisos XX, do art. 1º, do decreto nº 154, de 9 de maio de 2023, nas representatividades abaixo especificadas:

"Art. 1º...

XX – um representante da CASAN Xanxerê

PAULO ROBERTO NOVELO Titular
SONIA PIVA SALGADO Suplente
..."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 1º de novembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 376/2023

Publicação Nº 5301470

DECRETO Nº 376, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023.

Suspende Função Comissionada de Supervisão que especifica, e dá outras providências.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora pública municipal Juliana Aparecida Pasetti Eichelt estará em licença prêmio no período de 6 a 20 de novembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 6 de novembro de 2023, a Função Comissionada de Supervisão da servidora Juliana Aparecida Pasetti Eichelt, designada por meio do Decreto nº 274, de 3 de novembro de 2020, devido à usufruição de licença prêmio neste período.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, 1º de novembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0217/2023

Publicação Nº 5301529

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0217/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratada: LAÇOS E CICLOS PSICOLOGIA LTDA

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, pessoa jurídica, para a Contratação de empresa Especializada na realização de atendimento psicológico para sessões de Psicologia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com a Dra. Patrícia Ferreira de Queiroz, CRP nº 12/19019.

Fica incluída a profissional, Dra. Polyana Tressino, CRP nº 12/22.625, ao contrato de prestação de serviços nº 0217/2023, que tem como objeto a realização de atendimento psicológico para sessões de Psicologia, no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, conforme solicitação em Ofício da Contratada, da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico, anexos ao presente. Xanxerê-SC, 03 de novembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0153/2023

Publicação Nº 5301780

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 0153/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: CASA DE CARNES ALEMÃO LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar para os CEMEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê-SC, de acordo com as especificações constantes neste contrato.

Fica aditada a quantidade percentual ao contrato 0153/2023 Pregão Eletrônico Nº 0024/2023 – Processo Nº 0126/2023 conforme Solicitação em Ofício da Secretaria Municipal de Educação, manifestação da contratada e Parecer Jurídico, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	ADITAR 25%	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
15	CARNE SUÍNA EM CUBOS	600	150	19,89	2.983,50
16	CARNE SUÍNA MOIDA	400	100	17,59	1.759,00
17	CARNE BOVINA DESOSSADA DE 1"	1000	250	34,05	8.512,50
18	CARNE BOVINA MUSCULO	600	150	26,39	3.958,50
19	CARNE BOVINA MOIDA DE PALETA	900	225	32,34	7.276,50

20	PALETA BOVINA COM OSSO	400	100	28,59	2.859,00
21	CARNE DE FRANGO TIPO SASSAMI	800	200	21,79	4.358,00
24	QUEIJO MUSSARELA 0% LACTOSE	150	37	12,48	461,76
25	QUEIJO MUSSARELA FATIADO	350	87	50,00	4.350,00
	TOTAL DO ADITIVO				R\$ 36.518,76

Xanxerê-SC, 01 de novembro de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 587/2023

Publicação Nº 5301790

PORTARIA Nº 587/2023

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO- ESPÉCIE 42 -INSS

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei Municipal HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 31.10.2023, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição – conforme benefício nº 204.810.598-4, Espécie 42-INSS, a Servidora Pública Municipal a Sra. LUCIMAR DEITOS, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora do RG nº 1.697.765 e inscrito no CPF sob o nº 714.257.219-15, nomeada conforme Decreto Municipal JB nº 379/94, no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, reequadrada no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Exoneração a partir de 31.10.2023. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto Municipal JB nº 379/94.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 31 de Outubro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 591/2023

Publicação Nº 5301789

PORTARIA Nº 591/2023

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR DE RECURSOS PARA ADIANTAMENTOS E OUTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Nº 2612/2001, Decreto nº BLB 176/2011 e Decreto Nº 067/2020

RESOLVE

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal a Sra. CLAUDIA SIVIANE FÁVERO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.263.353 e CPF nº 636.171.029-72, nomeada conforme Decreto Municipal Nº 078/2021, com quarenta (40) horas semanais, para exercer as funções de GESTOR DE RECURSOS PARA ADIANTAMENTOS e outras despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação pelo caráter de excepcionalidade vinculados a Secretaria Municipal de Educação, atendendo o disposto na Lei Municipal Nº 2612/2001 de 27.06.2001, Decreto nº BLB 176/2011 de 18.07.2011 e Decreto Nº 067/2020 de 18.03.2020 e Lei Federal nº 4.320/94, Art. 68 e 69 e demais legislações pertinentes à matéria.

Fica determinado aos setores competentes às ações necessárias à abertura de conta bancária em nome do Gestor dos Recursos para adiantamentos e os demais procedimentos com vistas à liberação de valores para atendimento ao objeto estabelecido na legislação retro-mencionada.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a designação a partir da data de 03.11.2023. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de novembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL CHAMAMENTO Nº 0014/2023

Publicação Nº 5301375

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0243/2023

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0014/2023

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) DIVERSAS ÁREAS CULTURAIS - - MUNICÍPIO DE XANXERÊ

OBJETO:

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais das "DEMAIS ÁREAS CULTURAIS" para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Xanxerê, exceto audiovisual. Os projetos selecionados deverão executar alguma etapa de seus trabalhos em evento que o município promoverá especialmente para a Lei Paulo Gustavo no período da EXPOFEMI 2024 (de 24 de fevereiro a 03 de março de 2024).

DAS RETIFICAÇÕES:

1) Fica retificado o texto do item 7.12 do edital, passando a ser:

ONDE SE LÊ:

7.12 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 10 (dez) meses.

LEIA-SE:

7.12 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a data de 30 de junho de 2024.

2) Fica retificado o texto do item 17.2 do edital, passando a ser:

ONDE SE LÊ:

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até junho de 2024 a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

LEIA-SE:

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

3) Fica alterado o Anexo II do edital, passando a valer o presente arquivo "Anexo II Retificado".

Xanxerê, SC, 03 de novembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRA RETIFICAÇÃO EDITAL CHAMAMENTO Nº 0013/2023

Publicação Nº 5301374

TERCEIRA RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0242/2023

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0013/2023

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – AUDIOVISUAL – MUNICÍPIO DE XANXERÊ

OBJETO:

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar a área do audiovisual no Município de Xanxerê.

DAS RETIFICAÇÕES:

1) Fica retificado o texto do item 7.12 do edital, passando a ser:

ONDE SE LÊ:

7.12 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 10 (dez) meses.

LEIA-SE:

7.12 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a data de 30 de junho de 2024.

2) Fica retificado o texto do item 17.2 do edital, passando a ser:

ONDE SE LÊ:

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até junho de 2024 a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

LEIA-SE:

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

Xanxerê, SC, 03 de novembro de 2023.

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Xavantina


PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO 061/2023 PMXV

Publicação Nº 5301450

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0BF435DAE9EC96102A968839EF4B4ECB2C6D20B4

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA CNPJ: 83.009.878/0001-15 Telefone: (49) 3454-3100 Endereço: RUA PREFEITO OCTÁVIO URBANO SIMON, 163 - CENTRO CEP: 89780-000 - Xavantina	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2023
	Processo Adm.: 61/2023 Data do Processo: 26/10/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Código registro TCE: 0BF435DAE9EC96102A968839EF4B4ECB2C6D20B4

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 25, III e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 61/2023
b) **Nr. Licitação:** 5/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
03/11/2023
e) **Objeto da Licitação:** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO, PARA FESTIVIDADE DE 60º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2024.

Participante: CHIQUITO & BORDONEIO LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO, PARA FESTIVIDADE DE 60º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2024. - CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO DO GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO, PARA FESTIVIDADE DE 60º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC, NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2024.	1,000	UNI	18.000,00	18.000,00

Marca: CHIQUITO E BORDONEIO

Total do Participante: 18.000,00**Total Geral: 18.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Auxiliar nos Eventos e Promoções	04.003.27.813.0005.2014.3.3.90.00.00	R\$ 18.000,00

Xavantina, 03/11/2023

LUCIANO ANTONIO

ALTENHOFEN:71603425934

Assinado de forma digital por LUCIANO
ANTONIO ALTENHOFEN:71603425934
Dados: 2023.11.03 13:45:00 -03'00'

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

PREFEITO INTERINO

Assinatura do Responsável

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DE TOMADA DE PREÇO Nº 0013/2023

Publicação Nº 5301755

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0176/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 0013/2023

Data da entrega dos envelopes: 09/11/2023 – 08h30.

DATA DE ABERTURA: 09/11/2023 – 09h.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Construção Civil para execução de Recapeamento Asfáltico em CBUQ em algumas ruas do Município de Xaxim/SC.

A Prefeitura Municipal de Xaxim, através da Comissão Central de Licitação, devidamente autorizada, torna público para conhecimento dos interessados, NOTA DE ESCLARECIMENTO ao Edital de TOMADA DE PREÇO nº 0013/2023.

Onde lê-se:

1.1.1 Recursos Financiamento: R\$ 1.200,000,00 (Um milhão, duzentos mil reais). Operação de crédito Caixa Econômica Federal Nº 0601.221-09. Recursos do FINISA: Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento

Leia-se:

1.1.1 Recursos Financiamento: R\$ 1.200,000,00 (Um milhão, duzentos mil reais). GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SIE CONVENIO 912846/2021

Proposta SPGe - SCC 13280/2023

DIÁRIO OFICIAL - SC - Nº 22117, Data 05.10.2023 - QUINTA-FEIRA:

Data da entrega dos envelopes: 09/11/2023 – 08h30.

DATA DE ABERTURA: 09/11/2023 – 09h.

A data de abertura do certame restará para o dia 09 de novembro de 2023, às 09h. Maiores informações e consultas com a Pregoeira no HORÁRIO ÚNICO de 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, no e-mail: licitacao@xaxim.sc.gov.br.

Xaxim, 03 de novembro de 2023.

Susana Aparecida Danielli de Barros

Membro da Comissão de licitações

DECRETO 466

Publicação Nº 5301451

DECRETO Nº. 0466/2023.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei n. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Lei Complementar n.233/2023 de 19 de abril de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01 de novembro de 2023, o Sr. RICARDO WAGNER MACHADO GIACHINI, CPF: ***.207.339-**, no cargo comissionado de ASSESSOR DE GESTÃO DE COMPRAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de outubro de 2023.

Edilson Antonio Folle

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Alberto Antonio Grasel
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e
Desenvolvimento Econômico

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0130/2022

Publicação Nº 5301266

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2362C150C67AF7BCC65730B578AFE7412A230FD3

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0130/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 47.459.386/0001-68

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo quantitativo de 11,73% (onze inteiros e setenta e três centésimos por cento) do valor inicial do contrato firmado entre as partes para Aquisição de máquinas de Costura, para serem utilizadas em oficinas desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Xaxim/SC.

Valor do acréscimo: R\$ 3.994,00 (três mil, novecentos e noventa e quatro reais).

Licitação: Processo Licitatório nº 0132/2022, Pregão Presencial nº 0052/2022

Xaxim-SC, 03 de novembro de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0040/2022

Publicação Nº 5301323

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A28EA9A44BA7D32A310C39CA37485958F78C2BA8

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0040/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: DA ROSA TUR TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 72.448.921/0001-22

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 0,46 % (quarenta e seis centésimos por cento) do valor do quilômetro atualizado do contrato firmado entre as partes, a fim de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Valor do acréscimo: R\$ 1.302,84 (um mil, trezentos e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Licitação: Processo Licitatório nº 0002/2022, modalidade Pregão Presencial nº 0002/2022

Xaxim-SC, 16 de outubro de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 0116/2023

Publicação Nº 5301396

O MUNICÍPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, no Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Edilson Antônio Folle, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 509.596.709-04 e portador da cédula de identidade nº 1.010.359, residente e domiciliado na Villa Florindo Folle, s/n, Interior, no Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SIRLEI DE FATIMA DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 1570, Centro, no Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 34.790.982/0001-84, neste ato representada pela Sra. Sirlei De Fatima Da Silva, inscrito no CPF/MF sob nº 025.160.219-25 e portador da cédula de identidade nº 131276710 SESP/PR, denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 0172/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 0026/2023, celebram o presente Termo de suspensão contratual unilateral:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Rescisão consensual do contrato que tem por objeto a Contratação de Instituição de Longa Permanência para cumprimento da Recomendação do Ministério Público nº 0007/2023/01PJ/XAX para acolhimento de Pessoa Idosa em situação de URGÊNCIA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no art. 79, I, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 Justifica-se o pedido, em virtude do falecimento do Idoso João Martins, RG 1.554.884, (certidão de óbito em anexo) que havia sido institucionalizado na ILP - Instituição de Longa Permanência em 23 de setembro de 2023 e falecimento na data de 24 de outubro de 2023, estando o município atendendo Recomendação do Ministério Público nº 0007/2023/01PJ/XAX.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 Permanecem inalteradas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos

Xaxim/SC, 27 de outubro de 2023.

MUNICÍPIO DE XAXIM CONTRATANTE		
LUIS ANTONIO CIPRIANI OAB/SC 35698 Subprocurador-Geral		
DANIELA CAROLINE ALESSI 073.742.029-46 Testemunha		LARISSA ARSEGO ZORNITTA 108.743.439-41 Testemunha

Associações

AMVE

PRIMEIRO TERMO ADIVITO AO CONTRATO Nº 12/2022

Publicação Nº 5319234

PRIMEIRO TERMO ADIVITO AO CONTRATO Nº 12/2022

CONSIDERANDO o novo fluxo de pagamentos para os fornecedores da Amve;

As partes, de um lado a Associação de Municípios do Vale Europeu - Amve, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GESTOR TECNOLOGIA DOCUMENTAL LTDA.-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.416.329/0001-04, estabelecida na Rua Frederico Jensen, 411 - Galpão B, Bairro Itoupavazinha -Blumenau/SC, neste ato representado de acordo com seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para Prestação de Serviços, rege-se a presente relação jurídica pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOVA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - As partes acordam em adotar um novo cronograma de pagamento. O cronograma foi estabelecido mediante a data do recebimento das notas fiscais, de forma a garantir uma gestão financeira eficaz e adequada ao desenvolvimento do contrato 12/2022.

2.2 - As condições de pagamento, prazos e quaisquer outras alterações relacionadas à forma de pagamento estão definidas e passarão a fazer parte integrante do contrato 12/2022:

Calendário de Pagamentos Amve		
2º Semestre 2023		
Mês	Envio da NF	Pagamento
Agosto	Até 04/08	15/08
	Até 21/08	31/08
Setembro	Até 05/09	15/09
	Até 20/09	29/09
Outubro	Até 05/10	16/10
	Até 20/10	31/10
Novembro	Até 06/11	16/11
	Até 20/11	30/11
Dezembro/ Janeiro	Até 05/12	15/12
	Até 05/01	15/01

2.3 – Fica revogada a cláusula IV.I do referido contrato, onde passam a valer as novas disposições acima mencionadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

3.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 12/2022, ficam mantidas e ratificadas.

3.2. As Partes envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que esse poderá ser assinado eletronicamente com fundamento no Artigo 10, parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do Artigo 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis. Consigna-se no presente instrumento que a assinatura tem plena validade em formato eletrônico, sendo equiparado a documento físico para todos os efeitos legais, reconhecendo e declarando os signatários que a assinatura deste Contrato em meio eletrônico é apta a comprovar autenticidade, autoria, integridade e validade jurídica do instrumento ora firmado, e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse. Assim sendo, todas as assinaturas apostas a este instrumento em meio eletrônico, na forma prevista nesta Cláusula, têm plena validade e são suficientes para a autenticidade, integridade, existência e validade deste contrato. As Partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, assinado pelas partes contratantes abaixo identificadas, a tudo presente.

Blumenau, SC, em 23 de outubro de 2023.

Associação de Municípios do Vale Europeu - Amve Contratante	Gestor Tecnologia Documental LTDA-ME. Contratada
Gestora do Contrato	Preposto da Contratada

Consórcios

CIGAMERIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 07/2023

Publicação Nº 5319238

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 025/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023
PARTES: CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS e a empresa: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - FILIAL SC.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	R\$ UN
523	COMPRIMIDO	METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 50MG	ACCORD CX C/ 30	GENERIC 1553700400085	0,3800

VIGÊNCIA: 06/11/2023 a 01/02/2024.